

dele. O lado negativo é o reducionismo com o qual sido empregado.

Um exemplo da compreensão reducionista um do conceito de território está na matematização de uma prática que se tornou usual na criação de políticas públicas: delimitar uma determinada região e denominá-la "território". Essa prática tornou-se uma panaceia, quando economistas, sociólogos e outros cientistas passaram a empregá-lo sem procurar seus fundamentos científicos. O que era para ser um conceito foi convertido num termo banal.

Inclusive muitos geógrafos passaram a utilizá-lo, abrindo mão da crítica necessária para contribuir com o debate junto aos nossos colegas das Ciências Humanas.

Poucos são os geógrafos que se dedicaram ao trabalho da crítica. Aqui reside a importância deste livro.

Marcos Aurelio Saquet nos apresenta uma ampla reflexão a respeito das significações do conceito em questão. Com este livro, o leitor é convidado a pensar as partes mais importantes da história da formação do significado de território. Saquet explica as diferentes realidades em que ocorreram os processos teórico-políticos de construção do conceito. Partindo da análise de um amplo referencial teórico e de diferentes paradigmas, ele debate sua compreensão no contexto das perspectivas dos autores.

É a partir de nomes consagrados que se dedicaram a pensar o conceito – como, por exemplo, Jean Gottmann, Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, entre outros – que Saquet discute as diferentes abordagens e suas contribuições para o debate geográfico. Nessa perspectiva, ele analisa os processos geográficos de territorialização, des-territorialização e reterritorialização. Essa é outra grande contribuição do autor, pois há uma diversidade de significações sobre esses processos justamente por conta da multidimensionalidade do conceito de território. Saquet reúne as contribuições dos autores analisados de forma objetiva e as apresenta de forma didática, facilitando a compreensão desses processos.

MARCOS AURELIO SAQUET

*Forstner
L. S. S.
11/04/14*

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO

*115
757135*

MARCOS AURELIO SAQUET

**ABORDAGENS E CONCEPÇÕES
DE TERRITÓRIO**

3ª edição
Outras Expressões
São Paulo - 2013

Copyright © Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Campus de Presidente Prudente - SP
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudos Territoriais (Getert)

Revisão: *Maria Luísa Santos Abreu* – edição revista pelo autor e *Marina Tavares Ferreira*
Capa e diagramação: *Kris Estúdio*
Impressão: *Bartira*

A coleção Geografia em Movimento tem Conselho Editorial indicado pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. Por essa razão, suas publicações podem se diferenciar da linha editorial da Editora Expressão Popular.

Conselho Editorial:
Antonio Thomaz Junior
Bernardo Mançano Fernandes
Eliseu Savério Sposito (presidente)
João Lima Sant'Anna Neto
Maria Angélica de Oliveira Magrini

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Saquet, Marcos Aurélio
S242a Abordagens e concepções sobre território / Marcos Aurélio Saquet—3.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2013.
192 p. : il.
Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-64421-24-0
1. Território - Brasil. 2. Geografia - Brasil. 3. I. Título.
CDD 21.ed. 910

Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

3ª edição: maio de 2013

EDITORA OUTRAS EXPRESSÕES
Rua Abolição, 201 - Bela Vista
CEP 01319-010 - São Paulo - SP
Fone: (11) 3105-9500 / 3522-7516
www.expressaopopular.com.br
livraria@expressaopopular.com.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Rua Roberto Simonsen, 305
CEP 19060-900 - Presidente Prudente - SP
Fone/Fax (18) 3229-5352 / 3223-4519
www.fct.unesp.br

SUMÁRIO

O território: uma oportunidade para repensar a geografia	7
Giuseppe DEMATTEIS	
Introdução	13
1. As relações de poder e os significados do conceito de território	27
2. Condicionantes e características da reelaboração do pensamento geográfico nos anos 1950-60	37
2.1 Sobre o contexto de mudanças socioespaciais e a redescoberta do conceito de território	38
2.2 Entre a França e os EUA: contribuições de Jean Gottmann	45
2.3 Tramas e desenvolvimento territorial	48
3. O conceito de território: movimento, processualidades e multiescalaridades	53
3.1 Historicidade e escalaridade: a renovação teórico-metodológica centrada no conceito de território	55
3.2 Do território área e usado à problemática das redes e do desenvolvimento territorial	63
4. Sínteses para a expansão da abordagem territorial	75
4.1 Componentes da concepção de Claude Raffestin	75
4.2 A abordagem de Giuseppe Dematteis	79
4.3 A perspectiva de Robert Sack	83
4.4 Contribuições da perspectiva humanística	86
4.5 Manifestações da abordagem territorial no Brasil: regionalização, uso e configuração territorial	89
4.6 Desenvolvimento territorial: a expansão das abordagens	92

5. A expansão e a dissolução da abordagem territorial	97
5.1 Bertrand Badie: o fim do território?	98
5.2 Economia, política e território: da regionalização às redes e aos lugares	100
5.3 A continuidade das reflexões de Gilles Deleuze, Félix Guattari e a reterritorialização	110
5.4 Território, natureza e desenvolvimento local: territorialidade e autonomia	111
5.5 A qualificação das pesquisas no Brasil	120
5.5.1 Materialidade e imaterialidade: a (i)materialidade	121
5.5.2 A desterritorialização e a reterritorialização	132
6. Território e paisagem: da construção material à representação?	139
7. A identidade como unidade processual, relacional e mediação no desenvolvimento <i>do</i> e <i>no</i> território	147
8. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material	157
Referências	178

APRESENTAÇÃO

O TERRITÓRIO: UMA OPORTUNIDADE PARA REPENSAR A GEOGRAFIA

GIUSEPPE DEMATTEIS

Departamento Interateneo Território
Politécnico e Universidade de Turim

O livro de Marcos Saquet, fazendo um exame crítico de uma vastíssima literatura, oferece-nos uma ocasião para refletir sobre a centralidade que o conceito de território assumiu no decorrer dos últimos anos na pesquisa geográfica. Trata-se de um exercício útil e praticamente indispensável para se entender como tal conceito teve novos e importantes significados, que permitem a redefinição do objeto e do papel da geografia em relação aos problemas colocados pela evolução recente da sociedade humana. De fato, sabemos que, se a geografia como saber científico tem mais de dois mil anos, é porque quem a praticou durante esse longo período soube dar as respostas pertinentes aos problemas característicos de cada período histórico, adaptando à realidade o aparato conceitual e metodológico da disciplina.

Como o leitor poderá entender lendo este livro, o conceito de território – juntamente com seus derivados, a territorialidade, a territorialização e outros – permite repropor, hoje, em termos sociais e políticos, um discurso geográfico que, em épocas precedentes, assumiu outras formas e se expressou com outros conceitos. Podemos, também, afirmar que, raciocinando como geógrafos sobre o conceito de território, podemos entender melhor muitos problemas que a geografia teve como ciência. De fato, as concepções territorialistas da geografia mais recente absorvem e reelaboram as diferentes concepções da geografia do passado: como ciência da diferenciação do espaço terrestre, ciência das relações multiescalares entre o ambiente físico e a sociedade humana, ciência da paisagem e assim por diante.

O território do qual trata este livro não é aquele “sem atores”, de quem o reduz a um conjunto de ecossistemas regidos por leis naturais, nem aquele das ciências sociais e políticas mais abstratas, que compreendem o territó-

rio como um simples espaço de interação entre atores, privado de relações com a materialidade do ambiente natural e construído. Tratando, hoje, do território, entendemos, como geógrafos, algo bem diferente dessas simplificações e reduções. Reportamo-nos, antes de mais nada, à grande lição da *Herkunde* de Humboldt e de Ritter, para os quais o conhecimento científico do mundo é acompanhado pelo caráter subjetivo e pelo projeto moral e civil implícito nas suas representações. Além disso, falando de “territorialidade ativa”, recorreremos à ideia inspirada pela escola regional francesa, ou seja, a ideia de um processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material, através do que se realiza a grande diversificação cultural da humanidade e das paisagens. Atualmente, nos damos conta de que essas duas lições permanecem importantes, porque foram antecedidas, antes de mais nada, pela grande revolução epistemológica de Kant e do Iluminismo. E, no caso da geografia vidaliana, vale lembrar a importância do evolucionismo darwinista.

Todavia, essas grandes revoluções conceituais não teriam sido suficientes para nutrir a ideia de território na geografia atual, se não ocorresse, contemporaneamente, a crítica marxista da economia política e da sociedade capitalista. Eu acredito que a contribuição de Marx e do pensamento marxista, até a contribuição mais recente de teóricos neomarxistas do território, amplamente tratadas no trabalho de M. Saquet, foram decisivas em pelo menos dois pontos de vista.

No primeiro, podemos considerar uma espécie de extensão, ao território, do conceito de fetichismo das mercadorias. É o ponto de vista que nos impediu de tratar o território como um simples objeto material e, ao mesmo tempo, nos condiciona a compreender, como relações sociais de produção, as interações sociais que se estabelecem no espaço em escalas diferentes. Dessa forma, a materialidade do território não está na sua percepção e descrição mais banal e superficial, efetivada no século passado através de uma geografia não reflexiva de derivação positivista. Ao contrário, a materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade. O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território. Acredito, portanto, que todos

os geógrafos que hoje utilizam o conceito de território, mesmo aqueles que não são (ou não são mais) marxistas, devem muito à crítica marxista.

O segundo aspecto importante, introduzido pela teoria marxista, é aquele do território entendido como conflito social. Para quem raciocina como Marx, isso está implícito e é inerente ao conflito de classe, no qual o território é mediador das relações sociais de produção. Todavia, também nesse caso, a teorização da ideia de conflito no interior dos grupos sociais vai além de aplicações ortodoxas da teoria marxista. Na geografia, desde os tempos de Piotr Kropotkin e de Eliseo Reclus, discute-se tanto a harmonia cósmica e providencial da *Herkunde*, como as relações sociais também harmoniosas dos gêneros de vida vidalianos e, ainda, os prejuízos da geografia política que vê somente os conflitos interterritoriais e não aqueles intraterritoriais, para não falar do objetivismo e do pragmatismo acéticos da geografia teórica-quantitativa.

Enfim, aconteceu, nos últimos 20 anos, outra fertilização, que gerou uma nova concepção de território, ativa, tanto científica como politicamente. Essa perspectiva resultou das dificuldades encontradas para se trabalhar, de forma coerente, a justiça e a liberdade. É algo pelo qual sou, pessoalmente, muito afeiçoado, não somente porque quando era criança, entre os anos 1943-45, *Justiça e Liberdade* era o nome de uma importante formação partidária que, na Itália, lutava contra os fascistas e os nazistas, mas porque, também, esse foi o programa de toda a vida de um dos meus principais mentores, o filósofo Norberto Bobbio e ainda é um projeto em torno do qual trabalham grandes intelectuais como Amartya Sen.

Quando M. Saquet, no quinto capítulo, trata das relações sempre muito fortes entre desenvolvimento local e território, ele nos apresenta esse último face do problema. Ela já estava implícita na definição de territorialidade de C. Raffestin, na qual as relações sociais (aquelas com alteridade e exterioridade) (aquelas com a exterioridade), que definem esse conceito, são orientadas à conquista da autonomia das sociedades locais. Autonomia não significa autossuficiência, não implica fechamento com relação ao exterior, mas a capacidade de autogoverno das relações de territorialidade, interna e externa, de autoprojeção de um desenvolvimento centrado nessas relações. Em síntese: o difícil equilíbrio entre justiça e liberdade requer, também, uma capacidade autônoma de desenvolvimento dos territórios, obtida através de processos que são, ao mesmo tempo, conflituais, cooperativos e competitivos.

Para sair do subdesenvolvimento é necessário eliminar – ou pelo menos diminuir – a dependência e, para isso, não servem as políticas assistencialistas, mas aquelas que objetivam a inclusão. E, numa perspectiva territorialista, inclusão significa capacidade de reconhecer, controlar e transformar em valores, a potencialidade dos diversos sistemas territoriais; significa fazer reconhecer, também no exterior, esses valores, de modo que possam entrar e circular nas redes globais. Nesse sentido, é importante esclarecer que, por “valores”, não entendemos somente os valores de mercado, mas também e sobretudo, os recursos ecológicos, humanos, cognitivos, simbólicos, culturais que cada território pode oferecer como valores de uso, bens comuns, patrimônio da humanidade.

O problema que atualmente se coloca é como a diversidade de recursos territoriais desse tipo pode ser potencializada, conservada e reproduzida em um mundo no qual a produção de valor é controlada por um sistema econômico-financeiro global, que tem como única força a acumulação capitalista e, como resultados, a alteração da biosfera, a redução da biodiversidade e da diversidade cultural, o aumento das desigualdades e da guerra. Qual pode ser a contribuição da geografia do agir territorial à solução desse grande problema?

No meu entendimento, precisamos pensar uma geografia capaz de se mover em duas direções convergentes e complementares entre si, uma crítico-reflexiva e uma operativa. A primeira consiste em desconstruir as representações do mundo que podemos denominar de não sustentáveis, mostrando – a partir dos mesmos usos distorcidos do conceito de sustentabilidade – como estas são o fundamento e a justificativa de práticas injustas e destrutivas. A segunda deve contribuir para o nascimento e difusão de novas representações baseadas no reconhecimento e na valorização das potencialidades desprezadas em cada território e em cada sociedade local.

Penso em uma geografia das diversidades ecológica e cultural, em uma geografia da ação coletiva local, capaz de valorizá-la e reproduzi-la, em uma geografia das redes “horizontais”, nas quais tais valores são reconhecidos e circulados. Acredito, também, em uma geografia dos conhecimentos científicos e tecnológicos apropriados aos diversos contextos territoriais. Esta última geografia, para ser efetivada com vários especialistas (engenheiros, agrônomos, ecologistas, sociólogos, antropólogos...) deveria demonstrar as vantagens econômicas, sociais e culturais que se poderiam obter com a

adaptação das técnicas aos lugares, em vez de se transformarem e destruírem as especificidades dos lugares para adaptá-los às técnicas, como ocorre atualmente, quando o único objetivo é o da maximização do rendimento do capital financeiro global. Essa geografia seria operativa, capaz de dizer onde, como e em que medida se poderiam produzir valores diversificados para aumentar a riqueza à disposição da humanidade de hoje e de amanhã.

Como se vê nessas minhas reflexões, aprofundar a pesquisa sobre o conceito de território e das suas aplicações à geografia, significa afrontar alguns *nós* teóricos e práticos, atualmente, vitais à disciplina e ao papel que essa pode desempenhar para a sociedade. Por isso, a pesquisa de Marcos Saquet, que tive a oportunidade de acompanhar durante sua permanência em Turim para realizar seus estudos, junto ao meu Departamento, é um trabalho importante. Esse trabalho inscreve-se na corrente vital da disciplina que coloca o pensamento geográfico a serviço da sociedade civil. É um modo de entender a ciência, que tem na geografia brasileira uma grande tradição, nutrida por pesquisadores de nível internacional, como Milton Santos, amigo e mestre. Eu quero recordá-lo, aqui, mesmo como um guia para quem, como o autor deste livro, não se satisfaz com aquela que Y. Lacoste denominou de “geografia dos professores”, mas pensa que o trabalho científico dos geógrafos deve contribuir para melhorar a vida em sociedade.

INTRODUÇÃO

“Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles” (Deleuze e Guattari, 1992, p. 27). Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, des-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade, num único movimento); o *novo* contém, pois, o *velho* e este, aquele.

O território é um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida. E é nesse sentido que escrevi este texto, tentando mostrar as distintas abordagens e concepções do conceito de território e seus principais componentes, a partir dos anos 1950-60, como produto de mudanças que ocorrem na filosofia, em ciências sociais e no *real*, simultânea e reciprocamente. Pensar e *ser* são distintos, mas há uma unidade entre ambos, que é historicamente determinada. A separação entre o pensamento e o *real* ou entre as dimensões da economia, da política e da cultura é um mero recurso didático.

Outra preocupação é subsidiar a elaboração de uma abordagem territorial que considere, concomitantemente, as articulações/interações existentes entre as dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais. Fui motivado a tal reflexão diante das pesquisas que tenho feito sobre mobilidade populacional, desenvolvimento local, agricultura familiar, produção artesanal familiar, industrialização moderna e urbanização, o que me remeteu a compreender as diferentes perspectivas de compreensão dos conceitos de território e territorialidade, como uma forma coerente para o entendimento dos sujeitos e processos dessas problemáticas socioespaciais.

Senti necessidade de produzir uma interpretação sobre diferentes abordagens e concepções do conceito de território na geografia, evidenciando estudos desta e outras ciências sociais, em virtude do caráter interdisciplinar da temática e dos desafios impostos pela complexidade da vida cotidiana. Também, de contribuir no debate teórico-conceitual sobre os conceitos de território e territorialidade, pois são poucos os geógrafos, e mesmo cientistas

sociais, que se dedicam com profundidade a essa temática no Brasil. Outro aspecto relevante é o pouco conhecimento, no Brasil, de abordagens já clássicas da literatura italiana sobre o território. Isso é facilmente verificável na literatura brasileira quando se trata do território, porém, a literatura italiana é muito importante no nível internacional no que se refere aos estudos territoriais e às concepções renovadas desse conceito. Por isso, ganha destaque em minha reflexão, nesse momento.

Já com relação à *escola* francesa e aos pesquisadores de língua inglesa, há estudos consistentes, no Brasil, como os de Haesbaert (1997, 1999, 2004 e 2004a). Como se pode perceber ao ler o texto, juntamente com a vasta literatura italiana, trabalho com Jean Gottmann, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Claude Raffestin, Robert Sack, Nicholas Entrikin, Henri Lefebvre, David Harvey, Bertrand Badie, Friedrich Ratzel, Edward Soja, Milton Santos, Manuel C. de Andrade, Otavio Ianni, Rogério Haesbaert, Marcelo L. de Souza, Ariovaldo U. de Oliveira, entre outros, também pela importância e centralidade para a geografia e, no intuito de revelar perspectivas que se efetivam no nível do pensamento, articuladas entre si, especialmente, em países como a França, EUA, Itália e Brasil. Não tenho, evidentemente, a pretensão de esgotar a temática e é importante que fique claro ao leitor que, meu destaque, neste momento, é para as literaturas italiana e brasileira, compreendidas em um contexto mais amplo e rico que precisa ser melhor estudado.

Com a reelaboração da ciência geográfica a partir dos anos 1950-60 e, principalmente, durante os anos 1970, foi possível identificar e caracterizar, envolvendo outras ciências sociais e a filosofia, quatro tendências (ênfases) principais, que condensam estudos e debates sobre o(s) método(s) de abordagem e sobre o conceito de território: a) uma centrada na discussão teórico-metodológica, a partir de obras de Dematteis (1964, 1967, 1969, 1970 e 1975), Vagaggini e Dematteis (1976), Deleuze e Guattari (1976[1972]), Quaini (1974 e 1974a), Bagnasco (1978) e Raffestin (1976 e 1978); b) outra, pautada na compreensão da dimensão geopolítica do espaço, como fazem Gottmann (1947, 1952, 1973/2005 e 1975), Soja (1971) e Raffestin e Guichonnet (1974); c) outra, ainda, voltada à explicação do desenvolvimento territorial, da reestruturação do capital e de movimentos sociais, a partir dos estudos de Muscarà (1967), Bagnasco (1977 e 1978), Magnaghi (1976), Becattini (2000[1979]), Dematteis (1981[1979]) e de Indovina e Calabi (1974) e, uma quarta, semiológica, como faz Eco (1984[1972]), entre outros.

Evidentemente, essa separação entre a primeira tendência e as demais é apenas didática, pois alguns autores dessas últimas, como Jean Gottmann, contemplam o debate teórico-conceitual e os da primeira, tentam elaborar uma abordagem explicativa do *real*. Além disso, é importante reconhecer que, nessas tendências, há: a) diferentes perspectivas epistemológicas, que resultam em distintas abordagens e concepções e, b) interações e unidade no nível do pensamento, num movimento mais amplo de reelaboração das ciências sociais.

A partir dessas obras e autores e de outras e outros, a partir dos anos 1950-70, por outro foco de interpretação, foi possível identificar e caracterizar, como o texto demonstra, em diferentes países, quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem do território, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em algumas situações, momentos e períodos: a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e, d) a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar. Lentamente, a questão do desenvolvimento e suas manifestações em diferentes lugares ganham cada vez mais centralidade em estudos e projetos de desenvolvimento territorial, na Itália e França, por exemplo, o que apenas mais recentemente vem se delineando no Brasil.

Agrupando, ainda, de outra maneira, foi possível apreender três grandes matrizes ou *escolas* das abordagens territoriais que foram efetivadas a partir dos anos 1950-70: a) a primeira, a partir das argumentações de J. Gottmann, R. Sack e N. Entrikin; b) a segunda, com os estudos de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin e, c) a terceira, com as abordagens de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi, G. Becattini e M. Quaini. A segunda, comumente denominada de *escola* francesa, é mais difundida e conhecida no Brasil, sendo que há uma interação bastante significativa entre autores e argumentações do segundo e do terceiro grupos.

Como é bem conhecido, existem outros autores e obras neste movimento de reelaboração do pensamento, como demonstro no texto, mas es-

tou focando as obras e abordagens nas quais o conceito de território tem centralidade. Outro aspecto considerado é que a maioria dos autores mencionados, dos anos 1960-80, cada qual a seu modo, dá continuidade em suas pesquisas e reflexões. Apesar das especificidades de cada abordagem, foi possível verificar um aspecto comum, ligado à preocupação em contribuir na construção de abordagens que superassem aquela meramente descritiva, classificatória e acrítica predominante até os anos 1950-60. Vários autores, nas obras citadas, como Deleuze e Guattari, Quaini, Dematteis, Bagnasco (mediado por Gramsci), Indovina e Magnaghi, subsidiam suas argumentações na filosofia dialética repensada por Marx e Engels.

Os *pioneiros* são resultado de mudanças de longa duração, de articulações socioespaciais, que condicionam *novos* arranjos nas ciências, continuamente. A periodização, neste sentido, é mais um recurso didático. Como alertara coerentemente Quaini (2003), a história e a identidade são atributos tanto das pessoas como das disciplinas científicas e ganham seus contornos e significados quando estudados (examinados, recordados...), meticolosamente. São poucos os que se preocupam, embora participando de grupos de estudos, departamentos, universidades e outras escolas, com a história da geografia – uma ciência que é feita por indivíduos que vivem em sociedade. Há uma geografia ou geografias e geógrafos, sobre os quais aprendemos e ensinamos, mas que conhecemos muito pouco. Como afirmou Dematteis (1985): quem pratica a geografia tem pouca clareza disto; quem acredita que a conhece, sabe muito pouco. Trata-se de construir o(s) pensamento(s) e a(s) ciência(s) com história, identidade, memória, autorreflexão e avaliação.

O que tento fazer é uma abordagem de aspectos do pensamento geográfico, mostrando interações com ciências como a sociologia e a economia e a centrando no movimento histórico e multiescalar efetivado entre diferentes pesquisadores em distintos lugares, com múltiplas determinações e des-continuidades. Compreender, por exemplo, a constituição da denominada geografia crítica e de *novas* concepções de território, significa entender, necessariamente, os fatores condicionantes, as necessidades, as mudanças que se processavam no mundo da vida, as contradições, os conflitos, as articulações, enfim, elementos da unidade de processos históricos e geográficos que determinaram e caracterizaram a geografia (e outras ciências) do pós-1950-60. A produção do conhecimento e do pensamento é processual e relacional, como resultado e condição da relação de unidade espaço-tempo.

Trata-se de um percurso não completo, que convida a outros estudos; de *traços* (Bagnasco, 1999) de diferentes abordagens e concepções de território e territorialidade. Como afirmara Quaini (2003 e 2005), tanto para se estudar um indivíduo quanto uma *comunidade* complexa, um lugar, o pensamento, é fundamental reconhecer aspectos do movimento conjuntural, intimamente ligado ao processo histórico. A relação espaço-tempo está presente e significa, ela mesma, movimento do pensamento intrinsecamente conexo ao *real*. Dessa forma, reflito e descrevo evidenciando aspectos processuais, relacionais e (i)materiais (materiais-imateriais, em unidade) que influenciaram na reelaboração da ciência geográfica e na compreensão renovada dos conceitos de território e territorialidade.

As relações, os processos, a vida são *materiais* e *ideários* ao mesmo tempo. *Ideia* e *matéria* também estão em unidade; uma está na outra, constantemente. Esta mesa na qual escrevo, por exemplo, tem uma materialidade que se revela em sua forma e nas relações sociais que a determinaram e, simultaneamente, foi pensada, abstraída, desejada, planejada e pode ser repensada, desconstruída e reconstruída, ou seja, contém e significa *matéria* e *ideia* em si mesma, objetividade-subjetividade. Um dos momentos da redação deste texto, na Via Príncipe Tomaso, em Turim, às 21h 10 min. do dia 19 de outubro de 2006, revela muito bem a (i)materialidade de uma relação espaço-tempo de minha vida cotidiana.

Outra observação importante ao leitor sobre este debate é que, conforme Governa (2005), apesar da crescente importância do conceito de território na literatura anglo-saxônica, nela há predominância da centralidade do conceito de região, enquanto que, na Itália, por exemplo, o território ganha destaque desde os anos 1960-70, possibilitando a apreensão de conflitos territorializados que se configuram com as políticas econômicas (de desenvolvimento) em países industrializados nos anos 1960-80.

Simultaneamente, esse processo de reelaboração da geografia acontece, no Brasil, centrado no conceito de espaço geográfico. No geral, em países como a Itália, França e EUA, inicialmente e, posteriormente, em países como o Brasil, passa-se de estudos do território de matriz biológica ou com base na atuação do Estado-Nação, entendendo o território como suporte ou conjunto de recursos naturais, para abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder, os conflitos, a apropriação e dominação do espaço, enfim, o movimento histórico e multiescalar.

Na geografia, após ser apontado e trabalhado por Friedrich Ratzel, o conceito de território renasce de forma renovada na filosofia e em estudos de geografia, economia e sociologia. Reaparece em Dematteis (1964 e 1969) como produto de relações sociais efetivadas no âmbito da família, da *comunidade* rural e desses indivíduos com agentes da cidade, historicamente condicionados e caracterizados, tanto econômica como política e culturalmente, em tramas socioespaciais; em Deleuze e Guattari (1976[1972]), compreendido como fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder; fazem uma reflexão profunda sobre a reprodução do capital, destacando o desejo como um processo inerente a essa lógica; em Eco (1984[1972]), como área na qual se estabelecem relações simbólicas e de poder; em Gottmann (1952), por exemplo, com um caráter político-administrativo para além do Estado-Nação e como circulação e iconografias; em Raffestin e Guichonnet (1974), ligado às suas preocupações e argumentações geopolíticas; em Vagaggini e Dematteis (1976), como um conceito que pode permitir, juntamente com um aporte metodológico apropriado, uma compreensão do movimento nas mudanças sociais; em Dematteis (1970), como conceito central na construção de uma geografia histórico-crítica; em Quaini (1974a), também sob o método dialético, como produto da organização histórico-social, tanto econômica, como cultural e politicamente; em Indovina e Calabi (1974) e Magnaghi (1976), como resultado e condição das forças e relações produtivas capitalistas que ordenam e *usam* o território; em Becattini (2000[1979]), como área com distintos elementos combinados na forma de *distrito industrial*; em Muscarà (1967) e Bagnasco (1977), obras também pioneiras, clássicas e indispensáveis para entender as combinações territoriais que se substantivam econômica, política e culturalmente, nos níveis *interno* e *externo* de cada território, entre outros.

Nesse processo, Jean Gottmann (nasceu em 1915 em Kharkov, na Rússia, estudou na França e ensinou em universidades norte-americanas a partir de 1943) é, sem dúvidas, um dos principais precursores da abordagem territorial entre os anos 1950-80, com uma larga influência em estudos urbanos, teórico-conceituais, geopolíticos etc. Muscarà (2005) já alertara, coerentemente, afirmando que a amplitude da contribuição de Jean Gottmann extrapola o papel do Estado-Nação e envolve a construção histórica, *psicológica* e social do território, mostrando a interdependência e a fluidez na época moderna, como demonstro no decorrer do texto.

Claude Raffestin, por exemplo, noutra perspectiva, também muito presente na geografia, tanto no Brasil como na Itália e em outros países, pauta suas ponderações nas dimensões política e econômica do uso do espaço e da efetivação da territorialidade. Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis centram suas preocupações no método e nas dimensões econômica e política da territorialização. Ao mesmo tempo, há situações e argumentações que se encontram e se complementam, como ocorre, principalmente, entre as concepções de Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis ou entre a deste último com a de Arnaldo Bagnasco. É um processo múltiplo e híbrido, ao mesmo tempo.

Durante a década de 1980 e, sobretudo, a partir dos anos 1990, suas abordagens sofrem alterações bem significativas, especialmente, no reconhecimento e explicação de aspectos simbólico-culturais vinculados ao desenvolvimento local com base territorial, do conceito de lugar e da territorialização de processos sociais, que ganha centralidade, principalmente, na geografia. A partir dos anos 1980, substantiva-se esse movimento no Brasil, eminentemente, a partir de 1992-93, quando se passa a enfatizar, em estudos territoriais, a compreensão das relações econômicas, políticas e identitárias no nível da vida cotidiana. Nesse processo, destacam-se obras como as de G. Deleuze, F. Guattari, J. Gottmann, C. Raffestin, R. Sack, dentre outros, que subsidiam debates e aplicações na geografia brasileira. No Brasil e noutros países, há uma expansão e dissolução dos estudos territoriais, o que problematiza e enriquece as discussões, as pesquisas e as abordagens.

É nesse contexto que faço uma reflexão sobre as diferentes abordagens do conceito de território, considerando a territorialidade e evidenciando as dimensões sociais fundamentais de sua compreensão e constituição no *real*, ou seja, a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N); sobre os aspectos inerentes à base filosófica de cada abordagem; sobre o reconhecimento ou não dos tempos histórico e coexistente (multiescalaridade) ou da relação espaço-tempo; sobre as mudanças (descontinuidades) e permanências (continuidades) e, a consideração ou não do movimento a partir da constituição de redes de circulação e comunicação, de relações de poder e da própria identidade (caráter simbólico-cultural). A propósito, é importante alertar, novamente, que tanto a multiescalaridade como o tempo histórico são relacionais e processuais, simultaneamente, em unidade e movimento constante.

Em Saquet (2003[2001]), trabalhando o território no nível do pensamento e aspectos de sua formação no *real*, destaquei as dimensões sociais de sua efetivação (E-P-C), trabalhadas concomitantemente; os ritmos ou temporalidades; as mudanças e permanências; as relações multiescalares e superpostas; o território ligado ao espaço geográfico; a centralidade do enraizamento e de articulações territoriais e, a des-re-territorialização (T-D-R), como processos simultâneos e complementares. Na abordagem do *real*, além dessas questões, evidenciei: a necessidade de se entender a materialidade de *formas* e *conteúdos*, ou seja, aspectos *materiais* e *ideários* num único movimento; a formação e o desenvolvimento local e a heterogeneidade, para além dos traços identitários comuns entre distintos sujeitos sociais. Houve uma preocupação na superação da dicotomia materialismo *versus* idealismo, questão sobre a qual continuo trabalhando.

Anteriormente, em Saquet (2002[1996]), demonstrei, centrado nos conceitos de espaço geográfico e vida cotidiana, elementos da reprodução da dominação social, destacando ritmos e desigualdades cristalizadas nas práticas agrícola, mercantil, artesanal e industrial. Mostrei os mecanismos utilizados nessas produções para sobrevivência ou ampliação do processo, diferencialidades de estratégias entre atividades tipicamente e não especificamente capitalistas e suas respectivas organizações no espaço geográfico a partir da produção, circulação, troca e consumo de mercadorias; *desenhei os lugares de destino* das mercadorias geradas, as redes e a área de atuação de cada unidade produtiva estudada, evidenciando aspectos da subordinação e exploração dos trabalhadores diretos. Em Saquet (1993 e 1994), já esboçara as primeiras ideias sobre este controle de trabalhadores, as desigualdades sociais e o desenvolvimento econômico regional, condicionado por fatores políticos, econômicos e culturais, historicamente definidos.

Mais recentemente, em Saquet (2004), tentei avançar na compreensão das diferentes abordagens (teórica e metodologicamente) do conceito de território. De cada autor e obra elegidos, procurei apreender aspectos do método filosófico adotado; as dimensões predominantes (E-P-C-N) e a forma de tratamento das relações entre essas dimensões e da relação espaço-tempo (diferentes níveis escalares trabalhados por cada autor), também fundamental no que se refere à fundamentação filosófica de cada estudo. O reconhecimento ou não da natureza exterior ao homem ganha destaque, juntamente com a consideração das mudanças/rupturas/descontinuidades e permanências/continuidades.

Também destaquei como cada autor considera os componentes indispensáveis ao território, ou seja, as redes, a identidade e o poder, enfim, a identificação ou não das *formas* e *conteúdos* do território, o movimento interno e externo, os fluxos e as articulações. A apreensão ou não da *ideia* e da *matéria*, conjugadas ou não, no *real*, também foi observada. E esta é uma questão importante, porque é fundamental não se separar a (i)materialidade da vida, que se revela ao nosso olhar e compreensão, através da relação economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N) no processo de territorialização, e se traduz em objetos e relações, cotidianamente. Vivemos essa (i) materialidade, como objetivações e subjetivações indissociáveis, como tenho tentado revelar através de trabalhos como os de Saquet (1998, 2000, 2003[2001], 2004, 2004a, 2004b, 2005, 2005a, 2005b, 2006 e 2006a).

Neste sentido, a abordagem que faço se dá a partir do lugar de onde reflito sobre questões da geografia. Mais especificamente, estou pensando a partir das leituras e debates feitos desde 1993: no ensino, na pesquisa e na extensão. É uma discussão mais específica e profunda, sobre a qual desejo contribuir. Não efetivo, assim, uma reflexão mais geral e superficial sobre a geografia brasileira como faz, por exemplo, Carlos (2002) que, ao se referir ao *espaço, território e lugar*, não trata do território como conceito.

Para tanto, foram fundamentais os debates feitos com os colegas do Grupo de Estudos Territoriais (Geterr), na Unioeste e de outros grupos formados por pesquisadores de geografia e sociologia, do Brasil e da Itália, e as discussões com estudantes e colegas da pós-graduação. Os diálogos efetivados com os professores Eliseu Sposito (Unesp/Presidente Prudente), Rogério Haesbaert (Uff), Álvaro Heidrich (Ufrgs), Giuseppe Dematteis, Egidio Dansero e Francesca Governa (Politecnico e Università di Torino), Massimo Quaini (Università di Genova), Luca Muscarà (Università di Molise), Claude Raffestin (Université de Genève, Politecnico di Torino e Accademia di Architettura Mendrigio) e Alessandro Gallo (Università Ca Foscari di Venezia), auxiliaram na problematização da pesquisa, na definição dos procedimentos e nas interpretações de diferentes abordagens, o que não diminui a responsabilidade deste que escreve.

Dessa maneira, agradeço a todos pelo convívio e pelas contribuições e, de forma especial, a Giuseppe Dematteis, pela hospitalidade, no Politecnico e Università di Torino, durante o estágio de pós-doutorado, em 2006, que fiz com bolsa da Capes (seus recursos foram fundamentais para a concretiza-

ção da pesquisa com tranquilidade e segurança). Agradeço essa concessão e, não posso deixar de lembrar, também, os amigos do Lartu e das bibliotecas do Politecnico e Università di Torino, pela cordialidade e atenção, o que tornou a permanência em Turim e as pesquisas mais fáceis e agradáveis, gerando uma parte expressiva desse texto. Mais recentemente, para a continuidade das pesquisas, foram fundamentais os recursos concedidos pelo Cnpq, o que também agradeço com consideração especial.

Espero que os resultados obtidos até este momento possam contribuir na produção de subsídios teórico-metodológicos para estudos territoriais, centrados na articulação dos conceitos de tempo e território, considerando as dimensões sociais e naturais da constituição do território, a multiescalaridade e componentes relevantes, como as relações de poder, as redes de circulação e comunicação e a constituição de identidades simbólico-culturais, auxiliando na produção de uma abordagem (i)material de des-continuidades do território e da territorialidade cotidiana.

Estou considerando central a necessidade de se apreender o movimento em estudos territoriais, como produto de determinações (i) materiais, de forças econômicas, políticas e culturais em unidade e em *saltos quanti-qualitativos* na dinâmica socioespacial. Movimento que é relacional, processual e condição da (i) materialidade de nossa vida cotidiana. A *matéria* e a *ideia* estão em movimento constante, no qual, há superações, articulações territoriais, *internas* e *externas* a cada território, des-continuidades, fluidez e identidade. No entanto, esse entendimento não é consensual nem foi historicamente considerado nas ciências sociais.

Por isso, esta discussão que faço envolve aspectos de diferentes abordagens do território nas ciências sociais, destacando obras *pioneiras* e que tratam de forma renovada a compreensão do território e da territorialidade a partir dos anos 1950. Por uma questão de coerência com a abordagem que tenho realizado em geografia, explicando elementos e características do movimento histórico e cumulativo do pensamento sobre esta questão e, pela centralidade das relações de poder na formação e compreensão do território, num primeiro momento, fiz algumas considerações sobre o entendimento do poder em Machiavelli, detidamente, em *O príncipe*, e recupero alguns aspectos da abordagem de Friedrich Ratzel pela sua importância à constituição da geografia moderna e ao entendimento do conceito de território. Esta primeira parte tem a finalidade de contextualizar algumas mudanças que

ocorrem a partir dos anos 1950-60, revelando reelaborações multidimensionais sobre as relações de poder, como as efetivadas por Michel Foucault, Alberto Magnaghi e Claude Raffestin.

No decorrer do texto, demonstro as principais tendências de abordagem do território, anteriormente mencionadas, comparando-as e contextualizando-as e, evidenciando as principais mudanças e os componentes que, ao mesmo tempo, permanecem (des-continuidades), a partir de 1950-60, divididas em quatro capítulos que mostram aspectos da história da geografia e de outras ciências, de grupos de estudos, interrelações, complementaridades e diferenças. Também, elaborei outros dois capítulos, mais específicos para, respectivamente, problematizar a discussão sobre a relação território-paisagem e elucidar diferentes perspectivas de compreensão da identidade, elemento central na constituição do território e da territorialidade, no *real*.

Após refletir sobre a produção do conhecimento a partir do conceito de território, no último capítulo, indico alguns procedimentos para a pesquisa, para a interpretação e para a atuação em projetos de desenvolvimento com a abordagem territorial. Antes disso, tentei elaborar uma síntese teórico-metodológica a partir das diferentes abordagens e concepções verificadas e dos elementos constituintes do território, na tentativa de contribuir na construção de uma abordagem (i)material do território e da territorialidade cotidiana. Esse *caminho* teórico-metodológico implica uma postura política e ideológica diante da problemática territorial de dominação social, contrapondo-se e orientando a elaboração de projetos alternativos, que reconheçam a produção ecológica de alimentos, a autonomia, a recuperação e a preservação ambiental, entre outros fenômenos e processos.

A abordagem territorial permite, sem modismos e denominações maquiadas, compreender elementos e questões, ritmos e processos, da sociedade e da natureza exterior ao homem. Não é o nome da geografia ou a conjugação de palavras mais atraentes aos leitores (vendável, sensacionalista...) que determinam a qualidade da abordagem, a apreensão das interações, da interdisciplinaridade, do movimento, mas sim a clareza, a coerência e o aprofundamento do movimento do pensamento de compreensão do *real*. Não basta, assim, apelar pela pluralidade metodológica – na crise da racionalidade, para Ianni (1992), ou na crise do paradigma científico dominante para De Sousa Santos (2003[1987]) – orientando para uma interação entre o materialismo dialético, a fenomenologia e o positivismo.

É preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas. O arranjo específico sob o MCP difere substancialmente do feudal, do escravista e do primitivo. Os indígenas estabeleciam territorialidades singulares a partir das necessidades de alimentação e proteção/refúgio de cada tribo; no escravismo se dá uma certa difusão e expansão de técnicas de apropriação e dominação de extensas áreas de terras; nos feudos e burgos ocorre uma coesão, interna, com a efetivação de tênues redes externas (a unidade era dada pelas pequenas cidades), o que é rompido profundamente com o evento do capitalismo mercantil, com o Renascimento e posterior expansão e reprodução ampliada do capital (a unidade é dada pelas redes de circulação e comunicação). É um movimento histórico e multiescalar, que assume sempre *novas* obras e relações sociais, *ideias*, territorialidades, desde uma ocupação e apropriação aparentemente desordenadas e móveis até a definição de vastos impérios, de cidades-estados, do Estado-Nação, de empresas e demais instituições da era moderna.

Dessa forma, entender o território apenas como produto de centralidades e autoridades, arealmente, é uma forma reducionista. Evidenciar que *o que é meu não é teu e o que é teu não é meu* é muito pouco diante da complexidade da construção do território. É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações *no e com o* lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; *ideia e matéria*; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações *no e do* processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais.

Precisamos conhecer melhor as abordagens e concepções, e a ligação dessa reflexão no nível do pensamento com nossa vida diária, elaborando procedimentos para a pesquisa, para o ensino e para a concretização de projetos de desenvolvimento territorial que considerem a maioria da população, com saúde de qualidade, educação, lazer, habitação, ou seja, *novos* elementos societários e um *novo* arranjo territorial, com autogestão e autonomia para os sujeitos. Para isso, é fundamental compreender e redimensionar as relações de poder.

Relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado em suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na igreja... enfim, em nossa vida cotidiana. Relações que são vividas, sentidas e, às vezes, percebidas e compreendidas diferentemente. Assim são os territórios e as territorialidades: vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade. Eis do que estou tratando.

1. AS RELAÇÕES DE PODER E OS SIGNIFICADOS DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

As relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade. Envolvem relações (i) materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente. Conforme Gottmann (1973/2005), em sua consistente reflexão sobre os *significados* do território, historicamente determinados, se o território é um *compartimento* do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas *funções* principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como um *trampolim* para oportunidades. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes.

Para Jean Gottmann, a *ideia* de território já existia e era debatida no século 15, ligada a questões políticas inerentes à época: dominação de uma determinada área de terras como ocorrera nas cidades-Estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, como Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza, que tinham soberania territorial. A partir do século 16, intensifica-se a difusão de *doutrinas* políticas que reforçam a noção de soberania como um atributo dos Estados ou reinos.

Dessa maneira, a soberania era tratada como uma questão de jurisprudência, sendo que o significado do território estava, agora, fundado na teoria de Platão, especialmente, no que se refere à *República* e à *Polis*. Ainda no século 16, há difusão de ideias de Machiavelli, que influenciaram nas teorias de repartição política dos lugares e na formação de Estados, marcando uma *nova* fase no pensamento político europeu sobre desenvolvimento, identidade nacional e cooperação internacional. Outro fator importante desse período histórico, ressaltado por Jean Gottmann, com implicações fundamentais na compreensão do conceito de território, foi o descobrimento e a ocupação do chamado Novo Mundo, que correspondia, para a classe dominante de alguns países europeus, a *novos* territórios para dominação e exploração.

O território passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas. Essa mudança de concepção, no *real*, é derivada da expansão do MCP no nível

internacional: "Os mercantilistas dão muita atenção para o uso do território; (...) de fato, (...) a soberania abria as portas para a liberdade de competição com mais oportunidades" (Gottmann, 1973, p. 54). O território é experimentado para além de *habitat* do homem, como receptáculo de suas atividades econômicas, principalmente, no decorrer dos séculos 17 e 18.

E aqui vale abrir um parêntese, para detalhar um pouco a descrição e argumentação de Niccolò Machiavelli (1469-1527), italiano de Firenze, que tanto influenciou na experiência do território. Numa de suas obras mais lidas no mundo, *O príncipe* faz uma descrição detalhada sobre as formas, a constituição, a conquista e o governo de principados, que podiam ser *hereditários* ou *novos*; os *novos* podiam ser *inteiramente novos* ou *anexados* a um hereditário de um príncipe. Uma de suas principais contribuições foi o rompimento com a tradição cristalizada até o Renascimento, da ordem de ligação do poder com a força e a vontade divina. É um marco, entre outros aspectos, por sua contribuição à compreensão das relações de poder, socialmente instituídas e efetivadas na vida cotidiana. Ensina como conquistar os principados e como se manter no poder, relações que ainda estão muito presentes na dinâmica de dominação social.

Machiavelli (2006 e 2006a), ao narrar, evidencia o poder como relações de dominação; como ocupação, apropriação e administração de áreas, tributos, costumes, leis, línguas. Em sua descrição, estão presentes elementos que me fazem pensar num entendimento múltiplo da sociedade, elencando componentes que dizem respeito tanto à ciranda mercantil, em expansão na época, como à reprodução da dominação política e cultural. A autoridade (o príncipe) deve se fazer chefe dos fracos e enfraquecer os poderosos num determinado território (área com montes, vales, planícies, rios, pântanos, habitantes...), com ou sem o uso da força (guerra). Para Machiavelli, o território é uma área controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio. O poder é exercido, na apropriação e dominação. Faz, sucintamente, uma descrição relacional a serviço dos príncipes, dos dominadores de sua época, pois mostra como deveriam operar as forças históricas para serem eficientes.

Conforme Gruppi (1980), Niccolò Machiavelli foi o primeiro a refletir sobre o Estado. Um Estado na forma dos principados, porém, ao mesmo tempo, argumentando em favor da criação do Estado italiano, da unificação daquele país, diferentemente dos Estados existentes até então e da mesma

forma que o Estado Moderno que se configurava na França, na Espanha e na Inglaterra. Entre os elementos centrais de sua narrativa estão as relações de dominação de homens por outros homens no processo de conquista e de permanência no comando de um principado ou área/território. E essa é uma formulação que se fará presente no período que o sucedeu e está na base da expansão do MCP, especialmente, a partir dos séculos 18 e 19, como mostrara Gottmann (1973/2005), com a formação de Estados-Nações, com o colonialismo e o imperialismo.

É nesse movimento que se instituem as ciências, *novos* desenhos sociais e *novas* práticas de apropriação e dominação territorial, muito bem ilustradas por Jean Gottmann. Para este autor, ocorre, no século 18, com as revoluções americana e francesa, uma definitiva e decisiva ligação entre soberania territorial e população nacional, porque se reforça um complexo sistema de mercado unificado estabelecido sobre as bases do território nacional, cada vez mais integrado ao sistema internacional. Esse movimento se acentua a partir do século 19 e assume centralidade no decorrer do 20.

E é o progresso tecnológico, no entendimento de Jean Gottmann, que determina a *morte* da função de abrigo e proteção da soberania territorial do Estado. Os meios de comunicação e as invenções beligerantes articulam Estados, ameaçando-os, condicionando uma *nova* ordem, que é global e plural, porém, sem eliminar o território nem o Estado. Agora, os territórios, com *novos* significados, estão justapostos através das fronteiras e relacionados, política e geograficamente, no nível internacional, no qual, há uma fluidez e uma complementaridade moderna.

E é no século 18, em meio a esse processo, especialmente na segunda metade, que se substantiva o caráter oficial da geografia ligado, ao mesmo tempo, ao Estado e ao pensamento burguês da época. Parte-se do pressuposto que existem divisões e *quadros* naturais na superfície terrestre e que cabe à geografia descrever suas características: "Uma geografia que identifica o objeto de seu estudo não com o território, mas com a superfície terrestre e suas regiões naturais, como entidades que existem antes do Estado e independentemente de cada forma de domínio" (Dematteis, 1985, p. 68). No século 19, de maneira especial na Alemanha (Alexander von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel), conjugam-se as condições (i)materiais para o fortalecimento da geografia moderna, articulada aos interesses do Estado e às aspirações da classe burguesa. Assim se forjam

politicamente fortes, como discurso ideológico, pensamento e conhecimentos utilizados pelas forças dominantes.

Nesse contexto, Friedrich Ratzel se apropria de procedimentos e conceitos de ciências naturais, como a biologia, na qual o conceito de território era entendido como área de proteção de animais, que tentam permanecer em seus territórios (sic). Proteção instintiva, de controle de sua reprodução animal no processo de seleção natural, o que corresponde, evidentemente, a uma concepção naturalista de território que significa, etologicamente, um ambiente onde há interações de um grupo ou bando com uma certa área, num sentido locacional.

Ratzel (1990), preocupado com a consolidação e expansão do Estado alemão, efetua uma abordagem geopolítica, entendendo o território como área e recursos naturais (solo, água, clima). Nesse sentido, examina quatro formas de influência da natureza sobre o homem: a) como indivíduo, com *corpo* e *espírito*; b) acelerando ou dificultando a expansão de grupos étnicos; c) impondo *condições geográficas* que favorecem a miscigenação ou o isolamento e, d) influenciando na *constituição social de cada povo*, como recurso natural.

Há uma preocupação em demonstrar a importância da natureza exterior ao homem, condicionando a expansão no espaço, a miscigenação e a própria organização social, o que implica na constituição do Estado como a principal forma de poder e controle. Desse modo, a natureza e o Estado assumem centralidade em sua argumentação e compreensão do conceito de território: "Pode-se, portanto, aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe" (Ratzel, 1990, p. 72). E mais: "A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado" (*idem*, p. 76).

A sociedade se transforma em Estado para garantir a posse e proteção dos recursos de que necessita, como o solo, a água e os alimentos. Ratzel corresponde, grosso modo, sociedade e homem com território e solo. O ter-

ritório significa apropriação e dominação, mas Ratzel reconhece a existência de território sem a presença do homem. Nesse sentido, a geografia, como ciência, deve descrever e representar os territórios habitados pelo homem, separando as partes não habitadas, estudando os *povos* em relação às *condições naturais às quais eles estão sujeitos*.

Detalhando a reflexão sobre a obra de Ratzel, em especial sobre a *Antropogeografia* (1990), posso afirmar que fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas. Seu método está centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a *Antropogeografia* como uma ciência comparada, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as naturais.

Embora descreva algumas relações sociais conflituosas, principalmente aquelas advindas da atuação do Estado, Ratzel naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o *crescimento espacial dos Estados* (Ratzel, 1990a). Nas obras abordadas de Ratzel, o território, ora aparece como sinônimo de ambiente e solo, ora como Estado-Nação e dominação; é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa, sendo que esse Estado e o território têm limites e fronteiras maleáveis. Há expedições de conquista de Estados, ultrapassando as fronteiras preestabelecidas. O território, portanto, é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob domínio do Estado).

Ratzel (1990 e 1990a) faz uma tentativa de avançar na abordagem do homem (povo) ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da geopolítica através de elementos da cultura (religião) e da economia (comércio), porém, em virtude de sua proposta teórico-metodológica com um caráter institucional e burguês, não consegue abarcar coerentemente essas três dimensões ao tratar do território. Por isso, faz uma abordagem a serviço do Estado alemão de sua época, sem superar a visão naturalista de território, herdada de ciências como a biologia, apesar do esforço em produzir uma geografia das relações e de trabalhar a relação entre diferentes ciências. Compreende o território como uma parcela do espaço, delimitada, com ou sem a presença do homem; com ou sem modificações provocadas pelos povos e

com ou sem a presença e domínio do Estado, revelando significados da ciência geográfica e do território em seu período de vida e estudos.

Noutra perspectiva de compreensão do poder, para além do entendimento de Niccolò Machiavelli e de Friedrich Ratzel, este é compreendido, bem mais recentemente, por Michel Foucault, como uma rede de relações variáveis e multifórmes; é exercido e se constitui na relação, historicamente. Há poder sem o rei: “Com poder não quero dizer ‘o Poder’, como conjunto de instituições e de aparatos que garantem a submissão dos cidadãos em um determinado Estado. (...) Com o termo poder me parece que se deve entender a multiplicidade de relações de forças inerentes ao campo no qual se exercitam (...); o jogo que, através de lutas incessantes, transforma-o, reforça-o, inverte-o; o apoio que estas relações de forças encontram umas nas outras (...)” (Foucault, 1978, p. 82). O poder é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade.

- o poder não é alguma coisa que se adquire (...); o poder se exercita a partir de inumeráveis pontos e no jogo de relações desiguais e móveis;
- as relações de poder não estão em posição de exterioridade com relação a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), mas são imanentes; (...) têm, onde estão presentes, um papel diretamente produtivo;
- o poder vem de baixo. (...) é preciso imaginar que as relações de força que se formam e operam nos aparatos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte a amplos efeitos que percorrem o conjunto da sociedade (...);
- as relações de poder são, contemporaneamente, intencionais e não subjetivas (...);
- onde há poder há resistência (...). Isto significa o caráter estritamente relacional das relações de poder (...). Estes pontos de resistência estão presentes na trama do poder (...) (Foucault, 1978, p. 83-85).

Isto é, o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamen-

tal porque, nesta, age-se na orientação e constituição do *eu*, do indivíduo, integrando-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade. A ideologia molda comportamentos e atitudes, condiciona normas e regras e vice-versa. O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a *redescoberta* do conceito de território sob *novas* leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder.

Ao mesmo tempo, na Itália, Magnaghi (1976), como um dos *pioneiros* da abordagem territorial renovada, também entende as relações de poder e a apropriação territorial como multifórmes, inclusive, materializando-se no movimento de organização social, por exemplo, de operários: há uma apropriação política do território através do *uso* do espaço, da migração de trabalhadores e da estrutura territorial. A apropriação política ocorre institucionalmente, por meio do Estado, e nos movimentos sociais, como *comportamento coletivo* de resistência organizado territorialmente. O território é determinado por condições bem específicas dos anos 1960-70: corresponde ao *uso* e à apropriação material do espaço e aos conflitos sociais, para além da atuação do Estado, de maneira um pouco similar à concepção de Claude Raffestin.

Claude Raffestin, outro expoente dessa renovação a partir do conceito de poder e com ele, após fazer uma reflexão crítica sobre concepções de poder centradas na atuação do Estado, propugna, tendo como uma de suas principais referências Michel Foucault, em favor de distintas variantes do poder, desde a atuação do Estado como relações que se estabelecem em outras situações da vida cotidiana. “Foucault não expandiu o campo do poder, ele simplesmente o precisou e o limitou ao campo relacional que é o da comunicação e da troca. Foucault não afirmou que tudo é poder, mas que cada relação é poder (...)” (Raffestin, 1983, p. 65).

O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o *campo de poder*. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as *coisas*, ou seja, o que Claude Raffestin denomina de trunfos do poder. É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade.

As relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território: “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (Raffestin, 1993[1980], p. 53). E são essas relações que cristalizam o território e as territorialidades: “O território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações (...)” (*idem*, p. 58). O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um *novo* significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social. Evidentemente, as relações de poder têm, em Foucault, Magnaghi e em Raffestin, uma concepção bem distinta daquela de Ratzel.

Posteriormente, Raffestin e Turco (1989a) ratificam uma compreensão relacional do poder, como uma *nova* via de interpretação, concebido como fluxo, isto é, como comunicação na vida societária. Evidenciando Claval (1978), como o autor da *primeira grande síntese histórico-geográfica* sobre a relação Estado-poder, propugnam em favor da *tese* desenvolvida por Raffestin e Bresso (1979), segundo a qual o trabalho e o caráter relacional são os fundamentos do poder. A partir dessa concepção, destacam os dois elementos constituintes do poder: a energia e a informação, ratificando, também, aspectos da argumentação de Raffestin (1981[1980]): cada sociedade organiza seu espaço combinando esses elementos e, desta maneira, modela seu território, através da energia, da informação, de códigos, de estratégias, de objetivos e da comunicação, de forma relacional e multidimensional, através das relações sociais da vida de cada dia.

Desta maneira, por exemplo, é possível se compreender outros significados do território, nos espaços de trabalho, de lazer, de moradia, de culto, de arte etc. No entanto, essa concepção teve mudanças profundas na geografia somente a partir dos anos 1950-70. No período compreendido entre 1870 e 1960, no qual predominam as geografias positivista e neopositivista (empírica e lógica), normalmente identificado como geografia tradicional, como afirma Roberto Lobato Corrêa, privilegiam-se os conceitos de paisagem e região (natural ou geográfica), em detrimento de outros, como o de território. O conceito de espaço aparece com destaque na geografia somente nos anos 1950, quando o de paisagem é *deixado de lado* e o conceito de região é reduzido ao resultado da classificação de áreas de acordo com procedimentos de *agrupamento e divisão lógica*: “Lugar e território não são conceitos significativos na geografia teórico-quantitativa” (Corrêa, 1995, p. 20).

Já no período seguinte, como revela Giuseppe Dematteis, principalmente a partir dos anos 1980, entra em crise a concepção areal de região, isto é, deste conceito compreendido como área contínua com determinadas características específicas e com uma certa estabilidade e homogeneidade. Isso ocorre em razão de crescentes inovações que se efetivam nos meios de circulação e informação; de distintas ações de sujeitos em espaços diferentes e de redes extralocais que integram cada vez mais em escala planetária. A vida cotidiana conserva formas areais e, ao mesmo tempo, interesses globais e difusos. O nível local-regional passa a ser visto essencialmente como um *nó* de redes: “Os novos campos de externalidade não têm mais formas areais compactas, nem um raio limitado, mas se configuram como *redes*, articuladas em centros e sistemas urbanos pequenos e grandes, sobre extensões territoriais tendencialmente nacionais e internacionais” (Dematteis, 1995, p. 90) (grifo do autor). Para entender essa *nova* dinâmica é necessário substituir a *ideia* de espaço homogêneo e a de *posição geográfica* pela de *posição relacional*.

Aquela compreensão matemático-estatística, proeminentemente dedutiva e de soma de componentes naturais e humanos é limitada para explicar os *novos* processos e arranjos socioespaciais, cada vez mais complexos. Articulam-se condições (i) materiais na revisão e reelaboração do pensamento geográfico e na retomada do conceito de território com *novos significados* em *novas* abordagens e concepções.

2. CONDICIONANTES E CARACTERÍSTICAS DA REELABORAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NOS ANOS 1950-60

Passa mais de um século, como afirma Dematteis (1985), para que se faça uma discussão crítica e se recolque no centro das atenções, no pensamento geográfico, o conceito de território. Neste movimento de renovação da geografia, estão nomes de estudiosos como Pierre George, Pierre Monbeig, Yves Lacoste, David Harvey, Massimo Quaini, Calogero Muscarà, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Paul Claval, Horácio Capel, Jean Gottmann, Lucio Gambi, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Roberto Lobato Corrêa, entre tantos outros e outras menos conhecidos, desta e de outras ciências sociais que influenciam na geografia. Nem todos dão centralidade ao conceito de território em suas abordagens, mas há os *pioneiros*, como J. Gottmann, G. Dematteis, M. Quaini e C. Raffestin. Sucintamente, conforme Giuseppe Dematteis, contrapõe-se àquela concepção de Terra como fato natural, o conceito de território compreendido como fato social e político.

É um movimento de mudanças na produção do conhecimento que acompanha transformações socioespaciais (degradação ambiental, expansão urbana, acirramento das desigualdades sociais...) e no nível do pensamento filosófico. No dizer de Lacoste (1974), o progresso da ciência e a preocupação com problemas sociais e ambientais levam ao *desmoronamento de uma Geografia*. Há uma conjugação de componentes (i) materiais que condiciona a emergência de *novos* elementos na reflexão geográfica a partir, principalmente, de atitudes antipositivistas presentes, por exemplo, em obras e autores que propugnam em favor da fenomenologia ou do materialismo histórico e dialético. Debate-se conceitos como os de paisagem, espaço e território, entre outros, na tentativa de se produzir uma explicação geográfica coerente com a *nova* complexidade socioespacial.

Nesse processo de reelaboração da geografia, foi possível identificar, referente a esse período, pelo menos duas perspectivas significativas que marcaram abordagens concomitantes e sucessivas. São elas: uma que evidencia a atuação histórica do Estado, a circulação e as iconografias, com um caráter predominantemente geopolítico, construída *com* as argumen-

tações de Gottmann (1947 e 1952) e, outra, na qual se reconhece a trama de relações sociais, a construção histórica de lugares, a transescalaridade do território e o desenvolvimento, a partir de abordagens como as de Dematteis (1964) e Muscarà (1967).

2.1 SOBRE O CONTEXTO DE MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS E A REDESCOBERTA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Na geografia, nessa transição que se dá a partir dos anos 1950, até o final da década de 1970, busca-se romper e superar as abordagens positivista e neopositivista, pragmática, quantitativa e meramente descritiva, muito presente, por exemplo, na geografia regional francesa até este período, que negligencia o conceito de território em favor da utilização do conceito de região, entendido, sucintamente, como um recorte espacial com determinadas características naturais (*físicas*) e humanas. Isso significa, no dizer de Raffestin e Turco (1989), uma mudança de paradigma, com a redefinição de noções e conceitos, métodos e *modelos*. Questiona-se e tenta-se superar aquela geografia compreendida como *ciência das paisagens*, *ciência dos meios naturais*, *ciência das formas da diferenciação espacial* ou ainda *ciência do espaço* (Lacoste, 1974), centrada na dicotomização entre a sociedade e a natureza.

Não há, segundo Lacoste (1974), por parte do geógrafo, uma preocupação com a construção de conceitos, mas o uso de noções superficiais como *região* e *pays*, o que condiciona a superficialidade de abordagens centradas na descrição de paisagens, mascarando a análise de relações de classe, a atuação do Estado e outros processos. Dessa forma, para Yves Lacoste, o conceito de região, entendido como um recorte dotado de certas características particulares e tido como único nível de análise, é um *poderoso conceito-obstáculo*: “O fato de privilegiarmos certos níveis da análise que correspondem a certos tipos de espaço de conceptualização provoca (...) a deformação ou o ocultamento dos fatores que só poderiam ser convenientemente apreendidos em outros níveis de análise” (Lacoste, 1974, p. 262).

Apesar do estreito vínculo das pesquisas de *matriz* positivista com o conceito de região, edificam-se *caminhos* distintos, lentamente, a partir do final da década de 1940, na geografia, de renovação, com *novas* técnicas de pesquisa e categorias de interpretação. Isso acontece com a tomada de consciência

das mudanças necessárias por parte de alguns pensadores: um *caminho* se dá centrado nos estudos regionais a partir de dados *físicos*; outro, de caráter mais geral, pautado, de acordo com Yves Lacoste, na descrição de *vastos conjuntos territoriais* se enfatizando aspectos demográficos, econômicos e políticos.

Outras perspectivas revelam a problemática do desenvolvimento, que exigiu um repensar do método de análise e/ou o reconhecimento da atuação de forças sociais ligadas à produção do espaço geográfico e à dominação social, numa tentativa de se construir uma compreensão mais coerente do mundo, como explicam Dematteis (1970) e Bagnasco (1978). Há uma correlação direta entre ciência e *real*. Havia necessidade de superação de estudos dicotomizados e descritivos, tanto na geografia como na sociologia e na economia, diante da complexidade cada vez mais intensa do capitalismo e seus aspectos culturais. Lucio Gambi, referindo-se à geografia, na Itália, nos anos 1950-60, afirma: “Em nosso país (...) domina a direita, poderosa em número (...) e que se limita a indicar soluções superficiais, evitando colocar as mãos, integralmente, na substância das condições sociais” (1973, p. 64).

Sobre o conceito de território, na primeira metade do século 20, nas ciências sociais, há obras isoladas como a de Lenin (2000) que, em publicação original de 1917, ao tratar do capitalismo monopolista (imperialismo), menciona o território como dominação de áreas a partir da *partilha econômica do mundo*. Esse conceito aparece como área com determinada população, sob influência de certos grupos econômicos ligados à atuação do Estado. Argumenta em favor da *partilha territorial do mundo* na fase imperialista do capitalismo e evidencia a existência de território sem proprietário, o que é, no mínimo, interessante para uma abordagem daquela época.

Para Vladimir Lenin, há territórios *com* e *sem* um proprietário, sendo que estas últimas áreas, em virtude de conquistas coloniais, praticamente deixam de existir a partir do final do século 19 e início do 20. No entanto, o conceito de território não recebe uma maior atenção nem sistematização e aprofundamento. Isso vai ocorrer a partir dos anos 1950-60 e, sobretudo, entre 1960-80, como já referi, no bojo de um processo de discussão e reflexão sobre os *paradigmas* dominantes na ciência moderna, sobre mudanças socioespaciais efetivadas nos pós-segunda guerra mundial e, inclusive, como fruto de processos conflituais de operários, localizados.

Desde os anos 1960, na Itália, por exemplo, diferentemente do que ocorreu em países como os EUA, um dos fatores que influenciou na *redesco-*

berta do território, foi a luta de trabalhadores nos anos 1968-69, no chamado triângulo industrial, especialmente, em Turim, em virtude da localização da FIAT. “Antes de 1968, a problemática territorial – e a palavra ‘território’ – era restrita a poucos especialistas, com um significado essencialmente técnico” (Dematteis, 1981[1979], p. 135). A *redescoberta* deste conceito a partir de um processo socioespacial se dá em meio ao conflito social, inerente à organização da *fábrica-cidade*, do trabalho e da reprodução do capital, ou da reorganização *capitalista do território da produção*, como denomina Magnaghi (1976). O texto desse autor revela isso muito bem: o território passa a ser entendido não como elemento natural ou artificial (solo, casa...), mas como produto de relações sociais, organizadas política e espacialmente. Essa conflitualidade permanece e não se restringe a esse movimento operário, envolvendo outras *dimensões* do cotidiano, como afirma Quaini (1980), determinando outros debates e *novas* formas de agregação social.

Em meio a este processo, os *Consigli di zona* são uma espécie de síntese, como resultado e condicionante da expansão da discussão sobre a organização territorial no *real* e sobre o conceito de território. Estes *conselhos* foram estabelecidos, ao que parece, a partir da experiência dos *Consigli di fabbrica* dos anos 1920 e da atuação do PCI (Partido Comunista Italiano) e do PSI (Partido Socialista Italiano), com forte organização em Turim, pois eles pretendiam elaborar uma teoria da revolução operária, processo no qual Antonio Gramsci teve centralidade, como animador, dirigente e teórico.

A partir de sua elaboração teórica da dialética de Hegel, de Benedetto Croce e de Marx, via Lenin, Gramsci enfatiza a dimensão política de dominação social, considerando as contradições e o movimento, no *real*, retomando e aprofundando aspectos da teoria de Marx e contribuindo decisivamente para se compreender a heterogeneidade, os conflitos e as articulações entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos e subsidiando a elaboração de uma filosofia da práxis.

Nesse sentido, os *Consigli di zona*, foram uma forma de organização política de trabalhadores, num contexto de lutas de sindicalistas e demais operários contra a organização capitalista do trabalho, especialmente, aquela efetivada através das fábricas modernas, como a FIAT. Foram criados, na Itália, a partir do movimento operário de 1968, visando à construção de uma organização alternativa, para transformar suas condições de trabalho e de vida, contra a burocracia centralizadora e outras forças do capital. No di-

zer de Dematteis (2005a): “(...) nos anos 1970, a interpretação neomarxista do território foi nossa teoria de referência, sendo que a prática era efetivada através da colaboração dos ‘*Consigli di zona*’ dos sindicalistas (CGL, CISL e UIL), para a elaboração da plataforma de reivindicações relativas à habitação, transporte e serviços sociais (...)” (p. 17) (grifo do autor).

Com esses *conselhos*, pretendia-se potencializar a participação operária nas decisões do sindicato, estabelecendo uma *nova* práxis política. A unidade entre os *conselhos* era dada pelos *delegados* (sindicalistas) e pelos próprios *conselhos* que, ao mesmo tempo, tinham como papel principal, contestar a organização capitalista do trabalho. Os *conselhos* foram uma maneira encontrada para articular internamente o movimento operário, que tinha uma organização explicitamente territorial: estabeleceu-se uma unidade entre as diversas categorias e posições políticas.

Outros eventos importantes que reforçam esse processo, são a criação do denominado grupo da *geografia democrática*, entre 1976 e 1981, envolvendo vários professores e estudantes de diferentes universidades italianas. Essa organização acadêmica e política, como manifestação do pensamento utópico e anárquico, por exemplo, de autores como E. Reclus, P. Geddes e P. Kropotkin, teve centralidade na renovação da geografia na Itália, na forma de um neomarxismo, como denomina Giuseppe Dematteis. Podemos destacar ainda a publicação dos *Cadernos do território*, em 1976, nos quais se problematizam e se revelam os *novos* arranjos territoriais do capital e do movimento operário do pós-1968, isto é, as *novas* contradições das relações de poder entre as classes sociais; a constituição da revista *Hérodote* na França e na Itália, respectivamente, em 1976 e 1978, entre outros processos.

Sobre a *geografia democrática*, Dematteis (2005a) resume muito bem a articulação efetivada:

Mas não éramos os únicos a trabalhar contra o movimento maior. Em Milão, havia a escola de Lucio Gambi, um grande geógrafo que, no final dos anos 1950, tinha contestado duramente a geografia tradicional, colocando-se em posição historicista radical. Em Gênova, havia Massimo Quaini, autor do livro *Marxismo e Geografia*; em Nápolis, o grupo de P. Coppola; em Bologna, Franco Farinelli; Vincenzo Guarrasi em Palermo e outros, em torno de trinta no total, com os quais organizamos encontros e seminários em diversas localidades da Itália. Durante os eventos, como mencionei anteriormente, constituímos um grupo

informal e aberto, chamado 'Geografia Democrática'. Por iniciativa de Massimo Quaini e outros, formamos, também, a revista *Hérodote Itália*, que publicava artigos originais e outros traduzidos da revista francesa *Hérodote*, organizada por Y. Lacoste, com quem estávamos sempre em contato (p. 17) (grifos do autor).

Há, sucintamente, nos EUA, na Itália, na França, entre outros países, uma rediscussão teórico-metodológica da geografia e de outras ciências sociais, e a efetivação de processos socioespaciais que condicionam a reelaboração contínua da produção do conhecimento. Um dos resultados desse movimento, é um *novo* entendimento do conceito de território, já citado; outro, sobre o conceito de paisagem: destacam-se autores como E. Dardel, E. Turri e A. Frémont, entre outros, com uma abordagem fenomenológica e, E. Sereni, L. Gambi e M. Quaini, que apreendem a materialidade de relações sociais e do território. Se a renovação da geografia, conforme Santos (1988), passa pela depuração da noção de espaço, esta envolve, também, a reelaboração dos conceitos de paisagem e território. Há um movimento do pensamento inerente ao *real*, num processo da unidade *matéria-ideia*: pensar, ser e viver estão em unidade e movimento constantes.

Para Quaini (2005), o biênio 1963-64 foi crucial na geografia italiana, em virtude da publicação da obra de Calvino (1963), definida posteriormente por Claude Raffestin como um tratado de territorialidade. Italo Calvino descreve aspectos da vida de Marcovaldo, migrante do Sul da Itália, camponês, para o Norte, industrializado. Com sua imaginação, *inventa* um território que não existe, conforme Raffestin (2005), mas também *inventa* uma paisagem, com os elementos que conhecia de sua vida rural.

Essa publicação de Italo Calvino, juntamente com outras do início dos anos 1960, na Itália, na França e nos EUA, marcam, ligadas à transformações do espaço, a construção de uma abordagem que tenta romper com aquela meramente enumerativa e estática da paisagem e da região. Um dos desdobramentos desse processo são as elaborações acerca do conceito de produção do espaço, com argumentações de Henri Lefebvre. Outro, o que mais me interessa neste momento, é a constituição da abordagem territorial, como uma forma para explicação de certas questões e processos não compreendidos coerentemente até aquele momento, substantivada através daquelas que podem estar entre as primeiras considerações específicas e sistemáticas, na geografia, nessa *nova* concepção, sobre a territorialidade hu-

mana, que são os trabalhos de Dematteis (1964, 1969 e 1981[1979]), Conti (1974) e Quaini (1976a).

Farinelli (1980), referindo-se ao ano de 1964, na geografia italiana, afirma: "No mesmo ano Giuseppe Dematteis introduzia a valorização analítica das relações sociais como elemento de explicação das formas domésticas" (p. 795). Dematteis (1964), estudando casas rurais, propugna para além do entendimento da casa pela casa, como uma *coisa* em relação com outra *coisa*, ou seja, é vista como produto das relações sociais efetivadas entre os homens. De acordo com Franco Farinelli, é provável que o *nascimento* da abordagem marxista na geografia italiana tenha ocorrido com essa concepção.

No entendimento de Governa (2005), os estudos sistemáticos sobre a territorialidade humana, na geografia, iniciam-se na década de 1970, com os trabalhos de Soja (1971), Gottmann (1973) e Malmberg (1980). Já para Haesbaert (2004 e 2004a), se não se levar em conta as pesquisas de Jean Gottmann, a primeira grande obra dessa temática, também na geografia, é a de Malmberg (1980). O fato é que há um conjunto importante de pesquisadores que reconstróem o conceito de território e a abordagem territorial, evidenciando, ao mesmo tempo, características da vida de indivíduos e, assim, a essencialidade da dinâmica social na constituição do território. São esses estudos, entre outros, que contribuem de forma decisiva na superação de uma concepção banal e imprópria do território entendido como suporte da sociedade ou configurado biologicamente por animais que '*controlam*' certas áreas.

No dizer de Coppola (1981[1979]), ocorre, nos anos 1960-70, uma fase de *refundação da epistemologia da geografia*, na qual, a *dimensão territorial* assume centralidade, como aconteceu na Itália em distintas disciplinas, a ponto de Pasquale Coppola chamar a atenção para o modismo da difusão do termo território, tanto no meio acadêmico, como no público, no privado e nos meios de comunicação. Isto, já na década de 1970, naquele país. Havia, para este autor, em consonância com Giuseppe Dematteis, *problemas reais* que impunham urgentemente uma *nova* organização do conhecimento, crítica e original, sobre as formas de ocupação e relações espaciais. Há, de modo geral, nas ciências sociais e no *real*, mudanças substantivas que se interagem e determinam *novos* arranjos à ciência geográfica; são fatores e elementos (i)materiais, que fazem parte do mundo da vida. A abordagem territorial, de maneira renovada, é resultado

de múltiplas determinações, historicamente condicionadas, no nível internacional, porém, de forma mais intensa, no período que ora me ocupo, em países como a Itália e a França.

Dematteis (1980) esclarece que, de fato, o encontro da geografia com a análise marxista, no mundo ocidental, ocorre a partir do final dos anos 1960. Com isso, lentamente, passa-se a evidenciar as contradições sociais, as lutas de classe e as formas históricas das mudanças sociais, em razão, principalmente, de transformações que acontecem no *real* e no próprio pensamento geográfico: “O encontro recente da geografia com o marxismo se explica, em meu entendimento, com elementos produzidos na *evidência geográfica*, das mudanças que acontecem no interior da disciplina e da crise do mundo externo. Esta origem explica também as características da produção geográfica subsequente” (Dematteis, 1980, p. 781) (grifo do autor).

Giuseppe Dematteis também enaltece a importância da obra de Harvey (1969) neste movimento de revisão da ciência geográfica, o que é ratificado por Farinelli (1983). David Harvey evidencia aspectos da noção de *espaço relativo* efetivado na dinâmica social, principalmente, em relações que implicam custos e interferem na localização de atividades produtivas. A abordagem de David Harvey, em *Explanation in geography*, talvez por isso seja considerada, por Vagaggini (1985), como *clássica na epistemologia da geografia*. Enquanto na geografia de base positivista alguns se ocupavam de estudar regiões retalhadas no espaço, Harvey, no movimento de revisão da geografia quantitativa, promove a discussão de uma concepção relacional do espaço, no qual há distâncias, custos, tempo, informação e interação social.

Conforme Harvey (1969), é com a superação da tese kantiana e das leis newtonianas, que resultam no conceito de espaço absoluto, por argumentos e características da teoria da relatividade, de Einstein, que o espaço assume caráter relacional. A concepção kantiana de espaço passou a ser considerada por muitos como simplista e desconexa da realidade. Ganham força, paulatinamente, na geografia, conceitos como conexão espacial, difusão e interação.

Para mim, essa obra de David Harvey, juntamente com o seu *A justiça social e a cidade* (1973) e com a de Dematteis (1970) são, na geografia, duas referências que podem ser consideradas clássicas na superação da geografia, de base positivista e neopositivista, tanto pela discussão teórico-metodológica como pela compreensão relacional do espaço geográfico e do território.

Podemos, tranquilamente, reunir a estes dois pesquisadores, cada qual com sua abordagem, o sociólogo Henri Lefebvre, também com uma larga contribuição à geografia desde os anos 1950. São três referências que sustentam argumentações teórico-metodológicas fundamentais para a renovação no pensamento geográfico, centradas no materialismo histórico e dialético. Também podemos acrescentar, com concepções diferenciadas, na discussão mais geral da geografia, J. Gottmann, Y. Lacoste, P. Claval, P. Monbeig e L. Gambi e, a partir dos anos 1970, geógrafos como C. Raffestin, M. Santos e M. Quaini.

E são interações e debates teórico-metodológicos de Dematteis, Quaini, Raffestin, Gottmann, Lefebvre e Harvey, entre outros, que condicionam a renovação e o fortalecimento da abordagem territorial, ou de abordagens e concepções, tendo o território como um dos conceitos principais. Evidentemente, como detalho no capítulo 3, E. Soja, G. Deleuze, F. Guattari, A. Magnaghi e A. Bagnasco também têm centralidade nesse processo, juntamente com outros pesquisadores, como F. Indovina e C. Muscarà.

2.2 ENTRE A FRANÇA E OS EUA: CONTRIBUIÇÕES DE JEAN GOTTMANN

Um *salto* qualitativo, referente às concepções renovadas de território, ocorre com as pesquisas e reflexões de Jean Gottmann, a partir de sua formação na *escola* francesa, de derivação vidaliana, através de Emmanuel de Martonne, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Raoul Blanchard, Camille Vallaux e Julien Sion. Foi com Demangeon, conforme Muscarà (2005a), que Gottmann estabeleceu relações mais intensas e duráveis, como estudante e seu assistente em estudos de geografia humana.

Com sua transferência aos EUA, em 1941, Jean Gottmann teve uma importante relação com Isaiah Bowman, na universidade Johns Hopkins. Neste processo, fez vários estudos regionais sobre a Rússia, França, Alemanha, Síria, Líbano, EUA etc. experimentando e evidenciando aspectos relativos à pesquisa científica em geografia humana, em 60 anos de atividade e com mais de 400 títulos publicados. Uma de suas principais obras é *La politique des États et leur Géographie*, publicada em 1952, ampliando o conceito de território em relação à abordagem feita por Ratzel, para além do Estado-Nação ou suporte de ações dos homens.

"As ideias sobre a centralidade urbana, a importância de uma geografia da circulação (...), iconografias regionais, a megalópolis; sobre os significados do território, centro, periferia e as diásporas estão, certamente, entre as maiores contribuições que Gottmann deixa para a geografia" (Muscarà, 2005a, p. 20). Metodologicamente, Jean Gottmann deixa um legado muito importante para a abordagem territorial e, de forma mais geral, para a geografia, ensinando sobre a elaboração de analogias e generalizações a partir da análise diacrônica de variações espaciais.

Ao descobrir a filosofia de Henri Bergson, atribui uma dimensão dinâmica à análise geográfica: temas como circulação assumem grande relevância, por exemplo, através da compreensão do *carrefour* como um lugar de fluxos. Outro aspecto central e inovativo, para a geografia de sua época, foi a dedicação ao entendimento de fatores psicológicos (*espirituais*). Dessa forma, Jean Gottmann elabora uma abordagem histórica e cultural, com elementos (i)materiais do território.

E são os fatores *espirituais* que conduzem Gottmann (1950), por exemplo, a caracterizar *regiões culturais* na Europa e ao conceito de iconografia: "Na concepção de Gottmann, a iconografia identifica o caráter distintivo e individualizante que permite reconhecer uma comunidade de outro limítrofe em um território denso e variadamente povoado como o europeu. É produto da história da comunidade e se manifesta nas tradições locais e na variedade das paisagens culturais e econômicas" (Muscarà, 2005a, p. 191). A iconografia, nesse sentido, pode conter uma combinação de elementos culturais, econômicos e políticos, constituídos historicamente, o que também é ratificado por Prevelakis (2003), para o qual a religião, a linguagem e a história são elementos considerados integrados por Jean Gottmann, juntamente com os *sistemas materiais*.

Logo em seguida, Jean Gottmann acrescenta o componente ambiente (*contexto físico*), indicando uma abordagem renovada e múltipla do território. No entanto, esse elemento permanece secundário em sua argumentação, como se nota em sua obra de 1952, fazendo uma abordagem que transita entre a geografia política e a geografia cultural, destacando a divisão política do espaço e a diferenciação cultural em escala regional, mediadas por duas forças principais: a circulação e as iconografias.

No dizer de Luca Muscarà (2003), para Gottmann, a circulação favorece a *abertura* de espaços, enquanto que as iconografias são definidas por

símbolos (religiosos, políticos e sociais), inerentes a determinados grupos sociais, *funcionam* como um *sistema* de resistência à circulação e à mudança e são controladas, ao mesmo tempo, pelo poder político. Tanto a circulação como as iconografias ocorrem no nível supranacional e em regiões internas aos Estados ou impérios ou cidades fortificadas.

Nessa dinâmica, os objetivos podem ser administrativos, econômicos, universitários etc., sendo que a definição de iconografias pode gerar situações estabilizadoras (Calogero Muscarà, 2003a). Já a circulação é inerente à mudança social e tem na cidade seu *locus* principal. Quando uma *comunidade* se sente ameaçada por constantes mudanças, ela pode recorrer a sua iconografia, a sua identidade, como forma de resistência e reforço da coesão interna, através de um *sistema* de símbolos. Assim se formam, conforme Gottmann (1952), os regionalismos e, possivelmente, *novas* nações.

Como a iconografia significa coesão e unidade, ela está relacionada, conforme Jean Gottmann, com a circulação, que corresponde à força motriz da mudança, através de fluxos: "A circulação permite, assim, organizar o espaço e é no curso destes processos que o espaço se diferencia" (Gottmann, 1952, p. 214). A circulação, especialmente, através de estradas, é determinante na organização do espaço, definindo redes que interligam diferentes centros. E essas redes são fundamentais na formação e coesão do território. São atuantes, paradoxalmente, juntamente com as iconografias, na compartimentação política do espaço e na definição de territórios. A circulação garante a fluidez e a unidade numa certa compartimentação e, a iconografia, a resistência e a estabilidade política.

É importante notar que a orientação metodológica de Jean Gottmann, para essa compreensão, fora explicitada anteriormente, por exemplo, em um importante artigo de 1947, no qual busca, explicitamente, um método de análise para os fenômenos humanos, que supere a simples descrição e aplicação de técnicas da geografia física ou da botânica. Uma de suas preocupações era com a definição de generalizações, superando as descrições regionalizadas. Para tanto, tem três referências fundamentais: Isaiah Bowman, também utilizado por Monbeig (1952), Albert Demangeon e Henri Bergson. Jean Gottmann articula, a partir de obras desses autores, elementos das *escolas* francesa e norte-americana, como os conceitos de *tecido*, *nó*, *dinâmica social*, *frentes de colonização*, entre outros, elaborando uma abordagem que reconhece aspectos *materiais*, ligados ao mundo das *ideias* e o movimento.

Dessa forma, o princípio de fluidez se torna central em sua concepção, como circulação, *movimento perpétuo* que se decompõe em outros movimentos, particulares, ligando diferentes países e cidades. Circulação de homens, mercadorias e *ideias*, que envolve edificações (estações ferroviárias, portos, estradas, aeroportos...) e o fator psicológico, como principal determinante do consumo e da mobilidade de indivíduos. Este fator *espíritual* é central em sua proposta, como base para o dinamismo da geografia humana (econômica, política e social), sendo que esta combinação entre componentes *materiais* e *espírituais* da vida, estabelece cruzamentos, lugares, um sistema de relações, redes. Esses são aspectos que constam claramente na argumentação de Gottmann (1947) e que condicionam sua compreensão do território desenvolvida, mais específica e profundamente, em obras de 1952, 1973/2005 e 1975/1983 e aparecem em obras como a de Raffestin (1981/1993[1980]), por exemplo, conhecedor de obras de Pierre Monbeig e Jean Gottmann, entre outras.

Gottmann (1952) explicita sua abordagem não marxista, tentando conciliar *ideia* e *matéria* como uma forma coerente de explicação da realidade, heurísticamente. Os próprios conceitos de oportunidade e segurança, evidenciados por Gottmann (1973/2005), por exemplo, têm características *psicológicas* e *materiais*, efetivadas por aspirações de indivíduos e ações do Estado. Conforme Muscarà (2005a), a iconografia corresponderá à busca por refúgio e segurança e, a circulação, à busca de oportunidades. Por isto, em Gottmann (1973/2005), passando pelas argumentações de *Megalópolis*, o território é compreendido, como demonstro no capítulo 3, como lugar de proteção, segurança e oportunidade.

2.3 TRAMAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Outro trabalho importante desse período, porém, sem aprofundamento, é o de Innocenti (1969). Para este autor, por exemplo, apesar de considerar certas relações sociais no território, entende-o basicamente como *região funcional, simples* e *complexa*. Há integração entre o campo e a cidade, através da migração pendular de trabalhadores para as indústrias; através da migração em razão de escolas e hospitais e da circulação de mercadorias. Também há dominação em sua abordagem eminentemente econômica. Porém,

não aprofunda o entendimento de questões que menciona no texto, como as redes, o tempo histórico e a heterogeneidade, restringindo-se à delimitação e descrição de *regiões simples* e *complexas*, como denomina, em função dessas variáveis mencionadas.

Um salto de qualidade centrado no conceito de território acontece com Dematteis (1963, 1964, 1967 e 1969). Em Dematteis (1964), marco substancial desse movimento de reelaboração da geografia utilizando o conceito de território, esse conceito é compreendido como produto social, lugar de vida e de relações. Ao estudar características da casa rural, evidencia as relações sociais, entre os homens, como condicionante de suas formas e organização interna. A casa rural sofre influências de distintos *âmbitos territoriais*: da família, da vizinhança, da *comunidade* e da sociedade urbana.

Giuseppe Dematteis tece uma abordagem relacional, considerando interações territoriais (transescalares) entre diferentes lugares e pessoas. Ao mesmo tempo, discute questões de método e componentes da territorialidade humana. Sobre o método, explica algumas características da casa rural como fruto de processos sociais e territoriais, isto é, suas formas e sua organização são historicamente determinadas por cada sociedade. No *mundo rural*, efetivam-se relações com a terra, na família, com os vizinhos, na *comunidade* e com sujeitos da cidade. Esses indivíduos se interagem, especialmente, cultural (*psicológica*) e economicamente: essas são suas territorialidades cotidianas.

Na minha interpretação, esse autor sinaliza para uma compreensão (i)material do território e da territorialidade humana, a partir desses fatores psicológicos (subjetivos) e econômicos que destaca. Os primeiros correspondem à identidade, às relações entre os grupos familiares e, os segundos, às técnicas e à circulação mercantil. É um tratamento inicial, mas fundamental para pesquisas e reflexões futuras.

As condições subjetivas e econômicas estão ligadas e o território se efetiva de maneira sobreposta: "Do centro rural compacto, no qual se sobrepõem relações comunitárias com as de vizinhança e de família (...), passa-se gradualmente à pequena vila, à pequena *comunidade* da paróquia (...), onde o fator técnico-econômico (...) se equilibra com o psicológico-social (...)" (Dematteis, 1964, p. 241). A casa rural é produto dessas múltiplas relações que se efetua nos níveis da família, da comunidade e com a cidade, integrando a família a outras famílias e/ou a grupos sociais: "É das relações que se estabelecem entre estes grupos que derivam as habitações (...)" (*idem*, p. 241).

A família organiza a casa de acordo com as características de seu grupo social: a sala, a cozinha etc.; as relações de vizinhança influenciam na organização da casa; a *comunidade* exerce influência com vistas a uma *coesão* (unidade) do grupo, perpetuando seu patrimônio cultural. No lugar, há uma dinâmica social que define um *limite territorial* centrado em suas *tradições* e não no ambiente físico. A territorialização ultrapassa e supera determinadas características do ambiente natural, o que é mais uma contribuição importante do autor, influenciando no rompimento e superação de concepções político-administrativas ou naturalizantes do território.

Por fim, Giuseppe Dematteis evidencia as *regras* de cada grupo social, escritas ou não, e as redes (ferrovias, estradas, rádio, tv, mobilidade de trabalhadores...) formadas na circulação mercantil, integrando distintas famílias e grupos sociais. Sucintamente, em sua concepção, constam os elementos basilares do território, entendido como resultado da dinâmica socioespacial: a identidade, as relações de poder e as redes de circulação e comunicação.

Essa abordagem é ratificada em Dematteis (1967), ou seja, os homens, vivendo em sociedade, territorializam suas atividades, nas quais há reciprocidade e coexistência, respectivamente, nas relações espaciais (em rede) e de diferenciação territorial. Nesse movimento, a natureza também está presente, como fator de diferenciação, juntamente com o processo histórico, societário, que deixa formas no território: "(...) A realidade geográfica do território é entendida como rede de relações entre todos os fenômenos coexistentes e como resultado de um processo histórico de humanização do ambiente natural" (p. 91). Há uma clara conjugação da relação espaço-tempo na compreensão do território.

Posteriormente, em Dematteis (1969), os conceitos principais são região e território; faz uma abordagem também relacional, reconhecendo o processo histórico de aspectos das relações existentes entre a cidade e o campo (*campagna*). O território é compreendido como área e, sobretudo, como relação social, econômica e política. O Estado e as indústrias, por exemplo, têm centralidade nas *tramas* efetivadas entre o campo e os centros urbanos. Em seu texto, aparecem conceitos como os de *célula territorial*, *zona e função*, revelando reminiscências de uma geografia funcionalista.

No entanto, sua concepção privilegia a dominação do Estado, as redes de comunicação e circulação, o fluxo de trabalhadores, enfim, tramas na construção histórica do território, com complementaridade entre o campo

e a cidade. Essa complementaridade acontece através das redes, como mencionei, efetivadas pela migração de trabalhadores do campo para a cidade, pela expansão do urbano no campo (televisão, eletrodomésticos, discos, automóveis...), pelo turismo de final de semana de moradores da cidade que descansam no campo e assim por diante. O território é organizado pela sociedade, que transforma (*humaniza*) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional.

É importante notar, ainda, que as reflexões e publicações de Giuseppe Dematteis antecedem, desta maneira, a publicação de uma das principais obras de Raffestin (1981/1993[1980]) e da principal de Sack (1986), consideradas as duas obras basilares e clássicas que orientam duas vertentes distintas, teórica e metodologicamente, sobre o território e a territorialidade.

E são estudos como esses de Giuseppe Dematteis e Jean Gottmann, entre outros, que substantivam, aos poucos, uma geografia crítica e orientam reelaborações sobre o conceito de território nos anos 1950-60 e posteriormente. Ao mesmo tempo, correlato a esse processo, também na Itália, configura-se uma primeira abordagem territorial do desenvolvimento, que é revelada por Muscarà (1967), contemplando a processualidade histórica e relações sociais.

São a problemática do desenvolvimento e a diferenciação espacial, no dizer de Bagnasco (1978), que estão na base da emergência do que denomina de um *paradigma* para a análise territorial. No entanto, há outros elementos importantes que acompanham esse movimento, como as tramas sociais, a identidade, as redes e as regras, que estão presentes no rearranjo da geografia, como demonstram as obras de Giuseppe Dematteis e Jean Gottmann, por exemplo, que acabei de descrever: são debates coexistentes e que se encontram na reconstrução da ciência geográfica.

Calògero Muscarà, em uma concepção não marxista, entende a *questão meridional* como uma questão nacional, integrada ao desenvolvimento do Norte da Itália, envolvendo a industrialização e a urbanização. Por isso, é tratada como um *problema territorial*, isto é, como uma *realidade* complexa, articulada e inerente às desigualdades territoriais. A partir de geógrafos italianos como Umberto Toschi e Cesare Saibene, propugna em favor de uma teoria espacial para se compreender o *desenvolvimento territorial*, criticando abordagens clássicas de sociólogos, economistas e urbanistas. O território é

entendido para além de área, superfície e palco de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em *pequenas e grandes escalas*), como *espaço aberto* em constante transformação.

Dessa maneira, Muscarà (1967) revela aspectos do processo histórico de industrialização da Itália, a concentração industrial, desigualdades regionais, tramas sociais, a distribuição, entre outros, do que denomina de as *Três Áreas* do desenvolvimento territorial (o *Triângulo Industrial*: Milão-Turim-Gênova; o Sul e o meio da Itália: as Três Venezas, Emilia Romagna, Toscana, Marche e Umbria), antecedendo as *Três Itálias* de Bagnasco (1977), como classificação e explicação do desenvolvimento regional e desigual.

Para Calògero Muscarà, as *Três Áreas* são espaços com características territoriais específicas, lugares articulados, em virtude do desenvolvimento desigual. No território, há relações *verticais (ecológicas)* e *horizontais* (entre as *partes* do espaço), eminentemente econômicas e políticas, que condicionam a organização territorial e o processo de desenvolvimento, concentrado e disperso (*difuso*), ao longo de rodovias, com infraestruturas e edificações, discussão que ganhará força a partir dos anos 1970-80, como demonstro na parte final do capítulo 3.

3. O CONCEITO DE TERRITÓRIO: MOVIMENTO, PROCESSUALIDADES E MULTIESCALARIDADES

O conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico. Obras de estudiosos como A. Gramsci, G. Deleuze, F. Guattari, J. Gottmann, G. Dematteis, M. Foucault, entre outros, estão na base dessa reelaboração centrada no conceito de território, como uma problemática interdisciplinar, juntamente com reflexões de Henri Lefebvre, especialmente, através das obras de 1970, 1973, 1974 e 1976a[1972], tratando da *produção do espaço*, como produto e condição da dinâmica socioespacial, *locus* da reprodução das relações de produção. Noções como as de cotidianidade e de redes de comunicação, evidenciadas por Lefebvre (1973[1960]), também são fundamentais para a *redescoberta* do território com *novos* significados.

Segundo Lefebvre (1978[1972]), é durante os anos 1960-70 que se passa a uma compreensão da *produção direta do espaço*, em vez da descrição e quantificação da *produção indireta no espaço*, o que é, praticamente, concomitante, conforme Dematteis (1981[1979]), no que se refere ao entendimento do território como produto de conflitos e contradições sociais. O fato é que, em alguns países, essa discussão é centrada no conceito de espaço geográfico, como ocorre no Brasil; noutros, no conceito de território, como se efetiva na Itália; noutros ainda, nos conceitos de espaço e região, e assim por diante.

Ainda de acordo com Henri Lefebvre, a *produção do espaço* está diretamente ligada à reprodução das relações de produção, explicada a partir da teoria do valor de Marx. O próprio ciclo demonstrado por Marx, de produção-circulação-troca-consumo, além de ter um caráter social, cristaliza-se espacial e territorialmente, como atualmente é bem conhecido nas ciências sociais. Nesse sentido, as contradições sociais, a tecnificação, o consumo do espaço, a processualidade, as redes e a transescalaridade são

inerentes à *produção do espaço*, para além da construção de *objetos* ou de *coisas no espaço*, como resultado dos interesses dos produtores do espaço na prática social cotidiana.

Harvey (1993) afirma que devemos a *ideia* de que o domínio do espaço é central na efetivação do poder social na vida cotidiana a Henri Lefebvre, como um mecanismo fundamental na busca do lucro e reprodução ampliada do capital. No entanto, não podemos esquecer de contribuições de pesquisadores, na geografia, como J. Gottmann, P. Claval, G. Dematteis, M. Quaini, do próprio D. Harvey, E. Soja, C. Raffestin, entre outros, que reelaboram a ciência geográfica mostrando e explicando aspectos relacionais e processuais da formação e dominação do espaço geográfico ou do território.

Na Itália, país de acentuada discussão e produção intelectual sobre o conceito de território, esse movimento se desdobra: "Alguns continuam a trabalhar com a abordagem analítico-quantitativa, outros (...) encontrarão na teoria dialética das relações de produção a base de um possível novo paradigma, fundado no princípio explicativo: processos (sociais)/formas(materiais)" (Dematteis, 1980, p. 782). O itinerário intelectual muda em razão de processos verificados na vida cotidiana, como problemas e características inerentes à vida em sociedade e, em particular, à expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, que se agravam exigindo uma análise explicativa de sua constituição, de suas contradições, dos agentes sociais, das relações de classe etc.

Na geografia italiana, a título de ilustração, destacam-se Gambi (1964 e 1973), Dematteis (1970) e Quaini (1974), evidenciando a *crise da geografia* e delineando questões para a revisão do pensamento geográfico. Em especial Dematteis (1970) e Quaini (1974) destacam a importância da utilização de princípios do materialismo histórico e dialético. Para Massimo Quaini, por exemplo, na renovação da geografia, uma das grandes questões é substantivada pelas relações natureza-história na *organização territorial do capitalismo*. Há uma interação dialética entre sociedade, natureza e território, que aparece, na obra de Quaini, como um conceito subjacente, entendido como produto das relações historicamente determinadas, nas quais há exploração e expropriação do trabalhador direto. São as relações de produção, na rotação do capital, no dizer de Quaini (1974), numa abordagem claramente materialista das relações capital-trabalho, que constroem e organizam o território, o que é similar à abordagem de Gambi (1973), quando enaltece a

importância do homem como sujeito histórico que pensa, trabalha, cria e organiza o espaço geográfico.

Neste sentido, é importante enfatizar, além dos fatores e acontecimentos já mencionados, outros que foram centrais nessa renovação, principalmente, a partir dos anos 1973-74, como os seminários, pesquisas e debates dinamizados por M. Quaini e G. Dematteis, e do seminário ítalo-franco-suíço, realizado em Aosta, em 1974, tratando de fundamentos teóricos da pesquisa geográfica. São eventos importantes, na *redescoberta* do território com *novos* significados.

Isso se desdobrará, sobre o conceito de território, em obras como as de Quaini (1974a), Dematteis (1975 e 1981[1979]), Vagaggini e Dematteis (1976) e em uma considerável gama de pesquisas de caráter empírico-reflexivo, como as de Conti (1974 e 1976), Quaini (1973 e 1976a), Segre (1975), entre outras, que revelam, na Itália, a constituição de redes de pesquisadores de Gênova, Florença, Verona, Veneza, Milão, Bologna, Nápolis e Palermo. Esse movimento de interações culmina na constituição da *geografia democrática*, como já citei. Foi uma iniciativa que teve vários resultados, como a formação do *Grupo de Revalorização de Áreas Marginais* (GRAM), entre 1980 e 1986 e, posteriormente, do *Sistema Local Territorial* (Slot) nos anos 1990, entre outros, dos quais trato nos itens 4.6 e 5.4.

3.1 HISTORICIDADE E ESCALARIDADE: A RENOVAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA CENTRADA NO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Como não poderia deixar de ser, o rearranjo da geografia é substantivado por intensos debates empírico-reflexivos, epistemológicos e políticos; perpassa as ciências sociais e a filosofia, como produto histórico que também condiciona o surgimento de *novos* elementos e *ideias*. No que se refere mais especificamente à discussão teórico-metodológica, na filosofia, uma abordagem clássica dos anos 1970 e de grande importância à geografia elaboram, na França, Deleuze e Guattari (1976[1972]).

Esses autores entendem o processo de esquizofrenia e produção desejante, como *movimento da produção social que vai até o fim de sua desterritorialização*, envolvendo a produção e a reprodução do desejo em *uma nova*

Terra. O *descolar-se no espaço* também é um *estar aqui* e isto revela uma das principais contribuições desses autores no que diz respeito ao território, ou seja, a colagem entre a *des* e a reterritorialização (*T-D-R*). Fica claro, em sua abordagem, o movimento existente na desterritorialização e nas territorialidades: há fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder. O desejo produz fluxos desterritorializados.

Deleuze e Guattari (1976[1972]) reconhecem a territorialidade *neurótica* de Édipo, as territorialidades *perversas* e *psicóticas* e compreendem a contradição, por exemplo, na atuação do Estado, territorializando através da *inscrição* da residência. Esta, ao mesmo tempo, é resultado da desterritorialização, na qual, a divisão de terras condiciona os homens a uma *nova inscrição*. Neste *novo*, há elementos que permanecem, como códigos e alianças territoriais. Há territorialidade (fixação de residência) e desterritorialização. Há fluxos decodificados, de produção e mercantis, que escapam ao quadriculado do Estado. “Fluxo de propriedades que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam (...)” (Deleuze e Guattari, 1976, p. 283). Citando Marx, entendem o trabalhador *desterritorializado do solo* como aquele *tornado livre e nu*, vendedor de força de trabalho, privado dos meios de produção. Dão indícios da ligação que há na *T-D-R* e de permanências efetivadas nesse movimento.

Há, ao mesmo tempo, nessa inédita abordagem de Gilles Deleuze e Félix Guattari, a reterritorialização, como a reconstituição, a restituição do poder: “As sociedades modernas civilizadas se definem por procedimentos de decodificação e de desterritorialização. Mas, o que elas desterritorializam de um lado, elas re-territorializam do outro” (p. 327) (grifo dos autores).

São *novas* territorialidades constituídas na reterritorialização. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas (do Estado, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação e reprodução do capitalismo) e estão presentes nesta reterritorialização. Têm uma postura múltipla frente ao conceito de território, apreendendo aspectos (i)materiais de sua constituição no *real*. A ênfase, é para a rotação do capital. “Em última instância, é impossível distinguir a desterritorialização e a re-territorialização, que estão presas uma na outra ou são como o avesso e o direito de um mesmo processo” (Deleuze e Guattari, 1976, p. 329). A reterritorialização é determinada no bojo da desterritorialização. “(...) o capitalismo não cessa de re-territorializar

o que ele desterritorializa em primeira mão” (*idem*, p. 330). Eis a *T-D-R* trabalhada posteriormente por Raffestin (1984).

E esses processos são simultâneos, como demonstrei em Saquet (2003[2001]), com a diferença de que o desejo tem uma centralidade em sua abordagem. Deleuze e Guattari fazem essa discussão da desterritorialização e da reterritorialização com base em Karl Marx, referenciando sua argumentação, no geral, também, em pesquisadores como Michel Foucault, Ferdinand Braudel, Maurice Dobb, Samir Amin e Henri Lefebvre.

Sucintamente, Gilles Deleuze (filósofo) e Felix Guattari (psicanalista e filósofo), em *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, fazem uma reflexão profunda sobre a reprodução do capital, destacando o desejo como um processo inerente a essa lógica. A subjetividade está muito clara e presente nessa obra, no desejo, no sonho, no amor, na esquizofrenia. O sonho edipiano é uma reterritorialização *perversa* em relação a desterritorialização do sono e do pesadelo. A reterritorialização, neste caso, ocorre no nível do imaginário, do pensamento, ou melhor, do sono e do sonho. É uma abordagem que marcará profundamente estudos territoriais em vários países, como o Brasil, especialmente, no que se refere ao processo de *des-re-territorialização*.

Na geografia, Dematteis (1970), por exemplo, numa obra basilar, estuda a história da geografia moderna, com suas bases epistemológicas, evidenciando a necessidade de superação da dicotomia existente entre a geografia física e a geografia *antrópico-econômica* e entre a geografia *científica* (positivista e neopositivista) e a *humanista* ou *cultural*. A partir de estudos de Paul Claval e Lucio Gambi, Giuseppe Dematteis caracteriza a geografia positivista e propugna em favor de uma geografia histórico-crítica, na qual o conceito de território ganha centralidade.

O território, conforme a argumentação de Dematteis (1970), é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações *horizontais* (entre as pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (clima, tipos de culturas, distribuição do *habitat* ...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas *relações territoriais* (*horizontais* e *verticais*), semelhante ao que propusera Muscarà (1967), mas que podem ser apreendidas coerentemente com uma abordagem histórico-crítica.

Giuseppe Dematteis reconhece, já naquele momento, a complexidade dos problemas territoriais, inerentes à coexistência, no espaço, de fatos he-

terogêneos combinados territorialmente e, a articulação entre a discussão teórico-metodológica da geografia e aspectos do *real*: "A natureza metodologicamente complexa da geografia encontra o seu fundamento, tanto na heterogeneidade dos fenômenos territoriais, como na complexidade da ação voltada à transformação do próprio território" (Dematteis, 1970, p. 64). Justifica um método apropriado à compreensão da complexidade e enaltece a atuação dos sujeitos sociais na reorganização do território, o que é outra contribuição importante e inovativa no que se refere às abordagens do conceito de território de sua época.

Posteriormente, Giuseppe Dematteis retoma a discussão teórico-metodológica sobre a pesquisa nessa ciência, em obra de 1975, com o enfoque pautado no princípio de interação social (ação recíproca) e na organização territorial, sob o materialismo histórico e dialético. Ao contrário da abordagem atomística e mecanicista, afirma que, na geografia, pode-se estudar o espaço transformado, como produto das atividades do homem em interação com a natureza. Faz uma compreensão relacional e processual do território, entendendo-o como enraizamento, ligação/relação social do homem com a natureza terrestre e como produto de contradições e relações efetivadas entre os homens. Apesar da sutileza dedicada à incorporação da natureza exterior ao homem neste debate, o componente 'natural' já está presente no território e receberá mais destaque e atenção, paulatinamente, sobretudo, a partir dos anos 1990, com outra conotação.

Em outras palavras, conforme Dematteis (1975), as relações entre o *sistema social* e seu *suporte material*, ou seja, a natureza modificada pelo homem corresponde à *organização territorial*. Nesse momento de sua construção intelectual, a natureza ainda é concebida como palco dos processos sociais, recorte da superfície terrestre. Porém, o autor concilia, metodologicamente, o processo histórico e os acontecimentos coexistentes, o que denomina de *sistemas socioterritoriais*, tentando reconhecer, ao mesmo tempo, aspectos da natureza e da sociedade.

Aos poucos, dá centralidade à construção de uma abordagem centrada na compreensão relacional do espaço e do território, como processos socioespaciais. Em obra de (1981[1979]), por exemplo, Dematteis entende o território a partir da teoria do valor de Marx, como produto da práxis social e conflitual, ou seja, da organização capitalista do trabalho e da produção ou, ainda, de contradições e relações de produção, de forma similar

à abordagem de Lefebvre (1976a) sobre a produção do espaço. A ênfase de Dematteis é para as dimensões política e econômica da territorialização, de maneira histórica e transescalar (diferentes níveis escalares de análise).

O movimento de reelaboração do pensamento geográfico, de redefinições e de afirmação cada vez mais intenso da abordagem territorial, também é revelado pela obra de Vagaggini e Dematteis (1976). Ao esclarecerem as características principais e os limites dos métodos geográficos *tradicionais*, como o *determinista*, o *normativo*, o *empírico-analítico* e o *analítico-quantitativo*, indicam um *caminho* metodológico para a compreensão crítica do contexto econômico-social e da diferenciação territorial, como trabalhara Dematteis (1970).

Para Vincenzo Vagaggini e Giuseppe Dematteis, é com o *ideário* do materialismo dialético que se possibilita uma compreensão mais coerente das relações inerentes ao espaço: totalidade, interconexão, transformação, dinâmica e contradições. Desse modo, também significam categorias fundamentais da abordagem geográfica. Por isso, os fluxos e as redes, em *tramas*, assumem centralidade em estudos de geografia, do mesmo modo que o processo histórico e as relações sociais em diferentes níveis escalares. "Não existe um espaço que seja somente absoluto, relacional ou relativo, mas existem diversos modos de organizar os elementos materiais de uma dada sociedade sobre a parte da superfície terrestre por esta ocupada ou controlada (o *território*)" (Vagaggini e Dematteis, 1976, p. 134) (grifo dos autores).

Como se percebe, o conceito de território consta, na argumentação desses autores, como o espaço ocupado, apropriado e controlado; produto de relações sociais de produção que se reproduzem na formação do território, o que revela aspectos centrais da abordagem feita a partir de reflexões de Dematteis (1970), Harvey (1973) e Quaini (1974). Essa concepção também significa um avanço significativo naquele momento da geografia, embora Vagaggini e Dematteis (1976) não diferenciem os conceitos de espaço e território e não aprofundem a discussão sobre este último.

Massimo Quaini (1974a), outro geógrafo italiano, em suas reflexões sobre os métodos da *geografia histórica*, também reforça esse movimento inovativo dos anos 1970: entende o território como produto social historicamente constituído, econômica, política e culturalmente. No território há constituição de redes na ciranda mercantil e a natureza, como recurso para a organização social. Em sua argumentação que foi, em síntese, uma respos-

ta às críticas de Gaetano Ferro, os conceitos de tempo histórico, sincronia, espaço e território são centrais. Elabora uma concepção relacional do território, numa perspectiva *geo-histórica*, na qual, há unidade entre o tempo histórico (diacronia) e a escalaridade (sincronia), ratificando sua afirmação anterior: "(...) é preciso reconhecer a peculiaridade dos fatos de povoamento, das construções e dos ritmos de desenvolvimento, sem perder de vista a unidade dos fenômenos humanos (...)" (Quaini, 1973a, p. 720).

Há um único complexo espaço-temporal, efetivado dialeticamente, e que foi trabalhado, posteriormente, no Brasil, por exemplo, por Oliveira (1982), Santos (1980, 1988, 1996 e 1997) e Saquet (2000, 2003[2001] e 2005b), entre tantos outros. A geografia deve estudar, no dizer de Massimo Quaini, a organização espacial sincrônica e diacrônica e o complexo de relações existentes entre a sociedade e a natureza. E esta é a ênfase que dá em sua abordagem materialista da geografia histórica que propõe para compreender a organização territorial, que é complexa, estratificada, articulada, apropriada e construída socialmente, sinalizando, também, para uma abordagem múltipla do território, que considera suas dimensões sociais e a incorporação da natureza.

Na Suíça, também na geografia, porém noutra perspectiva, Raffestin (1976 e 1978), compreende essa ciência como representação de um sistema de relações, que corresponde ao *mundo real* mediado pelos sentidos. São os *três mundos*, elaborados para fazer uma explicação geográfica através da linguagem, que reconheça a construção concreta como resultado de territorialidades na relação espaço-tempo: o mundo *real*, o das sensações e o da representação, que Claude Raffestin detalhará em outras obras, como nas de 1980 e 2005, constituindo uma abordagem que ele mesmo denomina de estrutural-constructivista, pensada a partir, por exemplo, de argumentações de Jean Piaget.

Em síntese, geógrafos como M. Quaini, G. Dematteis, V. Vaggagini e C. Raffestin, embora com aspectos que diferenciam suas abordagens, têm uma contribuição muito específica, que se distingue, no geral, de concepções de sociólogos, economistas e filósofos: o reconhecimento da materialidade do território, tanto através de suas formas como de suas relações sociais, historicamente definidas, evidenciando o processo de territorialização.

No entanto, na sociologia, também identifiquei uma obra fundamental, que vai impulsionar estudos de caráter regional, tanto nesta ciência como

na geografia e na economia, que é a de Bagnasco (1978). Este autor elaborou uma perspectiva sociológico-geográfica, delineando aspectos centrais da relação espaço-tempo no processo de territorialização. Nesse texto, Arnaldo Bagnasco explicita princípios da metodologia adotada e reforça a necessidade de construção de um *paradigma* para a *análise territorial*, como forma de superar as leituras dicotomizadas que eram feitas sobre o desenvolvimento. Em vez de modelos descritivos, propõe a análise territorial, apreendendo as conexões existentes entre as *partes* territorialmente diferenciadas. É em Antonio Gramsci, mais especificamente em sua compreensão da *questão meridional* sob a ótica relacional, que Bagnasco (1977 e 1978) orienta sua argumentação, aspecto que se encontra com a concepção propugnada por Dematteis (1970) e Vaggagini e Dematteis (1976).

Antonio Gramsci, como mencionei anteriormente, volta toda sua produção intelectual à atuação na prática revolucionária, incentivando e orientando a aliança entre os operários e os camponeses, como demonstra em obra de 2005[1970], numa articulação de classe e territorial, como tática organizativa para a revolução que requer mudanças *materiais e ideológicas* (políticas, intelectuais...).

Arnaldo Bagnasco subsidia-se nesse Gramsci intelectual e político, que explica a *questão meridional* como produto de articulações entre distintas classes sociais, mostrando a unidade existente no desenvolvimento do capitalismo. A *questão meridional* é uma *questão camponesa*, de Estado e do capital; é uma questão territorial, contrariando a tese do desenvolvimento dualístico. Gramsci (2005[1970]) elabora claramente uma compreensão (i) material do conflito de classes e do desenvolvimento italiano, no qual há *produção material*, a *psicologia*, a *mentalidade camponesa*, a consciência da classe trabalhadora, difusões, organização política, intelectuais, todos termos comuns em seus textos escritos entre 1916 e 1926. O Norte e o Sul da Itália são articulados social e territorialmente: "O problema das relações entre operários e camponeses se coloca não somente como um problema de relações de classe, mas também e, especialmente, como um problema territorial, isto é, como um dos aspectos da questão nacional" (Gramsci, 2005 [1923], p. 95).

Há o Estado, relações de poder e interações em sua compreensão da questão meridional e do território: "O *mezzogiorno* tem manifestado a sua distinção 'territorial' do resto do Estado (...)" (Gramsci, 2005 [1924], p.

97) (grifo do autor). Isso é decorrente de suas especificidades histórico-sociais e por seu papel na economia italiana. A pequena burguesia, no dizer de Antonio Gramsci, era a única classe *territorialmente nacional*, efetuando ligações entre diferentes indivíduos e lugares. Enquanto isto, o partido comunista precisava se organizar territorialmente, tanto ideológica como politicamente, para enfrentar as forças do capital (*bloco agrário-capitalístico*), delineando uma filosofia da práxis que articula teoria e prática, forças *materiais e ideológicas*, entre operários e camponeses.

Posteriormente, Gramsci (2005 [1926]) ratifica sua argumentação para além do dualismo: "(...) o conceito fundamental dos comunistas turineses não foi a 'fórmula mágica' da divisão do latifúndio, mas a aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul para enfraquecer a burguesia que controla o Estado" (p. 158) (grifo do autor). Sua compreensão relacional e a ênfase à articulação e à complementaridade, mais uma vez, estão muito claras e são elaboradas a partir do materialismo histórico e dialético, destacando a dimensão política e indicando aspectos fundamentais da atuação dos agentes do capital e da igreja, o que vai transparecer novamente em Gramsci (1950), ao estudar o *Americanismo e fordismo*, de maneira histórica e transecular. Por isso, propõe a constituição de um *novo bloco* dominante com o auxílio de intelectuais de esquerda (*de massa*).

Por essa concepção, o desenvolvimento é compreendido como resultado da articulação da sociedade nacional, como complementaridade entre as classes sociais que se territorializam. Isso significa, sem dúvidas, um grande avanço para os estudos de sociologia, economia e geografia, mostrando o movimento, as ligações e o jogo de poder, no território: "Com uma leitura do desenvolvimento considerando as forças, interesses e relações entre as classes, começa a emergir uma análise específica das classes sociais e de suas relações (...)" (Bagnasco, 1978, p. 211). E para entender essa problemática é necessária uma abordagem territorial, porque o desenvolvimento e as articulações entre as classes são uma questão territorial.

Há, nessa perspectiva, uma necessidade e uma vontade de territorializar os processos sociais, evidenciando, neste caso, a especificidade do desenvolvimento do Sul da Itália e da industrialização difusa, como processos integrados e não dicotômicos, tanto econômica como política e culturalmente, num movimento de unidade, o que foi inspirado a partir da teorização weberiana da sociedade. Apesar de suas especificidades, também é uma con-

cepção renovada, múltipla e relacional do território, que mistura aspectos das argumentações de Gramsci com Weber.

Para Arnaldo Bagnasco, é necessário abstrair e interpretar a variedade de situações *concretas* e *retornar* da abstração à situação *concreta*. Outrossim, refere-se à constituição histórica de fenômenos sociais (mudanças), trabalhando explicitamente com a relação espaço-tempo, o que detalhará em obra de 1988. Na obra de 1978, Bagnasco enfatiza os fatores e elementos políticos e econômicos, através da compreensão das relações de classe, de poder e da territorialização. A complexidade e a articulação territorial são centrais em sua abordagem.

Sucintamente, apesar das especificidades metodológicas de cada abordagem e concepção, na filosofia, geografia e sociologia, pode-se afirmar que são todas renovadas e múltiplas, relacionais e processuais. Tanto Giuseppe Dematteis, como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Massimo Quaini, Claude Raffestin e Arnaldo Bagnasco foram fundamentais para estudos territoriais que se efetivaram posteriormente, com larga influência em diferentes países. São autores que assumem o conceito de território como central em suas respectivas áreas de conhecimento e estudos.

Suas principais contribuições, nesse período e com relação à abordagem territorial, são as seguintes: a) Deleuze e Guattari: profunda reflexão sobre a desterritorialização e o movimento na constituição do território, no nível epistemológico; b) Dematteis: destaque para a processualidade histórica e para as relações sociais/territorialidade humana (tramas e interações); c) Quaini: reconhecimento da unidade espaço-tempo em estudos territoriais; d) Raffestin: evidência da materialidade do território e da imaterialidade das sensações e representações; e) Bagnasco: explicação das múltiplas dimensões e de articulações territoriais.

3.2 DO TERRITÓRIO ÁREA E USADO À PROBLEMÁTICA DAS REDES E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Resultado de pesquisas e debates, sobretudo no meio acadêmico, na geografia, na economia e na sociologia, substantivam-se abordagens superficiais e obras consistentes e renovadas referentes ao uso geopolítico e/ou econômico do espaço e do território, desde o início dos anos 1970. Há

obras importantes, mas que não têm centralidade na abordagem territorial ou não aprofundam a concepção de território, como as de Soja (1971), Eco (1984[1972]) e Raffestin e Guichonnet (1974).

Simultaneamente, há obras e argumentações que definem *caminhos* com uma certa continuidade e com uma discussão mais acurada do território, como fazem, na geografia, Gottmann (1973/2005 e 1975/1983), Conti (1974) e Dematteis (1981[1979]); na economia, Indovina e Calabi (1974) e Becattini (2000[1979]); no urbanismo, Magnaghi (1976) e, na sociologia, Bagnasco (1977), entre outros. Há, ao mesmo tempo, em ciências sociais, uma problematização e maior complexidade da abordagem territorial, tentando-se incorporar sempre *novos* elementos teórico-metodológicos a partir do *real*. Talvez seja mais coerente, neste sentido, referirmo-nos a abordagens territoriais, sob diferentes perspectivas epistemológicas e com distintas tendências.

Um dos primeiros estudos territoriais da década de 1970 é o de Soja (1971), compreendendo a territorialidade como um comportamento ligado à diferenciação espacial, como produto da atuação de indivíduos e/ou grupos sociais. A territorialidade é efetuada por relações sociais ou, mais precisamente, pela *identidade espacial*, pelo senso de *exclusividade* e pela *compartimentação* da interação do homem no espaço, sinalizando para um entendimento relacional, como mencionam Raffestin (1981/1993) e Governa (2005).

Também na geografia, Raffestin e Guichonnet (1974), com base em Gottmann (1952), Monbeig (1952) e Raffestin *et al.* (1971), numa abordagem materialista, compreendem o território a partir dos conceitos de *fronteira* e *franja pioneira*. A *fronteira* é analisada pelo método regional, como uma área de transição e relações transnacionais. Há delimitação e demarcação; fatores econômicos e políticos; a jurisdição do Estado como poder central. A *franja*, corresponde a uma área ou *zona* de ocupação social; é um fenômeno que não depende da autoridade central do Estado, mas de *forças marginais*. E essa é a principal diferença entre *fronteira* e *franja pioneira*. O território, nessa concepção, é resultado da definição de fronteiras e de frentes de ocupação e povoamento; é inerente a atuação do Estado (legalização, fiscalização e controle) e de outros atores, sobretudo, econômicos.

No âmbito mais geral, diferentemente de E. Soja, C. Raffestin e P. Guichonnet, numa abordagem não materialista, Eco (1984[1972]) também faz considerações *pioneiras* sobre o conceito de território. Porém, é praticamente negligenciado na geografia brasileira, por exemplo, compreendendo o

território como lugar militarizado, protegido e controlado. Um lugar de signos e símbolos. São áreas fortemente vigiadas, por motivos políticos e/ou econômicos, como o palácio da RAI (Rede Audiotelvisiva Italiana). O Estado está presente, como autoridade. Dessa forma, são áreas com relações sociais de poder. Atenta, sutilmente, ao movimento histórico, que denomina de *transição permanente*, no qual há mudanças e adaptações, fazendo uma abordagem semiológica e relacional.

Porém, apesar das contribuições desses autores e obras, há outros e outras, mais representativos no que se refere às abordagens centradas no conceito de território, em ciências sociais, que agrupei de maneira a revelar as concepções, como ocorre entre Alberto Magnaghi, Francesco Indovina, Donatella Calabi e a compreensão de Jean Gottmann. Os primeiros, evidenciam a apropriação e construção do território sem uma preocupação central com a atuação do Estado-Nação, destacando aspectos das relações capital-trabalho e os conflitos sociais, enquanto que Jean Gottmann, apesar de considerar a produção e circulação de mercadorias, pauta sua argumentação no poder e atuação do Estado, revelando aspectos (i)materiais. Todas são abordagens relacionais, mas com perspectivas distintas que, por sua vez, diferenciam-se significativamente de abordagens mais conservadoras, como fazem, por exemplo, Gioacchino Garofoli, na economia e, Giacomo Corna Pellegrini, na geografia.

A propósito, há similaridade com Monbeig (1998[1952]). Para este pesquisador, o conceito de região é central. No entanto, ao se referir às relações sociais, está apreendendo aspectos da dinâmica socioespacial e de relações de poder: uma região corresponde ao *enraizamento*, aos *interesses materiais* de fazendeiros e comerciantes em sua área de atuação, mantendo relações diversas e constantes com os responsáveis pelas ferrovias, por exemplo. Adota o conceito de *franja pioneira*, em consonância com Isaiah Bowman: o processo de colonização tem irregularidades e *direções confusas*, sem um *front* regular.

Pierre Monbeig explica as etapas, as descontinuidades e as distintas formas de colonização; as condições naturais e históricas do avanço da marcha pioneira em São Paulo, especialmente, as marchas pioneiras, pois são, na sua opinião, as principais determinantes das fases de povoamento. Reconhece aspectos e momentos da formação do território, considerando as condições sociais e naturais, o que é uma contribuição muito importante para sua época.

Em sua concepção, há movimento (dos migrantes) no espaço, redes de circulação e processo histórico, componentes fundamentais na compreensão de uma certa formação territorial, embora Pierre Monbeig não use esse conceito com essa conotação: compreende o território como área delimitada política e administrativamente. Seus conceitos *espaciais* basilares são região, manchas, agrupamentos, faixa e paisagem, que revelam características da geografia de seu momento de vida, porém, com um trato processual e relacional. E é isso que quero evidenciar. Não é sem motivos, portanto, que é uma das referências utilizadas por Raffestin e Guichonnet (1974). Por isso, na minha opinião, Monbeig (1998[1952]) merece mais atenção e consideração nos estudos referentes à renovação do pensamento geográfico.

Agrupando obras e autores de ciências sociais, dos anos 1970, foi possível identificar: a) uma tendência na qual se efetiva uma abordagem mais conservadora, materialista e basicamente areal; b) outra, centrada no conceito de território *usado* e apropriado econômica e geopoliticamente e, c) outra tendência, cada vez mais significativa, voltada à problemática do desenvolvimento territorial, tentando conciliar áreas, redes e múltiplas relações sociais.

Abordagens limitadas em determinados aspectos, a meu ver, fazem Garofoli (1978 e 1978a) e Corna Pellegrini (1974). Esse último destaca a compreensão dos fatores políticos que influenciam no território, que também é condição, condicionando ações políticas (*atos territoriais*). O território corresponde a uma área onde estão distribuídos os fenômenos físicos e humanos. Identifica, também, as mudanças técnicas na organização territorial, criando *novas funções, novos modos de vida e novos objetos materiais*. O evento do automobilismo de massa, por exemplo, conforme Corna Pellegrini, trata-se de uma autêntica '*revolução territorial*', imprimindo *novas* estruturas ambientais, *novas* relações homem-ambiente e *novas* paisagens.

O território, segundo Giacomo Corna Pellegrini, é constituído histórica e socialmente (*humanizado*); é transformado por órgãos do poder público, como o Estado (estradas, edifícios...) e por indivíduos ou grupos sociais. Os limites político-administrativos demarcam o exercício do poder: os territórios são vizinhos e não sobrepostos, mas podem ser ligados, por exemplo, por movimentos migratórios. Faz uma abordagem limitada do território, pautada na atuação do Estado, com delimitações, estruturas, funções e hierarquias.

No exercício do poder político, há centralidade de certos lugares na organização territorial, como ocorre, conforme Corna Pellegrini (1974), por exemplo, em Brasília, cuja construção provocou mudanças significativas na área de sua edificação. Há *zonas* de concentração produtiva e outras de poder político. Apesar de reconhecer a atuação de indivíduos na organização do território, evidencia a atuação do Estado através de políticas públicas. Os indivíduos ou grupos podem influenciar nas decisões governamentais, mas o Estado precisa legitimar e regulamentar essas decisões. O território é entendido como área delimitada, com edificações e relações sociais de intervenção e controle. Faz uma geografia política para além de Friedrich Ratzel, mas não consegue dar um *salto* qualitativo em sua argumentação, por exemplo, como faz Claude Raffestin.

Ainda nesta primeira perspectiva, Garofoli (1978 e 1978a), ao se debruçar sobre a crise e a consequente reestruturação industrial, evidencia fatores endógenos e exógenos, pautados nas relações capital-trabalho. São estudos eminentemente econômicos, apesar da referência basilar em Bagnasco (1977). Gioacchino Garofoli compreende o território, desta maneira, considerando-se quatro aspectos principais: a) a localização das indústrias, ou seja, como área estruturada economicamente; b) as relações capital-trabalho; c) o fluxo de força de trabalho e, d) as articulações econômicas e políticas existentes entre distintas áreas/territórios. O território significa uma área com características específicas, ligada socialmente a outras áreas em forma de sistemas, numa compreensão mais restrita que a de Arnaldo Bagnasco.

Já com relação à tendência de entendimento do território como espaço usado e apropriado econômica e geopoliticamente, foi possível identificar duas concepções distintas: a) uma centrada na geopolítica do Estado e na soberania, diante da mundialização da economia, reconhecendo as redes e elementos (i)materiais e, b) outra, materialista, pautada nas relações capital-trabalho, no uso do espaço e na reprodução do capital.

Na primeira concepção, Gottmann (1973/2005) estuda o conceito de território a partir de clássicos da filosofia política, da economia e da história. Dessa maneira, têm centralidade, em sua abordagem, o *uso* geopolítico e econômico do espaço e a constituição histórica do Estado desestabilizada pelo acirramento da circulação. Para Gottmann, os territórios assumem, historicamente, distintos *significados*, em consonância com a organização social e política do espaço, sendo entendido, como área/repartição/compar-

timentação controlada através de uma jurisdição específica na geopolítica mundial, sobretudo, a partir do século 19 e das duas grandes guerras mundiais. No entanto, em sua abordagem, o território também é organizado através da urbanização e de progressos tecnológicos (fluxos, interdependência, complementaridade), inerentes ao avanço da circulação, o que confere um caráter cada vez mais relacional à sua dinâmica de constituição, diluindo a soberania do Estado-Nação.

Para Gottmann (1973/2005), em continuidade a sua argumentação da obra de 1952, a noção de organização política é fundamental na definição do conceito de território. Daí, a importância dos conceitos de soberania e Estado, como instituição em que há autoridade, delimitação no *exercício da soberania* e que mantém relações externas. Como essa configuração mudou historicamente, Jean Gottmann define os significados do território ligados ao progresso tecnológico, ao incremento da mobilidade populacional e à soberania (segurança), no contexto do direito internacional.

Na relação entre soberania e território, há pessoas e atividades. Por isso, o conceito de território não pode ser classificado como *físico* ou fenômeno *inanimado*, mas como uma área onde há um elemento de centralidade, que pode ser uma autoridade exercendo soberania sobre as pessoas ou sobre o uso de um lugar. Direito, política e jurisdição são atributos específicos dos homens e estão presentes na constituição do território que significa, sucintamente, uma *expressão geográfica* da dominação social em uma certa área.

O território designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos, como já mencionei. Mesmo limitado, o espaço pode ser expandido, como ocorreu, por exemplo, com as grandes navegações e com as inovações tecnológicas e científicas dos séculos 15-16, provocando uma maior diversidade espacial.

Conforme Gottmann (1973/2005), a organização do espaço também integra fatores naturais, o que normalmente é negligenciado quando se trata de sua contribuição na geografia. Sinaliza, dessa forma, para uma abordagem que reconhece as dimensões sociais do território e o ambiente natural. Acessibilidade, segurança e oportunidade são os papéis principais do território, como fruto de atividades de grupos humanos: produção agrícola, indústrias, transportes, normas, leis que assumem sempre maior complexidade,

especialmente, no período que denomina de *fluides moderna*, das redes, acabando com a função de refúgio, transpondo fronteiras e limites, interligando pessoas e lugares.

Posteriormente, Gottmann (1975/1983), reafirma que o conceito de território foi elaborado pelos homens no processo de organização do espaço, mudando no tempo e no espaço, conforme se transforma a sociedade. Este conceito assume relevância na teoria política a partir do século XIV, juntamente com o de soberania do território nacional. O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente.

Jean Gottmann sinaliza para uma abordagem múltipla do território, considerando suas dimensões da economia, da cultura e da geopolítica, destacando o caráter político-administrativo, ligado ao Estado-Nação, o uso do espaço e a fluides do mundo moderno. Além disso, o território, como conceito, tem componentes *materiais e psicológicos*, ligados à vida social de grupos separados e interdependentes que organizam o espaço e estão em movimento, superando os limites e as fronteiras. Isto caracteriza sua compreensão relacional e a indicação de aspectos (i)materiais na constituição do território, inspirando, sobretudo, estudos pautados na urbanização, na formação do Estado-Nação, em questões geopolíticas e no concomitante controle de uma área por uma ou mais autoridades.

Mais tarde, Gottmann (1980 e 1980a), por exemplo, retoma esse debate, quando reconhece a existência de *centros e periferias*, de desigualdades e de centralidades, ratificando a fluides moderna, facilitada pelas redes de circulação e comunicação, como produto de mudanças econômicas e políticas. No dizer do autor, há aceleração do movimento e reorganização do espaço no nível mundial, como transição para *estruturas espaciais mais abertas e flexíveis*, o que resultará em uma argumentação em favor de um complexo de redes que caracteriza e envolve as cidades (Gottmann, 1991): as cidades globais são produto da mundialização do capital.

De maneira geral, são obras que marcam sua abordagem e a geografia, tanto nos EUA, na França, na Itália e noutros países, evidenciando o processo histórico, a transescalaridade, a atuação do Estado, a importância da circulação, a urbanização e a definição de identidades, todos processos e elementos constituintes do território numa compreensão renovada. O modo de Gottmann entender a organização dos Estados e do território, no pós-Se-

gunda Guerra Mundial, transcende a compartimentação política do espaço e leva à compreensão da fluidez de redes que se sobrepõem aos Estados e aos regionalismos culturais.

Diferentemente de Jean Gottmann, na Itália, Indovina e Calabi (1974) que também influenciam significativamente estudos territoriais em diferentes países como o Brasil, têm uma abordagem essencialmente econômica e material da organização social do território, com base na teoria do valor de Marx. Contribuem para o entendimento do movimento no território, a partir de sua *apropriação* e de seu *uso* pelos agentes do capital. Essas duas noções, de apropriação e uso, juntamente com o processo de valorização do capital, são centrais em suas argumentações. Como o título de sua obra sugere, para estes autores, há um *uso capitalista do território*, considerando: “1. o processo de produção (extração de mais-valia); 2. a circulação e valorização do capital; 3. a reprodução da força de trabalho” (Indovina e Calabi, 1974, p. 207).

Dito de outra maneira, são as forças produtivas e as relações de produção, na expansão do capitalismo, que configuram o território. Essa organização é mediada por relações políticas, que envolvem os conflitos oriundos das relações capital-trabalho. O território, num primeiro plano, é um produto socialmente organizado e, num segundo, é condição para a valorização do capital: Indovina e Calabi têm uma compreensão eminentemente relacional do território que *entra*, no processo de produção, como capital constante (*matéria-prima*, no caso da agricultura, ou como *espaço*, na produção industrial).

Segundo Francesco Indovina e Donatella Calabi, este é o *primeiro* uso do território, que tende a facilitar, através da localização produtiva e das obras construídas (para fins financeiros, administrativos, comerciais etc.), a extração de mais-valia. O próximo uso, para esses autores, ocorre na circulação e reprodução do capital, no mercado: a realização da mais-valia se dá na circulação e no consumo das mercadorias, o que está ligado ao uso do território para a reprodução da força de trabalho. Indivíduos trabalhadores e consumidores, normalmente, concentrados na cidade. Essa é considerada o elemento territorial mais significativo na reprodução do capital. É aí que ocorre o consumo de mercadorias e da própria cidade através de seus valores de uso e de troca.

O território significa, nessa abordagem de Indovina e Calabi (1974), construções/edificações, relações sociais, dominação, apropriação, interconexão (malha), processualidade histórica na reprodução do capital, enfim, territorialização na dinâmica desterritorializadora do capital: “Uma análise

do território, assim, tendo seus próprios instrumentos, deve se configurar como leitura do processo complexo e específico do capital” (p. 220).

Como desdobramentos da abordagem de Francesco Indovina e Donatella Calabi, posso ilustrar com os trabalhos de Allione (1976), Conti (1976), Magnaghi (1976), Indovina (1976a), entre outros. Indovina, por exemplo, afirma que houve, nos últimos anos (início dos anos 1970), uma exigência cada vez maior de análises e interpretações dos processos que determinam a organização e o *reuso* do território, isto é, confirma, como estou mostrando, um aumento significativo no número de pesquisas e publicações centradas no conceito de território.

Ao mesmo tempo, ratifica sua concepção elaborada com Donatella Calabi: “O território ‘não é outro’ a respeito do processo capitalista; o modo como é ‘usado’ depende da função geral do capital; na sociedade capitalista isso se apresenta como uma ‘mercadoria’ e a sua ‘apropriação’ segue a lógica de apropriação das outras mercadorias” (Indovina, 1976a, p. 7) (grifos do autor). Faz uma abordagem eminentemente econômica da formação social do território, evidenciando, também, as relações capital-trabalho e, simultaneamente, chama a atenção para a importância das políticas territoriais, intrínsecas ao capital, o que é inerente à perspectiva materialista que se expandia, nos anos 1970, a partir do *ideário* de Karl Marx e Friedrich Engels.

Para Indovina (1976a), desta forma, o *uso capitalista do território* é o ponto de partida para uma *nova* tentativa de sistematização científica das questões territoriais, ou seja, coloca-se como um *caminho* de interpretação que pode contribuir na superação de estudos *tradicionais*. Porém, o autor abre, ao mesmo tempo, *novas* questões para a pesquisa e reflexão, como a relação entre o território construído e o território dado, já construído, que incorpora capital através de investimentos ou, como a relação entre a organização econômica do território e o elemento político-ideológico.

Magnaghi (1976) também compreende o território de forma similar a Indovina e Calabi (1974), centrado na relação capital-trabalho: é um lugar e um meio de produção social, usado, organizado e gerido por sujeitos sociais, políticos e/ou econômicos. Há um arranjo das relações de poder, que são multidimensionais, na reorganização do capital, o que antecede a abordagem de Raffestin (1980) sobre essa questão. Com isso, fica claro que Alberto Magnaghi tem uma compreensão também materialista, na qual, o território significa fluxos, normas, conflitos, influência e dominação; gestão

político-econômica; redes intra e extralocais; valorização do capital e relações de poder; é produto e condição dos processos sociais: "Evidentemente, o território edificado *também* é um produto-mercadoria, é lugar de formação de renda (...); representa um modo de produção do território enquanto lugar de *reprodução* das relações capitalistas" (Magnaghi, 1976, p. 18) (grifos do autor). Há apropriação política, econômica e produção do território.

Outra ilustração desta perspectiva e da articulação efetivada entre diferentes grupos de pesquisa é o trabalho de Dematteis, Di Meglio, Lusso, Segre e Buscaglia (1976), elaborado a partir de reflexões de Indovina e Calabi (1974): fazem uma abordagem econômica do território, ligada ao uso e à reprodução do capital através de atividades imobiliárias. Ao mesmo tempo, mencionam, sem aprofundar, o papel do Estado através das políticas públicas e os fatores culturais na organização do território. Consideram o tempo histórico e o das coexistências, sendo que o território também significa área com infraestruturas; mobilidade espacial da população; especulação imobiliária; relações sociais e desigualdades entre diferentes lugares. A expropriação e a acumulação de capital, por exemplo, realizam-se através de mecanismos territoriais, como a concentração ou a difusão industrial e populacional.

Por fim, noutra *matriz* de reflexão em relação a Jean Gottmann, Francesco Indovina e Alberto Magnaghi e substantivando outra tendência de abordagem do território e do desenvolvimento, como mencionei anteriormente, Bagnasco (1977), sociólogo, reflete sobre a territorialização do desenvolvimento econômico. O próprio Dematteis (1996) ratifica o *pioneirismo* de Arnaldo Bagnasco em estudos territoriais, a partir do estudo dos distritos industriais italianos através da *categoria formação territorial*. A obra *Tre Italie* marca profundamente a literatura italiana, com uma *nova* tendência e abordagem que superam o dualismo e revelam diferentes formas e articulações sociais do desenvolvimento no território, como mencionei no capítulo 3.1. É com a preocupação de explicar a gênese e o desenvolvimento dos distritos industriais ou *sistemas produtivos locais*, principalmente, que essa discussão é revista por Arnaldo Bagnasco, considerando aspectos para além da formação e atuação do Estado, como a ciranda mercantil, questões identitárias locais e outros componentes pertinentes ao desenvolvimento. Isso não significa, evidentemente, que se possa negligenciar as contribuições de Muscarà (1966 e 1967) sobre o desenvolvimento territorial, pois esboça elementos que estão presentes em Bagnasco (1977) e em outras obras, como em Celant (1986).

Em *Tre Italie*, Arnaldo Bagnasco retrata aspectos do *real* na produção do território. Substantiva-se, com sua argumentação, uma concepção e uma tendência territorial muito forte sobre o desenvolvimento. Para isso, uma de suas principais referências é Antonio Gramsci, que o subsidia na elaboração da noção de *articulação territorial*, numa concepção relacional a partir da dialética trabalhada por Marx.

Na tentativa de superar as abordagens economicistas, Bagnasco (1977) incorpora componentes da teoria weberiana, ampliando e tornando complexa a compreensão de processos sociais através da interação entre as dimensões da economia, da política e da cultura. A partir de sua proposta de estudo da *problemática territorial* do desenvolvimento, consegue mostrar características dos territórios, das conexões que existem entre esses e da processualidade histórica. Historicamente definidas, as articulações territoriais se substantivam econômica, política e culturalmente, nos níveis interno e externo de cada território. Deste modo, sinaliza para uma abordagem múltipla do conceito e de uma certa formação territorial, neoweberiana, como ele próprio denomina.

Detalhando um pouco mais, verificamos que Bagnasco (1977) compreende o território como área, com características econômicas, políticas e culturais, na qual seus agentes sociais mantêm relações com os de outras áreas. Essa conexão entre diferentes áreas/territórios é uma contribuição muito importante, assumindo o caráter de articulação territorial de diferentes classes sociais.

Porém, Arnaldo Bagnasco, coerentemente, também aborda elementos culturais da constituição dos territórios e de suas articulações na dinâmica societária. Essas *partes territoriais* têm características específicas que diferenciam umas das outras, produto da dinâmica socioeconômica e estão em interação. Uma formação social também é territorial, fruto de combinações que expressam mudanças e permanências econômicas, políticas e culturais que acontecem no tempo e no espaço. Essa articulação é considerada, ela mesma, uma das múltiplas determinações de uma *realidade concreta*. O território, para Arnaldo Bagnasco, além de área e formas espaciais, significa conexão, articulação, é resultado e condição da dinâmica socioespacial, na qual se sucedem *agregações territoriais*, por mudanças/ inovações e por permanências sociais.

Ao mesmo tempo, na economia, essa tendência também se efetiva e se fortalece lentamente, com a abordagem de Becattini (2000[1979]): propug-

na em favor de uma compreensão eminentemente econômica, a partir do conceito de *distrito industrial* de A. Marshall. Este distrito é visto como área e como *realidade territorial*, na qual há sujeitos que mantêm relações sociais (internas e externas), tecnologia, infraestrutura, redes, ideologias (*psicologia coletiva*) e identidade (do distrito) construídas historicamente. Também evidencia as relações capital-trabalho, mas sinaliza para a apreensão de aspectos políticos e culturais. É uma perspectiva materialista que indica a necessidade de compreensão de *ideias* (conhecimentos, experiências...), considerando o processo histórico e transescalar através da circulação e de redes de comunicação e, também, está voltada ao entendimento da problemática do desenvolvimento e suas manifestações territoriais.

De modo geral, Dematteis (1996a) resume muito bem esse movimento, quando afirma que, entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980, altera-se o modo de *ver* o território, ou seja, permanece a atenção às políticas públicas e às intervenções, mas aumenta a atenção às diferenças e às especificidades dos lugares. Há um intenso trabalho teórico-metodológico e empírico-reflexivo para a compreensão de desigualdades presentes no território, principalmente, a partir das relações capital-trabalho, do uso do espaço e do movimento, traduzidos na processualidade histórica e transescalar (redes de circulação e comunicação). A problemática territorial do desenvolvimento, lentamente, ganha centralidade. No entanto, as preocupações e atenções com as condições ambientais, por exemplo, ganham força no decorrer dos anos 1980 e, sobretudo, a partir dos anos 1990.

4. SÍNTESES PARA A EXPANSÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL

4.1 COMPONENTES DA CONCEPÇÃO DE CLAUDE RAFFESTIN

Raffestin (1981/1993[1980]), um dos estudiosos que mais têm marcado a geografia no Brasil, condiciona a expansão dos estudos territoriais que se efetivaram a partir dos anos 1980 e, principalmente, na década de 1990. Claude Raffestin, nessa obra escrita durante os anos 1976 e 1980, destaca o caráter político do território, porém, de maneira bastante distinta da de Friedrich Ratzel, da abordagem que fez Jean Gottmann e da que fará Robert Sack, o que é explicitado pelo próprio Raffestin em trabalho publicado com Turco (1989a).

Claude Raffestin elabora uma explicação da *realidade material*, entendendo que o objeto de estudo da geografia é formado pelas relações sociais, efetivadas entre os sujeitos e o objeto, ou seja, as relações que se concretizam no território e significam territorialidades. E é questionando e criticando concepções que privilegiam o poder do Estado, na geografia política, que problematiza sua argumentação em favor da multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade, em vez de centrar sua abordagem no conceito de espaço. Esse autor tinha, naquele momento, como questão principal, a necessidade de proposição de uma abordagem renovada, interdisciplinar e *material* do território e da territorialidade, porém, incorporando aspectos semiológicos, o que qualificará lentamente, até uma de suas principais obras, publicada em 2005, em língua italiana.

Referenciando-se em Henri Lefebvre, afirma que o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder. Também, alerta para os signos da vida cotidiana: “Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. (...) Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’” (Raffestin, 1993, p. 152). O território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das

diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de *malhas, nós e redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território, como materialidade.

Um aspecto quase negligenciado nas abordagens referentes à contribuição de Raffestin (1993), é justamente o que denomina de *sistema territorial*, resultado das relações de poder do Estado, das empresas e outras organizações e dos indivíduos. Referenciando-se em Gottmann (1973) e Soja (1971), Claude Raffestin afirma que, historicamente, os *atores* sociais efetuam a repartição da superfície terrestre, a implantação de *nós* e a construção de *redes*. Os sistemas territoriais permitem assegurar a coesão de territórios e o controle de pessoas e *coisas*. As *tessituras*, os *nós* e as *redes* são *subconjuntos* que sustentam as práticas espaciais, tanto econômica como política e culturalmente, revelando a *produção territorial*. Essas práticas se inscrevem no *campo de poder* de maneira relacional, como propugnara Michel Foucault.

Os atores produzem as tessituras, mais ou menos delimitáveis e territorialidades que se inscrevem nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais: "(...) o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção." (Raffestin, 1993, p. 144). Embora trate de delimitações, reconhece e indica uma transposição dos limites políticos e administrativos através de atividades econômicas e de vias e meios de circulação e comunicação. As redes, centrais na produção do território, têm centralidade em sua proposta de abordagem territorial não areal; são compreendidas através da complementaridade existente entre a circulação e a comunicação, como fluxos *materiais e imateriais*.

Há indícios para uma articulação das distintas dimensões sociais, substantivando uma postura múltipla frente ao território e à territorialidade, entre as dimensões da economia, política e cultura, simultaneamente. As próprias representações do espaço, conforme Raffestin, significam controle, domínio e revelam a imagem do território. Numa compreensão também semiológica, reconhece aspectos das *funções* da linguagem; da comunicação; do sagrado e do profano; diferenças raciais e étnicas; signos. Tenta articular territorialidades *materiais e ideológicas*, trabalhando mais detidamente aspectos que propusera em Raffestin (1976 e 1978a): a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, *variando* no tempo e no espaço, com um caráter (i)material ligado aos *três mundos*: do *real*, das sensa-

ções e da representação. No entanto, é preciso deixar claro que Raffestin (1981/1993[1980]) não faz uma abordagem semiológica do território e da territorialidade.

Uma limitação está na sua compreensão do conceito de espaço geográfico. Entende o espaço como substrato, palco preexistente ao território: "A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um 'dado', pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço (...)" (Raffestin, 1993, p. 223). Tem um conceito superficial, enquanto natureza-superfície, recursos naturais. Porém, o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis. No entanto, as contribuições de Claude Raffestin aos estudos geográficos do território são inegáveis e inovativas.

Uma contribuição importante de Raffestin (1993) e pouco trabalhada na geografia (humana) brasileira até o momento, tem relação à consideração da natureza como elemento presente no território. O referido autor sinaliza para essa questão, enfatizando o uso e a transformação dos recursos naturais como instrumentos de poder. "A dimensão de uma malha nunca é – ou quase nunca – aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais" (Raffestin, 1993, p. 155). E entende a territorialidade como multidimensional e inerente à vida em sociedade.

O homem vive relações sociais, a construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de *malhas, nós e redes*, constituindo o território; manifesta-se em distintas escalas *espaciais e sociais* e varia no tempo. "Eis por que pensamos que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal" (Raffestin, 1993, p. 162). Com isso, fica claro o caráter relacional de sua argumentação: relações de poder, redes de circulação e comunicação, dominação de recursos naturais, entre outros componentes que indicam relações sociais entre sujeitos e entre esses com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente.

Em um texto publicado na Itália, em 1983, Raffestin ratifica sua abordagem desenvolvida em *Por uma geografia do poder*. Reforçando a necessi-

dade de se dedicar aos estudos do poder, na geografia, retoma aspectos das reflexões de Michel Foucault. E é com base nessa discussão, ligada ao poder, que Raffestin conceitua a territorialidade, novamente, com um caráter relacional: produto de uma *coletividade*, na qual os indivíduos mantêm relações entre si. Embora indique uma compreensão múltipla da territorialidade, dá ênfase à dimensão política.

Em obra posterior, Claude Raffestin avança em sua concepção e argumenta em favor do que denomina, em consonância com Deleuze e Guattari (1976[1972]), de *processo TDR*. Este movimento ocorre, segundo Raffestin (1984), em virtude de fatores, principalmente, econômicos. Principalmente, porque, para Claude Raffestin, o próprio mercado é um *lugar de emissão de símbolos*, sinais, códigos. Estes, estão presentes na dinâmica econômica, nas informações e comunicações, nos preços. O processo de *TDR* (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) gera um *espaço temporalizado* em razão dessas informações que circulam e comunicam. Também há fatores culturais que condicionam a *TDR*.

Claude Raffestin sinaliza, portanto, para a relação economia-cultura nas determinações da *TDR*. "(...) a territorialização implica (...) um conjunto codificado de relações (...), a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...). A reterritorialização (...), pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro etc. (Raffestin, 1984, p. 78).

É um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações. Ora, se a desterritorialização significa a perda do território, de limites e fronteiras, significa que Raffestin, nesta abordagem, compreende o território com limites e fronteiras, possivelmente, definidos pela atuação do Estado. Ao mesmo tempo, o *espaço temporalizado* contém produções, inovações e informações e é comandado pelo processo *TDR*: significa movimento. E é o ciclo *innovazione-sviluppo-maturità* dinamizado pelas informações, que condiciona as *estruturas territoriais*: "Se encontram aqui os dois componentes do espaço não regionalizado que chamamos espaço temporalizado: a informação (o signo) e o tempo (o ritmo)" (Raffestin, 1984, p. 81). É uma concepção que concilia a relação área-rede, com ênfase para a circulação e comunicação.

Mais tarde, Raffestin (1986), retomando alguns aspectos de sua argumentação feita em *Por uma geografia do poder*, propugna em favor de

uma abordagem semiológica da territorialidade humana, compreendendo-a como um conjunto de relações efetivado pelos homens, como membros de um grupo social e com a exterioridade. Essas relações são mediadas pelas línguas, religiões e tecnologias. Nesse sentido, novamente, assumem centralidade a comunicação e a informação, efetivadas através de redes. As relações humanas são simbólicas e *materiais*.

A propósito, Claude Raffestin, em consonância com sua obra de 1981[1980], reafirma que a produção do território combina, sempre, malhas, nós e redes, como uma forma de cada sociedade construir a sua autonomia. E esse é um aspecto inovativo, direcionado à conquista da autonomia, juntamente com sua indicação da (i)materialidade da territorialidade: historicamente, as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades, *materiais* e *imateriais*.

Na territorialização há limites, enquadramento e distinção; já as inovações e sua difusão provocam a desterritorialização, enquanto que a difusão contínua conduz à reterritorialização e a *novas* relações. A territorialidade é dinâmica e é caracterizada por continuidades e descontinuidades. Dessa forma, Raffestin (1986) também faz uma abordagem relacional, porém um pouco distinta daquela de 1981[1980]: agora, ganha destaque o caráter semiológico da vida cotidiana e da territorialidade, em movimento histórico e na busca da autonomia. E é justamente essa processualidade e a relação material-imaterial, traduzida na combinação território-paisagem, que foi retomada e melhor elaborada no seu *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio*, como mostro no capítulo 6.

4.2 A ABORDAGEM DE GIUSEPPE DEMATTEIS

No nível internacional, outra obra clássica e de referência obrigatória no que se refere à discussão territorial é a de Dematteis (1985). No dizer de Quaini (s/d), referindo-se a essa obra e autor: "(...) a sua reflexão representa, no plano europeu, uma das primeiras e mais coerentes tentativas de centralizar na nova geografia humana os conceitos de representação e de práticas" (p. 18). Para o próprio Dematteis (1985): "A geografia não é a representação da Terra, mas das estruturas materiais da socialização (comunicação-produção), isto é, do *território*. O espaço geográfico (...) é um meio com o

qual representamos as nossas relações com o resto da sociedade e do mundo, dando-lhe um significado (...) em termos de territorialidade, como forma particular de experiência que nos permite se identificar, em uma trama de relações (...)" (p. 98) (grifo do autor). Espaço e território são seus conceitos principais e não estão separados. A geografia é entendida como uma maneira de representação do território através de metáforas.

Para Giuseppe Dematteis, historicamente, acontece um processo de apropriação da *Terra*, que pressupõe uma complexa combinação de *atos sociais*, técnicos, culturais, econômicos e políticos, que correspondem às *condições territoriais* inerentes a um conjunto de lugares e relações entre esses lugares. Dessa maneira, revela os traços principais de sua abordagem e do conceito de território, centrados nas dimensões sociais, ou seja, nas dinâmicas da economia, da política e da cultura. Compreende o território como *campo* de domínio, de controle, efetivado tanto por grandes multinacionais como pela igreja católica, por grupos políticos e por pequenos supermercados. O território é produto de relações de poder, lembrando a argumentação de Raffestin (1981[1980]).

Dematteis também se referencia, nesta obra intitulada *Le metafore della Terra*, em Gottmann (1952 e 1966), Sack (1980), Farinelli (1981), Turri (1979) e Raffestin (1983). Há, nitidamente, na reconstrução da ciência geográfica do pós-1950-60 e, principalmente, a partir dos anos 1970, um entrecruzamento de autores e abordagens, especialmente entre Raffestin e Dematteis, no que se refere ao conceito de território. Para Dematteis, o território da sociedade humana, como produto da socialização, é completamente diverso da compreensão (imprópria) do território como fruto do comportamento animal. O território é fundado em comportamentos humanos e opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca, ou seja, as formas de socialização em uma dada formação territorial.

Em sua abordagem, considera as superações (mudanças), as contradições e a processualidade histórica: "Na história dos homens a superação (...) sempre foi fonte de contradições, tensões, conflitos internos, crises e mudanças: e esta é uma característica fundamental de nosso conceito de território, não verificada na territorialidade animal" (Dematteis, 1985, p. 74). O território não indica uma *realidade* natural. Para isto, ele utiliza o conceito de *Terra*. O território significa uma *realidade material e técnica*, resultado de uma concepção mais materialista daquela de Claude Raffestin: "A Terra é

tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação". (Dematteis, 1985, p. 74)

As duas compreensões, de Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, se parecem e são similares. O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações de redes internas e externas. O Estado e o mercado têm centralidade. No entanto, ao tratar a relação espaço *versus* território, por exemplo, Dematteis (1985) não dicotomiza esses conceitos e processos e não entende o espaço geográfico apenas como substrato (palco) de relações sociais.

Giuseppe Dematteis compreende o território ligado ao que denomina de *espaço-ambiente material modelado* pelas forças políticas e do mercado e não como duas instâncias separadas em níveis distintos. Sucintamente: "O território, na sua essência não é nem máquina, nem capital. É o seu contrário. É o lugar onde se demonstra a prioridade do político a respeito do econômico, onde o capital necessita ser destruído (...) para poder se reproduzir, onde a concorrência deve, necessariamente, substituir a cooperação (...)" (Dematteis, 1985, p. 80). Não há território sem uma *trama* de relações sociais; o território é um lugar substantivado por essas relações ou territorialidades e é constituído histórica e geograficamente. Nesta trama, há interações entre a *Terra* e o *território*, o que indica uma proposição múltipla considerando, principalmente, as relações economia-política-natureza.

Nesse sentido, é possível *ver* o território e representá-lo através de imagens que podem ser compreendidas como paisagens. O espaço geográfico é uma metáfora de relações territoriais: "(...) a concepção metafórica permite explicar de modo não metafísico o problema fundamental e nunca resolvido na geografia científica moderna: aquele da relação entre Terra e sociedade humana" (Dematteis, 1985, p. 135). É uma forma de se trabalhar, na geografia, a interação *Terra-território*, através da representação e do estudo da vida cotidiana, na qual é possível se apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global.

Outras contribuições importantes de Giuseppe Dematteis residem na utilização de conceitos, tais como: a) *tempos*, entendidos como períodos e ritmos distintos, entre a natureza e a sociedade. Exemplo: cada lugar tem seu tempo de mudanças; b) *articulação territorial* e, c) *produção territorialmente difusa* (posso falar em industrialização e urbanização territorialmente difusas). No entanto, não aprofunda o trato dessas questões nessa obra nem

a discussão sobre a natureza exterior ao homem, apesar de, por exemplo, refletir sobre algumas relações existentes entre a narração histórica e a descrição geográfica, através dos conceitos de *evento* e coexistência e da defesa da existência de uma complementaridade entre a história e a geografia.

É em Dematteis (1985a), por exemplo, através da teorização sobre a desconcentração urbana e industrial, que este autor orienta a compreensão da mobilidade de força de trabalho e da reorganização territorial de forma difusa. A urbanização e a *contraurbanização* são históricas, sociais e territoriais, ao mesmo tempo, o que revela mais uma vez seu entendimento processual do território, fruto da dinâmica socioespacial. O território significa localização, distribuição espacial (de pessoas e atividades [produtivas industriais e de serviços]) e movimento de pessoas; significa relações sociais e redes, sendo um conceito central em sua abordagem, juntamente com os de área e espaço geográfico.

Ao mesmo tempo, Dematteis (1985b), ao tratar também da contraurbanização e da desconcentração urbana, temário que teve centralidade em distintas áreas do conhecimento, nos anos 1980, evidencia o conceito de escala [já destacado em obra anterior, Dematteis (1983)], pois estes processos são verificados ou não em determinadas *escalas territoriais*, como no nível da cidade ou da rede de cidades, argumentando em favor de uma abordagem territorial que considere a *estrutura reticular urbana* da organização territorial. De modo geral, estes dois processos, de contraurbanização e desconcentração, conforme Dematteis (1985b), são coexistentes no tempo e no espaço, porém, para se efetivarem, é necessário que o movimento ocorra de forma sistemática e em uma distância de pelo menos 100 km. Movimentos de desconcentração em direção à periferia urbana podem ser caracterizados como urbanização.

É importante notar, ainda, que Giuseppe Dematteis lançou as bases para essa argumentação em obra de 1983, quando tecera considerações gerais sobre a desconcentração populacional e industrial, a partir de pesquisas próprias e de reflexões de autores como Arnaldo Bagnasco. Naquela oportunidade, tratara desses fenômenos de maneira processual e relacional, considerando mudanças históricas, principalmente econômico-políticas, e as articulações territoriais (*tramas transescalares*) que ocorrem entre os lugares ou regiões. Faz uma abordagem múltipla do território e da territorialização (*revalorização territorial de áreas periféricas*, neste caso), considerando as di-

mensões da economia, da política e da cultura. O território significa apropriação, infraestrutura, redes de comunicação e circulação (configurações reticulares); obras e relações sociais; mobilidade; transformações socioespaciais historicamente condicionadas, enfim, uma construção *material* inerente à vida em sociedade.

4.3 A PERSPECTIVA DE ROBERT SACK

Nessas perspectivas de leitura do território, entendido como espaço geográfico para além de Estado-Nação ou de natureza e superfície, há uma importante e distinta abordagem das de Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, que é a elaborada por Robert Sack, na chamada *escola* anglo-saxônica: trata-se de outra vertente teórico-metodológica, elaborada também desde os anos 1970, o que aparece sutilmente em obra de 1980, ao tratar de *significados do espaço*: o território é produto da organização social e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. O conceito principal, em Sack (1980), é o de espaço geográfico, como ocorre em Sack (1992), obra na qual a territorialidade é entendida da mesma forma que na *Human territoriality*, publicada em 1986. Na obra de 1992, Robert Sack é assumidamente um não marxista e ratifica a territorialidade como controle de área e estratégia para manter certa ordem social. No entanto, é na obra de 1986 que ele aprofunda a discussão sobre os conceitos de território e territorialidade.

Sack (1986) argumenta em favor da *territorialidade humana*, como denomina as relações sociais, de poder, que ocorrem tanto no nível pessoal, de grupo como no internacional. Esta territorialidade é central em sua abordagem e supõe o controle sobre uma área ou espaço: é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas. Há *motivações geográficas* e sociais, e o controle depende de quem está influenciando quem, da delimitação e do *contexto do lugar, espaço e tempo*. “A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar” (Sack, 1986, p. 2). Há uma interconexão entre sociedade e espaço: “A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social” (*idem*, p. 5).

O território, dessa maneira, é compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais, lembrando, nesse aspecto, Eco (1984[1972]) e Gottmann (1973 e 1975). Moldam-se comportamentos, constituindo-se o território. Ao mesmo tempo, Robert Sack afirma que os limites de um território podem mudar, isto é, não são inalteráveis. Modificam-se conforme as estratégias de controle e delimitação do espaço.

Para Robert Sack, a definição da territorialidade contém três facetas interligadas: a) a classificação ou definição de áreas; b) a comunicação (equivalente às redes) e, c) uma forma de controle social (relações de poder). Essas facetas são o *núcleo* da territorialidade, que contém outras combinações. A territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos histórico-sociais, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais. Os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas. A territorialidade como um componente do poder, não significa somente criação e manutenção da ordem, mas é um *esquema* para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados.

Dessa forma, a ligação entre os povos primitivos e o lugar que eles ocupam se torna extremamente próxima, não apenas por causa da familiaridade e da dependência, mas também porque as pessoas compreendem os lugares *orgânica e espiritualmente*, de maneira conectada. O domínio geográfico pode ser da área inteira que eles ocupam ou somente de lugares especiais e localizados. Há um apego à terra nativa, com amor e reverência. Os riachos, as montanhas e as fontes naturais são *obras ancestrais* de quem ele mesmo, o homem primitivo, é descendente. O lugar é sua vida. Limpar, plantar, capinar e colher são atividades estáveis no espaço e no tempo.

Ao mesmo tempo, as *comunidades* agrícolas tendem a subdividir a terra, e essa tendência aumenta conforme o crescimento populacional. A territorialidade, assim, de grupos de caçadores, depende da distribuição de recursos. Estabelecem relações impessoais e criam pequenas extensões de controle. A associação *fechada* de pessoas em uma *comunidade* primitiva significa que seus membros são familiares entre si. Pode existir um território de um grupo, mas também unidades *subterritoriais* dentro do domínio do grupo, a partir da designação das famílias para caçar, fazer as hortas e para construir.

Porém, a territorialidade é uma forma de união, a partir do uso comum dos recursos, facilitando a reciprocidade nas tarefas para indivíduos e famílias. Segundo Sack (1986), em sociedades primitivas, as distâncias também são experimentadas como sequências de encontros com *eventos*, como a mudança de um lugar para outro, e não significam, necessariamente, comprimentos de separação entre pontos. Ainda que os modelos para as sociedades primitivas enfatizem a estabilidade social, essas sociedades mudam com o passar do tempo. Já a sociedade moderna é mais dinâmica e envolve as *massas* de pessoas em diferentes acontecimentos.

Com a expansão do capitalismo, para Robert Sack, há modernos *efeitos territoriais*, como a mobilidade geográfica do capital, do trabalho e da comunicação, e como o incremento de relações impessoais. Política e economia, nesse movimento, interligam-se, sendo que o Estado está a serviço dos agentes do capital. Há uma *complexa teia* de relações que envolve o Estado e o capital, como ocorre, por exemplo, na criação de *territórios locais* por um determinado Governo Federal, dividindo e fragmentando a consciência da classe operária. As pessoas podem formar fidelidade às suas vizinhanças e distritos, sem fortalecer sua classe.

Além disso, as *localidades* concorrerão entre si mesmas para conseguir os escassos recursos, ao invés de confrontar os ricos. Este papel *passivo* dos *territórios locais* é ideologicamente justificado como *encantador* de nossa liberdade de escolha e movimento; o território se torna uma *ferramenta* dos ricos para explorar as *massas*. Assim, o nível político é um dos dois *reinos* intimamente ligados aos usos modernos da territorialidade. O outro é o local de trabalho, sendo que ambos os níveis de territorialidade estão interagidos.

Nesse sentido, Sack (1986) evidencia que, atualmente, as fábricas têm estações de trabalho para operários, áreas de armazenamento para ferramentas e suprimentos, escritórios para secretárias e gerenciamento. As escolas têm salas de aula para diferentes séries e escritórios para administradores; a casa tem repartições separadas para a sala de estar, a sala de jantar, a recreação e para dormir. As ruas e as lojas são lugares para adquirir produtos; os parques são lugares para recreação e os estádios para organizações esportivas. A maioria dessas atividades é espacialmente segmentada e compartimentada. E essa tendência de segmentação manifesta um intenso controle territorial.

Essas ilustrações podem ser assim resumidas: a) os indígenas Chippewa da América do Norte tinham uma linguagem comum, cultura e modo de

vida comunitário, sem uma organização política central. O controle da área era sazonal e impreciso; b) no lar, as atividades familiares são espaciais, ou seja, os pais tentam controlar as *ações espaciais* de suas crianças e as coisas às quais elas têm acesso, como pratos e plantas, o que corresponde à territorialidade, como estratégia de restrição de acesso; c) no lugar de trabalho, pode haver restrições de *uso* de determinadas salas/peças. As redes de telecomunicações mudam as relações, mas não eliminam inteiramente os *territórios de trabalho*. Altera-se a forma de organização territorial.

Para Sack (1986), há, assim, um *não território*, quando não há demarcação da área de controle; um lugar pode ser um território por um tempo determinado e não por outro: depende do exercício de controle. Ele dá centralidade ao caráter areal; ao controle; à autoridade e à processualidade histórica, elaborando uma abordagem relacional do território, em cada demarcação. Também sinaliza para uma compreensão múltipla do território, que se encontra, em algumas questões, com a concepção de Jean Gottmann (embora esta referência não seja explicitada por R. Sack) contribuindo para o entendimento das dimensões sociais de sua constituição: economia, política e cultura. Cada sociedade *usa* e organiza o território a sua maneira, com uma tendência areal, conforme suas formas de vida e de poder.

De modo geral, Raffestin (1993/1981[1980]), Dematteis (1985) e Sack (1986) marcam uma *nova* fase no que se refere aos estudos e debates centrados nos conceitos de território e territorialidade, incorporando algumas novidades, nos anos 1980, tanto no que diz respeito às pesquisas empíricas como às discussões teórico-metodológicas e às articulações desses dois níveis da pesquisa científica. Essa *nova* fase contém, em si, aspectos e elementos dos debates e pesquisas feitos anteriormente, especialmente, entre os anos 1950 e 1980, em diferentes países. Na segunda metade da década de 1980, há uma espécie de *boom* dos estudos territoriais, e isto fica muito claro quando verificamos a literatura italiana de ciências sociais, por exemplo, como demonstro mais adiante (item 4.6).

4.4 CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA HUMANÍSTICA

As duas grandes perspectivas, materialista e humanística (sob a fenomenologia, principalmente), são reconstruídas lentamente, a partir dos anos

1950-70 e, sobretudo, a partir dos anos 1980-90. Na década de 1980, há uma preocupação, como contraponto ao fortalecimento de abordagens inspiradas no materialismo, sobretudo, no histórico e dialético, com outros aspectos, como a subjetividade, os signos, os símbolos e a micropolítica.

Uma demonstração é dada, por exemplo, por Félix Guattari: em uma reflexão feita a partir de uma entrevista em 1985, que revela muito bem a continuidade de suas reflexões, compreende o território ligado à *subjetivação individual e coletiva*. É uma abordagem que se contrapõe a de Dematteis (1985), por exemplo. O território é existencial, substantivado, também, no caso de cidades, por fluxos (redes): de pessoas, de capitais, de dinheiro, de matérias-primas, culturais e de signos.

Félix Guattari evidencia as dimensões cultural e econômica do território, sendo o movimento um de seus componentes. Trata, também, do *espaço liso*, como um espaço desterritorializado, com fluxos, ligações e homogeneidades feitas, por exemplo, pela Coca-Cola e pela tv Globo. Este *alisamento capitalístico*, como denomina, corresponde a uma reterritorialização artificial. A desterritorialização e a reterritorialização são concomitantes, de forma análoga ao trabalhado em Deleuze e Guattari (1976[1972]). Os territórios são individuais e/ou coletivos e são subjetivos, existenciais, micropolíticos e, o espaço, é alisado, homogeneizado, padronizado: "(...) a gente constitui (...), até debaixo de uma ponte, territórios existenciais, em tais condições de desterritorialização ou de padronização, serialização" (Guattari, 1985, p. 116).

Outra obra que revela a expansão da perspectiva humanística do espaço e do território, agora na Suíça, nos anos 1980, é a de Cunha (1986), a partir de sua preocupação com o desenvolvimento regional. É uma proposta distinta da de Félix Guattari. Antonio Cunha tenta elaborar o que denomina de abordagem alternativa do desenvolvimento, que pode estar centrado no bem-estar humano. A existência humana, através da habitação, dos serviços sociais, da segurança etc., é central na argumentação de Cunha. No território, há desigualdades, desterritorialização e reterritorialização, a partir da combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, que substantivam, ao mesmo tempo, a *identidade coletiva*. O território é fruto dessa *lógica identitária* e combinatória, existencial e regional.

Na Itália, uma das obras mais marcantes é a do geógrafo Angelo Turco, que elabora sua argumentação sobre a territorialidade e as relações de poder, centrada na teoria da complexidade e no *agir* cotidiano do homem. Turco

(1983), com base na teorização de N. Luhmann e C. Raffestin, ressalta a importância do reconhecimento da *relacionalidade* na compreensão do poder, que é múltiplo, exercido e usado. Essas relações sociais estão presentes no que denomina de *territorialização progressiva*, que corresponde a uma multiplicação, no espaço, de *malhas, nós e redes*, isto é, ao processo efetivado por atores sociais, sempre com maior complexidade. Desse modo, o território é formado por vários elementos, relações e múltiplas estruturas, sendo produzido pelo *agir relacional* e por *eventos*.

Sucintamente, Angelo Turco esboça, apenas, uma abordagem humanística do território, que aprofundará em obra posterior: "Entendemos a geografia como a forma territorial da ação social. O espaço é uma extensão da superfície terrestre dotada de atributos físicos e, denominamos território, um espaço no qual se exercita um trabalho humano; o processo através do qual o território se constitui é a territorialização" (Turco, 1988, p. 15). Já no início de sua obra, deixa clara a compreensão do território e do espaço geográfico a partir de Raffestin (1981[1980]), entendendo este último como substrato ou *matéria-prima* para a ação social que, *coletivamente*, produz o território. Angelo Turco tem outras referências que subsidiam a elaboração de sua argumentação, como M. Foucault, E. Morin, P. Claval, Yi-Fu Tuan, G. Deleuze e G. Dematteis, efetivando, ao que parece, uma abordagem do território eminentemente imaterial, sem abrir mão de aspectos da materialidade socioespacial.

No decorrer do texto, indica uma abordagem múltipla e relacional do território e da territorialização, na qual há centralidade para a importância das relações de poder e para dispositivos simbólicos de controle societal. O homem, ser biológico e social, interage-se com outros homens e torna mais complexa sua vida, especialmente, através de estratégias de poder. O *agir social* é um agir territorial que constrói o território, marcando-o, sendo que este também é condição do jogo e da reprodução social. O território, em sua abordagem, é produto e condição de processos sociais.

Angelo Turco propõe três categorias para ordenar as ações do homem: a) *denominação*; b) *reificação* e, c) *estruturação*. O território é um espaço, no dizer de Turco (1988), que contém atividades denominativas e/ou reificantes e/ou estruturantes. As denominativas dizem respeito à atribuição de nomes aos lugares; as reificantes correspondem à intervenção estruturante, organizativa e transformativa, e a estruturação, à apropriação e controle do território.

Detalhando, para Angelo Turco, essas categorias estão relacionadas e substantivam o processo de territorialização. A denominação, para além da designação de nomes, significa controle simbólico realizado através da codificação, como aqui/lá, perto/longe, muito/pouco (apropriação simbólica). A reificação significa um *controle prático*, exercido através de construções (formas visíveis) e usos do território (regras, normas), ou seja, o ambiente natural é reconstruído socialmente. "A denominação dá conta de um modelamento intelectual e a reificação exprime um modelamento material" (Turco, 1988, p. 96). A estruturação do território, tornada complexa, corresponde a um dispositivo de controle político, mais objetivo que o caráter simbólico-cultural da vida cotidiana.

A territorialização corresponde a um processo de complexidade, com componentes sistêmicos e relações sociais (tramas), isto é, a um *cenário plural* que deve ser compreendido considerando-se uma pluralidade escalar e, ao que parece, aspectos (i)materiais da vida em sociedade. No entanto, apesar dessas contribuições importantes na constituição da(s) abordagem(ns) territorial(is) na década de 1980, notam-se alguns limites em sua concepção, tais como o não aprofundamento da compreensão do tempo histórico, das permanências e da transescalaridade, que estão subjacentes em sua proposta.

4.5 MANIFESTAÇÕES DA ABORDAGEM TERRITORIAL NO BRASIL: REGIONALIZAÇÃO, USO E CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

No Brasil, nos anos 1980, há algumas manifestações substanciais deste movimento que ocorre em distintos países, principalmente, na França, na Inglaterra, na Itália e nos EUA. Evidentemente, há produções intelectuais feitas no Brasil que também influenciam em estudos efetivados em outros países. Também, cabe alertar ao leitor que não foi meu propósito, até esse momento, elaborar um estudo da geografia e de outras ciências, no Brasil. Defini algumas obras basilares na discussão do conceito de território a partir dos anos 1980, uma vez que, a renovação da geografia (humana), no Brasil, no período entre os anos 1960-80, dá-se centrada no conceito de espaço geográfico, como *grande categoria* da explicação geográfica, especialmente, para aqueles que trabalhavam com aspectos da teoria do valor de Marx. Já na Itália, por exemplo, esse processo de reelaboração, como tenho demonstrado, acontece centrado no conceito de território.

No início dos anos 1980, dois estudos *pioneiros* no que se refere à utilização do conceito de território são de Goldenstein e Seabra (1982) e Becker (1983). No interessante texto de Goldenstein e Seabra (1982), que marca, entre outros, a construção do pensamento geográfico de forma crítica no Brasil, apesar da centralidade do conceito de região e da abordagem regional (com base em estudos de Francisco de Oliveira e Alain Lipietz), os autores utilizam o conceito de território intensamente, entendido a partir dos processos de divisão social e territorial do trabalho, como uma *dimensão espacial*. A ênfase do estudo é para os fatores econômicos e políticos da regionalização do espaço geográfico, trabalhada como processualidade, no *real* e não simplesmente como classificação de áreas. Assim denotam relações de poder, dominação econômica, política e aspectos do movimento efetivado, no espaço, através de redes de circulação. Além disso, o conceito de território é compreendido, por Goldenstein e Seabra (1982), como área ou áreas que se relacionam e se combinam, econômica e politicamente e, como Estado-Nação, fazendo uma instigante articulação entre os conceitos de região, regionalização e território, que merece ser revisitada.

Já Becker (1983), por sua vez, pauta sua argumentação no conceito de território, preocupada com seu *uso* político, no *real*. Orienta-se na obra de Raffestin (1980), tanto para fazer sua crítica à concepção unidimensional de Friedrich Ratzel como para argumentar em favor da multidimensionalidade do poder: "A geografia do Estado-nação esconde os conflitos existentes em todos os níveis relacionais e constitui um fator de ordem, privilegiando o concebido em relação ao vivido. A análise das relações de poder se impõe para eliminar o determinismo da concepção unidimensional do poderio do Estado e superar a dicotomia concebido/vivido" (Becker, 1983, p. 7).

Dessa forma, afirma que se recupera a noção de território, como espaço de distintos atores sociais, produzido socialmente para além da atuação do Estado. Ratificando Raffestin (1980), Bertha Becker enfatiza as dimensões sociais da economia e da política na constituição do território, com limites e malhas. A territorialidade, corresponde à *face vivida* do poder e do território. É uma discussão que auxilia na difusão de *ideias* de Claude Raffestin no Brasil, o que se intensificará no decorrer dos anos 1990.

Porém, é com a obra de Santos (1988), no meu entendimento, que se dá um salto mais significativo, neste momento e lugar, sobre a temática em questão. Esse autor faz uma abordagem materialista dialética do espaço geo-

gráfico, como seu conceito principal, destacando a atuação dos agentes do capital e do Estado. Sua ênfase é econômica como trabalhara, por exemplo, em Santos (1977), mas indica, agora, também, para o reconhecimento da política, da cultura e da natureza, no espaço e na *configuração territorial*.

O espaço é uma realidade relacional, envolvendo a natureza e a sociedade mediatizadas pelo trabalho. O gastar energia, no trabalho, é o grande mediador da relação sociedade-natureza, na qual, há *objetos naturais e objetos sociais*, em movimento permanente; heterogeneidade do *espaço habitado*; expansão da população; urbanização; hierarquia; fixos e fluxos. O espaço é produzido, nesse sentido, pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, que aparece como paisagem artificial. O trabalho e as técnicas ganham centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, mediação e o espaço é um produto histórico. Retomando sua obra anterior (1985), evidencia alguns elementos da dialética que caracterizam o movimento do espaço, como a relação entre *interno* (local) e *externo* (extralocal); o *novo* e o *velho*, e o Estado e o mercado, como dois grandes mediadores entre o *interno* e o *externo*, o *velho* e o *novo*.

Nesse sentido, para Milton Santos, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho etc., interdependentes umas das outras. Essas variáveis constituem a *configuração territorial*: "formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país" (Santos, 1988, p. 75-76).

Há um esforço teórico-metodológico, nitidamente por parte do autor, em superar a dicotomia geografia física *versus* geografia humana, reconhecendo componentes naturais e sociais do território, interdependentes, sendo que Milton Santos também evidencia, em diferentes passagens de sua obra, a correspondência do território com o Estado-Nação, compreensão que permanece forte na geografia feita no Brasil. Há, ao mesmo tempo, um destaque ao tempo histórico, através de periodizações do espaço, sendo que o território significa formas (naturais e artificiais), relações sociais, fluxos e fixos; é produto histórico modelado por cada sociedade, com uma certa configuração.

4.6 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A EXPANSÃO DAS ABORDAGENS

Retornando à Itália, entre os anos 1960-80, como demonstrei, há uma tendência bem significativa centrada em estudos regionais e econômicos, nos quais o conceito de território ou tem centralidade ou cumpre o papel de subsidiar a reflexão de cada pesquisador. Aumentam os interessados pelo *conteúdo territorial* da lógica empresarial e mercantil, proeminentemente, pelo crescimento e desenvolvimento de pequenas e médias empresas industriais do Centro-Norte-Nordeste italiano ou pelas *áreas marginais*, como revelam os estudos de Bagnasco (1988 e 1989), Becattini (1987 e 1989), Menegatti (1988), Dematteis (1988 e 1989a), Celant (1986 e 1988a), Emanuel (1989), Antonelli (1989), Morelli (1986), Petrucci (1988), Innocenti (1985), entre outros.

Essas abordagens podem ser divididas pelo menos em quatro concepções, como segue: a) uma mais específica, da sociologia, a partir de argumentações de Arnaldo Bagnasco; b) outra, da economia, com os estudos de Giacomo Becattini e outros economistas; c) a terceira, que se desenvolve com o GRAM, já citado, envolvendo pesquisadores de geografia e outras ciências e, d) outro grupo da geografia, com uma abordagem eminentemente histórica e areal. Evidentemente, como já revelei, há articulações e complementaridades muito significativas entre alguns grupos de estudos e/ou pesquisadores.

Na primeira concepção, o sociólogo italiano Arnaldo Bagnasco é um dos pesquisadores que dão continuidade a suas pesquisas e contribuem para caracterizar esse momento expressivo do final da década de 1980. Em obra de 1988, demonstra alguns aspectos das *dimensões* espacial e temporal do desenvolvimento de uma economia de pequenas empresas, a partir de fatores econômicos, políticos e culturais. Esta obra de 1988, intitulada *La costruzione sociale del mercato*, tem marcado estudos de economia, geografia e sociologia: agora, seus conceitos principais são região, área, espaço e tempo histórico (longo período) e, sinaliza para uma abordagem múltipla do desenvolvimento regional, considerando diferentes recortes regionais como formações sociais distintas, coexistentes e articuladas em *tramas*.

Arnaldo Bagnasco constrói sua argumentação a partir de evidências empíricas regionais e destaca quatro mecanismos principais de regulação econômica, presentes na territorialização: a) a *reciprocidade* entre os indivíduos ou instituições; b) o *mercado*, criador de relações e ações sociais; c) a *organização*,

interna e externa, de cada empresa e, d) a *política*, como forma de intervenção e tutelamento de interesses de determinados grupos sociais. Esses mecanismos estão sempre presentes nos sistemas industriais italianos: "(...) o que muda no espaço e no tempo são as suas combinações" (Bagnasco, 1988, p. 35). Fica claro, dessa maneira, sua abordagem processual (trabalha com fases) e relacional e a ênfase para os fatores econômicos e políticos. O território aparece como área, ambiente, lugar, redes e relações/articulações.

Posteriormente, Bagnasco (1989), em continuidade a sua abordagem territorial, ratifica a importância de se reconhecer a organização territorial dos processos sociais, como uma expressão de dominação econômica e política. Em sua argumentação, de maneira similar a Dematteis (1989a), não elimina o conceito de região. Pelo contrário, trabalha-o juntamente com o de redes e com a *estruturação* do espaço em recortes, articulados, no processo de formação de um certo território. Este último é um produto histórico e socioespacial, especialmente da dinâmica econômica; é compreendido, também, como área/região, lugar/comunidade e redes de relações sociais, o que demonstra a permanência, em sua abordagem, de uma concepção múltipla das dimensões sociais do território, das articulações e das interações trans-escalares, concebendo uma abordagem areal e reticular, simultaneamente. Para Arnaldo Bagnasco, um lugar precisa ser explicado pela interação de forças internas e externas, em reciprocidade dialética, tanto econômica como política e culturalmente.

Já na economia, por exemplo, Becattini (1989a) entende o *lugar geográfico* como um *sistema local* de desenvolvimento ou como elementos histórico-territoriais: localização, transporte, trocas, cultura, que se mantêm na realidade social, reproduzidos. É uma abordagem eminentemente econômica, similar a de Garofoli (1989), que compreende os *modelos* de desenvolvimento numa espécie de multirregionalidade (várias áreas), no tempo e no espaço, em virtude de fatores econômicos e culturais.

Essas considerações se diferem das de Arnaldo Bagnasco, que valoriza a dimensão territorial do desenvolvimento, processo também evidenciado, por exemplo, na geografia, por Dematteis (1989), nos estudos feitos através do GRAM: são as *condições ambientais e territoriais* que condicionam o desenvolvimento local, isto é, há uma organização reticular do espaço que favorece a industrialização difusa, a urbanização e outros eventos, centrais na construção do território, numa perspectiva areal e reticular, ao mesmo tempo.

No último grupo mencionado, Celant (1988a) compreende o território como produto da gestão efetivada por agentes políticos dominantes numa determinada área, na qual ocorre também, a partir da concepção de Giuseppe Dematteis, fluxos e mudanças na dinâmica econômica. Em obra anterior, Celant (1986), juntamente com Morelli (1986) entendem o território com um caráter histórico, areal e com determinadas características naturais e sociais. Marcella Arca Petrucci (1988), por sua vez, tem referência central em estudos de Claude Raffestin (1981 e 1984) e compreende o território e a territorialidade como relação social. Os agricultores estudados por ela mantêm relações na família, com os vizinhos, com as autoridades políticas, com os fornecedores de mercadorias, com os animais, com instituições culturais, enfim, com a exterioridade. Relações que são construídas historicamente em cada lugar em *função* de grupos sociais e jogos de forças. Há fluxos, mudanças (inovações) e ligação com o lugar, em sua concepção do território, porém não aprofunda, juntamente com Celant (1986 e 1988a) e Morelli (1986), temas como o tempo histórico, a transescalaridade, as redes, entre outros, configurando-se em estudos superficiais no que se refere à abordagem da complexidade e da multidimensionalidade do território.

Reflexões significativas fazem alguns componentes do GRAM, como já citei, e são reveladas pelos trabalhos de Dematteis (1989 e 1989a), caracterizando os principais elementos da constituição do território no *real* e aspectos teórico-metodológicos da pesquisa científica, de forma similar a Bagnasco (1977 e 1988). Em estudo sobre a *nova organização territorial das cidades* ocorrida nos anos 1970-80, na Itália, Dematteis (1989a), retoma o tema da redistribuição geográfica da população, caracterizando algumas situações de contraurbanização.

A contraurbanização concretizada em países industrializados significa deslocamento de atividades e pessoas de cidades maiores (metropolitanas) para menores, desconcentração e dispersão; é uma questão de escala, como já afirmara anteriormente (1983 e 1985b), na qual, as articulações sociais e territoriais, através das redes, são fundamentais, o que vai favorecer, nesse caso, a difusão de atividades econômicas e indivíduos no território.

E essa compreensão de Giuseppe Dematteis está na base, juntamente com Bagnasco (1977), da abordagem, por exemplo, de Menegatti (1988), considerando os conceitos de região e sistema, interagidos ao de território,

como centros e sistemas urbanos, *pequenos e grandes*, articulados em rede. Os sistemas urbanos, em rede, são compreendidos como *abertos*, em forma reticular e territorializados.

E essa reflexão pode ser ampliada, por exemplo, com o trabalho empírico-reflexivo de Innocenti (1985), realizando uma importante correlação entre industrialização e urbanização e, revelando aspectos centrais das desigualdades territoriais. Faz uma abordagem que ratifica as concepções de Bagnasco (1977) e Dematteis e Leone (1984), respectivamente, sobre a problemática territorial do desenvolvimento econômico e sobre as condições territoriais desse desenvolvimento. Innocenti (1985) tem uma compreensão eminentemente econômica do território, também entendido como área/região, processos históricos, relações sociais, redes de circulação e comunicação, infraestrutura, enraizamento e mobilidade populacional. Considera, ao mesmo tempo, a identidade e a mobilidade, sendo que os conceitos de articulação territorial, concentração urbana e industrial, difusão, processo histórico/fases e desigualdades, são fundamentais em sua argumentação. Ele usa indiscriminadamente termos como *extensão geográfica*, *propagação geográfica* e *dilatação geográfica*, porém, efetiva uma abordagem coerente, centrada na relação espaço-tempo, mostrando alguns fatores e algumas características da territorialização do desenvolvimento econômico industrial e processos correlatos, como a urbanização.

Todos estes trabalhos de Dematteis (1983, 1985a, 1985b, 1988, 1989 e 1989a), Menegatti (1988), Dematteis e Leone (1984), entre outros publicados, principalmente, por Cencini, Dematteis e Menegatti (1983) e por Leone (1986 e 1988), são resultados do GRAM, que fora coordenado, na década de 1980, por G. Dematteis, V. Guarrasi, U. Leone, B. Menegatti, F. Canigiani e B. Vecchio, envolvendo docentes de 21 universidades italianas. Esse grupo de estudos foi plural em suas posições ideológicas e metodológicas, porém teve objetivos comuns, centrados em pesquisas empíricas e reflexivas sobre processos de desenvolvimento de *territórios marginalizados* e revalorizados pelos agentes do capital. Essas abordagens, juntamente com as obras de A. Bagnasco e outras de G. Becattini, C. Muscarà, G. Garofoli, G. Fuà, entre outros, contribuirão decisivamente na constituição de outras concepções dos conceitos de território e desenvolvimento, como detalho no capítulo 5.

De maneira geral, o processo de rearranjo das ciências sociais, como a geografia, a sociologia e a economia, aconteceu em virtude de contradições e do movimento dessas ciências em unidade com a filosofia e, de mudanças profundas efetivadas no mundo da vida, que condicionaram a busca incessante de uma explicação científica coerente. Uma das questões centrais têm sido a problemática do desenvolvimento desigual. Outras, são o uso geopolítico e o controle do espaço; as configurações e demarcações; os simbolismos e as identidades; as redes de circulação, a comunicação e as relações de poder.

Aconteceu, nesta reelaboração do pensamento, o encontro e a complementaridade de aspectos teórico-metodológicos, como se nota entre algumas argumentações sobre o processo de territorialização, em rede, de fenômenos e processos da vida cotidiana. Para essa explicação, reconhece-se e demonstra-se a relação espaço-tempo, com distintas ênfases e concepções (apesar dos encontros...), mas com centralidade na descrição e interpretação do território e da territorialidade, o que ganhará *novos* elementos e características no decorrer dos anos 1990.

5. A EXPANSÃO E A DISSOLUÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL

A partir dos anos 1990, os estudos territoriais ganham força e centralidade na geografia e em outras ciências sociais, na Itália, no Brasil e em outros países. Há estudos sem uma reflexão teórico-metodológica sobre a abordagem territorial, como os de Lanzani (1991), Corrêa (1994) e Andrade (1994), por exemplo; estudos mais profundos e pautados nas dinâmicas da economia e da política, como os de Badie (1996), Ianni (1992), Andrade (1995), Souza (1995), Fernandes (1996), Dematteis (1997), Oliveira (1991 e 2002), Saquet (2003[2001]) e Bagnasco (2003); abordagens eminentemente econômicas, como as de M. Faccioli, P. Morelli, C. Cerreti, A. Gallo, G. Corò, E. Sposito e B. Anastasia e, reflexões centradas nos fatores e elementos econômicos e culturais, como as de Rullani (1997).

Ao mesmo tempo, há obras de magnitude epistemológica, como algumas de M. Santos, G. Dematteis, G. Deleuze, F. Guattari, R. Haesbaert, M. Saquet, entre outras. Também existem estudos que consideram a importância da natureza exterior ao homem e/ou o desenvolvimento local, como alguns de G. Dematteis, A. Magnaghi, F. Governa, entre outros, na Itália, no Brasil, na França e na *escola* anglo-saxônica, como o de Entrikin (1991), que propugna em favor de uma abordagem *objetiva* e *subjetiva* do lugar.

Do primeiro grupo, Lanzani (1991), por exemplo, apesar da superficialidade teórico-metodológica, em sua abordagem do que denomina de *território ao plural*, é uma boa demonstração da importância e dos desdobramentos dos estudos efetivados na Itália, pois suas principais referências sobre o território são Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis. No Brasil, Corrêa (1994) e Andrade (1994) revelam muito bem o esforço feito no início dos anos 1990 para se adaptarem ao movimento de expansão da abordagem territorial que ocorria em outros países, como França e EUA.

Para Corrêa (1994), o território significa a apropriação e o controle político de um segmento do espaço (área), um revestimento afetivo ou ambos e, a territorialidade, a partir da reflexão de Sack (1986), corresponde a um conjunto de práticas e suas manifestações, *materiais* e *simbólicas*, efetivadas para garantir a apropriação e o controle do território. Essas práticas são de

um agente social, do Estado, de grupos sociais e de empresas. Ele reconhece os elementos da economia, da política e da cultura, destacando as redes, sem desconsiderar o caráter areal. Porém, não esclarece, por exemplo, a diferenciação que indica entre espaço e território, apesar de apresentar o conceito de espaço ou *organização espacial* como o mais amplo e abrangente. Já Andrade (1994), faz uma abordagem mais areal e histórica, com ênfase político-administrativa: o território significa o domínio ou gestão de uma área, pelo Estado ou por grandes empresas. A territorialidade, dessa forma, tem um sentido de pertencimento e corresponde à nacionalidade.

No nível mais geral há, como mostro a seguir, em ciências sociais e na filosofia, diferentes perspectivas e abordagens do território e da territorialidade e, ao mesmo tempo, uma trama de relações entre distintas obras e autores, lugares e grupos de estudos. Em uma mesma perspectiva filosófica, por exemplo, podem existir tendências, ênfases e concepções distintas, mas inerentes ao mesmo movimento mais geral de reconstrução do pensamento. Há um movimento concomitante de renovação das ciências sociais e das abordagens territoriais, o que se traduz em uma certa dissolução, em virtude da diversidade de concepções e tendências. Aqui, selecionei algumas obras, autores e abordagens representativas, tanto no nível internacional como no Brasil.

5.1 BERTRAND BADIE: O FIM DO TERRITÓRIO?

Na França, há uma concepção que se efetiva com a obra de Bertrand Badie, *O fim dos territórios*, provocando várias polêmicas no meio acadêmico; indica elementos da E-P-C em sua descrição e suas considerações sobre as mudanças econômicas (mundialização) e identitárias que vêm se processando em diferentes lugares do mundo. Badie (1996[1995]) sinaliza para uma redefinição do Estado, historicamente constituído como âmbito estável de territorialidade. Sua ênfase é política, compreendendo o território *usado* e como construção social, instrumento da ação que, por sua vez, é produto de um processo histórico. O território corresponde ao Estado-Nação e ao princípio de nacionalidade, ordenado e organizado.

De forma bastante abreviada, Bertrand Badie ratifica Sack (1986) no que se refere ao controle de pessoas, fenômenos e relações sociais, em uma certa área delimitada. Badie afirma que a territorialidade (moderna) é resul-

tado político da dominação social. Uma contribuição importante, apesar de já bem conhecida na geografia brasileira, é a importância que dá ao tempo histórico. Faz uma descrição muito interessante sobre a territorialidade na antiguidade (cidades e impérios), no feudalismo e no capitalismo, apontando para o que denomina de *dissolução dos territórios*.

A compreensão de Badie (1996[1995]) é muito clara: a construção imperial não tem uma identidade política e, por isso, é *pouco compatível com o princípio de territorialidade*; os impérios têm uma organização territorial sem limites, flexível, enquanto que o Estado-Nação determina uma unidade e a definição de fronteiras. Na sociedade feudal, o *senhor* exercita a dominação sobre os servos e as terras, econômica, política e socialmente; a autoridade é única. Ao mesmo tempo, com a expansão do cristianismo, há afirmação lenta do princípio de territorialidade, que se fortalece com a constituição do Estado Moderno. Já a multiplicação das trocas, as *novas* formas de integração e o renascimento de questões identitárias limitam a atuação e controle do Estado e destroem o princípio de territorialidade.

Esse princípio é cada vez menos adaptado à modernidade, o que pode ser considerado uma incoerência, quando se concebe a territorialidade como multiforme, complexa e múltipla, de forma alguma se resumindo à atuação dominadora e normativa do Estado. No entendimento de Badie, sem identidade/nacionalidade não há território: “É a lenta evolução, rica de contradições, que revela a dificuldade de transformar o princípio de nacionalidade (...) em um princípio de ordem universal, capaz de estruturar a comunidade internacional” (1996, p. 100). A circulação de mercadorias cada vez mais intensa, as operações financeiras, os grupos identitários, enfim, um conjunto de processos, fragiliza as fronteiras, acirra os conflitos, marcando o *fim dos territórios*: “A ordem territorial é tanto vítima da modernidade, do movimento crescente de indivíduos, dos progressos da comunicação, quanto do retorno a particularismos, ao etnismo” (Badie, 1996, 229).

Sucintamente, Bertrand Badie, ao compreender o território como Estado-Nação (e nacionalidade) afirma que, este, em virtude da mundialização do capital e dos identitarismos, está em crise, fragilizado, mas não é inteiramente abolido. Como o Estado está *agonizando*, o mesmo ocorre com o território. Daí o *fim do território* e do *princípio de territorialidade*. Esse fim é visto como fruto da desterritorialização. Porém, ao se referir à territorialidade, está se referindo à nacionalidade, o que limita sua abordagem.

Outrossim, parece que Badie (1996) se contradiz no decorrer de seu texto, pois reconhece que, na *nova* ordem mundial, ora há relações *aterritoriais*, ora há relações submersas a *múltiplas lógicas territoriais contraditórias*. Reconhece a desterritorialização, o movimento e, ao mesmo tempo, múltiplas territorialidades; a resistência de territórios/Estados e o papel destes no movimento de mundialização. Faz uma abordagem relacional do território. Outra contribuição digna de nota, é o reconhecimento de diferentes sociedades que têm diferentes usos do território ou organizações territoriais; reforça a necessidade de se compreender os particularismos, a heterogeneidade, fazendo uma leitura e adaptação superficial de Robert Sack. Eis aí uma de suas principais limitações, que é teórico-conceitual e metodológica.

O estudo e a argumentação de Badie (1996[1995]) até pode ser classificado como um discurso simplista, porém, tem contribuições importantes, como a intensificação da territorialidade com a constituição do Estado-moderno, informações sobre as organizações identitárias em diferentes recortes espaciais e a forma histórica de descrição e apreensão da territorialidade. Por isso, sua obra merece uma leitura mais condescendente: oferece vários sinais para a compreensão da territorialidade plural, do território e dos lugares.

5.2 ECONOMIA, POLÍTICA E TERRITÓRIO: DA REGIONALIZAÇÃO ÀS REDES E AOS LUGARES

No nível internacional, há mais uma boa quantidade de pesquisas territoriais, de caráter regional e econômico, que revelam a continuidade da expansão que se registrou na segunda metade dos anos 1980. Um grupo é formado por pesquisadores como Marina Faccioli, Paola Morelli, Claudio Cerreti e Alessandro Gallo, todos geógrafos que substantivam abordagens eminentemente econômicas e pautadas na regionalização de processos de desenvolvimento econômico industrial, sem desconsiderar as redes e a fluidez. Outra tendência é formada predominantemente por economistas, como Giancarlo Corò e Bruno Anastasia, com ênfase às redes e fluxos existentes no processo de desterritorialização e reterritorialização; outra, ocorre com argumentações de Arnaldo Bagnasco, Giuseppe Dematteis, Giacomo Becattini e Enzo Rullani, entre outros, com concepções interdisciplinares do território, do lugar e das redes (conexões), efetivadas simultaneamente.

Também podemos acrescentar Nicholas Entrikin, por exemplo, entre outros pesquisadores de língua inglesa ou francesa, com uma argumentação centrada no conceito de lugar ou, ainda, Massimo Quaini, através de sua *geografia democrática* que concilia a relação paisagem-lugar, reforçando uma tendência muito forte, a partir dos anos 1990, de revalorização dos lugares e dos particularismos.

Referente ao primeiro grupo, Faccioli (1993), entende o território como área e ambiente; há preocupação com a desterritorialização, como produto de fatores endógenos e exógenos que articulam empresas e vastos *ambientes tecnológicos e econômicos*. Na globalização, as empresas têm *novos* papéis territoriais. Faz uma abordagem múltipla frente ao território: econômica, cultural e política, destacando aspectos da reprodução do capital. Através da *descontinuidade territorial*, uma empresa pode controlar uma certa área, com a gestão dos fluxos e das redes. Esses são os chamados *sistemas produtivo-territoriais* que formam os territórios, nos quais há, portanto, controle e gestão, relações de poder. Há elementos *materiais e imateriais* em uma concepção predominantemente areal, apesar do reconhecimento das redes e da desterritorialização. O território é fruto de relações produtivas, de articulações, integrações verticais e horizontais, flexibilidade, desagregação e concentração de espaços produtivos.

Faccioli (1993a) também tenta conciliar a relação área-rede, em processos organizativos empresariais. Na dinâmica territorial de empresas, configura-se a *trama territorial*, com a efetivação de uma crescente imaterialidade de aspectos do ciclo produtivo (informações e conhecimento). Há o entendimento das formas de organização territorial de empresas, com diversos processos relacionais, que a autora resume no que segue: a) relações de continuidade na reorganização produtiva inerente à flexibilidade da produção; b) relações de descontinuidade espacial. Na primeira situação, há controle do ciclo mercantil através das redes de informação. Na segunda, há interação entre sistemas territoriais distintos, principalmente, entre grandes complexos industriais, como os da FIAT, Ford, Toyota etc.

O território, além de área e localização, é entendido como relações sociais e controle. A organização econômica do território para Marina Faccioli, atualmente, é marcada pela desterritorialização e crescente perda de materialidade. Não evidencia, portanto, os processos de reterritorialização, por exemplo, que se concretizam no movimento de reprodução do capital. Há

uma tentativa de conciliar a regionalização com uma espécie de desmaterialização de relações econômicas e do território.

Numa abordagem similar, Morelli (1993) compreende o território como área de localização e atuação empresarial, no qual há relações sociais, redes, inovações tecnológicas e hierarquia, como a induzem a pensar Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis. Também sinaliza para uma postura múltipla frente ao território: E-P-C, destacando a imaterialidade cada vez mais presente na lógica empresarial.

Nessa mesma tendência, Cerreti (1993) entende o espaço antecedendo ao território. Assim, uma empresa, por exemplo, usa, organiza e territorializa o espaço geográfico através de seus atores sociais e das redes que interconectam as empresas. Uma contribuição importante que faz, é o trato da articulação territorial e de ritmos de desenvolvimento econômico: o território é compreendido como área e localização empresarial; como ligações no interior de uma área e entre áreas ou, entre sistemas de empresas. Sua abordagem também tem clara fundamentação em Arnaldo Bagnasco, destacando a dimensão econômica do território.

Ao mesmo tempo, Cerreti (1993a) sinaliza para outra questão central do processo de reprodução do capital, ou seja, para a apreensão de produções artesanais (pequenas e médias unidades produtivas) e sua organização territorial. Faz uma abordagem relacional do território, evidenciando os aspectos econômicos e culturais de sistemas produtivos interagidos. E essa parece ser uma tendência forte de estudos dos anos 1980-90, a partir da abordagem feita por Arnaldo Bagnasco, tentando mostrar uma espécie de multirregionalidade, como uma *nova* regionalização do espaço, para além das *Três Itálias*.

Nesse sentido, Gallo (1993), ao estudar a modernização agrícola na Itália, a partir dos anos 1970, compreende-a como um *sistema de reflexos territoriais* ligados ao cenário internacional, com ritmos diferenciados em distintos lugares. No território, há relações sociais e o controle da produção é feito por sujeitos sociais dispersos; significa áreas articuladas (*sistemas agrícolas*) e localização empresarial, como noutras obras ora tratadas, o que revela outro traço central da abordagem geográfica do território nos anos 1980-90: *sistemas* produtivos articulados entre si. Para Alessandro Gallo, existem continuidades territoriais entre os sistemas, porém há descontinuidades e *fraturas* entre áreas distintas, o que ratifica a necessidade

de superação da interpretação dualística da economia por uma abordagem *multirregional* e dos *sistemas agrícolas territoriais*.

Para Marina Faccioli, Claudio Cerreti e Paola Morelli, as principais referências sobre o território são Jean Gottmann, Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis, porém não verifiquei uma preocupação clara, teórico-metodológica, com o conceito de território nas obras desses autores mencionados. Evidenciam a necessidade de regionalização do território, como uma forma de classificação, considerando-se áreas e redes, para tentar superar a abordagem dualística do desenvolvimento, como argumenta Alessandro Gallo.

Regionalização que não é evidenciada, por exemplo, em obra de Giancarlo Corò: fazendo parte da segunda tendência que identifiquei, a partir de princípios elaborados por Enzo Rullani, Arnaldo Bagnasco e Pierre Veltz, embora centrado na dimensão econômica do território, Corò (2001) entende-o composto por infraestrutura, bens públicos (*capital humano*, instituições), empresas, relações sociais, redes, integração, informação, conhecimento e inovações (elementos *imateriais*). As produções *material* e *imaterial* são interdependentes. Nos processos produtivos, há territorialização, pois o território coloca à disposição dos agentes sociais a infraestrutura, o conhecimento etc. A produção industrial tem uma interface com as necessidades sociais (*individuais* e *coletivas*) e com as inovações científicas e tecnológicas: o Estado e o mercado são agentes reguladores fundamentais. “Nos distritos industriais, o território funciona não somente como base material da produção, mas como infraestrutura social, institucional e cognitiva que favorece, de modo eficiente e versátil, os processos de integração dos ciclos de organização da divisão do trabalho entre empresas” (Corò, 2001, p. 56). O território corresponde ao distrito industrial e ao *milieu*, conciliando-se as produções material e imaterial, ao mesmo tempo, como características e condicionantes do desenvolvimento econômico industrial.

Dessa forma, Giancarlo Corò subsidia o entendimento das diferentes relações ocorridas entre economia e território: no capitalismo industrial o território forneceu a base local-nacional da divisão do trabalho, o mercado consumidor e os fatores produtivos; no fordismo, o território aparece na integração entre grandes fábricas concentradas em algumas áreas; no capitalismo das redes transnacionais, o território também assume o caráter virtual nas redes de comunicação e interação, juntamente com *novas* identidades

locais que oferecem bens públicos (*capital humano*: conhecimentos, competências e atitudes) para as empresas modernas. As inovações não anulam o território, como afirmam Anastasia e Corò (1996) e Rullani (1997 e 1998), entendido como formas espaciais, relações sociais e redes, com limites incertos e *desaparecidos* que se modificam com o passar do tempo e cuja extensão depende da produção, do tipo de serviço, da infraestrutura e do mercado de trabalho ou, do processo de reorganização e de reterritorialização.

De um modo geral, embora a abordagem de Giancarlo Corò me pareça mais completa, são todas abordagens eminentemente econômicas, que explicam fenômenos e processos ligados à constituição e ao desenvolvimento de distritos industriais e/ou sistemas locais de desenvolvimento, considerando-se, na reprodução do capital, infraestruturas (edificações...), a atuação do Estado e a importância das redes e dos contextos identitários locais. São referências importantes para estudos de geografia econômica ou economia regional.

Também na Itália, numa discussão bastante consistente, Bruno Anastasia e Giancarlo Corò, juntos, estudam o território com uma ênfase econômica, compreendendo-o como produto e condição social, além de ser entendido como formas espaciais: "O território, (...) vem reinterpretado como 'força produtiva' que oferece aos agentes econômicos recursos importantes: específicas condições de vida e de trabalho; conhecimento e linguagens; possibilidades de relações com outras empresas; serviços; acesso a infraestruturas materiais e imateriais etc." (Anastasia e Corò, 1996, p. 23/24). Explicitamente, é economia e, implicitamente, também é política e cultura, conhecimento, experiências locais.

O território, para esses autores, é um *sistema de integração* no mercado e possibilita a relação de diferentes atores sociais; há uma pluralidade de sistemas de integração, com inovações e não inovações, abertura internacional e, simultaneamente, enraizamento local. Para Bruno Anastasia e Giancarlo Corò, há perda e reconstituição do território; enraizamento na dinâmica econômica e conexão, redes, que interligam diferentes *sistemas produtivos locais*.

Detalhando a abordagem do território como condição para o desenvolvimento, Anastasia e Corò (1996) entendem que ele *funciona*, para os *sistemas econômico-sociais*, como um potente fator de *integração versátil*. As relações produtivas locais assumem relevância crescente e, concomitantemente, o território contribui para a construção de redes (*materiais e cognitivas*) no mercado internacional, oferecendo recursos e flexibilidade à produção nos siste-

mas produtivos locais que procuram se reproduzir, sendo que estes sistemas são entendidos como *nós ligados à rede global*, como argumenta Dematteis (1995). A produção e reprodução das forças e relações produtivas acontecem no movimento de reprodução ampliada do capital, no qual há uma integração (*accoppiamento strutturale*), entre as estruturas locais e globais (*sistema-rede globale*), garantindo a continuidade dos processos produtivos locais.

É importante notar, ainda, que esse acoplamento defendido pelos economistas Bruno Anastasia e Giancarlo Corò, corresponde à complementaridade propugnada por Dematteis (1994 e 1995), pois este argumenta em favor de relações recíprocas entre o *sistema-rede global* e o *sistema-nó*. Na argumentação de Giuseppe Dematteis, existe uma valorização dos sujeitos locais, interagidos; enraizamento no processo de interconexão, entre agentes locais e globais, o que, também se encontra com as abordagens que fazem Rullani (1997 e 1998) e Anastasia e Corò (1996).

Essas considerações de Bruno Anastasia e Giancarlo Corò também se encontram com a abordagem do economista Enzo Rullani (1989). Em obra posterior, Rullani (1997) afirma que, no movimento de reprodução do valor, as ações econômicas têm, necessariamente, um enraizamento, uma ligação com o local e, simultaneamente, uma projeção extralocal, uma conexão, no mercado. Entende que o território, mesmo com a globalização da economia, não é anulado: "(...) *reemerge aquela dimensão territorial que deveria ter progressivamente desaparecido*. Determinando assim uma inversão de tendência" (Rullani, 1997, p. 86) (grifo do autor).

O território não desaparece, como contradição à tendência desterritorializadora do capital. O mercado global valoriza, paradoxalmente, os contextos locais e nacionais, impulsionando-se com a pluralidade de lugares e trocas. Os conhecimentos, experiências e culturas específicas de cada lugar, por exemplo, *circulam* e são recontextualizados, reterritorializados: "O território é um *lugar particular* (local) e, ao mesmo tempo, um *nexo entre aquele lugar e todos os outros possíveis lugares* (global)" (Rullani, 1997, p. 89) (grifos do autor).

O território, para Enzo Rullani, de forma bastante coerente, significa enraizamento, identidade e conexão, como alertei e demonstrei em Saquet (2003[2001]); recursos ambientais e infraestrutura, relações cotidianas, conhecimentos, experiências e lugar de vida; tem uma dimensão local e outra global, na qual a territorialização se dá, principalmente, por fatores econômicos e culturais. Para Enzo Rullani, o *enraizamento territorial*, na econo-

mia global, por parte de um produtor, não significa somente localização. Significa fazer parte da *comunidade*, de seus significados em relação às atividades econômicas; refere-se ao envolvimento, à integração cultural; significa ser *mais local e mais global*, simultaneamente. As redes estão no território e o território nas redes. Cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa rede global de lugares, em articulação.

Nesse sentido, para Rullani (1998), a globalização, como fase de internacionalização da produção, não se trata de uma desterritorialização, mas de uma *multiterritorialização*, efetivada graças às conexões de redes transnacionais. As empresas são multilocalizadas e ligadas em rede, em virtude da diferenciação existente entre os lugares, tanto *material* como *imaterialmente*. Enfim, essa é outra tendência, interdisciplinar e muito forte em países como a Itália e a França.

Na geografia, essa relação território-rede-lugar assume ainda mais relevância. Para Dematteis (1997), por exemplo, no território, há relações internas e externas: uma cidade se apresenta como rede ligada a outras cidades, configurando *estruturas multiescalares* formadas por *redes de redes*, numa compreensão muito similar a de Enzo Rullani. Há níveis territoriais, escalas, recortes, coligados. E as redes são *reais* e *virtuais*, ao mesmo tempo. *Reais*, porque geram fluxos materiais através de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. São *virtuais*, porque propiciam a articulação, apesar das distâncias que separam os lugares; são fluxos *invistíveis*, como o financeiro e o de imagens.

As redes ligam e desligam, conectam e são substantivadas tanto pelas edificações infraestruturais e pelo *milieu* histórico-cultural, como pelas interações entre sujeitos: “Desse modo, os fluxos e as interações se ligam aos lugares, o espaço virtual se ancora ao físico; a liberdade inicial oferecida pelas inumeráveis conexões das redes se reduz na realização de projetos que às prendem às formas materiais do espaço” (Dematteis, 1997, p. 193). As redes, de distintos níveis escalares, convergem na cidade. O urbano é, simultaneamente, local e global, *difuso* e *reticular* e o território, significa articulações sociais e coesão, no lugar; é produto de *tramas* que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições e as redes multiescalares.

Ainda na geografia, noutra ponta da discussão, posso lembrar de Gallo (2000), com uma perspectiva areal e reticular, no entanto, eminentemente cultural e geopolítica: o território corresponde ao Estado-Nação e às redes; às fronteiras, segregações, inclusões e exclusões; às articulações que se efeti-

vam no nível mundial, que podem enfraquecer ou eliminar a territorialidade, recriando-a de outras formas e noutros lugares. Há uma fluidez cada vez mais intensa, sobretudo, como destaca Gallo (1997 e 2001), em razão da alta tecnologia informática (telemática), que torna mais complexa as relações sociais e de trabalho, modificando relações espaciais e temporais. Ocorre uma espécie de virtualização e territorialização, ou seja, flexibilização e redefinição nos lugares de vida diária. Isso acontece, por exemplo, com os trabalhadores autônomos, que estão dispersos e conectados em rede. Parece-me uma concepção, nesta situação, rede-rede ou rede-lugar, da territorialidade, numa tentativa de mapear a virtualidade das redes telemáticas.

Já os economistas Becattini e Rullani (2000), por exemplo, também ratificam e reforçam a abordagem território-rede-lugar, reconhecendo a reterritorialização nos processos econômicos, numa combinação entre o local e o global e, do lugar com o *milieu*. O lugar ou o *contexto local* corresponde à dimensão territorial de fenômenos econômicos, que são múltiplos, relacionais e compreendem a história humana e da natureza. Há localização e redes, na forma de *integração versátil* (tecnológica, organizativa e comunicativa), como propugnam Anastasia e Corò (1996). É uma proposição predominantemente econômica que também incorpora o tempo histórico, a articulação transescalar e marca estudos territoriais em distintas áreas do conhecimento, como revela Becattini (2000) que, ao retomar suas argumentações de obras de 1979, 1987 e 1989, ratifica o conceito de distrito industrial como área e como um conjunto de elementos sociais e naturais, historicamente determinados, localmente definidos e em interação com outros lugares: existem sujeitos, empresas, famílias, igrejas, escolas, partidos políticos etc.

Na sociologia, a obra de Bagnasco (2003) se encontra, em vários aspectos, com essa perspectiva das redes e fluxos em unidade com o território e com o lugar: ao interpretar os *novos* ajustes e arranjos da organização social e espacial diante da globalização da economia assume, ratificando a definição exposta em *La costruzione sociale del mercato*, não a centralidade do conceito de território como outrora, mas dos de espaço e região. O método, a compreensão e o significado permanecem, no meu entendimento, o mesmo. Seu reconhecimento das dimensões sociais da economia, da política e da cultura também continua presente em favor do que denomina de *societade fora de esquadro* e que está, por isso, sendo reorganizada em sua própria dinâmica social e em sua materialização espacial.

Acontece, para Arnaldo Bagnasco, em consonância com Manuel Castells, em virtude das inovações técnicas e tecnológicas que acompanham a globalização, uma reorganização societal, flexível, que condiciona a substituição de um *espaço de lugares* por um *espaço de fluxos*: a organização social do espaço é o traço visível da organização social no espaço. A crescente expansão dos fluxos redimensiona a organização espacial e os lugares, sem eliminar sua importância. A cidade, por exemplo, pode ser, ao mesmo tempo, espaço de lugares e espaço de fluxos, como nó interagido a redes, como compreende Dematteis (1995 e 1997). Já o conceito de território é trabalhado como área, relações sociais, dominação, ordem e enquadramento político, subsidiando o tratamento dado aos conceitos de espaço e região.

Com as dificuldades encontradas pelo Estado diante da globalização na regulação econômica e enquadramento político, dá-se uma *sociedade fora de esquadro*, que se reorganiza a partir do lugar e do local, ou da cidade e da região, em conexão com processos extralocais. "Fluxos e lugares convivem, em tensão e colaboração entre si. Desse ponto de vista, as cidades são lugares no espaço físico onde se estabelece a conexão entre o espaço de lugares e o espaço de fluxos" (Bagnasco, 2003, p. 111).

Essa abordagem de Arnaldo Bagnasco lembra as de Enzo Rullani, Giacomo Becattini, Manuel Castells e Giuseppe Dematteis: lugar e fluxos, local e global, realizam-se um pelo outro, o que corresponde, grosso modo, à articulação territorial trabalhada pelo próprio autor (Bagnasco 1977 e 1978) e por outros pesquisadores, como Dematteis (1985, 1995 e 1997), Rullani (1997 e 1998), Anastasia e Corò (1996), Saquet (2000, 2003[2001], 2004, 2004a e 2006a), entre outros. De um ponto de vista mais geral, essa noção pode ser correlacionada com a argumentação de Swyngedouw (1997) sobre a relação local-global, que denomina de *glocalization*.

Articulada à concepção do desenvolvimento e do território em rede e como lugar, pode-se, ainda, evidenciar uma tendência bem recente, que enaltece a indústria como patrimônio territorial, como revela a obra de Dansero, Emanuel e Governa (2003), através de textos como os de F. Governa, E. Dansero, C. Scarpochi e M. Petrucci, entre outros. A industrialização é compreendida e valorizada com vistas à definição de políticas de desenvolvimento local; é um patrimônio que pode ser potencializado para *requalificar* a competitividade territorial.

É uma abordagem também histórica e transescalar, que procura considerar as dimensões sociais e naturais, substantivando-se de forma areal-reticular e centrada no conceito de *milieu* (lugar). É um processo que requer, evidentemente, uma abordagem geográfica específica, capaz de evidenciar potencialidades particulares para a efetivação de projetos coletivos de desenvolvimento local.

O texto de Governa e Dansero (2003) ilustra muito bem essa concepção e tendência elaboradas a partir de argumentações de G. Dematteis, A. Magnaghi, A. Bourdin, C. Raffestin e N. Entrikin: o patrimônio é o *fundamento territorial* de uma *identidade coletiva*, com componentes *materiais* e *imateriais*. Enquanto abordagem, Francesca Governa e Egidio Dansero consideram as áreas, as redes e os lugares; a identidade, a memória, as mudanças etc., tentando subsidiar a valorização e a potencialização de estratégias de desenvolvimento local. O território, em constante transformação, é um patrimônio, e o patrimônio é territorial, territorializado e pode ser representado pelo *Sistema Locale Territoriale (Slot)*, como mostro no capítulo 5.4.

Na *escola* anglo-saxônica, Entrikin (1991), por exemplo, destaca-se pela coerência de sua abordagem e pela significativa influência nos EUA, na Inglaterra, no Brasil e noutros países: faz uma reflexão bastante profunda sobre as abordagens de J. Agnew, R. Sack, D. Harvey, E. Soja, F. Jameson, N. Thrift, A. Giddens, Y. Tuan, entre outros. Nessa discussão, para Nicholas Entrikin, o lugar tem centralidade e significa uma condição da experiência humana, que implica identidades *coletivas* e *individuais*. A experiência do lugar tem um papel fundamental na reprodução da vida em sociedade e na construção da identidade. Mesmo com o avanço das tecnologias de comunicação e transporte, estamos sempre situados no mundo, em um lugar, numa *realidade objetiva* e *subjetiva* que tem um significado existencial para os indivíduos.

O lugar pode ser compreendido como um *contexto*, mediação entre o *particular* e o *universal* e como componente de nosso sentido de identidade; como território e territorialidade construídos historicamente e geograficamente, pela relação efetivada entre os sujeitos e destes com o ambiente de vida cotidiana. Nesse sentido, podemos afirmar que é no lugar que os processos se efetivam, através do *acontecer*, como argumentara Santos (1996 e 1997). Há uma unidade entre as processualidades histórica e multiescalar, nutrindo o pretérito, o *ser* e o *vir a ser*, em cada lugar, cotidianamente.

Enfim, nessa última perspectiva e tendência, são todas argumentações que se articulam, em alguns aspectos, entre a geografia, a sociologia e a economia e que ratificam a importância do lugar e da territorialização mesmo na era das redes e da fluidez; há reterritorialização nas formas área-rede e rede-lugar (território-rede-lugar) e *novas* territorialidades, como produto e condição de cada relação espaço-tempo, de des-continuidades que se efetuam no movimento histórico e relacional. De maneira mais geral, acontece um movimento, no dizer de Quaini (2004 e 2006), de *elogio dos lugares*, que valoriza os processos históricos e relacionais e, sobretudo, a territorialidade cotidiana.

5.3 A CONTINUIDADE DAS REFLEXÕES DE GILLES DELEUZE, FÉLIX GUATTARI E A RETERRITORIALIZAÇÃO

Na França, dando continuidade a suas pesquisas e reflexões, Deleuze e Guattari (1992[1991]), numa reflexão filosófica profunda, argumentam em favor da reterritorialização diante da desterritorialização, reforçando um movimento bem significativo no meio acadêmico e científico. Afirmam que o hominídeo, ao arrancar sua pata anterior do chão, está *desterritorializando-a* e, ao fazer dela sua mão, a *reterritorializa* sobre galhos: “Um bastão, por sua vez, é um galho desterritorializado” (*idem*, p. 90).

O território aparece como ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação; natureza não transformada e a desterritorialização, como mudança, transformação, separação, desligamento. Também, há uma preocupação central com o imaginário e com o movimento. Na desterritorialização, tanto a pata como o galho, são tirados do lugar de origem, são metamorfoseados socialmente. A mão não é mais a pata e nem o bastão, o galho. Ambos já têm outros significados. Ratificam a atenção dada em obra anterior (1976[1972]), com a desterritorialização e a reterritorialização: “Não se pode mesmo dizer o que é primeiro, e todo território supõe talvez uma desterritorialização prévia; ou, então, tudo ocorre ao mesmo tempo” (Deleuze e Guattari, 1992, p. 90-91).

E essa é uma contribuição importante, pois auxilia a pensar o movimento e a unidade que existe, no *real*, entre os processos de desterritorialização e reterritorialização (*T-D-R*). No meu entendimento, como mostrei em

Saquet (2003[2001]), esses processos são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo.

No território, para Gilles Deleuze e Félix Guattari, há ligação, mudança, movimento e, na desterritorialização, desligamento, mudança, rompimento, transformação, movimento. Há uma preocupação com o vivido. O comerciante, exemplificam, compra mercadorias num território, desterritorializa-as e as reterritorializa nos circuitos comerciais. As mudanças profundas ocorridas no capitalismo (*saltos*) são entendidas como processos que se desterritorializam: há, aí, mudanças de *formas* e *conteúdos*, no escravo liberado, no assalariamento, nos meios de produção.

E mais, para Deleuze e Guattari (1992[1991]), o próprio pensamento se desterritorializa e reterritorializa, desliga-se e se religa ao lugar, através dos *personagens conceituais*, como denominam. O território também significa pensamento, relações sociais e mesmo cósmicas, naturais e psicossociais; desterritorialização e reterritorialização, especialmente, no nível do pensamento. Ficam evidentes, também, aspectos da economia (capital), da cultura (conhecimento) e da política (Estado) tratados no plano filosófico, o que inspirará outras abordagens teórico-metodológicas e/ou vinculadas aos processos de *T-D-R* e a manifestações simbólico-culturais e políticas efetivadas na vida cotidiana.

5.4 TERRITÓRIO, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: TERRITORIALIDADE E AUTONOMIA

Em Saquet (2004), evidenciei aspectos da argumentação de Buzzetti (2000), que se constitui numa abordagem limitada do território e da natureza sob uma perspectiva humanística do desenvolvimento. Para este autor, a natureza está presente como recursos naturais, como oportunidades oferecidas pela dinâmica natural. O território envolve, ao mesmo tempo, as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente; compreende os ambientes natural e construído em *sistema*, a partir dos pressupostos filosóficos da fenomenologia. Assim, estuda os grupos, as *comunidades* e suas percepções/sentimentos do território, sua organização, seus signos.

Noutra perspectiva e tendência, em parte já delineada neste texto, relacional e híbrida e, por isto, mais coerente com o *real*, vale a pena mencionar, inicialmente, uma obra de Dematteis (1994), na qual o autor se mostra preocupado com a combinação de *relações geográficas verticais e horizontais*, com as condições e com as articulações territoriais para o desenvolvimento, privilegiando a discussão para o que denomina de *sistema local territorial (Slot)*: é um conjunto dotado de identidade, sendo que os sujeitos que o compõem são capazes de definir comportamentos *coletivos*; o local é um *nó* articulado em redes tendencialmente planetárias, na forma de um acoplamento de relações recíprocas e em unidade.

Esse é um dos desdobramentos do grupo da *geografia democrática* dos anos 1970. Primeiramente, essa organização inicial se transforma no GRAM, já citado e em outros grupos de estudos e, posteriormente, no *Slot*. Princípios, ideais, métodos e procedimentos são reproduzidos e reorganizados no GRAM, no *Slot* e noutros grupos, numa abordagem tendencialmente operativa, como denomina Dematteis, que procura produzir um conhecimento que tenha uma utilidade direta para a sociedade. Esta é uma vertente muito forte, na França, na Itália, na Espanha e noutros países, correlata ao tratamento renovado dos conceitos de território e territorialidade, envolvendo redes e lugares, como mencionei anteriormente. Tanto os processos de desenvolvimento local como o território são interpretados numa perspectiva que concilia as relações *matéria-ideia* e território-rede-lugar.

Os textos de Dematteis (1990 e 1994), a meu ver, demonstram a transição do GRAM para a constituição do *Slot*, como perspectiva analítica em gestação desde o final dos anos 1980 e, principalmente, durante os anos 1990. Giuseppe Dematteis aborda a importância de relações entre o endógeno e o exógeno em processos de desenvolvimento local, especialmente, no espaço urbano. Confrontando as concepções areal e reticular, propugna em favor desta última, como uma forma para se evidenciar a mobilidade, os fluxos, as redes e as relações territoriais. No entanto, a abordagem reticular não descarta a areal: completa-a, incorporando *novos* elementos, como os sujeitos e a organização em rede.

As abordagens de Muscarà (1967) e de Bagnasco (1977 e 1978), revelando as condições do desenvolvimento econômico, também contribuem para essas mudanças e para a concretização de *saltos* quanti-qualitativos na compreensão destes e outros processos territoriais, juntamente com obras

de G. Becattini, S. Brusco, G. Garofoli, G. Fuà, entre outras, da sociologia, economia e da geografia, como mostrei nos capítulos 2.3 e 4.6. Ocorre uma interação interdisciplinar muito significativa e profícua, na qual se atenta, cada vez mais, no desenvolvimento em rede, nas inovações, no lugar, no território e na qualidade do ambiente natural. E essa questão da natureza e da sustentabilidade ganha destaque no decorrer dos anos 1990.

Nesse contexto, o *Slot* significa relações específicas dos seus atores constituintes com o ambiente local (*milieu*); lugares e fluxos, *nós* e redes; destaca os aspectos sociais, culturais e econômicos numa certa área. No sistema local territorial, há relações entre sujeitos e destes com o ecossistema local, o que se ratifica em Dematteis (2001), Governa (1997 e 2001a) e em Dematteis e Governa (2003): há uma preocupação continuada com o movimento na constituição do território e com outros componentes, como a identidade e a natureza exterior ao homem, enaltecida, por exemplo, em Dematteis (1988).

Posteriormente, Dematteis (1995) entende que as relações do espaço físico com os acontecimentos históricos têm uma conotação *metafórica*. As metáforas, na produção científica, são *imagens conceituais abertas* que representam determinados aspectos ainda mal definidos teoricamente com relação à realidade empírica. Indica, dessa forma, uma concepção metafórica do espaço geográfico, como alternativa frente ao que denomina de *geografia normal* (descritiva).

O espaço geográfico é estudado considerando-se os elementos da natureza e dos processos históricos e mostrando conexões entre diferentes níveis escalares. Dematteis (1995) aborda, sucintamente, elementos e aspectos da relação espaço-tempo, com uma dedicação à compreensão do desenvolvimento econômico. Em sua *geografia da complexidade*, evidencia a compreensão da diversidade, da reciprocidade entre as forças sociais, das mudanças, dos sujeitos locais com suas convergências e conflitos, para que se possa projetar o território, superando as atuações de engenheiros e de macroeconomistas. Entende o território também como projeção e como natureza, para além das dimensões sociais comumente enunciadas: são *fatores físicos e histórico-culturais* que influenciam no desenvolvimento local.

O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Nas condições territoriais do desenvolvimento, também trabalhadas em

Dematteis (1988), há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos, estratificação social, cultura familiar específica, tradições de empreendimentos, associações de moradores, relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação.

Para Giuseppe Dematteis, o território significa economia, cultura, política e natureza: ambiente, chão, formas espaciais e relações entre sujeitos. Também destaca a atuação das redes globais: "A rede não tem nem centro nem limite regional definido; hoje com a internacionalização da economia e das trocas culturais, a rede tende à dimensão planetária" (1995, p. 98). Há uma relação de complementaridade entre o local e o global, sem anular o território. As condições de cada lugar ou os *valores* específicos, locais, são constantemente transformados em *valores universais* através de organizações territoriais cristalizadas em rede, ratificando aspectos das abordagens de Alberto Magnaghi e Claude Raffestin.

A obra publicada em 1992, por G. Dematteis e C. Emanuel, revela muito bem essa *nova* tendência de entendimento do território e do desenvolvimento: reforçam a importância de se apreender as redes e conexões entre cidades, o que denominam de *espaços urbanos reticulares interconexos*. Essas articulações são fruto de um processo histórico caracterizado pela passagem de uma fase de elevada concentração urbana, em determinadas regiões da Itália, na década de 1970, para outra de difusão do crescimento econômico e populacional, trabalhada anteriormente por Dematteis (1985a, 1985b e 1989a). Essa difusão é produto de condições sociais, da economia, da política e da cultura. A ênfase do estudo é para os fatores econômicos, embora os autores apontem para uma concepção múltipla da reorganização do território a partir da valorização de cidades pequenas e médias, como estratégia de desenvolvimento local efetivado em rede.

Esse processo é, para Dematteis e Emanuel (1992), tendencialmente reticular, em *nó* e de mercado, através da desconcentração industrial e de empresas prestadoras de serviços a essas indústrias e às famílias residentes nas pequenas e médias cidades (*áreas periféricas*). A utilização de conceitos como os de *função, sistema e estrutura*, é comum, como ocorre em obras de Giuseppe Dematteis dos anos 1970-80; outro aspecto importante a ser destacado é a constante preocupação desse grupo de pesquisadores com as relações sociais, com a natureza e com a transescalaridade efetivada pelas redes de circulação e de comunicação.

Mais tarde, Dematteis (1999) retoma a ideia de reciprocidade entre a sociedade e o território. As transformações territoriais urbanas, por exemplo, não são as consequências de mudanças que acontecem separadas do território. Nada se pensa, muda ou se faz, que não seja por meio da materialidade dos lugares; é através dela que passam, necessariamente, todas as relações sociais, as representações conceituais e as iniciativas e os projetos de desenvolvimento local. É uma discussão mais profunda e completa daquela feita inicialmente por Dematteis, Di Meglio, Lusso, Segre e Buscaglia (1976) ou da de Dematteis (1988 e 1989), destacando, agora, os espaços de desenvolvimento em rede, os fluxos, a coesão social e a sustentabilidade.

Dessa forma, Dematteis (1999) define a territorialidade, juntamente com Claude Raffestin e Angelo Turco, como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o *agir social*. Essa concepção de territorialidade é distinta daquela de Robert Sack; é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento; é uma *territorialidade ativa*, através da organização política e do planejamento. A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do *sistema territorial local*, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade.

Além disso, conforme Dematteis (1999), essas relações dão identidade ao lugar, numa espécie de *território patrimônio*, no dizer de Bourdin (1994), no qual há definição de atores, cooperação, participação e mobilização. Por isso, os planos e as políticas de desenvolvimento devem partir de uma geografia que reconheça as relações, ou seja, de uma geografia da territorialidade, em especial, daquela urbana, como *nó* e centro da organização espacial. Esta pode ser uma geografia das possibilidades de desenvolvimento, sendo que as redes de sujeitos (*individuais e coletivos*), são um instrumento conceitual e operativo para governar a territorialidade.

E governar significa interação com os indivíduos; a elaboração de políticas de rede, a *territorialidade ativa*, conflituosa e de mudanças sociais, o que é trabalhado detidamente por Magnaghi (2000), obra na qual faz uma profunda reflexão sobre os conceitos de território, territorialização, susten-

tabilidade, desenvolvimento local e autonomia. É uma concepção que se encontra, em vários aspectos, com a de Dematteis, anteriormente descrita, caracterizando e marcando os estudos territoriais posteriores, especialmente, por seu reconhecimento da natureza exterior ao homem na dinâmica de territorialização e de desenvolvimento local.

Anteriormente, Magnaghi (1990), criticara a compreensão do território como suporte de atividades, que reduz o habitante a um mero produtor, está na base de uma prática que degrada o ambiente e destrói o patrimônio histórico. Nesse sentido, entende o território como um produto do processo de *estruturação do espaço físico*, através de uma rede de relações complexas (*concretas e simbólicas*). A *produção do território* pode substituir a produção de mercadorias no desenvolvimento, porém, isso acontecerá, no dizer do autor, somente com uma *nova cultura do habitar*, com *novas* territorialidades e valorização da estética, do lugar e da natureza, da diferença e da autonomia.

Mais tarde, Alberto Magnaghi, em *Il progetto locale*, faz uma abordagem, em síntese, processual e relacional do território, do desenvolvimento e de sua territorialização, conciliando as dimensões da economia, da política e da cultura, e, a natureza. Suas principais referências, sobre esses temas, são C. Raffestin, G. Dematteis, A. Bagnasco, A. Turco e E. Turri. Conceitos como *produção do território* e *produção de territorialidade* são centrais em sua argumentação. O território é construído historicamente, inerente aos processos *coevolutivos*, humanos e ambientais. A territorialidade é mediação, relação social, prática e cognitiva, ratificando o conceito de Dematteis (1999) e considerando, também, na geração dessas relações, a necessidade de qualidade ambiental e de vida.

Essa é uma concepção que Magnaghi (2000) denomina de abordagem territorialista, com destaque para o lugar, para a dinâmica ambiental e para a elaboração de projetos de desenvolvimento. Degradar o território significa degradar o ambiente e vice-versa, sendo que esse 'vice-versa' é que tem centralidade, pois a sustentabilidade é pensada para além da proteção da natureza, incorporando o território, ou seja, a *sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental*. A natureza é um *patrimônio territorial*, como trabalham, por exemplo, Dansero e Bagliani (2005): a *territorialidade sustentável* significa uma conjugação de forças globais e locais, em favor de uma territorialização do desenvolvimento sustentável e através de componentes *materiais e imateriais*, ou seja, pertinentes à complexidade socioeconômica e natural (E-P-C-N), que se traduz no que denominam de complexidade territorial.

Há, para Magnaghi (2000), um *modo de produção do território*, determinado pela organização societal, no qual, a identidade historicamente constituída também tem centralidade, como permanências (*sedimentos materiais e cognitivos*) que se manifestam nos lugares. O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre a sociedade e a natureza; tem um caráter político muito forte, em direção à constituição da *sociedade local*, articulada, mas com capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultural-identitário, a biodiversidade, as microempresas, enfim, a vida, como fizemos em duas pequenas experiências localizadas e descrevemos em Saquet e Duarte (1996) e em Saquet, Pacífico e Flávio (2005), em detrimento da mercadoria, da degradação, do imediatismo e do individualismo.

Dessa maneira, essa abordagem defendida por Alberto Magnaghi visa, além da interpretação da territorialização, à criação de um *novo território*, autogerido, além da simples participação dos sujeitos em reuniões, com mais patões e menos empregados, menos alienação e subordinação. E aqui há um ponto crucial de encontro com o que afirmei no início deste texto: a abordagem territorial, reelaborada, reconhecendo o movimento, as contradições, a identidade, a natureza, as relações de poder requer, necessariamente, um caráter político organizacional, inclusive e acima de tudo, do pesquisador que precisa orientar a reconstrução dos chamados projetos de desenvolvimento e do próprio território. O caráter político de atuação cotidiana em favor da autonomia é mais um elemento central da constituição de um certo território.

Dematteis e Governa (2005 e 2005a), Governa (2005), Santangelo (2005), Corrado (2005 e 2005a), Governa e Dansero (2003), Dansero, Emanuel e Governa (2003), Dansero e Bagliani (2005), entre outros, numa abordagem similar à de Alberto Magnaghi, revelam resultados teórico-metodológicos e empírico-reflexivos alcançados a partir das pesquisas feitas centradas no *Slot*, que tem envolvido pesquisadores das universidades de Bologna, Florença, Nápolis, Palermo e Torino. É um trabalho articulado entre grupos, que se efetiva desde os anos 1970, com um grupo de pessoas bastante significativo. Não se trata, portanto, de pesquisas individualizadas, mas de interlocuções e da pesquisa em grupo, como ocorre com outras experiências de diversos países do mundo.

É importante notar, ainda, que o *Slot* fora trabalhado anteriormente por Dematteis (2001). Ele deve ser um *instrumento de política territorial*, uma forma analítica e, por isso, é construído a partir da realidade. Dematteis propõe os seguintes componentes analíticos: a) a *rede local de sujeitos*, que corresponde às interações entre indivíduos em um território local, onde há relações de proximidade física e entre os sujeitos do local e os de outros lugares. Há construção de um ator coletivo; b) o *milieu local*, entendido como um conjunto de condições ambientais locais nas quais operam os sujeitos *coletiva* e historicamente; c) a relação da rede local com o *milieu* local e com o ecossistema, de forma tanto cognitiva (simbólica) como material. Há interações entre os domínios do social e do ambiente; d) a relação interativa da rede local com redes extralocais, em distintas escalas: regional, nacional e global.

Assim, cada *Slot*, para Dematteis (2001), tem aspectos ambientais e uma construção social histórica (E-P-C), processual e relacional, na qual se dá uma organização no sentido da coesão e de projeção do futuro. O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com indivíduos de outros lugares, efetivando *tramas transescalares* em diferentes níveis territoriais. O território é uma construção *coletiva* e multidimensional, com múltiplas territorialidades (poderes, comportamentos, ações), de forma semelhante à compreensão de Bourdin (1994) e Dematteis (1994), o que é ratificado por Governa (1997, 2000, 2001 e 2001a) e como também fora trabalhado por Dematteis, Governa e Vinci (2003), por exemplo.

E, como há uma preocupação com a projeção, é importante que cada *Slot* tenha capacidade de *se autorrepresentar* e de *se autoprojetar*, sendo o estudo um meio para a conquista desta organização. Isso significa que, como mencionei anteriormente, optar por uma *geografia da territorialidade*, implica numa mudança de paradigma de abordagem. Essa é a dimensão de trabalho prioritária desse grupo de pesquisas.

O território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir. A identidade é compreendida para além do sentido de pertencimento a um lugar: "A identidade (...) deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas

e de conhecimento, 'construtores' do território e de novas lógicas identitárias aos lugares" (Dematteis e Governa, 2005a, p. 22) (grifo dos autores).

Ao mesmo tempo, há uma intenção constante em contribuir para a elaboração de políticas para o desenvolvimento local. Os sujeitos sociais têm ações territorializadas e territorializantes, que podem ser potencializadas, como mediação, para o *desenvolvimento local territorial*, através de seu *capital territorial*. Eis o território, nessa concepção de Dematteis e Governa (2005a), que reconhece a coevolução da sociedade e da natureza, como propugnara Magnaghi (2000). E é nesse sentido que definem o *Slot*, como uma maneira de interpretar as relações existentes entre os sujeitos e o território; de identificar as potencialidades do território e de caracterizar subsídios para a *governança* e para o desenvolvimento local.

Através do programa *Lo sviluppo progettuale dei PISL nelle aree obiettivo 2 della Lombardia* (2006), por exemplo, que trata da análise e representação do território, e de estratégias de desenvolvimento local, exercita-se o *Slot* e seu caráter operativo: analisam-se as especificidades da relação economia-política-cultura-natureza e as potencialidades para o desenvolvimento (projeções). Há uma participação de membros da equipe de trabalho em determinadas ações, como na articulação entre diferentes instituições (atores locais), de maneira análoga ao que fizemos em Saquet e Duarte (1996), Saquet, Duarte e Francischetti (1997) e em Saquet, Pacífico e Flávio (2005), com uma participação direta de professores, pesquisadores e estudantes na construção efetiva de projetos de desenvolvimento e na concretização das ações planejadas com a sociedade local: experimentamos, no Projeto Vida na Roça, entre os anos 1996 e 1998 e, no Projeto Vida no Bairro, entre 2002 e 2004, em Francisco Beltrão (PR), a construção participativa, tanto no estudo como na operacionalização de ações e atividades com vistas ao desenvolvimento local e territorial.

Governa (2005), detalhando algumas questões do *Slot*, evidencia a importância da *territorialidade ativa* nos processos de desenvolvimento com base local: o desenvolvimento é sempre territorial, em virtude das práticas que o caracterizam, o que se encontra com minha afirmação em Saquet (2003[2001]). Na relação entre desenvolvimento e desenvolvimento econômico: "O primeiro envolve e supera o segundo. É mais amplo e complexo. (...) O próprio econômico é, simultaneamente, social e territorial. Da mesma forma, o desenvolvimento (social e territorial) é resultado dos processos sociais" (Saquet, 2003[2001], p. 145).

E essa característica é ratificada por Dematteis (2005), para o qual o desenvolvimento está ligado, sempre, de algum modo, com a dimensão local do território, sem ser apenas local, isto é, efetiva-se na relação entre o local e o *universal*, o que também é corroborado por Magnaghi (2005) ao propor, por exemplo, requisitos ao processo de participação na construção do desenvolvimento local. Governa (2005) também afirma a centralidade do território na definição de ações e estratégias dos sujeitos, de políticas e do desenvolvimento, aproximando-se da abordagem de Nicholas Entrikin, quando enaltece a importância do lugar como condição da vida humana.

Anteriormente, Governa (2001a), em continuidade a sua argumentação de 1997 e a partir de reflexões de C. Raffestin, G. Dematteis e A. Magnaghi, afirma que, na relação infraestrutura/território, há interação, com interconexão (nos fluxos) e territorialização, ao mesmo tempo. Há uma relação recíproca entre infraestrutura, entendida como redes e o território, ou seja, as redes são produto de um contexto, condicionando-o na forma de um acoplamento, como argumentara Dematteis (1995 e 1996): a relação infraestrutura/território aparece como um processo de relações entre o local e o global. Interconexão e territorialização são dois processos coligados. Há reterritorialização, através das conexões efetuadas com as redes: os diversos sujeitos locais se territorializam em diversas redes.

De fato, há maior complexidade, mobilidade e fluidez no mundo da vida, através da diversificação de relações identitárias, de hibridismos, de técnicas e tecnologias e de outras ações inerentes à vida cotidiana. O território é produto histórico da relação sociedade-natureza, multiescalar e, condição para a vida, como argumentam Giuseppe Dematteis, Francesca Governa, Alberto Magnaghi, entre outros, incorporando a natureza exterior ao homem, e o caráter político e organizativo nos estudos e no planejamento do território.

5.5 A QUALIFICAÇÃO DAS PESQUISAS NO BRASIL

No Brasil, tanto a expansão como a qualificação de estudos centrados nos conceitos de território e territorialidade ocorrem, principalmente, a partir do biênio 1992-93, com os seminários internacionais *O novo mapa do mundo e Território: globalização e fragmentação*, realizados em São Paulo e, com a tradução, para a língua portuguesa, do livro de Claude Raffestin, *Por*

uma geografia do poder. Praticamente, 30 anos depois do biênio *crucial* da geografia italiana (Quaini, 2005), no Brasil, conjugam-se esses e outros fatores, nos níveis interno e externo ao país, que impulsionam estudos territoriais de geografia, economia, sociologia e de outras ciências, numa tentativa de se compreender fenômenos e processos sociais e territoriais, evidenciando-se, sucintamente, as redes de circulação e comunicação, a identidade e relações de poder.

Essa expansão ocorre em movimento de unidade com mudanças que estou mostrando, que aconteceram na França, na Suíça, nos EUA, na Inglaterra e na Itália e se vinculam a pelo menos cinco abordagens e concepções: a) *a partir e com* os estudos de C. Raffestin, a mais expressiva, destacando-se aspectos econômicos e políticos do território e da territorialidade; b) *com* argumentações de D. Geleuze e F. Guattari, evidenciando-se as dimensões da cultura e da política; c) *com* J. Gottmann e R. Sack, eminentemente geopolítica; d) *com* os estudos de fenômenos e processos de desenvolvimento territorial, feitos por A. Bagnasco, G. Becattini, G. Dematteis e outros e, e) *a partir e com* as reflexões de M. Santos, tendência também bastante significativa, edificada através de sua compreensão de configuração territorial, dos fixos, fluxos e do território usado, conceito utilizado anteriormente por Gottmann (1973/2005), Indovina e Calabi (1974), Magnaghi (1976) e Sack (1986), cada qual a seu modo.

Como já mencionei, alguns pesquisadores tentam articular, com mais ou menos qualidade, aspectos de distintas abordagens. Como há algumas complementaridades entre essas que identifiquei, que perpassam distintos grupos de estudos, departamentos e universidades, alguns autores conseguem elaborar as *ideias* com coerência; outros não, e acabam limitando seus estudos à descrições ou simplesmente encaixando os conceitos de território e territorialidade em meio às suas descrições empírico-reflexivas.

5.5.1 MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE: A (I)MATERIALIDADE

Algumas obras marcam a reflexão epistemológica na geografia, contribuindo decisivamente na elaboração de abordagens territoriais no Brasil. Escolhi três autores brasileiros e obras que marcam três gerações com formações diferentes e que revelam, por isso, distintas abordagens que se sucedem no tempo, mas que também coexistem e se complementam em alguns momentos e aspectos.

Isso significa, evidentemente, que é uma questão para ser trabalhada mais detidamente, no futuro de minhas pesquisas, aprofundando a compreensão das abordagens e concepções de território e territorialidade em obras e autores brasileiros. Mesmo a separação que fiz, com a redação do item que vem logo a seguir (*A desterritorialização e a reterritorialização*), não tem o caráter conclusivo e dicotômico: tanto aqueles como estes autores têm, no geral, se dedicado tanto a pesquisas teórico-metodológicas como empírico-reflexivas. Fiz uma separação didática, espero, para esta exposição.

Entre os autores selecionados para este momento, sucintamente, Milton Santos elabora, a meu ver, uma abordagem materialista, centrada no conceito de espaço geográfico; Rogério Haesbaert produz uma concepção que denomina de *integradora* ou híbrida entre as dimensões *material* e *ideária* do território, com ênfase nas processualidades culturais e políticas; e Marcos Saquet tenta construir uma abordagem (i)material do território, que também possa possibilitar a apreensão de aspectos da relação *matéria-ideia*, em unidade, destacando os fatores e processos político-econômicos.

Dito de outra maneira, M. Santos elabora uma argumentação de caráter eminentemente epistemológica, pautada em processos sociais e reconhecendo a natureza como um elemento do território; R. Haesbaert faz uma discussão teórico-metodológica e ontológica centrada na reterritorialização a partir de fatores políticos e culturais, incorporando mais recentemente uma preocupação mais sistemática com a natureza e, M. Saquet, efetiva uma discussão teórico-metodológica, destacando a produção do território sob as forças econômicas, políticas e culturais, a importância da natureza e a abordagem territorial como um *caminho* para se elaborar e atuar em projetos de desenvolvimento local, como referencio nos capítulos 5.4 e 8. São perspectivas construídas historicamente, em grupos de estudos e entre grupos, ligando lugares, tanto no nível interno como no externo ao Brasil.

— *Início com Milton Santos*. Em obra de 1994, trabalha com o conceito de território *usado*, numa abordagem econômico-material, ampliando a discussão além da concepção areal ou da restrita ao Estado-Nação, enaltecendo o uso e o controle social. O território significa objetos, ações e a constituição de redes, e pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado ou, ainda, como *quadro de vida e híbrido*. O território pode ser formado por lugares contínuos e em rede, e ter uma *configuração*

técnica, local e um controle remoto, distante, feito através das redes no nível mundial. Posteriormente, Milton Santos conserva a leitura do território como resultado dos *sistemas* de objetos e ações, chão, formas espaciais e como Estado-Nação: “A segunda totalidade é o território, um país e um Estado – uma formação socioespacial, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras” (Santos, 1996, p. 215).

Também, retoma de sua obra *Metamorfoses do espaço habitado*, o conceito de *configuração territorial*, com interferências humanas, limites e a natureza: “A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (Santos, 1996, p. 51). Aparentemente, separa o território enquanto materialidade (obras) das relações sociais, mas propõe o estudo do conjunto *indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações* que formam o espaço como *uno e múltiplo*. O território está aí, como delimitação ou configuração ou área.

Além disso, para Santos (1996), a partir da construção social do espaço geográfico, tanto os objetos como as ações estão no território: “A materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica (...)” (p. 176); “(...) a possibilidade atual de mundialização de um grande número de ações acarreta, para muitos lugares, o problema da superposição, neles, de ações com escalas diversas (...). Estamos longe de uma territorialidade absoluta da ação (...)” (p. 179). Outra contribuição importante, diz respeito às normas: “A ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, é cada vez mais normada” (Santos, 1996, p. 182).

Há uma *lei* de mercado e normas jurídicas que regulam e controlam a produção, a circulação e o consumo de mercadorias. Isso significa relações de poder nas atividades mercantis, industriais e financeiras, sendo que o território significa relações de normatização e regulação, econômicas e políticas, efetivando-se em pontos, redes sociais e normas/controle. As redes podem ser mais extensas ou densas, interligando lugares, pessoas e ampliando as possibilidades de circulação e comunicação. Dos clássicos referentes aos estudos centrados numa concepção renovada do conceito de território, Milton Santos destaca apenas Raffestin (1980) e Dematteis (1995), elaborando uma abordagem que concilia a relação área-rede.

Em trabalho posterior, Santos (1999) destaca a atuação do dinheiro e das técnicas no uso e reorganização do território, entendido como o *chão mais a identidade*, construída socialmente através do trabalho. No exercício da vida, há trocas *materiais e espirituais*. Ao mesmo tempo, indica outros aspectos sociais, como a resistência à ampliação do comércio, a fluidez cada vez mais intensa e a *desregulação* do Estado Nacional. O território é usado por forças econômicas e políticas (Estado-Nação), sob a *ditadura do dinheiro*.

Novamente, em Santos *et al* (2000), o uso do território é o principal caracterizador e definidor desse conceito. O território usado é substantivado por uma trama de relações sociais e transescalares; é usado como recurso pelos atores hegemônicos e como abrigo pelos hegemonzados. Há um destaque à dimensão econômica e material do território, de maneira relacional, lembrando a concepção de Indovina e Calabi (1974). Porém, Milton Santos argumenta em favor da resistência do território diante de grandes empresas que operam na produção *material* e da informação, enunciando aspectos da reterritorialização no movimento de globalização da economia e de valorização do lugar, como espaço do *acontecer*, de vida.

➤ Rogério Haesbaert, por sua vez, grande pesquisador sobre o território e suas múltiplas dimensões, em obras de 1994 e 1995, reconhece processos de dominação e apropriação na construção do território, tentando conciliar aspectos objetivos e subjetivos. Há o domínio social, econômico, político e cultural do espaço. Posteriormente, juntamente com Limonad (1999), incorpora a dimensão natural, como *base e materialidade* do espaço. A natureza é dominada e apropriada por um certo grupo social, na produção do território. Dessa maneira, eles sinalizam para uma abordagem múltipla e (i)material: econômico-político-cultural. Na compreensão do território, sempre acontecem relações de poder, desde as estabelecidas pelo Estado-Nação, até a multidimensionalidade das relações sociais. São as relações de força que condicionam e constituem o território.

Anteriormente, Haesbaert (1997) conciliara, coerentemente, as dimensões sociais da política e da cultura na territorialização, identificando *diferentes graus de correspondência e intensidade*; acrescenta à questão política o caráter cultural, mais subjetivo e simbólico, numa concepção integrada do território. Ao mesmo tempo, referenciando-se em Claude Raffestin, lembra o caráter econômico, o que sinaliza para uma abordagem também múltipla

do território e da territorialização, sem aprofundar, naquela oportunidade, a reflexão sobre a dimensão econômica e suas características territorializantes.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais (...) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (*idem*, p. 42).

Outra importante contribuição de Haesbaert (1995 e 1997) é quando afirma que o processo de produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e a reterritorialização. Esse autor apresenta, como dimensões sociais da desterritorialização, a econômica e a política, e da territorialização, a política e a cultural. Há o reconhecimento do movimento no território, de força de trabalho, por exemplo, excluída e reterritorializada e, do movimento efetivado com a constituição de redes de circulação e comunicação, como elementos inerentes à desterritorialização e à reterritorialização (*território-rede*), contribuindo na definição da coesão e unidade, da identidade e de regionalismos.

Entretanto, se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e 'sem pátria' (Haesbaert, 1995, p. 178 ou 1997, p. 116).

Há uma separação entre os fatores determinantes da territorialização: o território significa coesão e identidade e, ao mesmo tempo, apropriação e ordenamento político. Já as redes envolvidas pela circulação do capital têm um caráter predominantemente desterritorializador, condicionando a perda do território. Para Haesbaert (1997), o território tem um domínio politicamente estruturado (dimensão mais concreta) e uma apropriação simbólico-identitária, determinados por ações de certos grupos sociais sobre o espaço de vida. Há, aí, a centralidade de redes e hierarquias. O conceito de território é trabalhado a partir do de espaço produzido, elaborado por Henri Lefebvre, como produto socioespacial, de relações concretas e simbólicas, articuladas aos interesses econômicos e políticos que potencializam os símbolos e as representações sociais em favor do controle e da acumulação. O espaço, resultado do trabalho humano, é entremeadado por símbolos e representações.

Nesse sentido, a desterritorialização está diretamente vinculada à modernização e à globalização, processos eminentemente dinâmicos, de mobilidade e inerentes ao período técnico-científico do pós-1960. Sucintamente, a desterritorialização significa a destruição de antigos territórios e/ou *desintegração* de novos espaços, em rede; a *(re)territorialização*, por sua vez, corresponde à constituição de novos territórios com uma nova apropriação política e/ou simbólica do espaço, também, incluindo redes: "(...) enquanto a desterritorialização é promovida especialmente pelas redes nacionais-globais dos complexos agroindustriais capitalistas, a reterritorialização gaúcha tem um importante componente político-cultural e se revela mais nítida à escala local, em termos de território, e regional, em termos de rede" (Haesbaert, 1997, p. 257) (grifo do autor). Esse processo promove o que ele denomina de *multiterritorialidade*, como múltiplas relações vividas por diferentes indivíduos e grupos sociais, em distintas escalas de interação.

Mais recentemente, Haesbaert (2004) retoma o estudo da reterritorialização e da multiterritorialidade, destacando as dimensões da economia, política, cultura e da natureza na formação histórica de um certo território. Há, evidentemente, uma ênfase às redes de circulação e comunicação, às interações sociais e à (i)materialidade dos processos territoriais. São as relações de poder, em sua multiplicidade, que estão na base da efetivação do território: "(...) o território (...), enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política" (Haesbaert, 2004, p. 93) (grifo do autor).

O território, nesse sentido, assume um caráter de relação de dominação político-econômica e de apropriação simbólico-cultural; é multifuncional e multiescalar (redes e fluxos). As redes têm um papel ambivalente, territorializador e desterritorializador ao mesmo tempo. Assim, no dizer do autor, podem existir *territórios-zona*, *territórios-rede* e os *aglomerados de exclusão*, numa conjugação da perspectiva área-rede, rede-rede e rede-lugar.

Já Marcos Saquet, numa trajetória distinta, estabelece algumas ideias iniciais em obras de 1993 e 1994, centradas no conceito de produção social do espaço, também, neste caso, a partir da abordagem de Henri Lefebvre. O território é, naquele momento, um conceito secundário e significa um lugar de vida construído historicamente; área sob a ordem do capital(ismo). A

ênfase é para os fatores e processos econômicos, sinalizando para as demais ações e reações políticas e culturais, inerentes ao espaço cotidiano de lutas contra a dominação e opressão [Marx (1984 e s/d) e Marx e Engels (1991)]. Dessa maneira indico, sutilmente, as relações materiais da formação do território (planejamento, produção de mercadorias...), numa concepção eminentemente areal.

Somente um bom tempo depois, em Saquet (2000), é que tentei elaborar de maneira mais organizada as bases para uma abordagem (i)material do território, centrada na relação espaço-tempo, isto é, na noção de espaço construído socialmente, tanto objetiva como subjetivamente. O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas.

É a partir dessas discussões preliminares que, em Saquet (2003[2001]), tentei pensar alguns elementos para uma argumentação teórico-metodológica que articule, concomitantemente, o tempo, o espaço e o território, e aspectos da economia, da política e da cultura ([i]materialidade), na abordagem geográfica do território e do desenvolvimento econômico. O espaço e o território são vistos como ligados e indissociáveis. O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades.

A apropriação e a produção do território é econômica, política e cultural, a um só tempo, concepção que tentei elaborar *a partir* das obras de Bagnasco (1977 e 1988). Outras referências importantes para minhas reflexões, naquele momento, foram Raffestin (1993), Souza (1995) e Haesbaert (1997). No meu entendimento, no próprio movimento de circulação e reprodução do capital, há territorialidades e territorialização. O território é resultado e determinante desta unidade, inscrevendo-se num *campo de forças*, de relações socioespaciais. O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território.

Dessa forma, os territórios podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivarem em diferentes escalas, envolvendo, sempre, a síntese dialética do natural e do social que reside no homem. "O trabalho social e as representações são dois elos de ligação entre a sociedade e a natureza. No entanto, não são os únicos. Outro elo, talvez o principal, é a dupla dimensão do homem que, ao estar na natureza, torna-a simultaneamente social e ao estar na sociedade, torna-a, concomitantemente, natural. A natureza contém o homem multidimensional. Assim, não há sociedade sem natureza, nem natureza sem sociedade" (Saquet, 2003[2001], p. 98). A territorialização se efetiva nessa relação sociedade-natureza, mediada pelas territorialidades.

As forças sociais efetivam o território, o processo social, *no (e com o)* espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão uma certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios.

Além disso, essas forças econômicas, políticas e culturais também determinam a desterritorialização, a reterritorialização e a constituição de novas territorialidades, no mesmo ou em diferentes lugares, no mesmo ou em diferentes períodos históricos. Nessa processualidade, há mudanças e permanências, conjugadas, isto é, des-continuidades, como mostrei em *Os tempos e os territórios da colonização italiana*: produzem-se novos elementos e reproduzem-se velhos componentes econômicos, políticos e culturais, que faziam parte da vida dos imigrantes italianos no Sul do Brasil. Por isso, é necessário contextualizar esses processos (desterritorialização e reterritorialização) em cada período e lugar, num constante movimento, concomitante e complementar, de desterritorialização e reterritorialização. É uma reflexão que fiz, a partir de obras como as de Deleuze e Guattari (1976[1972]), Raffestin (1984) e Haesbaert (1997).

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes *estão* e *atuam* em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de tra-

balho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (Saquet, 2003[2001], p. 218).

Ao mesmo tempo, as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle *do* e *no* espaço geográfico, de indivíduos, no processo de apropriação e domínio social, cotidianamente. As relações sociais, de influência, interesse, símbolos, dominação etc. caracterizam e condicionam nossa vida cotidiana, tanto no *estar fixo* como no *estar em mobilidade*.

Também evidenciei que a formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e ligam o *singular* ao *universal* (e vice-versa), interferindo diretamente na territorialidade dos indivíduos e classes sociais. A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente.

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações.

Há, nessa abordagem, o reconhecimento da perspectiva areal e reticular, nas formas área-rede, rede-rede e rede-lugar (território-rede-lugar), sendo que a territorialidade pode ser potencializada como estratégia de organização política e luta por desenvolvimento, como experimentamos nos já citados projetos Vida na Roça e Vida no Bairro. Textos como os de Saquet e Duarte (1996) e Saquet, Pacífico e Flávio (2005) demonstram muito bem, em dez anos de atuação, uma práxis que tenta conciliar a reflexão teórico-metodológica e a atuação em projetos de desenvolvimento local (rurais e urbanos). Essa concepção tem um forte caráter político, de organização societal e territorial, na busca da transformação com mais justiça social, tentando potencializar a autogestão, a recuperação e a preservação ambiental. O território é compreendido, antes de qualquer 'coisa', como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual.

E isso significa dizer que, simultaneamente, nessas proposições, há uma conjugação e unidade entre o desigual e o diferente, ritmos lentos e mais rápidos, como propugnara Santos (1996). O *tempo rápido* não se manifesta em todo o território brasileiro, por exemplo, nem envolve toda a sociedade no mesmo momento e na mesma intensidade, mas envolve os lugares em instantes e intensidades distintas, o que resulta em variadas combinações em cada lugar. “As temporalidades e os territórios são múltiplos e sobrepostos, determinados pelas forças do local e por forças externas ligadas às dinâmicas econômica, política e cultural nos níveis nacional e internacional. Se o mundo é o que somos, somos o que o mundo é; a história do mundo é a história dos lugares e a história dos lugares é a história do mundo” (Saquet, 2003[2001], p. 215). Os tempos histórico e coexistente estão em unidade, no mesmo movimento. Eu vivo, neste instante, tanto a processualidade histórica como a relacional.

Dessa maneira, o processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou controle político, a apropriação simbólico-identitária e afetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de reprodução da dominação social, em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. A apropriação, o controle político e as relações simbólicas são processos ligados ao capital. A rotação do capital também é envolvida por signos, significados e forças políticas.

O que se dá, é um desenvolvimento desigual entre as atividades produtivas e entre os indivíduos, no movimento do pretérito, do *ser* e do *vir* a *ser*, do tempo no espaço e do espaço no tempo, em que acontece uma conjugação específica entre inovações e não inovações, entre o *mais* moderno e o tradicional, a partir de fatores econômicos, políticos e culturais, que constituem uma forma singular de apropriação e produção do território, de vida, de produção, circulação, troca e consumo. No mesmo momento, objetivam-se, em diferentes lugares, processos semelhantes com ritmos também semelhantes ou distintos. Os tempos são múltiplos, (...) nos níveis internacional, nacional e do lugar (Saquet, 2003[2001], p. 208).

Nesse sentido, o estudo do território ou dos territórios pode ser centrado no processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e

das principais mudanças e permanências ocorridas) conjugado ao tempo coexistente (tempos *lento* e *rápido*, e a multiescalaridade), pois essa relação está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território, considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais.

Cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu *ser outro*. Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território (Saquet, 2003[2001], p. 220-21).

Sucintamente, há uma abordagem (i)material, histórica e multiescalar do desenvolvimento e do território, da desterritorialização e reterritorialização, reconhecendo des-continuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades e territorialidades, o que foi retomado mais recentemente, em Saquet (2005, 2005b, 2006 e 2006a), numa perspectiva de compreensão território-rede-lugar, que tenta avançar minimamente no entendimento dos fatores e das características multiformes da vida cotidiana, no *campo* e na cidade, no rural e no urbano.

A abordagem relacional, processual e (i)material que estou tentando construir, reconhece a unidade dos tempos histórico e coexistente, as des-continuidades e aspectos da relação sociedade-natureza. Recuperando alguns elementos, destaco a intencionalidade e vontade de apreensão de aspectos da (i)materialidade de nossa vida diária: “Esta relação dialética entre ideia e matéria está no seio da relação espaço-tempo e da constituição do território, no vivido (e mesmo em nosso pensamento)” (Saquet, 2005b, p. 48). Tento identificar e caracterizar componentes e processos que fazem parte da (i)materialidade das formas e relações sociais que acontecem, historicamente, *nos* e *entre* os espaços urbano e rural (Saquet 2006 e 2006a).

Há uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças e de continuidades, no tempo e no espaço, através do trato da processualidade histórica e transescalar que denomino de articulação territorial, em consonância com autores como Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis:

“Nesse sentido, a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida” (Saquet, 2006a, p. 183).

5.5.2 A DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RETERRITORIALIZAÇÃO

No Brasil, além das obras citadas anteriormente, também há outras expressivas, nas quais se tenta apreender aspectos específicos do *real*, como efetuam Ianni (1992) e Andrade (1995), por exemplo. Numa abordagem visivelmente dialética do movimento de constituição do que denomina de sociedade global, Ianni (1992), ao tratar da desterritorialização, está compreendendo o capitalismo como um modo de produção processual, contraditório e desigual; *material e imaterial*, simultaneamente, em constante expansão no nível internacional. Muitas *coisas* se desenraízam, econômica, política e culturalmente. Os fatores desse movimento podem variar, conforme diferentes situações e momentos: “Há situações e momentos nos quais as determinações econômicas adquirem proeminência, tornam-se particularmente visíveis, decisivas. Mas sempre levam consigo implicações sociais, políticas e culturais” (Ianni, 1992, p. 39).

As relações, processos e estruturas de dominação e apropriação dissolvem fronteiras, *declinam* o Estado-Nação, promovem os fluxos, a dispersão econômica, política e culturalmente: “A globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias. (...) Tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, trabalho, moeda, capital, empresa, agência, gerência, know-how, projeto, publicidade, tecnologia. (...) Tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. (...) Assim se desenvolve o novo e surpreendente processo de *desterritorialização* (...)” (Ianni, 1992, p. 94-95) (grifos do autor).

O território é entendido como enraizamento, localização, área com fronteiras, Estado-Nação, ponto de referência, e a desterritorialização, como fluxo, rompimento de fronteiras, relações, deslocalização, movimento, o que revela uma concepção eminentemente areal do território, lembrando Robert Sack no que se refere à territorialização, embora não seja citado na obra em questão. Outro aspecto interessante, é que Ianni (1992) muda sua argumentação em relação à abordagem que faz em Ianni (1989) sobre esse movimento, quando afirma que o capital não flutua em seu movimento de

reprodução: “É claro que o capital em geral se constitui – lógica e historicamente – no âmbito do capitalismo mundial. Mas seria enganoso supor que ele flutua perdido nos espaços, mares e continentes” (p. 259). Na obra de 1992, não considera a reterritorialização dos processos sociais inerentes à *sociedade global*. Aparece apenas, sutilmente, uma preocupação com a permanência de contradições e desigualdades e, com os *novos* modos de ser, viver, agir, trabalhar, pensar, que se estabelecem no bojo desse processo.

Já o geógrafo M. C. de Andrade evidencia aspectos do processo histórico de formação do Brasil como Estado-Nação. Para Andrade (1995), o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar: o conceito de território é inerente à *ideia de domínio ou de gestão de determinada área*. “Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (Andrade, 1995, p. 19). Enfatiza, em sua abordagem, as forças políticas e econômicas na constituição do território. Na dinâmica econômica, reconhece o rompimento das fronteiras pela atuação de grandes empresas.

No entanto, já no início de sua obra, *A questão do território no Brasil*, nega a territorialidade indígena e a efetivada tanto no Brasil Colonial como no Imperial, porque tem uma compreensão mais superficial do conceito de território: “Assim, o Brasil, que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, por meio do exercício de sua gestão, só vindo a tentar fazê-lo a partir dos meados do século 20, quando o Governo Vargas, no Estado Novo, criou a Fundação Brasil Central e pregou ‘a marcha para o Oeste’, procurando expandir a área de ação e de domínio do Governo” (Andrade, 1995, p. 20). (grifo do autor)

Ele restringe o entendimento do território à ação do Estado (gestão), lançando mão do conceito de área para tentar revelar a importância dessa atuação na formação do Brasil enquanto Estado Nacional. Seu conceito de territorialidade reforça essa minha análise: “Admitimos que a expressão territorialidade possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado” (Andrade, 1995, p. 20) (grifo do autor). A *territorialidade* significa recursos, objetos, pessoas, ideologia e gestão; é con-

cebida como recursos e/ou elementos, como o povo e como sentimento de pertencimento ao Estado-Nação.

Porém, em sua descrição de aspectos da formação do Brasil, há características da substantivação do território, revelando relações de poder, de apropriação e dominação, além da atuação do Estado. Há, aí, um descompasso entre o conceito, a descrição e a análise feitas sobre a formação do Brasil entre os séculos 16 e 20. Ao tratar, por exemplo, da mobilidade de paulistas para escravizar indígenas do Sul do Brasil, e de pernambucanos e baianos no Nordeste, revela a efetivação de redes de circulação, sempre fundamentais na formação de um certo território.

De maneira mais consistente, no meu entendimento, com outra problemática e concepção, M. L. de Souza reafirma o movimento e a reterritorialização, com uma compreensão multidimensional das relações de poder: os territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (exemplo: uma rua) à internacional (exemplo: a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); os territórios são desconstruídos em escalas temporais, as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias e podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica: “(...) O território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (Souza, 1995, p. 97) (grifos do autor). Essas relações de poder não estão descoladas do espaço e, esse, é mais do que o substrato, como o próprio autor revela. O território significa apropriação e dominação político-econômica, estratégica, tendo variações no tempo e no espaço e se efetivando em diferentes níveis escalares.

E esta é uma contribuição significativa de Souza (1995), numa abordagem que considera o movimento, as redes e as relações de poder no processo de dominação social, marcando vários estudos territoriais, de geografia, no Brasil. Como os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo social, estes não se restringem ao Estado-Nação. Sinaliza, desta forma, para uma abordagem relacional e múltipla do território, destacando as relações políticas, como *campo de forças*, como detalha em Souza (2001): o território significa a materialidade que *sustenta a vida*, determina as práticas espaciais e influencia os processos identificatórios; um campo de forças, relações de poder que se projetam so-

bre um *substrato espacial*; são processos sociais que envolvem o imaginário, conflitos políticos, o controle do espaço e identitarismos. Sua concepção tem um caráter político forte, em favor da conquista da autonomia.

Outra abordagem eminentemente relacional também é substantivada por Oliveira (1991 e 2002), embora noutra perspectiva epistemológica. Na primeira obra, Ariovaldo U. de Oliveira entende o território como localização, área e distribuição espacial; apropriação da terra e da renda; como controle de área, pessoas, processos produtivos e da circulação de mercadorias, enfim, no circuito de rotação e reprodução do capital. Tece uma abordagem mais econômica, das relações capital-trabalho, sendo que o território é um conceito subsidiário ao de espaço geográfico.

Essa concepção é detalhada, a meu ver, em obras como a de Oliveira (2002). Nesta, há uma centralidade ao conceito de território. As combinações e articulações sociais fazem parte das contradições do MCP que determinam a formação do território: “(...) síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação” (*idem*, p. 74).

Para Ariovaldo U. de Oliveira, numa concepção crítica marxista, o território é resultado dessas relações sociais que se territorializam desigualmente, por mediações e ações, sobretudo, econômicas e políticas, de controle, na processualidade da luta de classes. No dizer do autor, são as forças produtivas e relações de produção que geram/conformam o território, o que significa *manutenção/transformação*, distribuição e concentração, desigualdades e contradições, valorização e reprodução. Assim, conforme Oliveira (2002), formam-se as regiões ou *frações* de uma formação territorial. As desigualdades internas, de um país, são produto do que o autor denomina de *desenvolvimento territorial desigual*.

Ao mesmo tempo, o território também é compreendido como Estado-Nação, área ou monopólio da produção e da circulação de mercadorias, retomando aspectos da argumentação feita em Oliveira (1991): este processo ocorre através dos financiamentos, políticas públicas, do valor da produção, dos juros, do consumo, concentração do capital, da terra e da força de trabalho etc. O capital se territorializa no campo e na cidade, pela apropriação ou controle/domínio societal.

Dessa forma, há, para Oliveira (2002), o processo de *territorialização do capital* e o de *monopolização do território*. O primeiro acontece quando o industrial, o proprietário da terra e o *capitalista da agricultura* se tornam a mesma pessoa ou empresa. No segundo caso, os agentes do capital monopolizam o território sem *territorializar-se*, redefinindo relações camponesas de trabalho e se utilizando deste para produzir capital. Desse modo, Oliveira (1991 e 2002) elabora uma abordagem relacional e múltipla do território, destacando os processos econômicos e políticos, a partir de argumentações de Henri Lefebvre, Francesco Indovina, Donatella Calabi, Massimo Quaini, Claude Raffestin e François Chesnais, entre outros.

Numa concepção também relacional e fundamentalmente político-econômica, Fernandes (1996 e 2000), por exemplo, substitui uma perspectiva materialista das relações sociais, espaço-temporalmente definidas. Na territorialização, há fluxos e movimento, enraizamento, localização, identificação e distribuição. O território corresponde a uma área ou a um lugar de vida, apropriado, ocupado e transformado; um lugar de negociações e dominação; de conflitos e lutas entre diferentes classes sociais. Como área, o território pode corresponder a um recorte político-administrativo, sinônimo de região ou do Estado-Nação. Como lugar, tem um caráter político e de práxis muito forte, identificado com a organização política e infraestrutural (acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, veículos, implementos), ou seja, o território pode ser resumido num conjunto de obras e relações sociais, historicamente definidas, que se desterritorializam e se reterritorializam (Raffestin, 1993, e Haesbaert, 1997), no tempo e no espaço.

Já Sposito (1995, 1996, 1997, 1999 e 2004), num estreito diálogo com estudiosos franceses, tem uma compreensão também relacional e *material* do território, eminentemente econômica, combinando-o com o conceito de região. O território é entendido como recortes (local, regional e nacional), circulação de informações, localização, isto é, como espacialidade em constante transformação, sobretudo, em virtude do processo de mundialização do capital. Esse movimento se acentua e se acirra historicamente, com as chamadas revoluções industriais e científicas, que determinam redefinições socioespaciais. Há diferentes conjugações específicas, para distintos lugares e momentos históricos, como ocorre, por exemplo, com o processo de industrialização no Estado de São Paulo, que assume arranjos particulares de

acordo com as situações de cada relação espaço-tempo, inerentes à divisão internacional do trabalho. Há destaque para as redefinições espaciais, inovações, redes e fluxos, numa perspectiva sobretudo reticular.

Ainda em São Paulo, é importante enaltecer, neste momento, a obra de Moraes (2000), numa perspectiva eminentemente histórica: o território tem uma constituição cumulativa, envolvendo obras e relações, especialmente, em razão de fatores político-econômicos. Este autor, no entanto, não desconsidera a importância das representações e dos discursos. O território é fruto da espacialização histórica da sociedade. Há *valorização do espaço* e a formação territorial. Para Moraes (2000), o território inexistente como realidade *puramente natural*, ou seja, é um espaço socialmente construído, expressão da relação existente entre a sociedade e a natureza: "(...) todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual" (p. 21). Essa é outra abordagem, que se traduz numa concepção geo-histórica, areal e transescalar do território. O caráter histórico e cumulativo é central. Isto, para não se alongar.

Como comentei anteriormente, há uma boa quantidade de autores e obras da literatura brasileira, com diferentes abordagens, adaptações, objetos de estudo, procedimentos etc., o que merece mais atenção. Neste espaço, tentei elucidar alguns aspectos que me parecem centrais de algumas perspectivas substantivas e representativas de abordagens mais gerais, normalmente, vinculadas a argumentações de pesquisadores franceses, norte-americanos, ingleses, italianos, e assim por diante. É uma reflexão que precisa ser continuada, no intuito de se conhecer melhor a história do pensamento geográfico no Brasil, com suas especificidades, nuances, perspectivas, dicotomizações e articulações. É importante fazer uma geografia (ou geografias) com memória e avaliações.

Sucintamente, a partir do exposto neste momento, na sociologia, O. Ianni faz uma abordagem areal do território, porém, destacando as redes e as dimensões da economia e da política na desterritorialização; M. C. de Andrade, evidencia a área e a gestão do território (territorialização), historicamente condicionado por fatores eminentemente econômicos e políticos (Estado-Nação); A. C. R. Moraes também tem uma perspectiva predominantemente histórica da construção social do território, destacando fatores econômicos e políticos.

Ao mesmo tempo, A. U. de Oliveira indica uma abordagem relacional, que concilia a relação área-rede, evidenciando as relações político-econô-

micas no processo de controle/monopólio do território; E. Sposito também tem uma concepção que considera a relação área-rede, eminentemente econômica, destacando as redes, os fluxos e a territorialização na rotação e reprodução do capital; B. Fernandes, faz uma abordagem mais político-econômica, também relacional e com uma operatividade com os movimentos sociais (reterritorializações).

Noutra perspectiva, que pode ser denominada de crítica não marxista, M. L. de Souza elabora uma abordagem também eminentemente relacional, porém centrada nas relações de poder, no imaginário, no controle do espaço e na reconstrução dos territórios e R. Haesbaert, por sua vez, elabora uma argumentação sobre o *território-rede*, destacando a reterritorialização e o desenvolvimento, a partir de fatores e elementos políticos e culturais, em unidade.

Diferentemente, M. Saquet enaltece as redes, a reterritorialização e os ritmos do desenvolvimento local, em virtude de fatores, sobretudo, econômicos e políticos ([i]materiais) e a importância da territorialidade como processo de organização política com vistas ao desenvolvimento territorial. Isso nos revela, sucintamente, alguns sinais de um 'mapa' diversificado e disperso, no Brasil, de abordagens geográficas (e outras) do território e da territorialidade.

São diferentes abordagens, concepções e tendências, efetivadas por diferentes sujeitos e grupos de estudos (muitas vezes, articulados entre si), em razão das metodologias utilizadas, dos distintos objetos estudados e das relações que se mantêm com os sujeitos considerados em cada processo de pesquisa. De qualquer maneira, são todas abordagens renovadas que fazem parte de um movimento mais geral de reelaboração da ciência geográfica, como descrevi brevemente nos capítulos iniciais, considerando-se os caracteres areal e reticular do território, histórico e relacional, e distintas dimensões sociais de sua formação no mundo da vida. Há mudanças socioespaciais e, sempre, *novos* arranjos territoriais, num processo constante de territorialização. Porém, o movimento de reconstrução da geografia, não se restringe aos conceitos de espaço e território e envolve, também, o de paisagem, como demonstro a seguir.

6. TERRITÓRIO E PAISAGEM: DA CONSTRUÇÃO MATERIAL À REPRESENTAÇÃO?

Em meio às discussões e pesquisas que interferem diretamente na renovação da geografia no pós-1960-70, emerge um entendimento fecundo do conceito de paisagem, para além de descrições, reconhecendo aspectos inerentes às relações sociais. Há uma interação entre debates e pesquisas, neste processo, entre os conceitos de território, paisagem e espaço geográfico. Depois de um ponto de vista naturalístico da paisagem, formula-se a abordagem historicista e materialista, com Lucio Gambi, Emilio Sereni e Massimo Quaini, por exemplo.

Também se efetiva a abordagem humanística, centrada na percepção de sujeitos, na representação e em símbolos da vida cotidiana, como faz Denis Cosgrove e, finalmente, elabora-se uma perspectiva *interativa*, reconhecendo-se a objetividade e a subjetividade da paisagem, com uma tendência significativa à representação e à gestação de planos de desenvolvimento no nível do lugar. É um movimento que perpassa vários países, principalmente, a França (Bertrand, Tricart...), a Itália, a Rússia (Sochava...), a Alemanha, os EUA, e assim por diante.

Um estudo *pioneiro* sobre a renovação da compreensão do conceito de paisagem, na geografia, entre outros, é o de Gambi (1961). Para este autor, a paisagem é construída pelo homem historicamente e contém elementos visíveis (*materiais*); corresponde a uma manifestação superficial da *realidade estrutural territorial* e, por isso, a paisagem precisa ser trabalhada com outros conceitos, como o de território. Para Lucio Gambi, é importante se considerar a história, entendendo a paisagem como resultado de processos de diferenciação que se materializam no território. Sua ênfase é para os fatores sociais (economia e política) e naturais. Posteriormente, em obra de 1973, evidencia uma crítica ao conceito de *gêneros de vida*, por não permitir a compreensão do conjunto de instituições e classes sociais. Durante os anos 1960 e 1970, Gambi (1961 e 1973) auxilia decisivamente na renovação da geografia e elucida relações existentes entre a forma e a estrutura, na paisagem e no território.

Outra abordagem fundamental é a de Sereni (1961), com uma compreensão similar a de Lucio Gambi, centrada no processo histórico de cons-

trução do território e da paisagem. Para Emilio Sereni, a paisagem é produto das atividades dos homens, de acordo com sua *forma de vida*, com conflitos e inovações. Faz uma abordagem sob o materialismo histórico: a paisagem corresponde às condições materiais da história ou à organização econômico-social do espaço.

Posteriormente, nessa mesma perspectiva, Quaini (1973 e 1973a) também entende a paisagem agrária como um produto histórico, com descontinuidade e continuidade, ou seja, com mudanças e permanências que resultam de uma combinação de fatores ambientais e históricos, especialmente, de técnicas, sistemas de cultivo e de circuitos comerciais que estão presentes na organização territorial. Entre as diferentes regiões, há ritmos de desenvolvimento e distintas paisagens que coexistem no tempo. Dessa forma, para Massimo Quaini, as paisagens resultam da combinação histórica e transesalar, delineando, juntamente com Lucio Gambi e Emilio Sereni, uma concepção materialista da paisagem.

No Brasil, uma abordagem similar encontra-se em Milton Santos: “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (1988, p. 61). A visão da paisagem, de cada um, depende da localização em que se está; sua dimensão corresponde à dimensão da percepção. A paisagem está ligada à produção do espaço; é transformada (artificial) e natural: “A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais” (*idem*, p. 65).

Para Milton Santos, a paisagem tem um caráter histórico, pois seus objetos são criados em momentos diferentes; uma materialidade que marca cada época, cada instante da sociedade, enquanto que “o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético” (1988, p. 72). Espaço e paisagem são diferentes, mas estão relacionados, numa relação de *aparência-essência*. A paisagem também é distinta da configuração territorial, embora seja *uma parte dela*, perceptível, visível, através dos sentidos, fotografias e mapas.

Já na perspectiva de abordagem humanística, a título de ilustração, para Turri (1974 e 1979), a paisagem significa um conjunto de signos organizados socialmente, resultante de elementos *funcionais*, como estradas, pontes, casas, fábricas, cidades, áreas cultivadas etc.; decodificações e *funções* que

mudam conforme se altera cada sociedade; *reconversões* do território ou *novas* funcionalidades; referimentos simbólicos do *espaço vivido*. A industrialização e o automóvel, por exemplo, impuseram mudanças na organização do território e *novas funções*, *novos* símbolos na paisagem e na mente das pessoas. As paisagens são *imagens da mudança*. No dizer de Quaini (2005a), Eugenio Turri faz uma produção científica para individualizar o visível, numa geografia de *exploração*, centrada na percepção e no simbolismo.

Mais de 20 anos depois, Eugenio Turri elabora uma obra extremamente importante, por sua coerência teórico-metodológica em estudos territoriais e por evidenciar aspectos de uma proposta híbrida sobre o território e a paisagem. Massimo Quaini já ressaltara a *nova* proposta de Eugenio Turri, promovendo o *conhecimento do território* sem abandonar a questão da paisagem e, sobretudo, suas *dimensões* política e cultural, indicando, possivelmente, uma superação da análise da paisagem, tanto na abordagem semiológica como estruturalista.

Turri (2002) compreende o território como uma construção histórica, enfatizando as *transformações sucessivas* e os valores culturais em sua relação com a paisagem: “(...) a paisagem é a vestimenta histórica do território, mas este e as mudanças diacrônicas nele inscritas permanecem, como dados, incorporados no tecido territorial” (p. 8). É uma análise fundamentalmente *geo-histórica*, como afirma Quaini (2005a), numa dialética *original*, entre o *rumor superficial da paisagem* e o *silêncio das profundezas* históricas. As mudanças estão cristalizadas no território e permanecem (*estruturas resistentes* ou *persistências históricas*). Turri também menciona a dialética *aparência-essência*, a relação *forma-conteúdo* e as forças políticas e culturais na territorialização. Simultaneamente, estudando as transformações territoriais, incorpora aspectos da economia e da natureza exterior ao homem (que denomina de *território físico*), nutrindo uma abordagem múltipla do território centrada nas relações políticas e econômicas.

Eugenio Turri destaca a necessidade de se estudar a *dimensão histórica do território*, como alertei em Saquet (2000, 2002[1996], 2003[2001], 2005, 2005b e 2006a). Em cada território há relações, no dizer de Eugenio Turri, de continuidade com a situação anterior e mudanças territoriais: “A ruptura da ordem preexistente não comporta necessariamente uma perda da continuidade histórica, que subsiste através do suceder-se de fases diversas, cada uma gerada de sua antecessora” (2002, p. 36, nt 6). Desta forma,

a paisagem se faz e refaz incessantemente, com o *novo* edificado no existente, transformando-o ou *cancelando-o*: “A paisagem, que pode ser considerada como o *visível do território*, move-se, vive e envelhece com os homens” (*idem*, p. 11) (grifo do autor).

E as mudanças têm ritmos diversos, como produto de processos sociais, do modo de viver e produzir, sob as forças econômicas, políticas e culturais. São essas forças, no entendimento de E. Turri, que condicionam as mudanças territoriais ou *saltos*, com resultados inevitavelmente desiguais e desarmonios. “Assim em uma sociedade na qual o território, com os seus recursos, está distribuído de modo desigual e é gerido pelas classes sociais mais fortes, o imobilismo, como a mudança territorial, são vistos em função da conservação dos privilégios constituídos, na defesa dos modos de produção que tais privilégios favorecem” (Turri, 2002, p. 13). Isto decorre, citando Marx, quase sempre, de modos de produção *antiquados e superados*.

Na reflexão de E. Turri, há elementos claros do método dialético, compreendendo o território como produto histórico, de mudanças e permanências; como projeção espacial, em um ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. É uma apropriação social do ambiente; o ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas e unitárias. O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem.

Nesse sentido, para Turri (2002), um território pode ser *campeão, laboratório* ou *problema*. No primeiro, acontece a escolha de uma pequena área ou lugar para ser estudado; no segundo, além desse detalhamento, pode haver a resolução de problemas teóricos em virtude de um banco de dados e há vivência *no e com o* território, possibilitando o planejamento deste e, no terceiro, há o reordenamento, a *reconfiguração, superando a realidade local*. São estágios que podem envolver a pesquisa científica e o pesquisador com os

sujeitos que estão sendo estudados num determinado território. De modo geral, Eugenio Turri subsidia sua argumentação em obras de geógrafos como M. Quaini, P. Claval, P. George, V. Vagaggini e G. Dematteis. Sobre o território, entre os clássicos que estou apresentando, a única obra que consta como sua referência é a de Dematteis (1995) e, sobre o processo histórico, vale a pena mencionar sua ratificação da teorização de Braudel (1978).

Claude Raffestin, referência basilar em diferentes países, mais recentemente, também trata desta discussão sobre a relação território-paisagem, expondo alguns elementos importantes para uma abordagem (i)material dessa relação, a partir da compreensão da realidade material (território) e de sua representação (paisagem). Raffestin (2005), para conceituar o território, retoma aspectos de sua argumentação descrita em *Por uma geografia do poder*. A paisagem é a representação, através de linguagens, da materialidade. Paisagem e território aparecem separados em alguns momentos de sua abordagem, como momentos e processos distintos da vida em sociedade: “O território começa a ser paisagem quando começa a ser pensado” (Raffestin, 2005, p. 55); “Os homens, cotidianamente, não constroem a paisagem, mas o território *que poderá, talvez, ser transformado em paisagem*” (*idem*, p. 33) (grifo do autor).

Para Claude Raffestin, o território é fruto do processo histórico de transformação do espaço (*antropização*), principalmente, econômica e politicamente; é *composto, decomposto* (desterritorializado) e *recomposto* (reterritorializado) historicamente. “A mudança se inscreve no tempo e nos encontramos diante de um sistema que considera os resultados de processos anteriores para modificá-los ou simplesmente para destruí-los” (Raffestin, 2005, p. 40). A sociedade se cristaliza no espaço, como argumenta Turri (2002), através de reminiscências, *restos*, que podem assumir *novos conteúdos*. O território contém redes e fluxos, edificações, mediação, heterogeneidade e a natureza. “Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade” (Raffestin, 2005, p. 36). Da mesma maneira que em sua obra de 1981/1993[1980], o espaço é entendido como suporte, superfície, antecedendo ao território.

Para tanto, Claude Raffestin propõe um *modelo* para descrever a territorialização, formado: a) pelos atores (*individuais* ou *coletivos*); b) pelo trabalho; c) por *mediadores materiais* (instrumentos, conhecimentos...); d) pelo

programa do ator social (intenções e objetivos) e, e) pelas relações entre os atores e o ambiente. O território é o produto das ações (territorialidades) dos indivíduos no ambiente. Um aspecto importante, também de maneira similar a sua argumentação elaborada em *Por uma geografia do poder*, é o reconhecimento da natureza como um dos componentes do território, transformada pela sociedade. Para Raffestin (2005), o território é a *parte material* das relações que a sociedade mantém com a natureza e, a territorialidade, a *parte imaterial*, como relações sociais.

Sucintamente, Raffestin (2005) faz uma abordagem relacional e processual, sinalizando para uma compreensão (i)material, a partir de seu entendimento dos conceitos de territorialidade e paisagem. Esta é produto da observação e do imaginário (*sguardo*), da subjetividade do homem. É a vontade dos homens de representar que traduz o território em paisagem, em imagem, o que corresponde, grosso modo, ao conceito de *território informatizado* descrito por Quani (1992): a materialidade do território é transformada em imagens e simulacros, em representação (informatizada e telemática). Essa argumentação de Claude Raffestin ratifica sua abordagem da geografia a partir dos *três mundos*, explicitados na obra de 1976: o *material*; o das sensações/mediações e o da representação.

Dessa forma, um território pode não ter paisagem, ou seja, representação. Esta acontece na mente. A contemplação é transformada, pela linguagem (escrita, gráfica, pintura, música, metemática...) em paisagem, que significa a interpretação do indivíduo e depende do lugar em que ele vive e do momento em que ele vive. A paisagem é uma leitura de aspectos do mundo, é inventada pela sociedade: "Diferentemente do território, a paisagem não 'faz sombra', porque não é material, é fruto do mundo das sensações (...)" (Raffestin, 2005, p. 56).

Ao mesmo tempo, Claude Raffestin considera que estamos *entrando na produção territorial real*, em que se inventam e se projetam paisagens que são transformadas em território. "Hoje o território é projetado, desenhado e planejado. Isto significa que o território, antes de ser construído e produzido, já é uma imagem" (Raffestin, 2005, p. 58). A paisagem é a imaginação, a representação, o desenho, a subjetivação e o território, a objetivação. Neste momento de sua argumentação, parece-me que Claude Raffestin une paisagem e território, indo de um ao outro em seu pensamento: "O homem, graças a sua cultura, faz duas coisas de importância: cria material e espiritualmente" (Raffestin, 2005, p. 109).

O homem cria, com o desejo, com a vontade de construir uma paisagem *ideal*, na qual possa reconhecer sua história, sua cultura. O desejo cria imagens, que são instrumentos de estudo e para construir *novos* territórios. A paisagem significa estas imagens do *real* ou do próprio imaginário (científico e/ou artístico), o que revela, simultaneamente, uma forma de ligação da paisagem com o território, como abstração e representação no desejo por *novas* paisagens e na projeção do futuro. Porém, a paisagem não significa o aparente, o sensível do território; é sentida e representada.

No meu entendimento, é possível se efetivar uma abordagem híbrida desta relação, como indica Quaini (1994 e 1994a), por exemplo, compreendendo a paisagem como representação na análise do território e, como lugar, ou seja, como produto histórico, *material* e representado, simultaneamente. Posteriormente, os conceitos de lugar e paisagem são trabalhados por Quaini (2004 e 2006) em relação ao território, numa unidade que envolve a gestão, a estética e a intervenção ecológica: a construção dos lugares é histórica e significa, ao mesmo tempo, a materialidade da paisagem e a possibilidade para se projetar o mundo no qual vivemos. A paisagem é vivida e sentida, com mitos, sonhos e emoções; é (i)material e um componente necessário para se reprojetar o mundo da vida: "A paisagem é, antes de tudo, este sonho sempre incompleto da perfeição (...). Sonho sempre incompleto mas não, por isto, irrealizável. (...) A paisagem se materializa enquanto penetra, inspira e modifica o *projeto territorial*" (Quaini, 2006, p. 14) (grifo do autor). Embora Massimo Quaini e Claude Raffestin tenham perspectivas epistemológicas distintas, este é um aspecto comum que se traduz na possibilidade de potencializar a paisagem como mediação para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida, através do planejamento territorial.

A subjetividade está na objetivação do território, como indiquei em Saquet (2000) e a materialidade está no imaginário, no desejo, na subjetivação. Para Massimo Quaini, a paisagem faz sombra através de sua materialidade, que contém a representação e a invenção, numa *utopia paisagística* e da convivência cotidiana. Enquanto para Claude Raffestin o território corresponde à materialidade do mundo e a paisagem, à sua representação mediada pelos sentidos, para Massimo Quaini, tanto a paisagem como o território são materiais e podem ser representados.

Parece-me, nesta leitura inicial da relação paisagem-território, que ambos são processos inerentes ao mesmo movimento de apropriação e produ-

ção socioespacial, no qual *ideia* e *matéria* estão em unidade. Um se realiza em sua relação com o outro, tanto no *real* como no nível do pensamento. O próprio pensamento faz parte do *real* e este, daquele. Por isso, a paisagem pode fazer sombra e a sombra pode fazer paisagem. Território e paisagem são duas dimensões distintas do *real* e diferentes níveis de interpretação, mas estão em unidade. Não são sinônimos: é preciso se diferenciar um e outro, o que é uma questão de método, a ser definido por cada pesquisador. A paisagem pode ser compreendida como o aparente, o observado, o percebido, o representado, mas não está descolada da (i)materialidade do território. A própria imagem e o imaginário, conforme me afirmou Claude Raffestin (entrevista concedida em 06/10/2006, em Turim), podem 'fazer sombra' na mente e na vida de indivíduos.

Alguns sinais que resultam dessa reflexão podem ser encontrados, por exemplo, em trabalhos bem recentes, como os de Dansero e Vanolo (2006), sob uma perspectiva cultural e histórica da paisagem, construída historicamente e representada de diferentes maneiras. O próprio Raffestin (2006), apesar de ratificar a compreensão da paisagem como representação do território produzido historicamente, reconhece que esta contém componentes materiais, como uma estação ferroviária ou uma edificação industrial: "A paisagem é constituída por diversos elementos técnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais, que dão vida a um determinado contexto territorial e ciclo produtivo, não sempre observáveis, porque são imateriais" (p. 19).

Essa imaterialidade significa a territorialidade, as relações sociais e está inscrita na memória dos sujeitos sociais, com objetividade. Dessa forma, Claude Raffestin une paisagem e território. Este último corresponde a uma *realidade material e significante*; é representado, com significados e imagens. De qualquer maneira, é mais uma grande questão que fica em aberto, para futuras reflexões e pesquisas.

7. A IDENTIDADE COMO UNIDADE PROCESSUAL, RELACIONAL E MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO E NO TERRITÓRIO

Arnaldo Bagnasco, numa abordagem relacional e processual do que denomina de *traços de comunidade*, no nível do pensamento, convida-nos a um instigante debate sobre os conceitos de *comunidade*, identidade, reciprocidade e confiança. Na sociedade contemporânea, o indivíduo experimenta um modo específico de vida, oposto à condição precedente de integração '*comunitária*'. "Identidade, reciprocidade e confiança são palavras que pertencem ao vocabulário da comunidade, mas hoje são usadas sem referimento ao velho conceito" (Bagnasco, 1999, p. 30).

Nesse sentido, a identidade é trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser *coletivo*. Podem-se destacar processos individuais ou de grupo. Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em um *novo* contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um *campo simbólico* e envolve a reciprocidade. Na geografia, significa, simultaneamente, espacialidade e/ou territorialidade.

Para Bagnasco (1999), em uma sociedade moderna, uma *comunidade* é uma *sociedade local*, ou seja, mesmo os *atores* de uma *pequena comunidade* estão inseridos em redes externas, econômica, cultural e politicamente. E como a identidade está intimamente ligada à *comunidade*, também significa redes de relações, internas e externas a cada lugar e é construída com uma *estabilidade e coletividade*. Na identidade, há continuidades e relações *coletivas*. Porém, relações afetivas e de confiança, duradouras, alerta o autor, podem não existir em todos os lugares. Por isso, é importante que o pesquisador esteja sempre atento às especificidades e a cada situação local, aos atores e a suas estratégias de reprodução social.

A identidade tem sido tratada de diferentes maneiras em estudos do território, especialmente, como continuidades histórico-culturais, simbólicas, inerentes à vida de um certo grupo social em um determinado lugar. Esse processo pode sofrer mudanças, mas a conservação de elementos da forma de vida é fundamental para a reprodução dessa identidade. Aos pou-

cos, porém, elaboram-se abordagens que reconhecem a identidade como unidade transescalar, entre distintos sujeitos e lugares, ligados, unidos pelas relações. No meu entendimento, pensando em subsidiar a produção de uma abordagem territorial (i)material, histórica, relacional e multiescalar, penso que essas duas concepções não são excludentes, em virtude da complexidade das tramas de nossa vida cotidiana. É nesse sentido que elaborei este capítulo, evidenciando, também, abordagens inovadoras que destacam o caráter político da identidade, como uma possibilidade de transformação social.

A sociedade, construindo o território, conforme Magnaghi (2000), está se relacionando com o ambiente, historicamente. Assim define o conceito de identidade, como um *código genético local, material e cognitivo*; é um produto social, da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações (monumentos, infraestruturas, cidades, pontes...), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos *atos territorializantes* dos atores sociais e históricos; significa *sedimentos* em um certo lugar, no qual há uma *coevolução* social e natural. A natureza está presente na construção histórica do território e da identidade, como patrimônio de cada lugar e que, por isso, precisa ser gerida com vistas ao *desenvolvimento territorial sustentável*. Sua ênfase é para a constituição histórica da identidade, enaltecendo a importância da natureza exterior ao homem, o que é, no mínimo, instigante e inovativo.

No entanto, em abordagem posterior, Magnaghi (2003) avança na compreensão da identidade. Compreende o território como um produto histórico, como conjunto de patrimônios, através dos quais se constroem *novos* estilos de desenvolvimento sustentável ou autossustentabilidade. Evidencia a importância do tempo histórico, das relações sociedade *versus* natureza e da reterritorialização, no movimento de redefinições de relações entre o homem e o ambiente, com vistas ao desenvolvimento local. A identidade também tem um caráter de organização política.

Para Alberto Magnaghi, dessa forma, ocorrem *novos* enraizamentos e organizações do território, nos quais se encontram *novos* habitantes e identidades históricas. Este é um processo contraditório e de reapropriação em um certo lugar, que envolve aspectos da sociedade, da natureza e a constituição de *sedimentos*. Historicamente, um lugar qualquer pode assumir diferentes significados, como um rio: "O rio Lambro teve uma série de usos históricos riquíssimos e complexos; no decorrer do tempo foi um elemento

de territorialidade, de construção do território: território agrário, urbano, irrigações, pesca, navegação etc." (Magnaghi, 2003, p. 18). *Novas* territorialidades são construídas nos lugares. A identidade significa permanências e pode assumir mudanças nas relações sociais.

Dematteis, Governa e Vinci (2003), por exemplo, ratificam o conceito de A. Magnaghi, de *sustentabilidade territorial do desenvolvimento*, para além da sustentabilidade ambiental, ou seja, como a capacidade de sistemas territoriais de reproduzir, na mudança, a identidade. Esta não se restringe ao passado, reconhecendo, como se percebe, a natureza exterior ao homem e atitudes sociais para projetar e construir o próprio futuro, o que é uma atribuição de *atores coletivos* territoriais. A identidade é, constantemente, reconstruída histórica e *coletivamente*, e se territorializa, especialmente, através de ações políticas (de gestão) e culturais. Há uma combinação da processualidade histórica e relacional na explicação da identidade e da formação do território.

A identidade é um componente fundamental da constituição territorial e, por isso, provavelmente, tenha sido retomada mais recentemente, por exemplo, por Giuseppe Dematteis, Francesca Governa e Claude Raffestin. Para este último, é entendida não somente como um estado, mas também e, sobretudo, como processo. "(...) um processo de tornar-se similar no interior de uma área territorial, com mesmas imagens, ídolos, normas. (...) Um processo dinâmico de identificação que se faça reconhecer ao outro" (Raffestin, 2003, p. 4). "A identidade se constrói, desconstrói-se e se reconstrói no tempo, ou melhor, através do tempo" (*idem*, p. 5); tem alterações no tempo histórico, no mesmo e em diferentes lugares, de maneira relacional.

Os elementos centrais da argumentação de Claude Raffestin são: o espaço, o tempo histórico, o trabalho (ritmos diversos), a memória e a língua. Há claramente uma preocupação com a materialidade e com a imaterialidade de processos sociais. Os homens, através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam territorialidades, identidades. Há uma sucessão de identidades, que se *cancelam* e se *desagregam*, deixando traços *materiais e imateriais*. Para Raffestin, a identidade e as imagens antecedem o território, a territorialização. A construção, desconstrução e reconstrução da identidade antecedem a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização, porque obedecem a diferentes escalas temporais. Porém, as imagens identitárias e as territoriais se relacionam, conforme a linguagem disponível para as diferentes sociedades.

Raffestin (2003) propõe, assim, sobre o território: a) *um território do cotidiano*; b) *um das trocas*; c) *um de referência (referimento)* e, d) *um sagrado*:

- a) *O território do cotidiano*: mencionando Henri Lefebvre, afirma que corresponde ao território de todos os dias, no qual se garante a satisfação das necessidades; é caracterizado, principalmente, pelo descontínuo em vez do contínuo: é um *arquipélago de lugares* isolados uns dos outros. Esses lugares isolados são os espaços de mobilidade, onde não moramos efetivamente. “O território do cotidiano é, ao mesmo tempo, aquele da tensão e da distensão, aquele de uma territorialidade imediata, banal e original, previsível e imprevisível (...), território dos fatos de crônica (...). A esse território corresponde uma linguagem cotidiana (...)” “(...) O cotidiano é vivido simultânea, territorial e linguisticamente. É o habitar por excelência, riqueza e pobreza, banalidade e originalidade, potência e impotência, ao mesmo tempo” (Raffestin, 2003, p. 6-7). Aqui aparece o tempo coexistente, lembrando os tempos/ritmos e acontecimentos econômicos, culturais e políticos que demonstrei em Saquet (2003[2001]).
- b) *O território das trocas*: há uma articulação entre o regional, o nacional e o internacional. “O território aberto e fluído se constrói e desconstrói, em caso de relações e segundo a sua frequência. (...) É um movimento perpétuo” (Raffestin, 2003, p. 7). Nele, há descontinuidade temporal, espacial e linguística e, obviamente, articulação multiescalar.
- c) *O território de referência*: é, ao mesmo tempo, material e imaterial; é histórico e imaginário, subjetivo (memória individual e/ou *coletiva*). Não é o território que se habita, mas aquele que se habitou ou se conhece através de leituras, por exemplo. São imagens que nutrem a identidade atual.
- d) *O território sagrado*: está ligado à religião e à política. Exemplos: Jerusalém e Roma são territórios sagrados; os mitos políticos: fascismo, stalinismo, nazismo... são sacralidades políticas, criadas por povos ou Estados. Nas festas e cerimônias também se efetivam sacralidades, territorialidades.

Como se percebe, Raffestin (2003) propugna uma abordagem múltipla do território, reconhecendo que há interfaces entre os territórios, que

podem ser simultâneos e superpostos em uma mesma *zona* (economia-política-cultura-história [E-P-C-H]). Nesse lugar há múltiplas atividades, identidades e territorialidades, lembrando, desta forma, Raffestin (1981[1980]) e Saquet (2003[2001]), por exemplo, quando revelo a constituição, no *real*, de um território político, outro econômico e outro cultural, ou territórios políticos, culturais e econômicos, superpostos, concomitantes e interligados, em unidade, no mundo da vida.

Essa concepção é ratificada, por exemplo, por Dematteis e Governa (2003): a *identidade territorial* ou *identidade coletiva* e o território, devem ser considerados levando-se em conta: a) a coerência interna de cada lugar, o que remete aos limites e diferenças; b) o processo histórico, inerente às tradições, à memória e a atitudes e, c) a *tensão teleológica*, que remete a projeções futuras. Somente dessa maneira pode-se conhecer a identidade territorial. Ratificam, sucintamente, também, a argumentação de Dematteis (2001). Há enraizamento, movimento histórico e relações *coletivas* (transescalares); reciprocidade e unidade, entre territorialidade e identidade *coletiva*. Uma está na outra.

Há uma preocupação com os elementos da E-P-C, a partir de Raffestin (1981[1980]), pois se considera que esse faz um estudo relacional e processual da territorialidade. Conforme Dematteis e Governa (2003), materialidade e subjetividade coincidem no território, no qual há conexão/coligação, formas de organização social, identidades, a presença do Estado, enfim, relações sociais, transformação, movimento no tempo e no espaço. Há uma centralidade, novamente, ao *sistema local territorial (Slot)*, caracterizando, também, a articulação existente entre o processo histórico e a transescalabilidade. Um elemento *novo*, na compreensão da identidade, é a preocupação com a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento local. A identidade territorial pode ser potencializada, conforme afirmara Governa (1997), nesta direção.

Giuseppe Dematteis e Francesca Governa fazem uma reflexão teórico-metodológica sobre a identidade e o território no *real*. Sucintamente, na materialidade, há relações próximas (território como *espaço de proximidade*), processo histórico, ecossistema e identidade. Neste momento de suas argumentações, eles reforçam as relações economia-política-cultura-natureza substantivando, também, uma compreensão múltipla do território: “(...) Os sistemas locais territoriais são formados por redes locais de sujeitos, por um

milieu territorial e por um conjunto de relações, internas e externas, sendo que o sistema local opera como ator coletivo, nas interações entre as redes e o ambiente, natural e cultural, local” (Dematteis e Governa, 2003, p. 275).

A identidade é construída *coletivamente* pelos sujeitos locais, interagidos entre si e com o *milieu* e significa uma forma para, politicamente, potencializar as ações e os recursos para o desenvolvimento local. Há uma preocupação constante destes e outros autores com este nível do desenvolvimento e com os mecanismos que podem impulsioná-lo. Território, identidade e territorialidade são compreendidos para além da caracterização e explicação de uma dada situação territorial. Têm um caráter *político-operativo* muito forte, enriquecendo a abordagem de Raffestin (1981[1980]).

Isso é revisto e ratificado posteriormente por Dematteis e Governa (2005a) e Governa (2003 e 2005), entre outros: a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição da identidade local em virtude de ações *coletivas*; tem um conteúdo dinâmico e *ativo*, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal.

Esses autores trabalham com o tempo histórico e com o caráter relacional, como já evidenciei, destacando as dimensões da cultura e da política: a identidade também significa *territorialidade ativa*, como *governança* e organização para a conquista de autonomia num *sistema local territorial*. Para Giuseppe Dematteis, a identidade significa um patrimônio herdado do passado, porém, sobretudo, uma organização social na busca do desenvolvimento. É outra concepção, com um caráter operativo, inerente a abordagem do *Slot* que demonstrei no capítulo 5.4. A identidade é um estímulo à ação *coletiva*; é patrimônio cultural e territorial (Governa e Dansero, 2003).

Já Raffestin (2005) sinaliza para outro *caminho*, que denomina de *nova* identidade, em virtude da crise das *grandes culturas tradicionais*, inerente à expansão da cultura do consumo e das grandes marcas, como a Disney e a IBM; é a identidade dos fluxos, do *marketing*, das imagens: “O território, lugar de enraizamento por definição, não tem mais uma existência estável, mas muda conforme o ritmo dos grandes atores socioeconômicos” (Raffestin, 2005, p. 131). Algo semelhante propusera Gottmann (1952), entendendo a identidade como unidade na circulação de pessoas, mercadorias e *ideias*.

No entanto, são autores como Rullani (1997 e 1998) e Saquet (2003[2001]) que aprofundam a reflexão sobre a territorialização e a identidade efetivadas *na* e *com a* ciranda mercantil. No movimento de reprodução de valor, as ações econômicas têm, necessariamente, como afirma Enzo Rullani, uma ligação com o local e, simultaneamente, uma projeção extralocal, uma articulação no mercado. As ações econômicas têm, obrigatoriamente, uma desterritorialização que se reterritorializa constantemente.

Para Rullani (1997), a identidade é compreendida na globalização da economia, significando interação entre diversos segmentos territoriais, reciprocidade e relação; valorização de contextos nacionais e locais, do plural. Há diferenciação territorial e conexão: “A produção moderna, para gerar valor econômico, emprega não só conhecimentos abstratos, traduzíveis em coeficientes tecnológicos e em preços de mercado, mas também conhecimentos *contextuais*: conhecimentos que nascem em um contexto particular de experiência e que têm validade naquele contexto” (*idem*, p. 88) (grifo do autor).

São lugares e situações específicas, territorializadas, nais quais, o conhecimento *circula*, é desterritorializado e recontextualizado: “A interação local-global, de fato, mantém a tensão em direção à universalidade, sem perder contato com a particularidade dos lugares e das histórias. (...) O território, desse modo, não é mais confinado à dimensão local, mas se torna uma rede de conexões entre o local e o global” (*ibidem*, p. 90) (grifo do autor).

As variáveis do território, plurais, são *hibridizadas*, articuladas, diferenciando-se, especializando-se e envolvendo a subjetividade dos lugares (cultura, história...), as instituições, a infraestrutura, o trabalho etc.; são *transcontextualizadas*, no dizer de Enzo Rullani, pelas redes que ligam os lugares. A *identidade local*, nesse sentido, deve ser continuamente reelaborada, em complementaridade com o movimento de mundialização da economia.

A propósito, em trabalho posterior, Rullani (1998) confirma essa concepção: a identidade também significa conexão, multiterritorialização e complementaridade entre distintos lugares, pessoas e empresas. A mobilidade e a relação são *transterritoriais*: há enraizamento (empresas, serviços...) e fluidez (financeira...), simultaneamente. Um distrito industrial italiano, por exemplo, apresenta-se em uma rede interdependente, em unidade, dada pela circulação, no mercado, e pelo Governo, através de políticas territoriais.

Mais recentemente, em Saquet (2003[2001]), em consonância e tentando ampliar esta argumentação de Enzo Rullani, a identidade também é

concebida como unidade de diferencialidades, tanto econômica como política e culturalmente. A identidade e a coesão *na e da* territorialização são efetivadas, paradoxalmente, por contradições internas, como determinante do desenvolvimento. É no lugar que o universal se manifesta e se realiza; é no lugar que a dinâmica do capital, desterritorializadora por natureza, manifesta-se, vem-a-ser e se efetiva como geradora de sobretrabalho.

Os artesãos, por exemplo, mesmo que sutilmente, efetivam seus territórios e os negociantes concretizam seus domínios mais ampla e intensamente. Além da característica desterritorializadora do capital, a dinâmica desse processo de produção e acumulação também é territorializadora, cristalizadora de relações sociais no espaço. Há territorialidades e territorialização mesmo na circulação, como afirmei anteriormente. Dessa maneira, a identidade é concebida como unidade relacional, produto histórico e condição da reprodução social.

A territorialidade de cada comerciante é uma rede de relações, interligando indivíduos. É o poder sendo exercido. Mas essa territorialidade extrapola essa relação e envolve territórios no espaço, complexificando sua rede de controle *do e no* espaço da produção. O negociante desterritorializa, criando *novos* limites e relações. São territórios superpostos, heterogêneos e descontínuos, mas também são contínuos e interligados com outras redes e territórios de escala maior e movidos pela lógica do capital e, simultaneamente, pela lógica da dominação social, política, na qual a dimensão cultural é envolvida pelos fluxos mercantis (...). A descontinuidade, a conexão são a ordem na aparente desordem da dinâmica econômica (...) (Saquet, 2003[2001], p. 214).

Detalhando, posso lembrar Saquet (2004a), obra na qual a identidade é compreendida como produto histórico, no sentido indicado por Dematteis e Governa (2003) e por Raffestin (2003) e, como unidade entre diferentes escalas, ou seja, nas relações transescalares. Unidade de contradições, lugares, pessoas, na circulação e comunicação, histórica e simultaneamente constituída, econômica, cultural e politicamente. Na própria natureza exterior ao homem, há interações que ligam, conectam os lugares e as pessoas através da circulação das massas de ar, dos rios etc. Também posso lembrar, novamente, Saquet e Duarte (1996) e Saquet, Pacífico e Flávio (2005), para os quais a identidade significa unidade na diversidade e organização política, na tentativa de transformação do lugar e de conquista de melhores condições de vida.

O fato é que a identidade, na vida, é multidimensional e, ambos os processos, de *ser e não ser*, constituem-se e estão presentes na própria territorialização, nas próprias territorialidades. É no movimento que está a unidade, a interação, a fluidez. Há unidade contraditória e complexa: a política está na economia e esta, naquela; a cultura, na política e vice-versa; o mesmo ocorre na relação cultura-economia. Cada um destes processos está no outro: economia-política-cultura, unidos com a natureza exterior ao homem. A vida é natural e social. É multidimensional, multiterritorial.

É uma abordagem mais ampla, que não considera somente aspectos simbólico-culturais: tenta apreender os processos históricos e multiescalares, simultaneamente, na relação economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N) e mesmo na relação territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). Nesse sentido, é fundamental se reconhecer os traços comuns, as desigualdades e as diferenças; as contradições; a unidade na diversidade e a diversidade na unidade; a combinação do tempo histórico com o coexistente, como argumenta Quaini (1973a), por exemplo, entre outras proposições mais recentes, como as de Raffestin (2003), Dematteis e Governa (2003 e 2005a), Magnaghi (2003) e Governa (2005). Evidentemente, dependendo dos propósitos de cada pesquisador e da concepção adotada, é importante se evidenciar certos aspectos e processos, dimensões, o que pode facilitar o aprofundamento da abordagem que se faz.

É importante, também, a meu ver, que se tente elaborar uma abordagem (i)material do(s) território(s) e da(s) territorialidade(s), que reconheça o movimento histórico, relacional, *material e ideário*, como *uno* e múltiplo, no intuito de subsidiar a elaboração de propostas e ações para um desenvolvimento com mais justiça social; propostas e ações que possam significar iniciativas de construção de identidades e territorialidades com a participação de diferentes sujeitos, de instituições públicas e ONGs, associações de moradores, sindicatos, professores, estudantes, entre outros; que possam significar tentativas de produção e gestão da unidade na diversidade e da diversidade na unidade. Isso requer uma concepção mais completa possível, do território, da territorialidade e de seus componentes, como a identidade, as relações de poder, as redes sociais e a natureza exterior ao homem.

8. CONSTRUINDO UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM TERRITORIAL (I) MATERIAL

“Os métodos de análise e representação dos processos de territorialização para a caracterização dos tipos e dos valores territoriais elaborados na Itália são pensados e referidos ao território europeu” (Magnaghi, 2000, p. 228). Esta afirmação evidencia a complexidade que envolve a relação entre o movimento do pensamento e o *real*, pois precisamos tomar cuidado ao ver e compreender o Brasil, em suas especificidades, com um olhar e um método europeu.

No entanto, isso não significa, evidentemente, que não possamos utilizar aspectos, aprendizagens e experiências nos estudos e projetos de desenvolvimento que estamos elaborando no Brasil, a partir de *escolas* como a italiana e a francesa, mas é necessário estarmos atentos às singularidades e particularidades da formação territorial brasileira, tão heterogênea e com um processo histórico particular. Compreender, por exemplo, como se originaram e se desenvolveram os distritos industriais italianos, franceses, alemães, é importante para se entender outros processos de desenvolvimento local, ocorridos em outros lugares e períodos. “A mobilidade do pensamento em conceito, juízo e silogismo é apenas o lado intelectual da infinitude intensiva de cada objeto, relação ou processo. A processualidade do pensamento é consequência da processualidade de toda realidade” (Lukács, 1979, p. 29).

Antes de qualquer ‘coisa’, é preciso construir abordagens e concepções para o Brasil, que auxiliem na compreensão de des-continuidades (descontinuidade-continuidade), multitemporalidades, multiescalaridades e especificidades, como a vida indígena; a ruptura provocada pela exploração europeia efetivada no pós-1500; a Amazônia; a geração de energia hidroelétrica; a arenização; as diásporas internas; as cidades pequenas e médias; as metrópoles; a geopolítica na América Latina; a caatinga e o cerrado, entre outros processos como a produção agrícola e artesanal de base familiar e os movimentos sociais, como o MST.

É fundamental ajustar, rever, reelaborar as abordagens, com o *real* dos Brasis. Essas considerações que faço não se trata, e este é um alerta ao leitor, de um modelo ou de um manual, mas de um arranjo de *ideias a partir* dos aspectos da história reconstruída nesse texto e com eles, valorizando avan-

ços conseguidos na geografia e em outras ciências sociais. São muito mais incertezas de minha (e nossa) geografia para reflexão e debate, oriundas das pesquisas teórico-metodológicas e empírico-reflexivas que tenho feito. Incertezas derivadas, também, de minha (e nossa) vida cotidiana. Cada relação espaço-tempo-território precisa ser pensada, abstraída a partir de suas especificidades e dos propósitos de cada pesquisador ou grupo de pesquisas.

Experimentamos, vivemos territorialidades distintas e plurais, múltiplas, tanto política como econômica e culturalmente, num único movimento. As relações religiosas modificam-se e permanecem; alteram-se relações entre os Estados, que também têm elementos que são conservados; as relações entre os Estados e as empresas; enfim, há *novas* territorialidades, reterritorializações, constantemente, que contêm, em si, o *velho*: há des-continuidades históricas e multiescalares; um movimento processual e relacional, de apropriação, dominação e produção (i)material (material-imaterial) do território.

Há um processo de continuidade na descontinuidade e descontinuidade na continuidade, de mudanças e permanências [a *revolução permanente* como afirma Lefebvre (1968); o *contínuo movimento*, como denomina Quaini (2006); ou as *descontinuidades coligadas entre si* de Bagnasco (1988) ou, ainda, a *permanente mudança* de Santos (1988)]. Um movimento de *saltos e superações*, de *des-continuidades (i)materiais*. Há uma relação de unidade entre tempo e espaço: as mudanças que ocorrem no espaço são mudanças no tempo e as mudanças no tempo são mudanças no espaço, como argumentaram Quaini (1973a), Oliveira (1982) e Saquet (2003[2001], 2005b e 2006a). Tempo e espaço são unos. Há regularidades na mudança e mudanças da sucessividade, no dizer de Elias (1998[1984]), que reconhece a existência, no tempo histórico, de continuidades em uma multiplicidade de descontinuidades políticas. Há um tempo único que conserva e prolonga o passado no presente e, nesse, revela e condiciona o futuro.

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no* e *com* o lugar e *com* outros lugares e pessoas; identidades. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. Os sujeitos se interagem com a natureza exterior ao homem. Na relação espaço versus território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no ou-

tro. Também são inseparáveis, como a relação tempo histórico *versus* tempo coexistente. Há um processo histórico e articulações escalares, no território.

A interface existente entre distintos territórios que indiquei em *Os tempos e os territórios da colonização italiana* e propugnada por Raffestin (2003), a simultaneidade e superposição em um mesmo lugar de territorialidades econômicas, políticas e culturais, e as relações do homem com sua natureza exterior, são históricas (processuais-relacionais) e geográficas (relacionais-processuais), ao mesmo tempo, como propugnam, em seus estudos territoriais, Dematteis (1964, 1967, 1969, 1981[1979], 1985, 1988, 1995 e 2001), Quaini (1973a e 1974a), Raffestin (1981[1980]), Bagnasco (1989 e 1988), Saquet (2000, 2002[1996], 2003[2001], 2005b e 2006a), Governa (2005) e Dematteis e Governa (2003 e 2005a), entre outros.

Podemos pensar o tempo, didaticamente, em períodos e momentos, por exemplo, combinados entre si. Para se compreender a indústria no Sudoeste do Paraná, entre 1980 e 2000, é importante considerar, também, processos anteriores a esse recorte e, ao mesmo tempo, relações em diferentes níveis escalares, inerentes às territorialidades efetivadas entre diferentes sujeitos e lugares, historicamente condicionadas. Evidentemente, os fatores e as características são econômicas, políticas e culturais, em interação constante com a natureza, com rupturas e continuidades, ritmos.

Há múltiplas atividades e territorialidades em nossa vida cotidiana, produto e condição da *totalidade* existente entre os níveis local, regional, nacional e internacional: as dinâmicas escalar (areal) e reticular/relacional não são excludentes. Na área, também há relações e estas relações podem ser regionalizadas, por exemplo. As áreas e os retículos podem ser considerados simultaneamente na pesquisa científica, bem como outros recortes como os parques e distritos industriais, os eixos e os sistemas territoriais locais, com redes e articulados em redes.

As redes de circulação e comunicação substantivam o território, tanto interna como externamente a cada lugar [são *materiais* e *imateriais* para Raffestin (1993); *infraestruturais* ou *pontuais* e *relacionais* para Dematteis (1996); *reais* e *virtuais* para Dematteis (1997); *materiais* e *cognitivas* para Anastasia e Coró (1996)] e são resultado e condicionantes da multiescalaridade [Dematteis (1995, 1997 e 2001) e Rullani (1997 e 1998)]. Cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares.

Interconexão e territorialização são processos distintos, mas têm uma unidade; interagem-se e se completam. Na territorialização há localização, formas espaciais, relações e interações, fluxos e redes, movimento. As redes são múltiplas e articuladas envolvendo e sendo envolvidas por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas, lugares. Os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade. As redes são um componente do território, desde as formações tribais, imperiais, passando pelas feudais até as capitalísticas. É claro que, atualmente, as redes são mais intensas, complexas, heterogêneas, velozes e têm *novos* significados.

Em Friedrich Ratzel, a seu modo, há redes mercantis e religiosas e movimentação de tropas; em Jean Gottmann, Arnaldo Bagnasco, Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, Milton Santos e Enzo Rullani, muito mais. Cada um a seu modo mostra e argumenta sobre as redes e o movimento como elementos fundamentais do território que pode, de fato, ser compreendido em área e em rede, simultaneamente, assumindo as formas área-rede e/ou rede-rede e/ou território-rede-lugar, como demonstrei no decorrer desse texto. São concomitantes, pois estamos no território, construímos o território e somos o território, de maneira processual-relacional. As relações/interações da economia-política-cultura-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas e estão em unidade, em cada período, momento e lugar ou, em cada relação espaço-tempo; são territorializadas e fluídas, em um mesmo ou entre territórios diversos.

A territorialização é (i)material, seja no Brasil, na Inglaterra, nos EUA, na Itália, na Indonésia etc., com aspectos gerais ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento. Há uma (i)materialidade das formas e relações sociais: uma está na outra; as *obras* estão nos *conteúdos*, nas territorialidades e estas nas *obras*; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas. A (i)materialidade ocorre na relação E-P-C-N, no território, na territorialidade, na vida. “Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos” (Lefebvre, 1991a, p. 48).

Nesse sentido, a *abordagem territorial* é um *caminho* para se compreender, por exemplo, as relações e complementaridades que acontecem entre os espaços urbano e rural, seus conflitos, as redes, as relações de poder, enfim,

a unidade rural-urbana no âmbito da relação E-P-C-N e das tramas territoriais. Há um processo contínuo de urbanização do espaço rural e/ou de desconcentração; formas da ligação campo-cidade; modernização agrícola; redes e fluxos (i)materiais; integração contratual; cooperativas; assentamentos; circulação simples de mercadorias; as migrações pendulares e definitivas. Há *redes de territórios e territórios em redes*, território nas redes e redes no território, num único movimento; territórios e territorialidades nas redes e interconexões e estas nos territórios e territorialidades, em movimento e no movimento, no trabalho, na família, no lazer, na associação, enfim, há vida em *tramas* {Vagaggini e Dematteis (1976), Dematteis (1969, 1983, 1985, 1988 e 2001), Bagnasco (1988) e Saquet (2003[2001] e 2004)}.

No *real* e em nosso pensamento (na unidade *real*-pensamento-*real*), o *movimento* está no território, como componente, determinante e resultado. Todos vivemos territorialidades múltiplas, identificados ou em trânsito. A *negação* do território ou da territorialização (o movimento) não está separada do território e contém territorialidades, relações de poder, redes em si mesmas. A unidade permanece. O movimento é resultado e condicionante de determinações territoriais, (i)materiais; de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam a vida. A *matéria* e a *ideia*, em unidade, estão em movimento constante, no qual, há superações e interações territoriais. As relações e conflitos impulsionam o movimento, a superação, que é fugaz, fluída, efêmera, está na des-continuidade, no *novo* e no *velho* e esses estão naquela, na superação (*nela* e *a partir* dela há superação de si mesma). Por isso, o movimento processual-relacional é difícil de ser apreendido e pode ser compreendido, no nível do pensamento, como não território, ou seja, como determinante de si mesmo; o movimento está no território e o território está em movimento e no movimento.

O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de des-continuidade e continuidade, de superações. A continuidade se dá na não mudança e na própria descontinuidade, que contém, em-si, elementos do momento e da *totalidade* anteriores. Com isso, o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo*. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica.

“Todo devir é começo: o que não era, o que ainda não é, vai ser; passa do nada ao ser. E todo devir é fim. O que termina deixa de ser, vai do ser ao

nada" (Lefebvre, 1995, p. 190). Supera-se, no movimento: o *ser* é e não é ao mesmo tempo. E está deixando de *ser*. Era e será. O *novo* contém em si o *velho*. O *ser* deixa de existir sem desaparecer, contraditoriamente, e o *nada* passa a existir contendo em si algo de seu *ser* anterior. O *ser* e o *nada*, cada um dos dois, *desaparece* imediatamente em seu contrário. Eles fundem-se um no outro, incessantemente, não no idealismo do pensamento hegeliano, mas na perspectiva da (i)materialidade do mundo da vida. Essa consideração ao *ser* e ao *nada*, nesse sentido exposto, não passa de um recurso (espero) explicativo, no nível epistemológico. O território desaparece sem deixar de existir, pois sempre vivemos relações sociais, territorialidades: esse desaparecer é um *acontecer* em movimento. E a superação do território o contém. Deixa de existir, mas acontece, paradoxalmente. Esse processo se dá pelo concretizar de relações. Essas constituem o território e desfazem-no, reconstruindo-o.

Os elementos condicionantes da superação do território estão em si mesmos. Há, aí, uma *destruição criadora*, como afirmara o próprio Marx, latente, lenta e/ou veloz, multiforme, às vezes explícita e às vezes, manifesta-se implicitamente. Movimento presente nas *identidades*, nas relações de poder, nas redes, na sociedade e na natureza, no tempo e no território. O território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição, diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades (ritmos) e territorialidades, como afirmei e mostrei em *Os tempos e os territórios da colonização italiana*.

Por esse raciocínio, o não território é o ser-outro do território sem estar separado dele e, é um processo inerente à dinâmica territorial, que é, por sua vez, constante, no tempo e no espaço. O território está em suas próprias relações. Daí, a unidade. O que não existe, é o não território puro ou como espaço sem relações ou não envolvido por relações e representações, no mundo vivido, pensado ontologicamente, porque há relações entre sujeitos históricos, nesta vida, com desejos e necessidades, decisões, dominação, subordinação, representações, imaginações etc.

O território é o conteúdo da relação e a relação mesma, com seu-outro, que é ele mesmo (próprio). É um retorno a si mesmo, sem sair de si, na relação entre indivíduos que vivem, sentem, percebem, compreendem. O articular-se em redes é, por exemplo, contraditoriamente, um fracionamento e

vice-versa; a conexão significa desconexão. O território vem-a-ser, acontece em sua unidade interna e externa, numa relação entre sujeitos historicamente condicionados. O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade(s). Há movimento do pensamento e no pensamento e do território e no território; unidade de cada território e entre os territórios.

O território pode ser pensado como um *texto* num *contexto*, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações, econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o *ser* e o *nada*, (i)materialmente. É desconstruído e reproduzido, num único processo. Há sujeitos e, concomitantemente, transformação do *ser* em seu *ser-outro*, que o contém. Um está no outro, no mesmo movimento de formação do território. Eu estou e me realizo, na interação, relação, com outros sujeitos, num vaivém que se objetiva e subjetiva, constantemente, num único movimento, todos os dias.

Esse processo acontece, por exemplo, na *T-D-R*, na qual há uma unidade, reprodução continuada de elementos/aspectos econômicos, políticos e culturais; uma unidade entre diferentes sujeitos, processos e períodos e/ou momentos históricos (multitemporalidade), porque a *T-D-R* ocorre no tempo histórico e é substantivada, concomitantemente, por relações multiescalares, no mesmo ou entre diferentes lugares. Considerando-se, por exemplo, 30 dias como um tempo brevíssimo ou momentâneo, este processo histórico também é simultâneo e relacional, no qual se perde e se constrói *identidade* simultaneamente. O território é **multiescalar e multitemporal**; processual-relacional; identidade/unidade e movimento. Há, sempre, recriação, *novas* territorialidades, *novas* identidades, *novos* arranjos territoriais, redefinições, *novos* significados, com des-continuidades.

Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de *novas* relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. Como já mencionei, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos. Na des-continuidade, há a reprodução

de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais, no mesmo ou em diferentes lugares.

As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidade e as *novas* territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo. Por isso, é necessário contextualizar esses processos em cada momento, período e lugar, num constante e concomitante movimento de desterritorialização e reterritorialização, como demonstrei em Saquet (2003[2001]) ou, de *des-re-territorialização* como afirma Haesbaert (1997). Ou ainda, no processo de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* como argumentaram Raffestini (1984 e 1986) e Deleuze e Guattari (1976[1972]).

A territorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais. A territorialidade significa cotidianidade, (i)materialidade, no(s) tempo(s), na(s) temporalidade(s) e no(s) território(s), no movimento relacional-processual. A vida cotidiana é produto e condição da reprodução de relações sociais, do espaço, do lugar (Lefebvre, 1976a[1972] e 1991) e do território. A vida cotidiana significa heterogeneidade (Heller, 1991). É (i)material, social e natural, a um só tempo e significa desejos, necessidades, linguagens, edificações, signos, miséria, riqueza, repetições, mudanças, frustrações, técnicas, famílias, trabalhos, redes, desencontros, encontros, conflitos; desigualdades e diferenças, unidade; vida e morte.

Para ilustrar como estou trabalhando a territorialização, cito algumas situações:

a) *Longa travessia para fixar ratzes – perseguidos na Europa, judeus chegam há cem anos para se identificar com o Rio Grande do Sul*. Este é o título de uma matéria do *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, de 5/12/2004, p. 9, que revela claramente o entendimento de fluxos migratórios com a perda do enraizamento e sua reprodução noutra lugar, através da identidade e definição de *novas ratzes*. Alguns judeus, segregados, perseguidos e excluídos de seu lugar (nesse caso, da Bessarábia – atual Moldávia), migram em 1904 para o Brasil, onde são direcionados para o Rio Grande do Sul, mais especificamente para a Fazenda Pinhal (posteriormente denominada colônia Philippson), em Santa Maria. Passados alguns anos, muitos se deslocaram

novamente, para cidades como Santa Maria, Porto Alegre, Cruz Alta, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Uruguaiana, entre outras, movimentando-se constantemente, grosso modo, como os italianos, alemães, poloneses e tantos outros migrantes. Outros, permanecem no mesmo lugar, conservando e estabelecendo *novas* territorialidades.

b) No final do século 19, milhares de italianos foram desterritorializados, em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais, e foram reterritorializados no Brasil, na Argentina, nos EUA, na Austrália e em outros países. Na viagem, viveram distintas situações, ações e reações (muitos morreram!), concretizando uma territorialidade bastante específica. No Sul do Brasil, reproduziram atividades econômicas, políticas e culturais, com experiências e conhecimentos que tinham de suas vidas na Itália. Aconteceram mudanças significativas em suas vidas; no entanto, houve uma certa continuidade de determinados aspectos. Não houve um desligamento total, especialmente, com seus parentes e amigos que permaneceram na Itália. A *nova* vida contém a *velha*.

Com isso, sua forma de vida, na Itália, foi um fator decisivo no ritmo e nas características da construção do território e do desenvolvimento local. Edificaram templos, escolas, cidades, estradas, plantações agrícolas, produções industriais etc., combinando seus conhecimentos com experiências de alguns moradores do local. Há fatores sociais e naturais, locais e extralocais, que condicionam suas vidas e o ritmo de desenvolvimento que é, ao mesmo tempo, histórico e multiescalar e significa a reprodução (i)material de suas vidas na Itália. Há uma unidade de fatores econômicos, políticos e culturais, tanto na desterritorialização como na reterritorialização, sendo que em ambas as situações, os sujeitos estão no território, são o território e produzem-no. As relações cotidianas, de ajuda mútua, organização política e religiosa, entre outras, substantivam uma certa unidade, definida lentamente como mediação na geração do *novo* lugar de vida.

Nos anos 1880, por exemplo, em pleno processo de apropriação e dominação do território na Colônia Silveira Martins (RS), acontece a migração de dezenas de famílias italianas para o Noroeste desse Estado, onde construirão, juntamente com outros migrantes, a Colônia Ijuhy, a partir de 1890.

Concomitantemente, além de apropriar para explorar, o capital articulado ao Estado expropria para explorar. Por isso, o produtor familiar,

principalmente o agrícola, após produzido, é reproduzido pelo MCP no mesmo ou em outros lugares. O MCP produz a necessidade da des-territorialização e da construção de *novas* territorialidades em outros lugares, inserindo ao seu circuito sempre *novas* forças mercantis. Esse movimento está intimamente ligado aos interesses do Estado e à reprodução da dominação social (...) (Saquet, 2003[2001], p. 202).

No processo de territorialização, não se produzem alternativas de sobrevivência para a força de trabalho excedente. As iniciativas de cooperação, como as associativistas, mostraram-se ineficientes, sendo dissolvidas pelas forças do capital e da classe hegemônica. Simultaneamente, na Colônia Silveira Martins, os italianos objetivam mudanças significativas em suas vidas e na transformação do território, com o uso de *novos* equipamentos técnicos e com a efetivação de outras relações sociais. Mudanças mais profundas aconteceram no pós-1930, com o evento da energia elétrica e com o uso de máquinas mais modernas na prática agrícola e, sobretudo, a partir dos anos 1970-80, com inovações técnicas e tecnológicas em algumas atividades industriais, agrícolas e em outros níveis de suas vidas cotidianas, inerentes ao ideário da sociedade contemporânea. Incorporam outros elementos culturais e políticos, dissolvendo e estabelecendo outras relações identitárias. São as diferenças, as temporalidades, as desigualdades de cada território, coexistentes, complementares e em relação de unidade na diversidade. Identidade que se realiza processual, relacional e (i)materialmente.

c) Outra ilustração se refere ao Sudoeste do Paraná. Os descendentes dos imigrantes alemães, italianos e poloneses, a partir dos anos 1920 e, principalmente, depois de 1943 (com a criação, pelo Governo Federal, da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO), procuraram reproduzir características do cultivo agrícola e da prática artesanal, hábitos e costumes culturais, aspectos políticos, reterritorializando-se, ou seja, construindo *novos* territórios de vida. Provocaram uma ruptura profunda na forma de vida praticada até então nesse lugar, através das práticas cotidianas dos moradores nativos, como alguns indígenas e os caboclos. Destaco, para ser breve, apenas alguns desdobramentos desse processo de mobilidade e territorialização no mesmo lugar, inicialmente capitaneado pelo Estado articulado aos agentes do capital mercantil: a) a colonização efetiva gerou a apropriação territorial e a especulação fundiária, envolvendo diferentes agentes sociais, como negociantes e companhias de terra. Isto desencadeou conflitos pela

posse da terra e culminou na chamada Revolta de 1957. Somente com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GET-SOP), ocorreu a regularização fundiária, amenizando os conflitos sociais (e territoriais) pela posse da terra. Antes disso, porém: “No início do século 20, o Sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3 mil habitantes” (Wachowicz, 1987, p. 55). Palmas era uma pequena cidade. Havia caboclos, brancos paranaenses, argentinos, paraguaios e alguns *gaúchos* dispersos. “(...) De 1900 a 1920, a população do Sudoeste passou de 3 mil habitantes para 6 mil” (*idem*, p. 58). Um marco na colonização foi a criação de Bom Retiro (hoje Pato Branco), em 1918, pelo governo paranaense. Segundo Wachowicz (1987), no início da década de 1920, os terrenos de Bom Retiro já estavam ocupados. Passou-se, então, à colonização nas proximidades, constituindo-se Vitorino, Enéas Marques, Renascença, Itapejara do Oeste e Coronel Vivida. De todos esses núcleos originados nesse processo, conforme este autor, destacou-se Pato Branco, nos anos 1940, em virtude da extração de erva-mate, da criação de suínos e por ser o principal lugar de ligação entre o Sudoeste do Paraná e União da Vitória, por onde passava a rede ferroviária. Um aumento na população e algumas mudanças na produção do território, significativamente, aconteceram com a constituição da CANGO e, mais especificamente, com a migração de *gaúchos* e catarinenses; b) os agentes do capital comercial atuaram na circulação de mercadorias, apropriando-se de uma fração do sobretrabalho da produção familiar, principalmente, da agrícola, através do mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. Este processo gerou uma dinâmica de subordinação disfarçada dos produtores imediatos ao capital. O comerciante agia econômica, cultural e politicamente, controlando indivíduos e o território, através da constituição de redes e fluxos; c) conforme Corrêa (1970), em 1965, no Sudoeste (PR), cerca de 92,7% do número de propriedades rurais existentes estavam no estrato entre 25 e 50 hectares. Instituiu-se uma divisão do chão em pequenos pedaços; d) a partir de 1970, com o processo de modernização agrícola, ocorreram mudanças significativas na base técnica da agricultura. Um indicador da mecanização agrícola é o número de tratores. De acordo com os dados do IBGE, em 1980, o Sudoeste tinha 6.325 tratores diante dos 380 de 1970. Com o passar dos anos, houve uma concentração fundiária e, concomitantemente, uma fragmentação. Ao mesmo tempo, grandes

empresas industriais norte-americanas comercializavam suas mercadorias químicas, mecânicas e biológicas, promovendo a concretização de redes de circulação e comunicação no nível internacional. Aconteceram mudanças profundas no jogo de poder, nas redes e fluxos, no uso do solo, na identidade *gaúcha* etc.; e) na indústria local, em 1970 (dados do IBGE), havia o predomínio dos estabelecimentos de móveis, madeireiras e produtos alimentares. Eram, na maioria, unidades produtivas artesanais, com forças produtivas rudimentares e força de trabalho familiar. Posteriormente, mudanças significativas foram processadas na indústria local, em razão da própria dinâmica econômica e de fatores culturais e políticos; em 1980, também se destacavam as madeireiras, as fábricas de produtos alimentícios e de móveis, mas havia algumas novidades como a produção de material de transporte. Houve uma pequena diversificação na produção industrial e um incremento no valor da produção. Em 2000, aumentou a diversificação na produção industrial. Em Francisco Beltrão, por exemplo, nesse ano, havia empresas importantes como a Sadia S/A, a Ovetril Óleos Vegetais Ltda, a Perdigo Agroindustrial S/A, a Marel Indústria de Móveis Ltda etc., coexistindo com atividades artesanais familiares que permaneceram, especialmente, no espaço agrário, caracterizando desigualdades geradas no seio da colonização cristalizada com uma forte participação do Estado e dos agentes do capital. Foram mudanças que provocaram *novas* territorialidades e temporalidades no mesmo recorte espacial.

d) Outro tema importante, entre tantos outros, é a relação Estado-globalização, bem trabalhada por vários autores. Quero apenas, neste momento, afirmar que, sobre a *fragilidade* dos Estados [também denominados *Estados Nacionais debilitados* por Dematteis e Governa (2003)], Eco (1984[1978]), anteriormente a Badie (1996[1995]), já afirmara que a política internacional não era mais determinada pelos Estados, mas por uma rede das multinacionais. Ianni (1992) e Santos (1999) também alertaram sobre a *redefinição* (desregulação) do Estado na *sociedade global*, debilitando-se diante da expansão do capitalismo e do concomitante acirramento no movimento de rotação do capital, de informações, de tecnologia, de força de trabalho e de conhecimento. No dizer de Ianni (1992), acontece uma progressiva subordinação do Estado-Nação ao movimento do capital ou, no entendimento de Bagnasco (2003), um redimensionamento do papel e da capacidade de ação dos Estados Nacionais.

No meu entendimento, em consonância com Dematteis e Governa (2003), esse processo de mundialização da economia não elimina o Estado nem a territorialização e o território, como propugnam alguns autores. Na atualidade, em virtude de inovações técnicas, tecnológicas e científicas, configuram-se *novas* territorialidades, identidades (diversificação da identidade, conforme Governa [2005]), conflitos; *novos* arranjos locais ou reorientações/reelaborações da *cidade* e da *região*, como argumentam Dematteis (1983, 1995, 1997 e 1999) e Bagnasco (2003), com *novos* processos de aprendizagem e valorização do local, com espaços de lugares e de fluxos, reterritorializações.

Existem, cada vez mais, múltiplas formas de apropriação e dominação na dinâmica territorial. É possível dominar sem estar presente. A apropriação e a dominação são cada vez mais heterogêneas e complexas. A própria dinâmica do capital, eminentemente desterritorializadora, cria as condições para a reterritorialização, como argumentam, cada um a seu modo, Deleuze e Guattari (1976[1972] e 1992[1991]), Magnaghi (1976 e 2000), Dematteis (1995, 1996, 1997 e 1999), Anastasia e Corò (1996), Rullani (1997 e 1998), Santos (1999), Becattini e Rullani (2000), Saquet (2003[2001]), Governa (2001a), Bagnasco (2003), Dematteis e Governa (2003 e 2005a) e Ianni (1989).

A reprodução do capital acontece na circulação, no movimento, mas não de forma desarticulada, desligada do território ou dos territórios, na qual a geopolítica e a cultura estão presentes na processualidade econômica. É um movimento (i)material. A territorialização produz a possibilidade de inserção e de criação de *novas* forças mercantis ao processo de reprodução ampliada do capital; permite o acesso à específicas condições de vida e de trabalho, de conhecimentos, de infraestruturas e é através do processo de expansão e diferenciação territorial que o MCP se renova sempre mais forte.

Esse movimento material-imaterial (e imaterial-material) transforma o Estado e cria *novas* relações, *novos* papéis simbólicos e políticos, como afirmam Dematteis e Governa (2003). Há, aí, sempre *novas* territorializações, *novas* territorialidades, o que exige por parte do pesquisador uma perspectiva renovada das *relações de poder*, a partir de abordagens como as de Michel Foucault, Alberto Magnaghi e Claude Raffestin, por exemplo, que reconhecem a multidimensionalidade do poder na vida cotidiana, historicamente determinada e condicionando a formação de cada território.

A propósito, parece-me central aprofundar um pouco a reflexão sobre o tempo. Tempo de vida, relacional e processual, que requer, em sua unidade com o território, o reconhecimento do **tempo histórico**, como propugnam autores como Quaini (1968, 1973a, 1974a, 1976 e 2005), Raffestin (1986 e 2005), Bagnasco (1988), Santos (1988), Saquet (2000, 2003[2001], 2005, 2005b e 2006a), Magnaghi (2000) e Turri (2002) e do **tempo das coexistências**, como argumentam Dematteis (1964, 1967, 1969, 1985, 1996, 1997 e 2001a), Quaini (1973a, 1974a), Santos (1980, 1988 e 1996), Governa (1997 e 2001a), Saquet (2002[1996], 2003[2001], 2005, 2005b e 2006), Dematteis e Governa (2003 e 2005a), Dematteis, Governa e Vinci (2003) e Raffestin (1980 e 2003), trabalhados concomitantemente, ou seja, em unidade processual e relacional, considerando-se as especificidades teórico-metodológicas de cada abordagem e concepção.

Isso é de fundamental importância, reconhecendo a natureza exterior ao homem, as mudanças e permanências [evidenciadas, por exemplo, por Deleuze e Guattari (1976[1972]), Bagnasco (1977 e 1988), Dematteis (1996a, 1988 e 1995), Magnaghi (2000) e Turri (2002)], as desigualdades e diferenças, a heterogeneidade, as identidades, as redes e as relações de poder.

O **tempo** tem um fluxo contínuo. Por isso, a definição de períodos, *começos e fins* é relativa, aproximada; o tempo é duração e movimento; é processual-relacional; des-contínuo. O tempo presente, passado e futuro, indica uma processualidade e, também, a simultaneidade; significa **trans-temporalidade**. O presente ou o passado pode estar sendo vivido por diferentes indivíduos, no mesmo instante. O que é presente para um pode ser passado para outro e vice-versa. É o efetivar-se do tempo histórico e das coexistências, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, com ritmos e em distintos momentos. O tempo é uno, fluxo, relação e significa (i)materialidade. O território significa tempo, temporalidades e territorialidades. Há um movimento do tempo no território e do território no tempo, simultaneamente. O tempo tem múltiplos significados, o que torna mais complexa a tarefa do pesquisador. Também posso dizer que é (i)material, isto é, significa objetividade e subjetividade; *matéria-ideia*; idealidade e materialidade.

O fato é que cada sociedade se apropria e produz seus territórios, como já mencionaram, cada qual em sua concepção e abordagem, Dematteis (1964), Gottmann (1973/2005), Raffestin (1981/1993[1980] e 1986),

Sack (1986), Santos (1988), Bagnasco (1988), Haesbaert (1997 e 2002), Saquet (2003[2001] e 2004). Por isso, é importante se apreender a processualidade e a simultaneidade dos acontecimentos, presentes no mesmo e em lugares diversos, na mesma e em temporalidades diferentes. Essa apropriação e produção do território é (i)material, como já mencionei e como argumentam, cada qual a seu modo, Dematteis (1964 e 1999), Deleuze e Guattari (1976[1972]), Gottmann (1952, 1973/2005 e 1975/1983), Turco (1988), Entrikin (1991), Quaini (1992), Anastasia e Corò (1996), Rullani (1997), Governa e Dansero (2003), Haesbaert (1997, 2004 e 2004a), Saquet (2000, 2003[2001], 2004, 2005 e 2006a), Governa (2005), Dematteis e Governa (2003 e 2005a), Raffestin (1980, 1986, 2003 e 2005) e Becattini e Rullani (2000).

Ocorre, em nossa vida diária, como afirmei em Saquet (2000), a unidade (na relação) concreto-abstrata, ou seja, em outros termos, a subjetividade é objetiva e a objetividade é subjetiva. A primeira, é cultural, simbólica, imaginária, pensamento e tem uma objetivação. A segunda, a objetividade, também é pensada, abstrata, representada. Uma está na outra e são, a um só tempo, (i)materiais. Meu pensamento, nesse momento e lugar, está se objetivando nestas frases que estou escrevendo, que me fazem refletir e que espero que sejam minimamente abstraídas, repensadas, reescritas.

Há (i)materialidade dos objetos e relações sociais e, por isso, podemos ver o território, como afirmaram Dematteis (1985), Quaini (1992) e Raffestin (2005). Para tanto, precisamos ter sutileza, cautela, dedicação e competência para compreender a miríade de processos e elementos que compõe o território. O aparente do território é a primeira sensação e mesmo a primeira percepção e abstração. O aparente é o *conteúdo* que se torna fenomênico, sensível, sem se descolar de si mesmo. Estou, sou (faço parte), vivo e produzo o território e, percebo-o, concebo-o, compreendo-o, com os meus sentidos, podendo chegar a um nível sempre mais profundo de conhecimento.

Há que se ter um movimento em nosso pensamento para compreender o movimento *do e no* território. O território precisa se expressar no pensamento. Há ligações e relações no *real* e no pensamento, o que nos remete a pensar numa relação sujeito-objeto bastante delicada e num nível em que a razão e a emoção se coadunam incessantemente. O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tem-

po, objetividade. É o *nada* cheio, o *ser-novo* já pretérito (ou o contrário), abstrato e concreto, a um só tempo. Há pensamento em movimento sobre o movimento que é multitemporal e multiescalar. No (i)material há interação e unidade entre as dimensões sociais e destas com a natureza exterior ao homem. Os territórios e as territorialidades são multiformes, com múltiplos conteúdos. Tanto as forças *materiais* como as *ideárias* são (i)materiais, produzindo des-continuidades, tempos e territórios.

As dimensões sociais do território (economia, política e cultura) estão no mesmo nível. Porém, ora uma(s), ora outra(s) dimensão(sões), em cada lugar e momento e/ou período histórico, pode(m) predominar diante das demais. O que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar, é o arranjo territorial, através das formas espaciais e relações que esse arranjo assume. As territorialidades e temporalidades estão sempre aí, presentes, como *matéria* e *ideia* em unidade. A separação entre os fatores, elementos e relações pode ser um recurso didático, no processo de conhecimento da vida.

Por isso, acredito que essas considerações sobre a abordagem territorial, embora não acabadas, centradas na relação espaço-tempo-território, se fazem necessárias e coerentes, em virtude da indissociabilidade desses como processos socioespaciais e no nível do pensamento. Nesse sentido, minha elaboração teórico-metodológica encontra-se com argumentações de Dematteis (2001) e Dematteis e Governa (2003). Há uma complexidade e unidade de elementos e momentos, processos e conflitos, temporalidades e territorialidades que orientam a elaboração de uma abordagem territorial (i)material que considere a apreensão dessa complexidade, já evidenciada, cada qual a seu modo, por pesquisadores como Bagnasco (1978), Turco (1983 e 1988), Dematteis (1970, 1995 e 2001) e Saquet (2003[2001]), entre outros.

Por essa abordagem e concepção (i)material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como *base física*, é a natureza exterior ao homem. Assim, merece atenção, sem a pretensão, evidentemente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo, a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza. Subsídios importantes sobre essa questão são as concepções de Raffestin (1981/1993 e 2005), Dematteis (1975, 1985, 1988, 1995, 2001 e 2005),

Santos (1988) e Magnaghi (2000 e 2005). Há, na dinâmica territorial, relações entre os elementos das dimensões natural e social que necessitam ser aprofundadas.

Conforme afirmei em Saquet (2003[2001]), a síntese está no homem, ser genérico e histórico, natural e social, concomitantemente, conforme reafirmo no capítulo 5.5.1 desse texto. Há uma história da natureza e uma história da sociedade. Há uma história que é natural e social ao mesmo tempo: o homem emerge da natureza e não pode se separar dela. Marx (1984), ao tratar do homem como um ser social, reafirma sua natureza exterior:

A universalidade do homem aparece na prática justamente na universalidade que faz da natureza toda seu corpo inorgânico, por ser: 1) um meio de subsistência imediato; 2) por ser a matéria, o objeto e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem; a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. Dizer que o homem vive da natureza é a mesma coisa que dizer que a natureza é seu corpo, com o qual tem que se manter em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e a espiritual do homem estão ligadas com a natureza e não têm outro sentido senão o de que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (p. 111).

O homem é natureza. Natureza que pensa, que luta, que produz; natureza orgânica e inorgânica. A sociedade não está separada da natureza. “A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente.” (Marx e Engels, 1991, p. 23-24, nota 3).

A reprodução do homem é, ao mesmo tempo, continuidade da sociedade em que vive e substantiva, a reprodução do social dominante e do natural que está nele e em suas obras. É reprodução biológica e social, em um mesmo processo. O território é resultado e condição da reprodução da relação social-natural. Há, no território, a multidimensionalidade do homem, que é natureza e sociedade ao mesmo tempo. O social contém a natureza homem e sua natureza exterior. Nós, homens (e mulheres), somos, estamos e reproduzimos natureza e sociedade, simultaneamente. Produzimos o(s) território(s) e territorialidade(s).

Já para Elias (1998[1984]), por exemplo, esta relação sociedade *versus* natureza está centrada no tempo. Porém, como o tempo significa o movi-

mento da natureza e da sociedade e, assim, do homem, minhas argumentações se encontram com as de Norbert Elias. A reflexão sobre o tempo é uma das maneiras para corrigir a dicotomização do universo, definida em natural e social, reconhecendo-se a relação que existe entre sociedade, natureza e indivíduo: “Basta olharmos para um relógio ou um calendário para nos darmos conta disso. Ao constatar, por exemplo, que é meio-dia do décimo segundo dia do décimo segundo mês do ano de 1212, fixamos, simultaneamente, um marco temporal no fluxo de uma vida individual, na evolução de uma sociedade e no devir da natureza” (Elias, 1998[1984], p. 17). Há, nessa demarcação temporal, elementos do natural (movimento do sol e da lua...) e do social (o próprio calendário, o significado do meio-dia, as atividades efetivadas pelos indivíduos...).

É uma representação de uma hibridização mais complexa. Há um movimento natural, universal, de vida e morte e, (i)materialidades sociais, normas, regulações, símbolos, peculiares a cada sociedade, grupo social, indivíduo. Há um movimento temporal-relacional, com unidade; um tempo histórico e coexistente, com des-continuidades, *da e na natureza e da e na sociedade*. O *homo sapiens*, como natural e social, é síntese desses grandes domínios.

É preciso compreender a relação indissociável que há entre os *planos físico e social* do universo e o acontecer social no movimento universal alheio ao homem, no qual há relações estabelecidas histórica e geograficamente. Relações temporais, territoriais, múltiplas e complexas que se efetivam na vida cotidiana. Há vidas individuais e unidade, dada pela articulação de umas com as outras e uma natureza que precisa ser compreendida como patrimônio da humanidade. Evidentemente, precisamos reconhecer que o componente natural do território é uma questão bastante complexa, entre outras, que permanecem, para detalhamentos e pesquisas futuras, tanto ontológica como epistemologicamente.

Mesmo assim, é difícil imaginar uma dissociação entre o processo histórico e os ritmos e relações de cada grupo social, família, indivíduo. Há uma unidade na diversidade, que é o universo e uma relação de unidade entre natureza e sociedade, que pode ser ilustrada pela seguinte passagem: “O coração bate, nós respiramos e digerimos, as células do corpo crescem e morrem. A mudança pode operar-se em nós num ritmo lento, mas nem por isso é menos contínua ‘no tempo e no espaço’: todos envelhecemos cada

vez mais, todos fazemos parte de uma sociedade em evolução, e todos somos habitantes desta terra que não pára de se mover” (Elias, 1998, p. 81). Há um processo universal, no qual se conjugam des-continuidades e o homem traduz a síntese, como unidade do se mover incessantemente, *no e do tempo, no e do espaço e no e do território*.

Mesmo havendo ritmos distintos entre os domínios natural e social, há uma unidade temporal e simultânea. O tempo do relógio é um tempo socialmente organizado, construído, de coersão e controle, regulação, mas contém em si a natureza homem, pensante, desejante; o tempo das mudanças geológicas também influencia em nossa vida e contém o homem social que não se desliga de sua natureza exterior. Ambos os tempos são experimentados, de forma diferente em cada contexto e lugar. O tempo é vivido em diferentes momentos e de diferentes formas e intensidades. Porém, não experimentamos somente o tempo e as temporalidades. Vivemos a espacialização e a territorialização, espacialidades e territorialidades, todos os dias, minutos, como evidenciei anteriormente, o que pode ser potencializado para se conquistar mais justiça social.

Para tanto, na pesquisa científica, podemos utilizar determinados procedimentos e reconhecer certos processos, tais como: definição da problemática de estudos, objetivos e da metodologia (para detalhamento, pode-se verificar Sposito 2004); identificação e explicação dos distintos níveis territoriais ou escalas de atuação dos indivíduos (local, regional, nacional e internacional), numa abordagem de des-continuidades, tanto multiescalar como multitemporal; apreensão da genealogia de famílias; pesquisa em jornais; análise de discursos políticos; restos arqueológicos; pesquisa em arquivos históricos; uso da cartografia histórica etc. São importantes: a verificação da distribuição das atividades (i)materiais: concentração e/ou dispersão; a explicação da apropriação e dominação social; a compreensão de combinações existentes na E-P-C-N (como unidade *matéria-ideia*, social-natural) e na T-D-R; dos ritmos, processos e articulações de desenvolvimento; relações de poder; redes de circulação e comunicação; identidades, entre outros fenômenos e processos.

Esses procedimentos teórico-metodológicos, entre outros, precisam ser selecionados, elaborados e combinados, atentando-se para cada objeto de estudo, para cada abordagem proposta e para cada relação espaço-tempo-território, em consonância com as especificidades de cada ciência ou da

interação de diferentes ciências. É fundamental relacionar a problemática com a teoria e com o *real*, reelaborando o conhecimento do mundo da vida e com ele; ver o território e apreender, a partir do sensível, chegando a um nível mais profundo do conhecimento, compreendendo as contradições, as forças desconstrutoras, as desigualdades e as diferenças, os tempos, as temporalidades, os territórios e territorialidades, a unidade.

No entanto, não é suficiente ter uma compreensão (i)material e coerente do(s) território(s) e da(s) territorialidade(s) conforme o exposto. De acordo com Raffestin (1986), Dematteis (1995, 1999 e 2001), Magnaghi (1990 e 2000), Saquet (2003[2001] e 2006), Dematteis e Governa (2005a) e Governa (2005), a abordagem territorial é central para a construção de uma sociedade mais justa, que possa construir sua autonomia e se autogovernar, produzindo um *novo* território e *novas* territorialidades. E esse é outro elemento importante do território, como organização política de gestão e autonomia.

Um *novo* território para uma *nova* sociedade: para se ter um *novo* território precisamos de outra sociedade e vice-versa, valorizando os saberes locais e populares, as relações de ajuda mútua, de confiança, a natureza exterior ao homem etc.; é fundamental se definir *novas* práticas sociais e territoriais, (i)materiais, que valorizem o patrimônio territorial de cada lugar, como assevera Magnaghi (2000): a reconstrução dos lugares, reconhecendo a produção ecológica de alimentos, a identidade cultural, os movimentos sociais, o trabalho autônomo, as pequenas cooperativas de trabalhadores e consumidores, a autogestão, *novas* práticas de troca solidária, a recuperação e preservação dos mananciais, a produção artesanal de alimentos, a vida indígena etc. O tempo lento de mudanças, por exemplo, pode significar uma possibilidade para se pensar e buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida, sem a racionalidade das grandes iniciativas produtivas industriais.

Os processos territoriais precisam ser compreendidos e, a partir disso, transformados na práxis cotidiana. Cada indivíduo, cada família, cada instituição pública ou privada, cada unidade produtiva e de consumo, de vida produzem relações históricas e multiescalares, de poder, territoriais, territorialidades que podem ser potencializadas para um desenvolvimento com mais autonomia, que incorpore a distribuição de terras, de capital, as diferenças culturais, a vida em sociedade e em natureza, sem medo, vícios, armadilhas.

À medida que se reproduz o território, é importante se reproduzir a identidade e as redes e, reorientar, se necessário, as relações de poder e os

processos de desenvolvimento, nos quais há centralidade das territorialidades e das temporalidades cotidianas. Há des-continuidades na relação tempo-espaco-território, na qual a mudança social se dá com a mudança territorial e vice-versa: nada se faz, muda, permanece ou se pensa sem se articular, identificar e se concretizar *na e com a* territorialidade cotidiana.

Porém, essa mudança, como argumentara Henri Lefebvre, passa, necessariamente, por uma *revolução* que acabe com o poder que domina e controla os homens (e as mulheres), que desumaniza. No dizer de Milton Santos, isso requer um processo de *resistência do território* diante das imposições da mundialização do capital ou, ainda, como argumentara Massimo Quaini, uma utopia da ciência que pratica a arte de uma *planificação democrática* em favor de um lugar de convivência e liberdade. Diante da sedução e das forças dos fluxos, precisamos reconduzir as ações aos lugares, com relações de coesão e com direito à autogestão.

A abordagem territorial é uma forma de compreensão desses processos, pode contribuir na superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e ideia/matéria e subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento, valorizando as relações sociais entre os sujeitos, destes com os seus lugares e destes com outros lugares, (i)materialmente. Nesse sentido, é fundamental que os homens, organizados politicamente, como defendera Antonio Gramsci, criem *uma nova forma ético-política*, tentando amenizar a dominação econômica, cultural e dos partidos políticos que não correspondem às aspirações, aos desejos e às necessidades da massa popular.

É necessário construir outra forma de organização política, identificada localmente, vinculada às necessidades dos indivíduos, à autonomia em cada lugar e ligada a outras experiências de desenvolvimento. O que quero dizer é que alguns processos políticos que estão presentes, no Brasil, são sufocantes e que a organização política local pode, e existem experiências que mostram isso, no Brasil e em outros países, facilitar a potencialização dos valores de cada lugar e a conquista de melhores condições de vida para a maioria da população. O **desenvolvimento territorial** não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia.

REFERÊNCIAS:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dizionario di filosofia*. Torino: Unione Tipografica Editrice Torinese, 1960.
- ALLIONE, Miro. Processo capitalístico e utilização do território in Italia. in: INDOVINA, F. (org.). *Capital e territorio*. Milano: Angeli, 1976. p. 43-93.
- ANASTASIA, Bruno e CORÒ, Giancarlo. *Evoluzione di un'economia regionale. Il Nordest dopo il successo*. Portogruaro/VE: Ediciclo, 1996.
- ANDRADE, Manuel C. de. *Caminhos e descaminhos da Geografia*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.
- ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. in: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 213-220.
- ANDRADE, Manuel C. de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANTONELLI, C. I determinanti della distribuzione territoriale dell'attività innovativa in Italia. in: ANTONELLI, C. e altri (org.). *Le politiche di sviluppo locale*. Milano: Angeli, 1989. p. 94-120.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARANTES, Paulo. Vida e obra. in: *Os pensadores – Georg Wilhelm Friedrich Hegel*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 5-23.
- ARDREY, Robert. *The territorial imperative*. New York: Atheneum, 1966.
- BADIE, Bertrand. *La fine dei territori*. Trieste: Asterios Editore, 1996 (1995).
- BAGNASCO, Arnaldo. *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BAGNASCO, Arnaldo. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: un paradigma per l'analisi territoriale. in: MESSORI, M.; TRIGILIA, C. e BAGNASCO, A. *Le problematiche dello sviluppo italiano*. Milano: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BAGNASCO, Arnaldo. *La costruzione sociale del mercato. Studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1988.
- BAGNASCO, Arnaldo. Perché diventa importante l'analisi sociale territoriale. in: PETSIMERIS, P. (org.). *Le reti urbane fra decentramento e centralità*. Milano: Angeli, 1989. p. 39-52.
- BAGNASCO, Arnaldo. *Tracce di comunità*. Bologna: Il Mulino, 1999.
- BAGNASCO, Arnaldo. *Società fuori squadra – come cambia l'organizzazione sociale*. Bologna: Mulino, 2003.
- BAILLY, Antoine (org.). *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1984.
- BECATTINI, Giacomo. Dal 'setore' industriale al 'distretto' industriale. Alcune considerazioni sull'unità di indagine dell'economia industriale. in: BECATTINI, G. *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000 (1979). p. 41-56.
- BECATTINI, Giacomo. (org.). *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Bologna: Mulino, 1987.
- BECATTINI, Giacomo. (org.). *Modelli locali di sviluppo*. Bologna: Mulino, 1989.
- BECATTINI, Giacomo. Introduzione. in: BECATTINI, Giacomo. (org.). *Modelli locali di sviluppo*. Bologna: Mulino, 1989a. p. 7-19.
- BECATTINI, Giacomo. *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000.
- BECATTINI, Giacomo. *Dal distretto industriale allo sviluppo locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000a.
- BECATTINI, G. e RULLANI, E. Sistema locale e mercato globale. in: BECATTINI, G. *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000. p. 93-116.
- BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. in: BECKER, B. et al (org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Depto. de Geociências, PPG, 1983. p. 1-21.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Difel, 1989.
- BOURDIN, Alain. *Le patrimoine reinventé*. Paris: PUF, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais. A longa duração*. Lisboa: Ed. Presença, 1978.
- BRENNER, N. Globalisation as reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. *Urban Studies*, 36, 3, 1999, p. 431-451.
- BUZZETTI, Luciano. Values in Geographical praxis. in: BUZZETTI, L. (org.). *Geography for Postmodern Society – community, ecosystem, values*. Roma: SGI, 2000. p. 231-254.
- CALVINO, Italo. *Marcovaldo*. Torino: Einaudi, 1963.
- CAMAGNI, R.P. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sistemi della ricerca. in: IRER (a cura di). *Le reti di città*. Teoria, politiche e analisi nell'area padana. Milano: Franco Angeli, 1993.
- CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcellona: Barcanova, 1981.
- CARLOS, Ana Fani. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*, ano 18, vol. 1, n.18, 2002. p. 161-178.
- CELANTI, Atilio. I paradigmi nella ricerca geografica. in: CORNA-PELLEGRINI, G. e BRUSA, C. (org.). *La ricerca geografica in Italia 1960-80*. Varese: Ask Edizioni, 1980. p. 713-728.
- CELANTI, Atilio. Strategie di sviluppo ed evoluzione degli squilibri territoriali: l'esperienza italiana. in: CELANTI, A. e MORELLI, P. (org.). *La geografia dei divari territoriali in Italia*. Firenze: Sansoni, 1986. p. 3-45.
- CELANTI, Atilio (org.). *Nuova città, nuova campagna*. L'Italia nella transizione. Bologna: Patron, 1988.
- CELANTI, Atilio. Nuova città e nuova campagna. in: CELANTI, A. (org.). *Nuova città, nuova campagna*. L'Italia nella transizione. Bologna: Patron, 1988a. p. 1-50.
- CENCINI, C.; DEMATTEIS, G.; MENEGATTI, B. (org.). *L'Italia emergente*. Milano: Angeli, 1983.
- CERRETI, Claudio. Spazio e ruolo delle imprese nell'articolazione del territorio italiano. in: SALVATORI, F. (org.). *Impresa e territorio*. Contributi ad una geografia dell'impresa in Italia. Bologna: Patron Editore, 1993. p. 137-160.
- CERRETI, Claudio. Piccole italie – gli spazi delle imprese artigiane in Italia. in: SALVATORI, F. (org.). *Impresa e territorio*. Contributi ad una geografia dell'impresa in Italia. Bologna: Patron Editore, 1993a. p. 195-215.
- CHRISTOFOLETTI, A. (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.
- CLAVAL, Paul. *L'evoluzione storica della geografia umana*. Milano: Angeli, 1972.
- CLAVAL, Paul. *Espace et pouvoir*. Paris: PUF, 1978.
- CONTI, Sergio. Mezzogiorno: Fiat e assetto territoriale. *Nord e Sud*, 21, 160, 1974.
- CONTI, Sergio. Sull'urbanizzazione capitalistica: note sullo sviluppo edilizio di Torino. in: INDOVINA, F. (org.). *Capitale e territorio*. Milano: Angeli, 1976. p. 95-117.
- CONTI, Sergio. *Un territorio senza geografia*. Agenti industriali, strategie e marginalità meridionale. Milano: Angeli, 1982.
- CONTI, Sergio e SFORZI, Fabio. Il sistema produttivo italiano. in: COPPOLA, Pasquale (org.). *Geografia politica delle regioni italiane*. Torino: Einaudi, 1997. p. 278-336.
- COPPOLA, Pasquale. L'inchiesta sul terreno: geografi e analisi del territorio italiano dal dopoguerra ad oggi. in: CANIGIANI, F.; CARAZZI, M.; GROTTANELLI, E. (org.). *L'inchiesta sul terreno in geografia – geografia democratica*. Torino: Giappichelli, 1981 (1979). p. 87-126.
- CORÒ, Giancarlo. *Processi produttivi, Stato sociale, modelli di sviluppo*. Roma: Ediesse, 2001.
- CORNA PELLEGRINI, Giacomo. *Geografia e politica del territorio*. Milano: Vita e Pensiero, 1974.
- CORRADO, Federica (org.). *Le risorse territoriali nello sviluppo locale*. Firenze: Alinea, 2005.
- CORRADO, Federica. Il concetto di risorsa territoriali. in: CORRADO, Federica. (org.). *Le risorse territoriali nello sviluppo locale*. Firenze: Alinea, 2005a. p. 15-38.
- CORRÊA, Roberto L. *Cidade e região no Sudoeste paranaense*, RBG, v. 32, n.2, p. 3-155, 1970.
- CORRÊA, Roberto L. Territorialidade e corporação: um exemplo. in: SANTOS, M. e outros. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 251-256.
- CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. in: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 15-47.
- COSGROVE, Denis. *Realità sociali e paesaggio simbolico*. Milano: Unicopli, 1990.

- COSGROVE, Denis. Spettacolo e società: paesaggio come teatro nella città pre e post-moderna. *in*: QUAINI, M. (org.). *Il paesaggio tra fattualità e finzione*. Bari: Cacucci, 1994. p. 15-36.
- CRIVELLI, Ruggero. La quotidianità. *in*: COPETA, C. *Esistere ed abitare*. Prospettive umanistiche nella geografia francofona. Milano: Angeli, 1986. p. 90-107.
- CUNHA, Antonio. Economia, spazio e territorio: verso un approccio umanistico dello sviluppo regionale. *in*: COPETA, C. *Esistere ed abitare*. Prospettive umanistiche nella geografia francofona. Milano: Angeli, 1986. p. 143-196.
- DANSERO, Egidio. *Eco-sistemi locali*. Valori dell'economia e ragioni dell'ecologia in un distretto industriale tessile. Milano: Angeli, 1996.
- DANSERO, E., EMANUEL, C. e GOVERNA, F. (org.). *I patrimoni industriali*. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Angeli, 2003.
- DANSERO, Egidio e BAGLIANI, Marco. Verso una territorialità sostenibile: un approccio per sistemi locali territoriali. *in*: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005. p. 118-145.
- DANSERO, Egidio e VANOLO, Alberto. Per una geografia del paesaggio industriale in Italia. Un'introduzione. *in*: DANSERO, E. e VANOLO, A. (org.). *Geografie dei paesaggi industriali in Italia*. Riflessioni e casi studio a confronto. Milano: Angeli, 2006. p. 11-16.
- DANSERO, Egidio e ROTA, Francesca. Torino: la città, la fabbrica, il paesaggio industriale. Una lettura alla luce dei recenti processi di trasformazione urbana. *in*: DANSERO, E. e VANOLO, A. (org.). *Geografie dei paesaggi industriali in Italia*. Riflessioni e casi studio a confronto. Milano: Angeli, 2006. p. 245-267.
- DARDEL, E. *L'homme et la terre: nature de la réalité géographique*. Paris: PUF, 1952.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *L'Anti-Oedipe*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *L'anti-Édipo*. Capitalismo e schizofrenia. Torino: Einaudi, 1975.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O anti-édipo*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Minuit, 1991.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DEMATTEIS, Giuseppe. L'organizzazione del territorio nelle utopie sociali di T. Moro, T. Campanella, F. Bacone. *Revista Geografica Italiana*, LXX, p. 395-442, 1963.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale. *Atti 19° Congresso Geografico Italiano*, Como, 1964, vol. III, p. 239-253.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Le località centrali nella geografia urbana di Torino. *Laboratorio di Geografia Economica*, pubblicazione n. 2, Torino, 1966.
- DEMATTEIS, Giuseppe. L'organizzazione territoriale del Piemonte secondo l'I.R.E.S., *Bollettino della Società Geografica Italiana*, serie IX, Vol. VIII, ano C, Vol. CIV, SGI, Roma, 1967, p. 76-92.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Città e campagne in Piemonte. *Atti del XX Congresso Geografico Italiano*, vol. II, Roma, 1969, p. 177-197.
- DEMATTEIS, Giuseppe. "Rivoluzione quantitativa" e nuova geografia. *Laboratorio di Geografia Economica*, n. 5, Università degli Studi di Torino, Torino, 1970.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Le principe d'interaction: fondement logique et pratique de la recherche moderne en géographie. *in*: BÜSCAGLIA, A.; CONTI, S.; SEGRE, A.; SERNIOTTI, P. (org.). *Colloquio sulle basi teoriche della ricerca geografica* (Colloquio sur les fondements théoriques de la recherche en géographie). Torino: Giappichelli, 1975. p. 28-38.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Il "terreno" come lotta di classe: la "scoperta" del territorio nel 1968-69. *in*: CANIGIANI, F.; CARAZZI, M.; GROTTANELLI, E. (org.). *L'inchiesta sul terreno in geografia - geografia democratica*. Torino: Giappichelli, 1981 (1979). p. 135-144.
- DEMATTEIS, Giuseppe. La nascita dell'indirizzo marxista nella ricerca geografica italiana. *in*: CORNA-PELLEGRINI, G. e BRUSA, C. (org.). *La ricerca geografica in Italia 1960-80*. Varese: Ask Edizioni, 1980. p. 781-792.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Deconcentrazione metropolitana, crescita periferica e ripopolamento di aree marginali: il caso dell'Italia. *in*: CENCINI, C.; DEMATTEIS, G.; MENEGATTI, B. (org.). *L'Italia emergente - indagine geo-demografica sullo sviluppo periferico*. Milano: Angeli, 1983. p. 105-142.
- DEMATTEIS, Giuseppe. *Le metafore della terra*. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Contro-urbanizzazione e deconcentrazione: un salto di scala nell'organizzazione territoriale. *in*: INNOCENTI, R. (org.). *Piccola città e piccola impresa - urbanizzazione, industrializzazione e intervento pubblico nelle aree periferiche*. Milano: Angeli, 1985a. p. 101-118.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Contro-urbanizzazione e strutture urbane reticolari. *in*: BIANCHI, G.; MAGNANI, I. *Sviluppo multiregionale: teorie, metodi, problemi*. Milano: Angeli, 1985b. p. 121-132.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Lo spazio geografico: una metafora necessaria. *in*: PAGNINI, P. (org.). *Geografia per il principe - teorie e misura dello spazio geografico*. Milano: Unicopli, 1985c. p. 61-76.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Valorizzazione e trasformazioni territoriali. Problemi teorico-metodologico con riferimento all'Italia Centro-Settentrionale. *in*: LEONE, U. (org.). *Valorizzazione e sviluppo territoriale in Italia*. Milano: Angeli, 1988. p. 44-69.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Contingenza ambientale e ordine economico, lo sviluppo locale in una prospettiva geografica. *in*: BECATTINI, G. (org.). *Modelli locali di sviluppo*. Bologna: Il Mulino, 1989. p. 131-147.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Nuove forme di organizzazione territoriale. *in*: PETSIMERIS, P. (org.). *Le reti urbane fra decentramento e centralità*. Milano: Angeli, 1989a. p. 33-38.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Nodi e reti nello sviluppo locale. *in*: MAGNAGHI, A. (org.). *Il territorio dell'abitare*. Milano: Angeli, 1990. p. 249-268.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Possibilità e limiti dello sviluppo locale. *Sviluppo locale*, I, 1, Firenze, 1994, p. 10-30.
- DEMATTEIS, Giuseppe. *Progetto implicito*. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Grandi opere e contesti territoriali locali. *in*: CLEMENTI, A. (org.). *Infrastutture e piani urbanistici*. Roma: Fratelli Palombi, 1996. p. 229-245.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Immagini e interpretazioni del mutamento. *in*: CLEMENTI, A.; DEMATTEIS, G.; PALERMO, C. *Le forme del territorio italiano*. Bari: Laterza/Dicoter, 1996a. p. 66-79.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Il tessuto delle cento città. *in*: COPPOLA, P. (org.). *Geografia politica delle regioni italiane*. Torino: Einaudi, 1997. p. 192-229.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sul crocevia della territorialità urbana. *in*: DEMATTEIS, G. *et al.* (org.). *I futuri della città - Tesi a confronto*. Milano: Angeli, 1999. p. 117-128.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. *in*: BONORA, Paola. (org.). *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p. 11-30.
- DEMATTEIS, Giuseppe. L'esperienza del GRAM: primi passi verso una geografia dei sistemi territoriali locali. *in*: STANZIONE, L. (org.). *Le vie interne allo sviluppo del mezzogiorno*. Napoli: Istituto Universale Orientale/Dipartimento Scienze Sociali, 2001a. p. 157-166.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Quattro domande sulle risorse territoriali nello sviluppo locale. *in*: CORRADO, Federica. (org.). *Le risorse territoriali nello sviluppo locale*. Firenze: Alinea, 2005. p. 7-14.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Geografia democrática, território e desenvolvimento local. *Formação*, n.12, v.2, 2005a, p. 11-26.
- DEMATTEIS, Giuseppe. El desarrollo de sistemas territoriales y de redes. *in*: TARROJA, A. e CAMAGNI, R. (org.). *Una nueva cultura del territorio*. Barcelona: Diputació Barcelona, 2006. p. 237-250.
- DEMATTEIS, G. e LEONE, U. Le trasformazioni dell'Italia non metropolitana, *Atti del Convegno*

- 'Territorio e sviluppo negli spazi periferici'*, Perugia, 1984.
- DEMATTEIS, G. e EMANUEL, C. La diffusione urbana: interpretazioni e valutazioni. in: DEMATTEIS, G. *Il fenomeno urbano in Italia*: interpretazioni, prospettive, politiche. Milano: Angeli, 1992. p. 91-103.
- DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. Ha ancora senso parlare di identità territoriale? *Atti dei Convegni Lincei*, 194 – Convegno internazionale: La nuova cultura delle città. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2003. p. 264-281.
- DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità*: il modello Slot. Milano: Angeli, 2005.
- DEMATTEIS, Giuseppe e GOVERNA, Francesca. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modello Slot. in: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità*: il modello Slot. Milano: Angeli, 2005a. p. 15-38.
- DEMATTEIS, Giuseppe, GOVERNA, Francesca e VINCI, Ignazio. La territorializzazione delle politiche di sviluppo. Un'applicazione del modello Slot alla Sicilia. *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, n.77, 2003. p. 33-74.
- DEMATTEIS, Giuseppe ed altri. Il territorio come produttore di conoscenze. in: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. *Il mondo e i luoghi*. Geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES, 2003. p. 91-113.
- DEMATTEIS, G.; DI MEGLIO, G.; LUSSO, G.; SEGRE, A.; BUSCAGLIA, A. L'organisation capitaliste du territoire et le problème du logement en Italie. *Italian contributions to the 23rd International Geographical Congress*, Roma, 1976. p. 234-248.
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003(1987).
- ECO, Umberto. La struttura assente. *Introduzione alla ricerca semiologica*. Milano: Bompiani, 1968.
- ECO, Umberto. A nova Idade Média. in: ECO, U. *Viagem na irrealdade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984(1972). p. 73-99.
- ECO, Umberto. Atingir o coração do Estado. in: ECO, U. *Viagem na irrealdade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984(1978). p. 135-141.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998 (1984).
- EMANUEL, C. *Le trasformazioni urbane e territoriali dell'Italia nord-occidentale*. Milano: Angeli, 1989.
- ENTRIKIN, Nicholas. *The betweenness of place*. Towards a geography of modernity. London: Macmillan, 1991.
- FACCIOLO, Marina. Le relazioni spaziali dell'impresa. Orientamenti di ricerca nella recente letteratura internazionale. in: SALVATORI, F. (org.). *Impresa e territorio*. Contributi ad una geografia dell'impresa in Italia. Bologna: Patron, 1993. p. 47-60.
- FACCIOLO, Marina. Impresa e organizzazione del territorio. in: SALVATORI, F. (org.). *Impresa e territorio*. Contributi ad una geografia dell'impresa in Italia. Bologna: Patron Editore, 1993a. p. 75-104.
- FARINELLI, Franco. Due modelli in cerca di riflessione: insediamento e paesaggio. in: CORNAPELLEGRINI, G. e BRUSA, C. (org.). *La ricerca geografica in Italia 1960-1980*. Varese: Ask Edizioni, 1980. p. 793-799.
- FARINELLI, Franco (org.). *Il villaggio indiano*. Scienza, ideologia e geografia delle sedi. Milano: Angeli, 1981.
- FARINELLI, Franco. Introduzione ad una teoria dello spazio geografico marginale. in: CENCINI, C.; DEMATTEIS, G.; MENEGATTI, B. (org.). *L'Italia emergente* – indagine geo-demografica sullo sviluppo periferico. Milano: Angeli, 1983. p. 17-32.
- FARINELLI, Franco (org.). Alexander von Humboldt. *Quadri della natura*. Firenze: La Nuova Italia, 1998.
- FARINELLI, Franco. *Geografia. Un'introduzione ai modelli del mondo*. Torino: Einaudi, 2003.
- FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité*, 1. La volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *La volontà di sapere*. Storia della sessualità I. Milano: Feltrinelli, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Microfisica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FREMONT, A. *La région espace vécu*. Parigi: PUF, 1976.
- FREMONT, A. *La regione, uno spazio per vivere*. Milano: Angeli, 1978.
- GALLO, Alessandro. Ruoli e spazi dell'impresa agricola nel processo di ristrutturazione territoriale dell'economia italiana. in: SALVATORI, F. (org.). *Impresa e territorio*. Contributi ad una geografia dell'impresa in Italia. Bologna: Patron Editore, 1993. p. 161-194.
- GALLO, Alessandro. Riflessioni sul telelavoro. in: CERRETTI, C. e TABERINI, A. (org.). *Ambiente geografico, storia, cultura e società in Italia*. Roma: SGI, 1997. p. 249-255.
- GALLO, Alessandro. State and territory: persistence and changes in the age of "globalisation". in: BUZZETTI, L. *Geography for Postmodern Society* – community, ecosystem, values. Roma: SGI, 2000. p. 167-171.
- GALLO, Alessandro. Mapping the net. in: SCANU, G. (org.). *Atti del Convegno Cultura Cartografica e culture del territorio*. Brigati/Genova: BAIC, 2001. p. 433-442.
- GAMBI, Lucio. *Critica ai concetti geografici di paesaggio umano*. Faenza: Fratelli Lega, 1961.
- GAMBI, Lucio. *Questioni di geografia*. Napoli: ESI, 1964.
- GAMBI, Lucio. *Una geografia per la storia*. Torino: Einaudi, 1973.
- GAROFOLI, Gioacchino. Ristrutturazione industriale e territorio: alcune note introduttive. in: GAROFOLI, G. (org.). *Ristrutturazione industriale e territorio*. Milano: Angeli, 1978. p. 7-20.
- GAROFOLI, Gioacchino. Decentramento produttivo, mercato del lavoro e localizzazione industriale. in: GAROFOLI, G. (org.). *Ristrutturazione industriale e territorio*. Milano: Angeli, 1978a. p. 21-64.
- GAROFOLI, Gioacchino. Sviluppo multiregionale e sviluppo industriale. in: BIANCHI, G. e MAGNANI, I. *Sviluppo multiregionale*: teorie, metodi, problemi. Milano: Angeli, 1985. p. 39-64.
- GAROFOLI, Gioacchino. Modelli locali di sviluppo: i sistemi di piccola impresa. in: BECATTINI, Giacomo. (org.). *Modelli locali di sviluppo*. Mulino: Bologna, 1989. p. 75-90.
- GEOGRAFIA. *Guida agli studi di scienze sociali in Italia*. Torino: Fondazione Agnelli, 1990.
- GOLDENSTEIN, Léa e SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, USP, 1982. p. 21-47.
- GOMES, Paulo C. Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GORZ, André. *O imaterial*. Conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005 (2003).
- GOTTMANN, Jean. De la méthode d'analyse en géographie humaine. *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, n.301, 1947. p. 1-12.
- GOTTMANN, Jean. *Sul metodo di analisi in geografia umana* (1947), tradução de Luca Muscarà, Venezia, 1996. (mimeo).
- GOTTMANN, Jean. *A Geography of Europe*. New York: Henry Holt, IX, 1950.
- GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur Géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
- GOTTMANN, Jean. *The political partitioning of Our World: an attempt at Analysis*, World politics, IV, 1952a, p. 512-519.
- GOTTMANN, Jean. *Megalopolis. The urbanized northeastern seaboard of the United States*. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.
- GOTTMANN, Jean. *Essais sur l'aménagement de l'espace habité*. Parigi: Mouton, 1966.
- GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.
- GOTTMANN, Jean. *The evolution of the concept of territory*, Social Science Information, 14 (3-4), 1975, p. 29-47.
- GOTTMANN, Jean. Confronting centre and periphery. in: GOTTMANN, J. (org.). *Centre and periphery* – spatial variation in politics. Beverly Hills and London: Sage Publications, 1980. p. 11-25.
- GOTTMANN, Jean. Organizing and reorganizing space. in: GOTTMANN, J. (org.). *Centre and periphery* – spatial variation in politics. Beverly Hills and London: Sage Publications, 1980a. p. 217-224.

- GOTTMANN, Jean. Il territorio: un concetto in evoluzione. in: GOTTMANN, J. *La città invincibile*. Una confutazione dell'urbanistica negativa. Milano: Angeli, 1983 (1975). p. 295-316.
- GOTTMANN, Jean. L'identità dell'Europa. in: TURRI, Eugenio. *Lo spazio europeo*. Novara: Banca Popolare di Novara, 1984. p. 1-7.
- GOTTMANN, Jean. La centralità globale: la città nella rete mondiale. in: GOTTMANN, J. e MUSCARÀ, C. (Orgs.). *La città prossima ventura*. Roma-Bari: Laterza, 1991. p. 5-21.
- GOTTMANN, Jean. *Il significato del territorio*. Roma: Nexta Books, 2005.
- GOUROU, Pierre. *Les Pays tropicaux*. Paris: PUF, 1948.
- GOVERNA, Francesca. *Il milieu urbano*. L'identità territoriale nei processi di sviluppo. Milano: Angeli, 1997.
- GOVERNA, Francesca. Territorio e sviluppo locale. *W.P.*, n.15, Torino, 2000. p. 7-18.
- GOVERNA, Francesca. I sistemi locali territoriali come ambiti territoriali dell'azione collettiva. in: PIRODDI, E.; SCANDURRA, E.; DE BONIS, L. (org.). *I futuri della città*. Mutamenti, nuovi soggetti, progetti. Milano: Angeli, 2000a. p. 370-391.
- GOVERNA, Francesca. Il territorio come soggetto collettivo? Comunità, attori, territorialità. in: BONORA, P. (org.). *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p. 31-46.
- GOVERNA, Francesca. Ripensare il rapporto infrastrutture/territorio. Il valore aggiunto territoriale delle infrastrutture di trasporto. in: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (org.). *Contesti locali e grandi infrastrutture*. Politiche e progetti in Italia e in Europa. Milano: Angeli, 2001a. p. 27-48.
- GOVERNA, Francesca. I sistemi locali territoriali fra cambiamento delle forme di territorialità e territorializzazione dell'azione collettiva. in: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (org.). *Il mondo e i luoghi*: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: IRES/SGI, 2003. p. 143-150.
- GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità. in: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità*: il modello Slot. Milano: Angeli, 2005. p. 39-67.
- GOVERNA, Francesca. Risorse e potenzialità territoriali nella costruzione dell'azione collettiva. in: CORRADO, Federica. (org.). *Le risorse territoriali nello sviluppo locale*. Firenze: Alinea, 2005a. p. 83-95.
- GOVERNA, Francesca e DANSERO, Egidio. Patrimoni industriali e sviluppo locale. in: DANSERO, E.; EMANUEL, C. e GOVERNA, F. (org.). *I patrimoni industriali*. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Angeli, 2003. p. 11-42.
- GRAMSCI, Antonio. La lettera per la fondazione de "l'Unità" - Al CE del Pcd'Italia. in: GRAMSCI, A. *La questione meridionale*. Roma: Riuniti, 2005 (1923). p. 93-96.
- GRAMSCI, Antonio. Il mezzogiorno e il fascismo. in: GRAMSCI, A. *La questione meridionale*. Roma: Riuniti, 2005 (1924). p. 97-103.
- GRAMSCI, Antonio. Alcuni temi della questione meridionale. in: GRAMSCI, A. *La questione meridionale*. Roma: Riuniti, 2005 (1926). p. 155-190.
- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. Milano: Universale Economica, 1950.
- GRAMSCI, Antonio. *La questione meridionale*. Roma: Riuniti, 2005 (1970).
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel* - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- GUATTARI, Félix. *Espaço e poder*: a criação de territórios na cidade, Espaço e debates, n.16, v.5, 1985. p. 109-120.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede", *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Curitiba: AGB, 1994. p. 206-214.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. in: CASTRO, Iná Et. Al. (Orgs.). *Geografia*: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-206.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade*: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização, *Geographia*, ano 1, n.1, 1999, p. 15-39.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. in: SANTOS, M. et al. *Território, territórios*. Niterói, RJ: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda, *Terra Livre*, ano 18, vol.1, n.18, 2002a. p. 37-46.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. in: RIBAS, A.; SPOSITO, E. e SAQUET, M. (org.). *Território e desenvolvimento*: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004a. p. 87-119.
- HAESBAERT, R. e LIMONAD, E. *O território em tempos de globalização*, GEOUERJ, n.5, 1999, p. 7-19.
- HEIDRICH, Álvaro. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. in: SAQUET, M.; SPOSITO, E. e RIBAS, A. (org.). *Território e desenvolvimento*: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004. p. 37-66.
- HARPER, Robert. Geographer, historian and classic French regionalist: the evolution of the writings of Jean Gottmann, *Ekistics*, volume 70, n.418-419, 2003, Athens, p. 13-19.
- HARVEY, David. *Explanation in Geography*. London: Edward Arnold, 1969.
- HARVEY, David. *Social justice and the city*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- HARVEY, David. Alcune controversie metodologiche in geografia. in: VAGAGGINI, V. (org.). *Spazio geografico e spazio sociale*, di M. Castells, A. Frémont, D. Harvey, H. Lefebvre, V. Vagaggini, Yi-Fu-Tuan. Milano: Angeli, 1978 (1969). p. 19-27.
- HARVEY, David. Il linguaggio della forma spaziale. in: VAGAGGINI, V. (org.). *Spazio geografico e spazio sociale*, di M. Castells, A. Frémont, D. Harvey, H. Lefebvre, V. Vagaggini, Yi-Fu-Tuan. Milano: Angeli, 1978a (1969). p. 28-81.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEGEL, Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: USF, 2002.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1991.
- HOBSBAWM, Eric. Notte su Gramsci. in: HOBSBAWM, E. *I rivoluzionari*. Torino: Einaudi, 1975. p. 327-350.
- IANNI, Octávio. *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- I Consigli di zona, *Quaderni del Centro Operaio*, n.5, Milano, 1974.
- INDOVINA, Francesco (org.). *Capitale e territorio*. Processo capitalistico e utilizzazione del territorio in Italia. Milano: Angeli, 1976.
- INDOVINA, Francesco. Capitale e territorio. in: INDOVINA, F. (org.). *Capitale e territorio*. Processo capitalistico e utilizzazione del territorio in Italia. Milano: Angeli, 1976a. p. 7-14.
- INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. Sull'uso capitalistico del territorio. in: LUSSO, G. (org.). *Economia e territorio*. Milano: Angeli, 1974. p. 205-222.
- INNOCENTI, Piero. Aspetti territoriali dei rapporti socio-economici fra Pistoia e la sua campagna, *Atti del XX Congresso Geografico Italiano*, vol. II, Roma, 1969. p. 297-312.
- INNOCENTI, Raimondo. Spazio della piccola impresa e pianificazione del territorio. in: INNOCENTI, R. (org.). *Piccola città e piccola impresa*. Milano: Angeli, 1985. p. 213-246.
- JOHNSTON, Ron. Territory and territoriality in a globalizing world, *Ekistics*, volume 70, n.418-419, 2003, Athens, p. 64-70.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LACOSTE, Yves. A Geografia. in: CHATELET, F. *História da filosofia*. A filosofia das Ciências Sociais. Vol. 7. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- LANZANI, Arturo. *Il territorio al plurale*. Milano: Angeli, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *La sociologia di Marx*. Milano: Il Saggiatore, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. *Il diritto alla città*. Padova: Marsilio, 1970.

- LEFEBVRE, Henri. Introduzione alla psico-sociologia della vita quotidiana. in: LEFEBVRE, H. *Dal rurale all'urbano*. Rimini: Guaraldi Ed., 1973 (1960). p. 93-113.
- LEFEBVRE, Henri. Elementi di una teoria dell'oggetto. in: LEFEBVRE, H. *Dal rurale all'urbano*. Rimini: Guaraldi Ed., 1973 (1968). p. 295-316.
- LEFEBVRE, Henri. *Il marxismo e la città*. Milano: Mazzotta, 1973 (1972).
- LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O homem e a Sociedade).
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. *La produzione dello spazio*. Milano: Moizzi, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Spazio e politica*. Il diritto alla città II. Milano: Moizzi, 1976a (1972).
- LEFEBVRE, Henri. Lo spazio, la produzione dello spazio, l'economia politica dello spazio. in: VAGAGGINI, V. (org.). *Spazio geografico e spazio sociale*, di M. Castells, A. Frémont, D. Harvey, H. Lefebvre, V. Vagaggini, Yi-Fu-Tuan. Milano: Angeli, 1978 (1972). p. 162-180.
- LEFEBVRE, Henri. *La vita quotidiana nel mondo moderno*. Milano: Saggiatore, 1979 (1968).
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991a.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal. Lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LENIN, Vladimir. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2000.
- LEONE, Ugo. (org.). *La rivalizzazione territoriale in Italia*. Milano: Angeli, 1986.
- LEONE, Ugo. (org.). *Valorizzazione e sviluppo territoriale in Italia*. Milano: Angeli, 1988.
- LEVY, Jacques. Le formel et le dialectique en géographie. *Geopoints*, 1980, Universités de Genève et Lausanne, p. 126-132.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LO SVILUPPO PROGETTUALE DEI PISL NELLE AREE OBIETTIVO 2 DELLA LOMBARDA: ricerca azione (I fase) – Laboratorio 3. Modelli di analisi e di rappresentazione del territorio e delle strategie locali. Milano: IRER, 2006. p. 121-169.
- LUHMANN, N. *Potere e complessità sociale*. Milano: Il Saggiatore, 1979.
- LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *O Príncipe*. São Paulo: Moraes, s/d.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Il príncipe*. Milano: BUR, 2006.
- MACHIAVELLI, Niccolò. Il príncipe. in: *I classici del pensiero italiano*, vol. I. Milano-Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 2006a. p. 3-86.
- MAGNAGHI, Alberto. Il territorio nella crisi. *Quaderni del territorio – ristrutturazione produttiva e nuova geografia della forza-lavoro*, anno I, n.1. Milano: CELUC Libri, 1976. p. 15-29.
- MAGNAGHI, Alberto. Il governo del territorio: un laboratorio per il patto sociale. *Quaderni del territorio – Stato, regioni e conversione produttiva*, anno I, n.2. Milano: CELUC Libri, 1976a. p. 27-50.
- MAGNAGHI, Alberto. Per una nuova carta urbanistica. in: MAGNAGHI, A. (org.). *Il territorio dell'abitare*. Milano: Angeli, 1990. p. 21-72.
- MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- MAGNAGHI, Alberto. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. in: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (org.). *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Torino: IRES/SGI, 2003. p. 13-20.
- MAGNAGHI, Alberto. Patrimonio territoriale, statuto dei luoghi e valorizzazione delle risorse. in: CORRADO, Federica. (org.). *Le risorse territoriali nello sviluppo locale*. Firenze: Alinea, 2005. p. 51-81.
- MALMBERG, Torsten. *Human territoriality: survey of behavioural territories in man with preliminary analysis and discussion of meaning*. Paris-New York: Mouton Publishers the Hague, 1980.
- MARX, Karl. Introdução. in: MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 200-231.
- MARX, Karl. *Manuscritos: economia y filosofía*. Traducción, introducción y notas de Francisco R. Llorente. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O CAPITAL – Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, s.d.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *La concezione materialistica della storia*. Roma: Editori Riuniti, 1998.
- MENEGATTI, Bruno. La rivalizzazione periferica in Italia. Un'interpretazione dei processi territoriali. in: LEONE, U. (org.). *Valorizzazione e sviluppo territoriale in Italia*. Milano: Angeli, 1988. p. 15-27.
- MONBEIG, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Parigi: Colin, 1952.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.
- MORAES, Antonio C. Robert. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MORAES, Antonio C. Robert. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.
- MORAES, Antonio C. Robert. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século 16*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- MOREIRA, Ruy. *O Círculo e a Espiral* (A crise paradigmática do mundo moderno). Rio de Janeiro: Obra Aberta/Cooautor, 1993.
- MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar. *Ciência Geográfica*, n. 6, 1997, Bauru, p. 1-11.
- MORELLI, Paola. L'agricoltura negli squilibri territoriali. Un approccio al caso italiano. in: CELANT, A.; MORELLI, P. (org.). *La geografia dei divari territoriali in Italia*. Firenze: Sansoni, 1986. p. 313-444.
- MORELLI, Paola. Spazio economico e spazio d'impresa in Italia. Alcune riflessioni sui recenti orientamenti di lettura. in: SALVATORI, F. (org.). *Impresa e territorio*. Contributi ad una geografia dell'impresa in Italia. Bologna: Pàtron, 1993. p. 61-74.
- MUSCARÀ, Calogero. Le industrie 'motrici' e la 'periferia del MEC', *Nord e Sud*, n.73, Napoli, 1966, p. 75-91.
- MUSCARÀ, Calogero. *La geografia dello sviluppo*. Sviluppo industriale e politica geografica nell'Italia del secondo dopoguerra. Milano: Edizioni di Comunità, 1967.
- MUSCARÀ, Calogero. *La società sradicata*. Saggi sulla geografia dell'Italia attuale. Milano: Angeli, 1976.
- MUSCARÀ, Calogero. Reflections on Gottmann's thought, *Ekistics*, volume 70, n.418-419, 2003, Athens, p. 10-12.
- MUSCARÀ, Calogero. From Gottmann to Gottmann: testing a geographical theory, *Ekistics*, volume 70, n.418-419, 2003a, Athens, p. 60-63.
- MUSCARÀ, Luca. The long road to Megalopolis, *Ekistics*, volume 70, n.418-419, 2003, Athens, p. 23-35.
- MUSCARÀ, Luca. The complete bibliography of Jean Gottmann, *Ekistics*, volume 70, n.418-419, 2003a, Athens, p. 111-119.
- MUSCARÀ, Luca. Introduzione. in: GOTTMANN, J. *Il significato del territorio*. Roma: Nexta Books, 2005, p. V-XII.
- MUSCARÀ, Luca. *La strada di Gottmann*. Tra universalismi della storia e particolarismi della geografia. Roma: Nexta Books, 2005a.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. Espaço e tempo. Compreensão materialista dialética. in: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. in: CARLOS, A. F. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.
- PETRUCCI, Marcella. Innovazione tecnologica, società e territorio rurale. in: CELANT, A. *Nuova*

- città, nuova campagna. L'Italia nella transizione. Bologna: Patrón, 1988. p. 117-133.
- PETRUCCI, Marcella. Valorizzazione del patrimonio industriale e sviluppo locale. Il caso di Terni. in: DANSERO, E.; EMANUEL, C. e GOVERNA, F. (org.). *I patrimoni industriali*. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Angeli, 2003. p. 99-120.
- PREVELAKIS, George. The relevance of Jean Gottmann in today's world. *Ekistics*, volume 70, n. 422-423, 2003, Athens, p. 295-304.
- QUAINI, Massimo. Lenin e il problema dello Stato-Comune nel periodo della rivoluzione di febbraio. *Rivista Storica del Socialismo*, n.22, 1964, p. 253-270.
- QUAINI, Massimo. *Riflessioni e ipotesi in tema di geografia storica*. Pubblicazioni dell'Istituto di Scienze Geografiche, Università di Genova, VII, 1968. p. 1-31.
- QUAINI, Massimo. *Per la storia del paesaggio agrario in Liguria*. Note di geografia storica sulle strutture agrarie della Liguria medievale e moderna. Savona: C.C.I.A.A., 1973.
- QUAINI, Massimo. Geografia storica o storia sociale del popolamento rurale? *Quaderni Storici*, Ancona, 1973a, n.24, p. 691-744.
- QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Firenze: La Nuova Italia, 1974.
- QUAINI, Massimo. *Storia, geografia e territorio*. Sulla natura, gli scopi e i metodi della geografia storica. *Miscellanea storica Ligure*, 6, 7, 1974a.
- QUAINI, Massimo. *La costruzione della geografia umana*. Firenze: 1975.
- QUAINI, Massimo. Villaggi abbandonati e storia dell'insediamento in Liguria. *Atti del Colloquio Internazionale di Archeologia Medievale*, Palermo-Erice, Università di Palermo, 1976. p. 3-10.
- QUAINI, Massimo. Dalla comunità rurale all'unificazione capitalistica del territorio. *Storia del paesaggio o dell'organizzazione territoriale? Città e Regione*, 20, genn. 1976a.
- QUAINI, Massimo. Geografia italiana e società moderna. in: CORNA-PELLEGRINI, G. e BRUSA, C. (org.). *La ricerca geografica in Italia 1960-80*. Varese: Ask Edizioni, 1980, p. 965-972.
- QUAINI, Massimo. *Il mondo come rappresentazione*. Milano: Galleria Paolo Vitolo, 1992.
- QUAINI, Massimo. *Il paesaggio: labirinto enciclopedico o strumento analitico?* in: QUAINI, M. (Org.). *Il paesaggio tra fattualità e finzione*. Bari: Cacucci, 1994. p. 5-12.
- QUAINI, Massimo. Per una archeologia dello sguardo topografico sul paesaggio. in: QUAINI, M. (Org.). *Il paesaggio tra fattualità e finzione*. Bari: Cacucci, 1994a. p. 37-48.
- QUAINI, Massimo. Identità professionale e pratica cognitiva dello spazio. Il caso dell'ingegnere cartografo nelle periferie dell'impero napoleonico. *Quaderni Storici*, anno XXX, n.90, Genova, 1995. p. 679-696.
- QUAINI, Massimo. Costruire 'geostorie' – un programma di ricerca per i giovani geografi. *Geostorie*, anno 11, n.1, 2003, Roma, p. 3-15.
- QUAINI, Massimo. L'elogio dei luoghi e la voglia di pre-moderno. Riflessioni in margine a un manuale curato da Alberto Magnaghi. *Rivista Geografica Italiana*, 111 (2004), p. 341-355.
- QUAINI, Massimo. *Paesaggio, ambiente e geografia*. Una vita per una geografia attiva. Giornata di studi in memoria di Giuseppe Barbieri, Firenze, 2005 (mimeo).
- QUAINI, Massimo. *Ricordo di Eugenio Turri*. Università di Genova, Dipartimento di Storia Moderna e Contemporanea, 2005a (mimeo).
- QUAINI, Massimo. *L'ombra del paesaggio*. Orizzonti di un'utopia conviviale. Reggio Emilia: Diabasis, 2006.
- QUAINI, Massimo. Rappresentazione e pratiche dello spazio – due concetti molto discussi fra storici e geografi. in: GALLIANO, G. (org.). *Rappresentazioni e pratiche dello spazio in una prospettiva storico-geografica*. Genova: Brigati, s/d. p. 3-27.
- RACINE, Jean-Bernard. La géographie moderne dans la problématique des sciences sociales. *Geopoint*, 1976, Avignon, p. 113-166.
- RACINE, Jean-Bernard. Qualità della vita, benessere e mutamento sociale: verso una nuova geografia degli spazi vissuti e dei rapporti dell'uomo con il territorio. in: COPETA, C. (org.). *Esistere ed abitare*. Milano: Angeli, 1986. p. 199-246.
- RAFFESTIN, Claude et al. *Travail et frontière*. Le cas franco-genevois. Département de Géographie, Université Genève, 1971.
- RAFFESTIN, Claude. Problématique et explication en géographie humaine. *Geopoint*, Universités de Genève et Lausanne, Avignon, Groupe Dupont, 1976. p. 81-96.
- RAFFESTIN, Claude. Les construits en géographie humaine: notions et concepts. *Geopoint*, Avignon, Groupe Dupont, 1978. p. 55-73.
- RAFFESTIN, Claude. L'evoluzione storica della territorialità in Svizzera. in: RAFFESTIN, C.; RACINE, J. B.; RUFFY, V. (org.). *Territorialità e paradigma centro-periferia*. La Svizzera e la Padania. Milano: Unicopli, 1978a. p. 11-26.
- RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.
- RAFFESTIN, Claude. *Per una geografia del potere*. Milano: Unicopli, 1981.
- RAFFESTIN, Claude. Potere e territorialità. in: RAFFESTIN, C. (org.). *Geografia politica: teorie per un progetto sociale*. Milano: Inicopli, 1983, p. 63-70.
- RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. in: TURCO, A. (org.). *Regione e regionalizzazione*. Milano: Angeli, 1984. p. 69-82.
- RAFFESTIN, Claude. Punti di riferimento per una teoria della territorialità umana. in: COPETA, C. (org.). *Esistere ed abitare*. Prospettive umanistiche nella geografia francofona. Milano: Angeli, 1986. p. 75-89.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAFFESTIN, Claude. *Géopolitique et histoire*. Lausanne: Payot, 1995.
- RAFFESTIN, Claude. Immagini e identità territoriali. in: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Torino: IRES, 2003. p. 3-11.
- RAFFESTIN, Claude. Paysages construits et territorialités. in: AMBROSINI, G. et al. (org.). *Disegnare paesaggi costruiti*. Milano: Angeli, 2003a. p. 29-36.
- RAFFESTIN, Claude. *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio*. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. L'industria: dalla realtà materiale alla "messa" in immagini. in: DANSERO, E. e VANOLO, A. (org.). *Geografie dei paesaggi industriali in Italia*. Riflessioni e casi studio a confronto. Milano: Angeli, 2006. p. 19-36.
- RAFFESTIN, C. e BRESSO, M. *Travail, espace, pouvoir*. Losanna: L'Age d'Homme, 1979.
- RAFFESTIN, C. e GUICHONNET, P. *Géographie des frontières*. Paris: Universitaires de France, 1974.
- RAFFESTIN, C. e TURCO, A. Epistemologia della geografia umana. in: BAILLY, A. (org.). *I concetti della geografia umana*. Bologna: Patrón, 1989. p. 15-25.
- RAFFESTIN, C. e TURCO, A. Spazio e potere. in: BAILLY, A. (org.). *I concetti della geografia umana*. Bologna: Patrón, 1989a. p. 57-64.
- RAFFESTIN, C.; RACINE, J. B.; RUFFY, V. (org.). *Territorialità e paradigma centro-periferia*. La Svizzera e la Padania. Milano: Unicopli, 1978.
- RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). in: MORAES, A. C. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
- RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos estados. in: MORAES, A. C. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.
- RULLANI, Enzo. Cambiamento e continuità nello sviluppo delle imprese venete. in: BRUNETTI, G. et al. *Anni novanta: cosa cambia dell'industria veneta*. Padova: Cedam, 1989.
- RULLANI, Enzo. Più locale e più globale: verso una economia postfordista del territorio. in: BRAMANTI, A. e MAGGIONI, M. (org.). *La dinamica dei sistemi produttivi territoriali: teorie, tecniche, politiche*. Milano: Franco Angeli, 1997. p. 85-111.
- RULLANI, Enzo. Internazionalizzazione e nuovi sistemi di governance nei sistemi produttivi locali. in: CORÒ, G. e RULLANI, E. (org.). *Percorsi locali di internazionalizzazione*. Milano: Angeli, 1998. p. 19-55.
- RULLANI, Enzo et al. Tra città reale e città virtuale: il territorio nel postfordismo. in: RULLANI, E. *Città e cultura nell'economia delle reti*. Bologna: Il Mulino, 2000. p. 13-56.
- RULLANI, Enzo. Dai distretti alla distrettualizzazione: le forze che fanno (e disfano) il sistema territoriale. in: BELLANCA, N.; DARDI, M.; RAFFAELLI, T. (org.). *Economia senza gabbie*. Bo-

- logna: Mulino, 2005. p. 111-169.
- SACK, Robert. *Conceptions of space in social thought – a geographic perspective*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.
- SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SACK, Robert. *Place, modernity, and the consumer's world*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1992.
- SANTANGELO, Marco. Transcalarità e multiscalarità dello sviluppo locale. in: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modelo Slot*. Milano: Angeli, 2005. p. 68-85.
- SANTOS, Milton. Spazio e dominazione: un approccio marxista. in: VALUSSI, G. (org.). *L'utilità della geografia*. Firenze: Le Monnier, 1977. p. 187-216.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. in: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *Geographia*, ano 1, n. 1, 1999. p. 7-13.
- SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto, *XII Encontro Nacional de Geógrafos*, Florianópolis, 2000.
- SAQUET, Marcos. O diabo na ex-4ª. Colônia, *Perspectiva*, v.17, n.58, Erechim, 1993, p. 47-62.
- SAQUET, Marcos. O diabo na ex-4ª. Colônia – algumas considerações teórico-metodológicas, *Perspectiva*, v.18, n.62, Erechim, 1994, p. 67-77.
- SAQUET, Marcos. *A construção do espaço em Nova Palma (RS)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC.
- SAQUET, Marcos. Mundialização e Globalização, *Formação*, Presidente Prudente/SP, n.5, 1998, p. 75-77.
- SAQUET, Marcos. O tempo, o espaço e o território. in: SOUZA, E.; SOUZA, Á. (org.). *Paisagem, território, região: em busca da identidade*. Cascavel/PR: Edunioeste, 2000, p. 103-114.
- SAQUET, Marcos. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: EST Edições, 2002 (1996).
- SAQUET, Marcos. Para (re)pensar a Geografia: colonização italiana, tempos e territórios, *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*, 2002a, UFPB/AGB, João Pessoa/PB, p. 1-14.
- SAQUET, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 (2001).
- SAQUET, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. in: SPOSITO, E.; SAQUET, M.; RIBAS, A. (org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004, p. 121-147.
- SAQUET, Marcos. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território, *Anais do I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*, 2004a, ULBRA/UFRGS, Canoas/RS.
- SAQUET, Marcos. Re-territorialização e identidade, *Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2004b, UFRGS/AGB, Gramado/RS.
- SAQUET, Marcos. Agricultura familiar: dinâmica interna e subordinação, *Anais da XIII Semana de Geografia da UNICENTRO*, 2004c, Guarapuava-Irati/PR, p. 13-26.
- SAQUET, Marcos. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais, *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005, USP, São Paulo/SP, p. 13.882-13.894.
- SAQUET, Marcos. Território e identidade entre italianos e seus descendentes no sul do Brasil, *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005a, USP, São Paulo/SP, p. 13.869-13.881.
- SAQUET, Marcos. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. in: SPOSITO, E. (org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GASPERR, 2005b, p. 35-51.
- SAQUET, Marcos. Campo-território: considerações teórico-metodológicas, *Campo-território – Revista de Geografia Agrária*, n.1, v. 1, fev. 2006, p. 60-81. (www.campoterritorio.ig.ufu.br).
- SAQUET, Marcos. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. in: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, p. 157-186.
- SAQUET, Marcos; ALVES, Adilson; RIBAS, Alexandre; CARRIJO, Beatriz; CANDIOTTO, Luciano; FLÁVIO, Luiz; SANTOS, Roseli. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. in: SPOSITO, E.; SAQUET, M.; RIBAS, A. (org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004, p. 149-170.
- SAQUET, Marcos; BATISTELLA, Danielli; FLAVIO, Luiz Carlos. Elementos da relação urbano-rural em São Jorge D' Oeste – PR, *Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2004, UFRGS/AGB, Gramado/RS, p. 182-192.
- SAQUET, Marcos e DUARTE, Valdir. *Projeto Vida na Roça: da concepção ao plano de ação agropecuário*. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1996.
- SAQUET, Marcos, DUARTE, Valdir e FRANCISCHETTI, Mafalda. *Projeto Vida na Roça: da produção agropecuária ao plano da educação participativa*. Francisco Beltrão: FACIBEL/ASSESOAR, 1997.
- SAQUET, Marcos; EDUARDO, Márcio; SAQUET, Danielli. Aspectos da territorialização da indústria no sudoeste paranaense, *Cosmos*, Presidente Prudente/SP, v. 3, 2004, p. 38-48.
- SAQUET, Marcos; PACÍFICO, Juclé; FLÁVIO, Luiz Carlos. *Cidade, organização popular e desenvolvimento: a experiência do Projeto Vida no Bairro*. Cascavel/PR: Unioeste, 2005.
- SAQUET, Marcos; RIBAS, Alexandre; CANDIOTTO, Luciano; SPOSITO, Eliseu; SANTOS, Roseli. Considerações sobre a Geografia e o conceito de território em Friedrich Ratzel, *Faz Ciência*, Francisco Beltrão/PR, v. 5, 2003, p. 159-174.
- SAQUET, Marcos; RIBAS, Alexandre; CANDIOTTO, Luciano; SANTOS, Roseli; ALVES, Adilson. Paisagem, espaço e território, *Formação*, Presidente Prudente/SP, v.2, n.12, 2005, p. 29-50.
- SAQUET, Marcos; SANTOS, Roseli; VALE, Ana Lia. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração, *Faz Ciência*, Francisco Beltrão/PR, v. 7, 2005, p. 11-26.
- SCARPOCCHI, Cristina. Aree dismesse e patrimoni industriali tra valorizzazione immobiliare e sviluppo locale. in: DANSERO, E., EMANUEL, C. e GOVERNA, F. (org.). *I patrimoni industriali*. Una geografia per lo sviluppo locale. Milano: Angeli, 2003. p. 67-78.
- SEGRE, Anna. Alcuni aspetti territoriali del processo di multinazionalizzazione della Fiat, *Atti 22º Congresso Geografico Italiano*, Salerno, 1975, vol. III, p. 289.
- SERENI, Emilio. *Storia del paesaggio agrario italiano*. Bari: Laterza, 1961.
- SERENI, Emilio. *Capitalismo e mercato nazionale in Italia*. Roma: Riuniti, 1966.
- SERENI, Emilio. *Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Torino: Einaudi, 1968.
- SICHIROLLO, Silvio. *Dialettica*. Roma: Riuniti, 2003.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 (1984).
- SPOSITO, Maria E. B. Espaço e tempo na Geografia: o desafio escalar na abordagem dos fenômenos geográficos. Florianópolis, *V Encontro Nacional da ANPEGE*, 2003. (mimeo).
- SPOSITO, Eliseu. A expansão e a monopolização do território em Presidente Prudente, *Recortes*, Presidente Prudente, v.4, 1995, p. 41-70.
- SPOSITO, Eliseu. Fluxos e localização industrial. in: MELO, J. (org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente/SP: Gasperr, 1996. p. 69-96.
- SPOSITO, Eliseu. As transformações no território do Oeste da Bahia (notas de viagens), *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v.19/20, 1997, p. 139-156.

- SPOSITO, Eliseu. Território, logística e mundialização do capital. *in*: SPOSITO, E. (org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: Unesp/FCT/Gaspert, 1999. p. 99-113.
- SPOSITO, Eliseu. *Geografia e filosofia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- SOJA, Edward. *The political organization of space*. Washington: D. C., Association of American Geographers, paper n.8, 1971, p. 1-54.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOHN-RETHEL, Alfred. *Geistige und koerperliche arbeit*. Zur theorie der gesellschaftlichen synthesis (trabalho espiritual e corporal. Para a teoria da síntese social). Trad.: Cesare Galvan. Rev. U. Erg. Neuaufgabe. Weinheim VCH. Acta Humaniora, 1989.
- SOUZA, Marcelo L. de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.51, n.2, 1989, p. 139-172.
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *in*: CASTRO, Iná Et. Al. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, Marcelo L. de. Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural. *in*: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 145-176.
- STRATHERN, Paul. *Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. *in*: COX, K. R. (org.). *Spaces of globalization*. Reasserting the power of the local. Londres: The Guilford Press, 1997. p. 137-166.
- TURCO, Angelo. I modelli nei paradigmi della geografia italiana. *in*: CORNA-PELLEGRINI, G. e BRUSA, C. (org.). *La ricerca geografica in Italia 1960-1980*. Varese: Ask Edizioni, 1980, p. 865-879.
- TURCO, Angelo. Territorializzazione progressiva, complessificazione, reversibilità: concetti per una teoria geografica del potere. *in*: RAFFESTIN, C. (org.). *Geografia politica: teorie per un progetto sociale*. Milano: Inicopli, 1983, p. 39-54.
- TURCO, Angelo. *Verso una teoria geografica della complessità*. Milano: Unicopli, 1988.
- TURRI, Eugenio. *Antropologia del paesaggio*. Milano: Cumunità, 1974.
- TURRI, Eugenio. *Semiologia del paesaggio italiano*. Milano: Longanesi, 1979.
- TURRI, Eugenio. *La conoscenza del territorio*. Metodologia per un'analisi storico-geografica. Venezia: Marsilio, 2002.
- VAGAGGINI, Vincenzo. Neopositivismo, realismo e teoria dello spazio geografico. *in*: PAGNINI, P. (org.). *Geografia per il principe - teorie e misura dello spazio geografico*. Milano: Unicopli, 1985. p. 77-90.
- VAGAGGINI, V. e DEMATTEIS, G. *I metodi analitici della geografia*. Firenze: La Nuova Italia, 1976.
- VAZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VELTZ, Pierre. Hierarquias e redes na organização da produção e do território. *in*: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras*. Oeiras: Celta, 1994. p. 189-201.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, Villes e Territoires*. L'Économie d'Archipel. Paris: PUF, 1996.
- VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. *in*: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 139-154.
- VENTURELLI, Rita and GALLI, Andrea. Marche region, a "marginal" area in Italy: participation in and exclusion from the Mediterranean Megalopolis. *Ekistics*, vol. 70, n.420/421, 2003, Athens, p. 162-168.
- WALTER, François. Dall'antropologia alla topografia, dalla pintura alla cartografia. Osservazioni sulle referenze identitarie alla fine del XVIII secolo. *Quaderni Storici*, anno XXX, n.90, Genova, 1995, p. 697-728.
- WACHOWICZ, Ruy. Paraná, *Sudoeste*: ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.

suas obras e apresenta sua leitura, discutindo ora o conceito de território, ora os processos geográficos. Autores como Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rogério Haesbaert e Eliseu Spósito, entre outros, são estudados a partir de suas diferentes compreensões do conceito em questão.

Território, espaço, região, paisagem e lugar são categorias geográficas qualificadas em suas diferentes leituras. Essa amplitude conceitual e bibliográfica nos traz uma boa oportunidade para pensar a Ciência Geográfica, como afirma Dematteis na apresentação deste livro.

Numa perspectiva territorial imaterial, Saquet conclui seu livro apresentando uma proposta de abordagem territorial. Nesse capítulo, ele completa seu esforço e nos contempla com o desafio de conceber o território a partir do diálogo, que deve ser prática fundamental para as pessoas que pensam os diversos tipos de território.

Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo, professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente, e professor visitante do Programa de Pós-graduação em Estudos Latino-americanos da Universidad Andina Simón Bolívar – Equador.

Outros títulos da coleção Geografia em Movimento

